



Gustavo Bianezzi Cilia

**“Movimiento al Socialismo: crecimiento e
organização”**

Campinas
2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Gustavo Bianezi Cilia

“Movimiento al Socialismo: crescimento e organização”

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Meneguello

Área de Concentração: Estado, classes sociais e representação política (Área 1)

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO GUSTAVO BIANEZI CILIA
E ORIENTADA PELA PROFA.DRA.RACHEL MENEGUELLO
Assinatura do Orientador

Campinas
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

C489m Cilia, Gustavo Bianezi, 1984-
Movimiento al Socialismo : crescimento e organização /
Gustavo Bianezi Cilia. – Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador: Rachel Meneguello
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimiento al Socialismo (Bolívia). 2. Movimentos
sociais - Bolívia. 3. Democracia - Bolívia. 4. Partidos
políticos - Bolívia. 5. Partidos socialistas - Bolívia.
I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Movimiento al Socialismo : growth and organization

Palavras-chave em inglês:

Movimiento al Socialismo (Bolívia)

Social movements - Bolívia

Democracy - Bolívia

Political parties - Bolívia

Socialist parties - Bolívia

Área de concentração: Ciência Política

Títuloção: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Rachel Meneguello [Orientador]

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Rafael Villa

Data da defesa: 18/12/2012

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 18 de dezembro de 2012, considerou o candidato GUSTAVO BIANEZZI CILIA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profª. Dra. Rachel Meneguello _____

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Rachel Meneguello", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa _____

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Valeriano Mendes Ferreira Costa", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Rafael Antônio Duarte Villa _____

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Rafael Antônio Duarte Villa", written over a horizontal line.

Resumo

O partido boliviano Movimiento al Socialismo nasceu de uma federação de camponeses ligados ao plantio de coca no interior do país e mesmo com poucos recursos e experiência administrativa tornou-se o partido dominante do país a partir da eleição de Evo Morales em 2005. De forma particular à dinâmica política vivenciada neste período o partido manteve uma estrutura pouco institucionalizada e alto grau de variação em sua organização de acordo com arranjos locais. Utilizando-se da análise de instituições e da historiografia das demandas e grupos políticos este trabalho busca superar alguns obstáculos presentes na análise do MAS a partir de dois recortes distintos. Em primeiro lugar busca demonstrar como os cocaleiros encabeçaram uma rede de movimentos sociais insurgentes que, construída como alternativa política em um momento de crise no sistema partidário, impõe-se como um incipiente sistema político de representação popular em um país notadamente fragmentado neste sentido. Em segundo lugar busca encontrar as raízes deste sucesso nas tensões históricas que persistem como demandas populares desde a colonização espanhola, analisando a resignificação destas rupturas durante momentos de construção da identidade política nacional como a Revolução de 52 e a crise do neoliberalismo na virada do século XXI. Juntas, estas duas dinâmicas estruturantes (formação de rede de movimentos sociais e resignificação do discurso nacional-popular) sinalizam para a construção de um novo sistema político naquele país.

Abstract

The Bolivian party 'Movimiento al Socialismo' [Movement towards Socialism] was born out of a federation of peasant coca growers in the rural area and even with few resources and no administrative experience has become the dominant party in that country with the election of Evo Morales in 2005. In a way characteristic of the political dynamics of the period the party has kept a poorly institutionalized structure and a high degree of variation in its organization according to local arrangements. Making use of institutional analysis and the historiography of demands and political groups this work seeks to address some obstacles present in any analysis of the MAS with two different approaches. In the first place, it seeks to demonstrate how coca growers led an insurgent network of social movements that, built from the start as a political alternative in a moment of crisis in the party system, presents itself as a starting political system of popular representation in a country markedly fragmented on this subject. In the second place, it seeks to find the roots of this success on the historical tensions that persisted as popular demands since the Spanish colonization, being resignified in particular moments of construction of the national political identity such as the Revolution of 52 and the crisis of the neoliberal model at the end of the XX century. Together, these two structuring processes (both the network of social movements and the rebuilding of a national-popular discourse) signal the construction of a new political system in that country.

Índice

Introdução	15
1. Por uma história do popular na Bolívia	21
Momentos constitutivos do popular	35
2. Reabertura democrática e a formação de sistemas políticos na Bolívia	61
O sistema político ditatorial e a influência norte-americana	63
Formação problemática de um sistema partidário	65
O sistema partidário boliviano na reabertura democrática	67
A implementação do sistema político neoliberal	70
O sistema político neoliberal	75
Conseqüências políticas do neoliberalismo	81
Novos atores no sistema político neoliberal: o caso da CONDEPA	86
Conclusão	89
3. Reforma política, mobilização popular e a crise do sistema neoliberal	93
Gestão Sanchez de Losada (1993-1997) e a Participação Popular	99
A gestão Bánzer-Quiroga (1997-2002) e o início do ciclo de insurgências	108
Cochabamba: da militarização a cidadania	116
La Paz: da cooptação a autonomia	131
Conclusão	137
4. O Movimiento al Socialismo	141
Da consciência corporativa a consciência política	141
Primórdios do “instrumento político” e luta contra a burocratização	149
“Soberania dos Povos”: Institucionalização do MAS (1995-2002)	155
As eleições de 2002	163
Governo Sanchez de Losada, Carlos Mesa e o segundo ciclo de mobilizações (2003-2005)	168
.....
As eleições de 2005	179
Conclusão: qual partido?	189
Um novo sistema político: o MAS no poder (2005-2009)	194
O MAS e a América Latina	205
Narrativas de integração, descolonização e as demandas regionais	207
Bibliografia	213

Lista de Siglas

ADN - Acción Democrática Nacionalista
APG - Asamblea del Pueblo Guaraní
AS - Partido Alianza Social
ASP - Partido Asamblea Soberana de los Pueblos
AUN - Alianza Unidad Cochabambina
CEDLA - Centro de Estudios de Trabajo e Desarrollo Agrario
CEPB - Confederación de Empresarios Privados de Bolivia
CIA - Central Intelligence Agency (Estados Unidos)
CIB - Congresso Indígena Boliviano (1945)
CIDOB - Confederación Indígena del Oriente Boliviano
CIPCA - Centro de Investigación e Promoción del Campesinado
CN - Partido Convergência Nacional
COB - Confederación Obrera Boliviana (1952)
COMIBOL - Companhia Minera de Bolívia
CONAMAQ - Confederación Nacional de Markas e Ayllus de Qollasuyu
CONDEPA - Partido Conciencia de Pátria
COR - Central Obrera Regional
CSCB - Confederación Sindical de Colonizadores de Bolívia
CSUTCB - Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
DS - Decreto Supremo
FEJUVE - Federación de Juntas Vecinales de El Alto
Fencomin - Federación de Cooperativistas Mineros de Bolívia
FMI - Fundo Monetário Internacional
FREPAB - Frente Patriótico Agropecuario de Bolivia
FSB - Falange Socialista Boliviana
FSTMB - Federação Sindical de Trabajadores Mineros de Bolívia (1941)
IPSP - Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos
IU - Frente de Izquierda Unida
LPP - Lei de Participação Popular

LyJ - Partido Lealdad y Justicia
MAS - Movimiento al Socialismo
MBL - Movimiento Bolivia Libre
MITKA - Movimiento Indio Túpac Katari
MIP - Movimiento Indígena Pachakuti
MIR - Movimiento de la Izquierda Revolucionaria
MIR-NM - Movimiento de la Izquierda Revolucionaria - Nueva Mayoría
MNR - Movimiento Nacionalista Revolucionario
MNR-I - Movimiento Nacionalista Revolucionario Independiente
MRTKL - Movimiento Revolucionario Tupaj Katari de Liberación
NFR - Partido Nueva Forza Republicana
NPE - Nova Política Econômica
OTB - Organização Territorial de Base
PCB - Partido Comunista de Bolivia
PDC - Partido Demócrata Cristiano
PDM - Plano de Desenvolvimento Municipal
PODEMOS - Partido Poder Democrático y Social
POR - Partido Obrero Revolucionário
PRIN - Partido Revolucionario da Izquierda Nacionalista
PS-1 - Partido Socialista Uno
PT - Partido dos Trabalhadores (Brasil)
RTP - Radio Televisão Popular
TIPNIS - Território Indígena Parque Nacional Isidoro Secura
UCS - Partido Unión Cívica Solidaridad
UDP - Partido Unión Democrática Popular
UN - Partido Unidad Nacional
USAID - United States Agency for International Development
YPFB - Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia

Introdução

Em dezembro de 2005 os bolivianos foram às urnas para eleger seu primeiro presidente indígena em 110 anos de independência. Além da etnia do candidato, a eleição de Evo Morales em um momento de intensa mobilização social pode ser descrita como uma lista importante de ineditismos naquele que é o país mais pobre da América do Sul. Evo foi o primeiro presidente eleito no primeiro turno na história democrática da Bolívia, o primeiro a não possuir educação superior ou patente militar, o primeiro a ser eleito sem nunca ter ocupado cargos no Executivo, e de forma notável para o refratário sistema partidário boliviano, representava um partido jovem, pouco institucionalizado e de forte componente camponês. Quando este evento político é situado dentro de uma historiografia mais ampla da Bolívia é possível observar sua dimensão dentro do contexto específico vivido por aquele país. Um sistema partidário baseado em três partidos tradicionais e em alianças conjunturais de formação de governo permaneceu estável desde o fim da ditadura em 1985 até o ciclo de mobilização social no começo do século XXI, culminando com a eleição de Evo. Um histórico de políticas de exclusão da população rural (principalmente indígena) e de militarização da luta camponesa nasceu junto com a colonização espanhola e se mostrou persistente até a contemporaneidade. E finalmente um eleitorado fragmentado, regras pouco democráticas de competição política e a ausência de instituições de representação locais favoreceu a criação de pequenas majorias que foram incorporadas ao sistema eleitoral como legitimadores de regimes pouco representativos da população nacional. Como um partido repleto de estruturas informais, baixo número de filiados e sem uma ideologia delineada conseguiu ser bem sucedido neste cenário?

Este trabalho busca situar o papel do MAS no intenso período de mobilização política ocorrido na Bolívia na virada do século XXI, culminando com a eleição de Evo Morales para a presidência em 2005. O enfoque do trabalho se baseia na análise histórica dos movimentos políticos bolivianos com atenção especial para o processo de formação de instituições e, em períodos democráticos, de eleitorados. A hipótese portanto se baseia nas evidências que apontam para a existência de uma continuidade histórica do MAS dentro da

tradição de luta de uma diversidade de grupos excluídos na Bolívia, notável pelo *renascimento* de ferramentas de mobilização e representação nascidas no bojo da luta republicana-indígena e socialista-mineira mas também pela *reinvenção* de elementos ideológicos e institucionais inovadores como a utilização de movimentos sociais como agentes de política pública nos lugares onde o MAS governa e a rejeição de alianças com partidos grandes para a disputa eleitoral, contrariando o paradigma político em curso naquele país. Resulta que o MAS resiste a análises cujo enfoque o categoriza dentro das classificações pré-existentes no estudo partidário; não por ser uma organização totalmente inovadora, mas por incorporar elementos indígenas (freqüentemente ausentes da teoria partidária moderna) e sindicais com uma vivência de movimento social e com uma proposta política ampla de grande potencial inclusivo em relação às classes que arregimenta. Ao disputar o poder em um momento em que o país se encontra politicamente mobilizado em torno de demandas insurgentes o MAS se posiciona como um veículo de transmissão e representação destas demandas, ganhando um núcleo eleitoral que nasce da luta anti-neoliberal de Cochabamba e se expande vertiginosamente em poucos anos para o resto do país, absorvendo com esse crescimento as demandas de novos segmentos da população. Na busca pela tessitura política (e não apenas corporativa) destas demandas em torno de uma proposta nacional o MAS adquire uma estrutura poli-classista, ideologicamente plural, repleta de instituições *ad hoc* que respondem a conjunturas locais e aberto às manifestações políticas populares presentes na Bolívia contemporânea – principalmente a plenária pública (*cabildo*) e o protesto de rua. Conforme tratarei ao longo do texto, este movimento rápido de incorporação e crescimento favoreceu a construção pelo MAS de um discurso *popular* em torno do conjunto das demandas não absorvidas pelo sistema político anterior, o que por sua vez implicou na divisão antagônica da sociedade em dois campos (Laclau, 2005, pp. 81-89). Esta “operação hegemônica” (ibidem, pp. 95) realizada em aliança com os movimentos sociais permitiu ao MAS explorar as rachaduras presentes na estrutura política existente e alcançar o poder operando dentro de um sistema político radicalmente adverso à sua presença. Ao fazê-lo completou o processo de deslegitimação do sistema partidário anterior, assim como da ideologia dominante e de uma série de políticas públicas que resistiram a diferentes governantes bolivianos.

Na primeira parte do trabalho busco delinear quais os parâmetros para a construção de um discurso popular na Bolívia a partir de seus interlocutores históricos. Olhando primeiro para as dificuldades em se analisar o partido de acordo com suas estruturas internas, trabalho a hipótese da existência de uma pluralidade de arranjos institucionais dentro do MAS, assim como a existência de dois elementos principais: o campesinado indígena e de forma secundária, o proletariado mineiro. Passo então a buscar identificar as matizes ideológicas do MAS dentro de uma continuidade histórica que possui momentos constitutivos do popular, isto é, momentos em que um conjunto de demandas se transforma em um sujeito político mobilizado e freqüentemente insurgente, como ocorreu entre 2003 e 2005. Três momentos em especial são ressaltados como “proto-fundadores” do MAS: a rebelião republicana indígena de Zárata “Willka” em 1899, a Guerra do Chaco em 1935 e suas conseqüências sociais e o ciclo de mobilização que se inicia com o Congresso Indígena de 1947 e culmina na Revolução Nacional de 1952.

Na segunda parte do trabalho o enfoque é especificamente para os sistemas políticos estabelecidos na Bolívia após o fim da Revolução Nacional em 1964. Caracteriza-se portanto o sistema ditatorial (entre 1964 e 1985) e o sistema neoliberal (entre 1985 e 2003) em suas estruturas de competição política, de controle da mobilização social, e a partir da reabertura democrática, do sistema partidário desenhado em 1982. Esta discussão é fundamental para a elucidação do crescimento do MAS por tocar em variáveis importantes para a formação do partido como a construção de um sujeito oligárquico internacionalizado (que apesar de formulado no contexto da Guerra do Chaco se popularizou no período ditatorial e neoliberal), a relação entre sindicatos, movimentos sociais e governo, a repressão militar às mobilizações de oposição, e a ascensão e queda de lideranças políticas quase perenes como Estenssoro e Bánzer. A forma como se deu a reabertura democrática no país foi determinante para o estabelecimento de relações políticas que marginalizaram uma fatia grande da população e ajudaram o MAS a reter o caráter de *outsider* até às vésperas de sua eleição em 2005. Finalmente o impacto das reformas promovidas pelo regime neoliberal de Estenssoro em 1985 deve ser ressaltado como pré-condição da mobilização da virada do século, uma vez que as demandas cristalizadas neste período nascem sobretudo da desorganização causada por aquele pacote econômico e político.

Na terceira parte são trabalhadas as reformas implementadas por Gonzalo Sanchez de Losada, principalmente a Lei de Participação Popular, marco fundamental da criação de uma organização política de representação dos camponeses plantadores de coca, que paradoxicamente eram as principais vítimas da militarização acentuada neste período. Este paradoxo é explicado pelas diferenças importantes entre o objetivo político do governo ao implementar um processo de municipalização *top-down* e os objetivos e interesses dos cocaleiros que se apropriaram daqueles canais de representação. Assim, é neste momento que irrompe o sujeito político fundador do MAS, o camponês cocaleiro resistente à militarização e à privatização que, dotado de uma robusta coesão organizacional, fará o importante grito de insurgência na cidade de Cochabamba, sob a gestão de Hugo Bánzer em 2001. Nesta parte do trabalho busco identificar este sujeito através de suas práticas de mobilização, da maneira como faz alianças políticas com outros movimentos sociais e estabelece sucessivamente a necessidade de disputa do Estado através da organização partidária. Também é tratado o importante movimento insurgente na cidade de La Paz, que mais tarde será um bastião eleitoral do MAS na disputa presidencial.

Em meio a uma pluralidade de publicações sobre o papel dos movimentos sociais ou sobre a participação de Evo Morales nesta transição, o trabalho busca se focar naqueles elementos organizacionais que garantiram ao MAS um sucesso eleitoral onde muitos outros partidos e movimentos falharam. Boa parte deles provêm de uma leitura cuidadosa de demandas populares históricas e seus interlocutores afim de incluir em sua agenda as questões mais centrais naquele momento de denúncia e renovação política. Em última análise, o sucesso do MAS deriva principalmente da elaboração de um programa de governo inclusivo em torno de um grupo de demandas populares (um processo “de baixo para cima”) que são por sua vez resignificadas estrategicamente dentro do partido. As decisões estratégicas são avaliadas em seu contexto social e apresentadas como um modelo específico de organização partidária pertinente ao seu espaço e tempo, o que não significa dizer que lições importantes sobre a política partidária latino-americana não possam ser retiradas do caso boliviano. Pelo contrário, em que pese o papel peculiar dos movimentos sociais naquele país, sem uma visão de Estado nova que fosse capaz de lidar com os problemas

históricos referentes ao manejo social dos recursos públicos e naturais, a grande temporada de sublevação social que compreendeu as duas últimas décadas do século XX poderia bem ter permanecido circunscrita às regiões levantadas em La Paz, El Alto e Cochabamba, fragmentando ainda mais um país já enfraquecido por suas divisões internas. Avaliar as soluções institucionais que permitiram a uma pequena federação de cocaleiros construir uma visão nacional-popular do Estado em meio a um furacão de manifestações e ameaças de golpes é portanto uma forma de apreender novas dinâmicas de organização política e apresentar diferentes arranjos partidários em um momento de reapreciação do papel dos partidos na América Latina.

1. Por uma história do popular na Bolívia

A estrutura partidária do MAS às vésperas de sua eleição ao cargo máximo político da Bolívia em 2005 contradizia em muitos aspectos o tamanho do eleitorado que o partido havia ganhado (e como demonstraram as eleições seguintes, consolidado). Pouco organizado, o partido incorporou arranjos políticos dos movimentos sociais onde se instalou e se adequou à presença de lideranças locais e de militantes de outras organizações. O papel do candidato vencedor Evo Morales naquela eleição foi importante como elemento integrador das diferentes correntes presentes na mobilização popular, mas é preciso ressaltar que poucos anos antes Evo era um deputado pária no parlamento boliviano representando uma fatia da população rural de Cochabamba, freqüentemente atacado no Congresso e na mídia por defender os camponeses plantadores de coca, inclusive sendo expulso daquela casa legislativa em 2002. Embora números precisos sobre o financiamento do partido naquele período não tenham sido encontrados, o MAS recebe uma quantia irrisória do fundo público destinado aos partidos e o dinheiro para campanha é evidentemente escasso, de forma que Morales usa o dinheiro que ganhou como prêmio de uma organização de defesa dos direitos humanos em sua campanha (Van Cott, 2005, pp. 91). Tampouco na esfera política o MAS ostentava grandes resultados, tendo conseguido apenas algumas prefeituras no interior de Cochabamba e três deputados. Se recusava a realizar alianças com os partidos tradicionais e rejeitava os partidos que o faziam (como a CONDEPA). Também rejeitou o indigenismo radical de Felipe Quispe, que durante a década de 80 e 90 foi o principal opositor ao governo neoliberal, ocupando a posição que Evo passa a ocupar nos anos 2000. Ou seja, do ponto de vista de qualquer outra força política presente na Bolívia na virada do século XXI, o MAS é uma inovação e um enigma. Como pode o MAS consolidar-se como a principal força política do país em tão pouco tempo?

Dada a complexidade, a originalidade e a atualidade deste processo de mudança política (que segue acontecendo na Bolívia) diversos obstáculos teóricos e questões metodológicas se apresentam ao pesquisador que se debruça sobre o assunto. Em primeiro lugar é preciso

reconhecer que um movimento histórico voltado para a mudança política *existe*: para além da eleição supra-citada (que contou ainda com maioria no Congresso e na Assembléia Constituinte) todo o sistema político boliviano apresenta sinais de profunda inflexão, como o virtual desaparecimento dos partidos políticos tradicionais (e de fato de todo o sistema partidário desenhado na reabertura democrática), a aprovação de uma nova Constituição (a primeira aprovada por um governo democraticamente eleito) e uma nova relação entre governo e movimentos sociais. Assim rejeita-se de saída a hipótese de que exista um continuísmo entre o governo de Morales e os governos anteriores, exposta por exemplo em Webber (2011) e Molina (2007). Embora exista discussão acerca da natureza desta mudança (ver Garcia Linera, 2009) é possível identificar de antemão duas vertentes presentes nas mobilizações: uma vertente *insurgente* (caracterizada principalmente pela atuação dos movimentos sociais) e uma vertente *democrática* (caracterizada principalmente pela atuação do MAS e pela formação de um novo eleitorado). Estas expressões políticas não apenas convivem como são intercambiáveis, ou seja, atores políticos como o próprio MAS podem estar mais propensos a respeitar as instituições políticas pré-existentes ou não, de acordo com as necessidades (e capacidades) estratégicas do momento¹. Este traço da cultura política boliviana, país que viveu uma revolução popular e dezenas de golpes de estado no século XX, é elucidativo no caso do MAS, partido que se confunde em sua atuação como movimento social e como competidor eleitoral.

Realizadas estas observações preliminares sobre o contexto boliviano, a etapa seguinte é acercar o principal agente da mudança política para este período. Como o processo de mudança nasce a partir da mobilização social, é legítimo ressaltar a importância dos atores envolvidos nesta mobilização, ou seja, os movimentos sociais. Assim o fazem Raúl Zibechi (2006) olhando para os movimentos em El Alto e Grisaffi (2010) olhando para os cocaleiros do Chapare – dois focos de resistência ao sistema político neoliberal que foram decisivos na queda dos presidentes Sanchez de Losada em 2003 e Carlos Mesa em 2005. No entanto por trás deste forte caráter anti-sistêmico das mobilizações existia um profundo desejo de *reordenar* a sociedade, o que naquele país miserável e atingido por políticas de

¹ Isto ocorre, por exemplo, quando o MAS pressiona pela queda de Sanchez de Losada em 2003 (ocorrida em contexto de levante popular) mas concorda em cooperar com seu sucessor Carlos Mesa, voltando a pressioná-lo no ano seguinte.

desigualdade social significava mudar radicalmente a missão histórica do Estado perante a sociedade. Por trás da atuação ostensiva dos movimentos e dos protestos generalizados haviam *demandas* sendo apresentadas de forma cotidiana e militante, freqüentemente extrapolando o escopo dos movimentos sociais e incluindo outros atores previamente dispersos como os estudantes, os indígenas migrantes, os moradores, etc. A popularização de demandas inegociáveis (como a reversão das privatizações e o fim da militarização em regiões de conflito) tornou a própria mobilização maior do que o espaço restrito de atuação dos movimentos sociais, gerando também uma intensa construção *ad hoc* de redes de solidariedade e, em pouco tempo, de formação de uma cultura política comum a diferentes classes sociais. O MAS surge neste contexto como o interlocutor por excelência deste conjunto de demandas que passa a formar seu eleitorado. Estudar o partido é portanto fundamental para compreender esta transição da insurgência popular para o eleitorado, pois foi esta instituição que se encarregou de transformar a consciência corporativa das demandas individuais em uma consciência política e um projeto de poder (cf. Pizzorno, 1980).

Com o foco estabelecido sobre o partido, novos problemas surgem para o pesquisador. O primeiro problema nasce de pergunta simples: que tipo de partido é o MAS? O tipo de mobilização popular que viveu a sociedade boliviana no período de consolidação do partido levanta a hipótese de um típico partido de massas, nascido externamente ao parlamento e evoluindo para a forma partido (Pizzorno, *ibidem*, pp. 28-31). No entanto a própria categorização de Pizzorno encontra divergências com a realidade do MAS. Enquanto partidos de massa tem um alto quociente de inscritos, o MAS tem relativamente poucos filiados diretos e muitas associações civis ligadas a ele (Anria, 2009). Enquanto partidos de massa tem um programa definido, o estatuto e a declaração de princípios ideológicos do MAS só foram aprovados em 2001 (quando o partido já possuía parlamentares no Congresso) e a estrutura partidária descrita no estatuto é amplamente ignorada, sendo substituída por cargos *ad hoc* e arranjos com movimentos sociais ativos na região (Anria, *ibidem*). Outras características dos partidos de massa estão absolutamente ausentes no MAS: o doutrinarismo (o partido não tem ideologia rígida), requisitos rigorosos para a

filiação², centralização nacional, forte articulação estrutural e organização interna (Duverger, 1980). Esta face informal do MAS suscitou a idéia (levantada pelos próprios fundadores) de que esta organização seria não um partido, mas um “instrumento político” de chegada ao poder dos movimentos sociais. No entanto o MAS disputa o poder e compete estrategicamente por votos dentro do sistema eleitoral, agindo efetivamente como um partido (Sartori, 1976). Uma das dificuldades deste tipo de abordagem classificadora em relação à estrutura do MAS encontra-se no fato do partido se encontrar em meio a um processo inacabado de institucionalização, marcado ainda pela informalidade e pela diversidade de estruturas regionais convivendo entre si. Buscando encontrar as características deste processo nos sujeitos políticos representados pelo partido, pesquisadores foram a campo mapear a base de apoio do MAS, obtendo resultados diversos. A dificuldade principal neste sentido é a natureza fragmentada dos espaços públicos bolivianos, isolados em suas dimensões urbana x rural, mestiço x indígena, etc. A formação de sujeitos políticos em escala nacional na Bolívia é um processo longo e conflitivo, marcado freqüentemente por relações de subordinação em relação ao governo em questão³.

Dentre os sujeitos políticos emergentes neste período, um deles mereceu destaque na bibliografia: os indígenas. Para Van Cott o MAS encontra-se eivado por uma “visão indígena da democracia”, baseada no consenso, na democracia direta e participativa e no “mandar obedecendo”, um tipo de processo consultivo que reforça a transparência nas decisões tomadas pelo partido (2005 e 2009). O crescimento do partido estaria relacionado à mobilização das organizações indígenas nas regiões de base e no uso eficiente das novas regras de competição eleitoral regional. Chamado de “partido étnico” (2005, pp. 88) o MAS de Van Cott é exemplar de como o discurso indígena absorveu votos tanto da esquerda quanto da direita nos anos 80 e 90 em toda a América Andina. Sem adentrar nas características organizacionais do partido, Van Cott atribui à liderança um papel fundamental em mobilizar organizações indígenas e transformar o ativismo dos

² Anria descreve como recrutadores do MAS colhem assinaturas e contribuições em pontos públicos de La Paz, aceitando qualquer um como filiado ao partido (Anria, 2009)

³ Dois exemplos notáveis são a subordinação dos sindicatos operários ao MNR após a Revolução Nacional (1952) e a subordinação dos camponeses ao governo militar de René Barrientos no contexto do Pacto Militar-Campesino (PMC, 1964).

movimentos sociais em votos nas eleições. Neste sentido o papel da ideologia indigenista (principalmente através da atuação de intelectuais indígenas) foi central em mobilizar uma maioria eleitoral previamente incorporada de maneira subordinada pelos partidos sistêmicos.

Deixando de lado a influência indígena e olhando para as estruturas fundiárias no meio rural, a pesquisadora Moira Zuazo encontra no MAS um forte elemento camponês nascido da vivência dos cocaleiros no Chapare (2008). Baseando seu estudo em entrevistas com parlamentares do MAS, Zuazo chama atenção para uma “ruralização da política” a partir das reformas municipais dos anos 90 que uniu definitivamente o destino do partido ao de suas bases no campo. Como características organizacionais do partido a pesquisadora cita as estruturas estabelecidas no âmbito das federações de cocaleiros como parte integrante da instituição partidária, a saber, uma democracia interna baseada na horizontalidade e na rotação de cargos, uma postura de desconfiança em relação às hierarquias tradicionais partidárias e a consulta aos movimentos sociais em situações de dissenso. Embora a contribuição da pesquisadora seja significativa por seu olhar sobre estruturas organizacionais do MAS, sua tese sobre o MAS ser um partido camponês é limitada pelo escopo restrito de sua base de dados (os parlamentares consultados representavam uma primeira geração de políticos do MAS mais ligados ao meio rural) e por ignorar o peso do eleitorado urbano na vitória de 2005 (segundo dados da Corte Nacional Eleitoral, o MAS obteve naquele pleito 64,25% de seus votos nas capitais departamentais e apenas 35,75% no interior). Com o crescimento do partido após a chamada Guerra da Água em 2001 este passa a ter uma forte representação nas grandes cidades do país, principalmente na região metropolitana de La Paz (que inclui a cidade-satélite de El Alto) e de Cochabamba (que inclui cidades vizinhas como Quillacollo).

Olhando para este eleitorado urbano, o cientista político argentino Santiago Anria foi a campo em La Paz e El Alto com uma metodologia diferente de Zuazo, pois se debruçou principalmente sobre as instituições partidárias distritais e sobre as relações de poder nos distritos eleitorais (Anria, 2009). Suas descobertas dizem muito sobre a institucionalização fragmentada do partido, principalmente por desmentirem a organização planejada no

estatuto do MAS. Tratado como um “partido informal” o MAS estudado por Anria exhibe características organizacionais muito diversas de acordo com o lugar de atuação. Naqueles lugares, sobretudo no campo, onde os movimentos sociais adquiriram uma elevada capacidade de organização, mobilização e canalização de demandas, o partido se acopla a estas organizações e dali retira seus quadros partidários, lideranças, eleitores e até financiamento. Neste contexto o MAS se encontra bastante institucionalizado e organiza formas democráticas de manifestação das opiniões dos militantes através de reuniões, votações e moções de apoio ou de repúdio a partir dos movimentos sociais. No entanto esta realidade corresponde apenas a parte do tecido social boliviano, baseada principalmente nos cocaleiros do Chapare e nos indígenas do Oriente e do Altiplano. Nas cidades, onde vive a maior parte da população boliviana, o MAS age de forma bastante diferente. Na ausência de movimentos sociais que organizam o espaço produtivo e os processos de deliberação o partido se centraliza em sua diretoria departamental e a partir daí (através do chamado *dedazo*, ou indicação pessoal) se utiliza amplamente dos *invitados*, intelectuais, jornalistas e lideranças locais que, sem participarem ativamente do partido, são convidados por este para exercerem determinada função organizacional ou até mesmo para representarem o partido no congresso como deputados. Este processo *top-down* evidencia um MAS bastante diferente daquele encontrado entre os cocaleiros e campesinos: sem canais estabelecidos de deliberação, centralizador, repleto de cargos *ad hoc* e arranjos temporários em torno de candidaturas e lideranças locais. Anria comenta que entre os *invitados* urbanos que assumiram cargos parlamentares em 2002, muitos nunca tinham se encontrado na vida ou sequer comparecido a um congresso nacional do partido (pp. 68). Abaixo desta esfera organizacional se encontram os distritos eleitorais, estruturas *ad hoc* não contempladas pelo estatuto mas que se fortaleceram junto com o crescimento do partido na virada do século XXI. Estes locais, geralmente “emprestados” de associações de bairro, formam a base da militância urbana do partido⁴. O MAS nas cidades não possui secretariados, chefes administrativos, profissionais partidários ou tecnocratas (pp. 78). Os distritos são responsáveis principalmente por organizarem a militância durante a época de eleições, realizarem encontros de educação política e fornecerem o palco onde lideranças locais

⁴ O patrimônio físico do MAS é evidência desta informalidade. O partido possui como único imóvel na cidade de La Paz (onde está seu domicílio oficial) uma casa que funciona como residência de três parlamentares e local de reuniões. Todos os outros espaços são emprestados de organizações civis.

podem, a cada dois anos, competir pelo cargo de presidente distrital, o primeiro passo para a ascensão partidária nestes lugares. São totalmente auto-financiados a partir de campanhas locais, organizando a militância de forma mais ou menos autônoma, como descreve Samuel Guarayos (liderança distrital de La Paz): “Se a [diretoria] departamental avisa que [Hugo] Chávez vem dar um discurso na Bolívia, nós fazemos um punhado de ligações telefônicas e lotamos a praça”⁵. Em troca deste apoio o partido seleciona estas lideranças para cargos públicos e gera competição por cargos e salários, um tipo de carreirismo que não se encontra no meio rural ou em organizações indígenas. Além disso entre as lideranças distritais e departamentais existem cargos de chefia e intermediação informais (ausentes no estatuto) que organizam o *dedazo* e ouvem reclamações das militâncias, encaminhando propostas para os níveis superiores e agindo como um fórum entre movimentos sociais urbanos. Fora da organização partidária “oficial” existem ainda os *satucos*, grupos que organizam campanhas eleitorais e que por vezes interferem nos processos partidários, seja através de ferramentas de pressão política, seja indicando *invitados* para as direções superiores. Estes grupos haviam se originado durante a época de crescimento do partido CONDEPA e foram “herdados” pelo MAS, motivo pelo qual são por vezes criticados por lideranças partidárias (Anria, pp. 108).

⁵ Citado em Anria, 2009, pp. 114-115.

Diagrama – Estatuto e organização “real” do MAS



Fonte: elaboração própria a partir do Estatuto Orgânico do partido Movimiento al Socialismo (2001) e Anria (2009).

Qual o caminho metodológico a ser tomado diante desse quadro de informalidade? O trabalho de campo exercido por estes pesquisadores é inestimável por elucidar um quadro fragmentado onde estruturas diferentes convivem com arranjos locais. Mais significativo é o fato destas narrativas não se contradizerem, mas coexistirem em diferentes espaços públicos do país. O MAS pode ser um partido indígena para os guaranis do Oriente (ver Gustafson, 2010), um partido camponês para os cocaleiros em Cochabamba ou um partido dos trabalhadores para as periferias em El Alto ou para os mineiros em Potosí e Oruro. Em um país fragmentado como a Bolívia, este tipo de representação de múltiplos sujeitos políticos fornece ao MAS um eleitorado grande e uma base de apoio fundamental para o processo amplo de reforma política que pretende fazer o partido. No entanto também oferece problemas óbvios para o pesquisador. Se a instituição abriga estruturas organizacionais tão diferentes, qual o recorte metodológico a ser feito afim de identificar o tipo de partido que se tornou o Movimiento al Socialismo? Seria o MAS apenas um partido *catch all* das diversas tendências anti-sistêmicas presentes na Bolívia da virada do século?

Este problemas diminuem quando ampliamos o escopo da análise não apenas para diferentes espaços públicos do país, mas também para períodos históricos mais longos. A argumentação principal para este procedimento reside no fato do MAS não ser uma criação de engenharia institucional afim de lidar com os novos sujeitos políticos surgidos no fim do século XX, mas um produto histórico da evolução das demandas e da consolidação de uma idéia do *popular* como elemento colocado em posição antagônica às oligarquias e donos do poder no Estado boliviano. Este poderoso marco ideológico que separa aqueles que mandam daqueles que obedecem é fruto de um longo processo de ampliação dos espaços públicos, insurgência de grupos subalternos e canalização e formalização de demandas; primeiro em congressos, marchas, reuniões, mobilizações populares, documentos políticos e em seguida, instituições como sindicatos e partidos. Entender como nasce este antagonismo é fundamental para ultrapassar a simples etapa de enunciação de oposições políticas (oligarquia x indígenas, oligarquia x trabalhadores mineiros, etc.) e compreender as variáveis que compõem este complexo caldeirão. Ao se debruçar sobre estes longos processos de criação de sujeitos políticos a partir de demandas não-cumpridas (*tensiones irresueltas*, para Crabtree, Molina e Whitehead, 2009) este trabalho busca encontrar os elementos históricos que ancoram este veículo partidário aparentemente fluido em fortes bases ideológicas nascidas do embate cotidiano entre a população desfavorecida e as elites políticas e econômicas.

Em busca da identidade popular

Por buscar absorver as mais variadas correntes presentes no país em um momento de oportunidade histórica, o MAS é um partido que constrói sua identidade a partir de elementos comuns presentes nas massas da população; possui portanto uma grande inclinação popular. Também é marcadamente boliviano por buscar representar as condições sociais específicas presentes naquele país.

A Bolívia tem uma população heterogênea e fragmentada em diversas identidades étnicas e geográficas que possuem em comum uma cultura política que imprime aos conflitos políticos um grau de mobilização incomum entre os países da região. Por possuir fortes elementos pré-industriais e inclusive pré-colombianos a sociedade boliviana tem uma grande tradição oral e pode ser descrita como “tradicional” em relação a costumes de

organização e mobilização⁶. Ao mesmo tempo o Estado boliviano foi desde o início estruturado para segregar uma maioria da população do sistema político, gerando uma tensão permanente que atravessou séculos. Assim, não é possível delinear estas formas de organização sem uma reconstrução histórica das relações de poder estabelecidas naquele país.

A contradição fundamental entre uma cultura política de luta popular e um Estado extremamente oligárquico se manifestou durante toda a história em uma dinâmica de conflito e cooptação que pouco funcionou para mudar efetivamente a qualidade de vida dos bolivianos. Por um lado o Estado permaneceu refratário às manifestações populares até mesmo em momentos revolucionários (como em 1952) ou de mandatos populares (como o de Siles Zuazo em 1982). Por outro lado, longe de entrar no Estado como força transformadora das relações econômicas e sociais, os movimentos sociais bolivianos mantiveram ora uma postura autonomista de defesa e desconfiança perante o Estado, ora atuaram junto a ele como atores subordinados a exemplo de outros processos clientelistas na América Latina. Embora o isolamento no campo tenha servido para gerar um importante sentimento de solidariedade campesina, a falta de um projeto político para enfrentar os graves problemas sociais bolivianos deu espaço para a cooptação das lideranças pelos partidos oligárquicos e no abrandamento das reformas executadas a partir de 52. Nas cidades, o radicalismo do proletariado sindicalizado que conclamava o controle operário das indústrias e minas nas Teses de Pulacayo deu lugar a um nacionalismo burocrático que asseverou o clientelismo e a corrupção no Estado⁷. Embora de caráter genuinamente popular, a Revolução de 52 não colocou os revolucionários no poder e apenas desalojou a antiga oligarquia para fundar uma nova relação subordinada e conflitiva entre sindicato, movimento social e o Estado (Grindle e Domingo, 2003). Seu projeto modernizante estatista foi transplantado com severas modificações para o período ditatorial inaugurado em 1964, agora com um ordenamento repressivo das mediações entre Estado e sociedade civil e com perseguição a lideranças insubordinadas entre camponeses e operários. Isso

⁶ Uma evidência contemporânea do peso da oralidade na cultura boliviana é o papel central que as rádios comunitárias desempenham no país, inclusive como incubadores de lideranças populares como o radialista Carlos Palenque.

⁷ As Teses de Pulacayo foram um importante manifesto mineiro de 1946 discutido e aprovado no congresso da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB).

porque, ao contrário de outros países da região, na Bolívia a ditadura militar não se orientou na direção de um único projeto nacional e na formação de uma elite tecnocrática voltada para a administração do Estado, mas seguiu continuamente abalada pela instabilidade política fomentada por golpes e contra-golpes entre facções rivais do Exército. Na esfera civil esse período ficou marcado pela profunda desconfiança para com a classe política e pela cooptação daqueles movimentos sociais que adentraram a arena política no contexto da revolução, principalmente os grandes sindicatos de massa. A abertura política em 1985 se deu de forma particular na Bolívia, que elegeu seu antigo líder revolucionário Estenssoro para presidir sobre um país endividado, hiper-inflacionário e ainda profundamente marcado pela gestão militar em suas instituições políticas. Com um mandato orientado para o combate contra a inflação (que em 1983 registrava o quarto maior índice do mundo), Estenssoro se beneficia da popularidade histórica em torno de sua figura e de seu partido, o MNR, para implementar uma série de reformas que marcariam a história boliviana de forma mais profunda do que o ciclo ditatorial anterior. A receita neoliberal de privatizações, desregulação do mercado e das condições de emprego e desarticulação dos sindicatos foi aplicada na Bolívia de forma pioneira e radical, atravessando também os mandatos de Jaime Paz Zamora (de 1989 a 1993, pelo partido MIR), Gonzalo Sánchez de Losada (em seu primeiro mandato, de 1993 a 1997, pelo MNR), Hugo Bánzer (de 1997 a 2001, pela ADN), até o segundo mandato de Sánchez de Losada em 2002. Tão intenso foi o ciclo neoliberal boliviano que diversos setores da sociedade tolerados ou cooptados pelos governos militares (notadamente os produtores de coca, mas também os colegiados indígenas e os sindicatos mineiros), passaram a ser assediados por perseguições políticas e pelas mudanças radicais trazidas à força para o cotidiano do país. Sua reação contra o desemprego e a privatização de recursos naturais e serviços básicos seguiu no sentido de sedimentar suas demandas políticas em torno de alianças amplas forjadas nas lutas populares e mobilizações que voltaram a povoar o cenário político boliviano. Enquanto que os ditadores e velhos oligarcas souberam negociar com os explosivos atores sociais de forma a dosar concessão e repressão, o radicalismo neoliberal atingiu igualmente campo e cidade e levou ambos a se organizarem em conjunto. O encontro entre camponeses dos vales atingidos pela guerra contra o plantio de coca e trabalhadores urbanos sofrendo com o

desemprego e a precarização dos serviços reviveu o espírito mobilizador que culminaria na formação do partido Movimiento al Socialismo.

Existem diversos argumentos para ressaltar a importância e ineditismo deste crescimento virtiginoso que levou à eleição do líder cocaleiro Evo Morales em 2005, desde o aspecto simbólico da inauguração política de um chefe de estado associada a uma religião tradicional andina, até o tamanho da vitória de Evo com 53,7% dos votos válidos contra apenas 28,6% do segundo colocado, Jorge “Tuto” Quiroga. Frequentemente enquadrado na “guinada à esquerda” da América Latina no início do século XXI, o resultado foi um revés histórico para os partidos tradicionais da Bolívia e significou uma resposta popular maciça aos programas de liberalização que estavam em prática no país desde os anos 80. Com os setores que compunham o governo desacreditados e sem uma resposta coerente dos partidos de esquerda tradicionais, coube a um partido de origens circunscritas no embate cocaleiro a tarefa de representar uma miríade de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, federações camponesas, colegiados indígenas e associações de moradores. Mais ainda, a difícil tarefa de organizar essa gama de interesses atendendo às pressões por graus diferenciados de intervenção estatal de cunho modernizante, autonomia das instâncias de base e aumento das garantias sociais de emprego, aposentadoria e serviços básicos.

Como explicar o sucesso do MAS em 2005? A mera sucessão de eventos não dá conta de explicar a importante inversão política ocorrida naquele ano. Quando Sanchez de Losada venceu a eleição de 2002 o regime neoliberal já sofria ataques de diversas direções, mas nada indicava que a mobilização popular por si só causaria sua derrocada. Muito menos se poderia prever que um partido fundado a partir da luta rural no interior encabeçaria um projeto contra-hegemônico que conquistou até as classes médias do país. Até mesmo dentro da esquerda haviam segmentos que olhavam com ceticismo para a possibilidade de um ator anti-sistêmico triunfar eleitoralmente contra um neoliberalismo que integrava diferentes partidos e governos (Petras, 2005). Entre cientistas políticos havia otimismo com a celebrada reforma política obtida com a Lei de Participação Popular, que através da federalização das demandas seria uma saída democrática para a aparente falência do

sistema partidário (Van Cott, 2008)⁸. Conquanto os diversos processos que culminaram na eleição de 2005 de Morales já estivessem em curso durante a década de 90 na forma de uma esparsa “luta contra o neoliberalismo” empreendida por atores isolados, a fusão destes atores sob uma mesma bandeira de oposição foi uma operação política que deve ser compreendida, se não quisermos correr o risco da tautologia (“A aconteceu assim porque B aconteceu assim”), como um processo de *construção de equivalência entre diferentes demandas* da sociedade boliviana naquele momento. Em nenhum momento este processo foi “transcendente”, no sentido de uma força centrípeta entre as demandas que a levassem naturalmente a formar blocos de oposição – pelo contrário, foi a agência de certos grupos políticos na direção de articular estas demandas e mais, resignificá-las em uma frente contra-hegemônica o principal fator de sucesso naquele contexto de mobilizações.

Este capítulo busca situar o advento do MAS dentro de uma história do *popular* na Bolívia. Mais do que discorrer sobre o significado geral deste conceito e sua raiz especialmente problemática (a noção de “povo”) procura-se identificar as maneiras através das quais pode-se utilizá-lo para descrever uma série de manifestações políticas desde o século XIX até a contemporaneidade⁹. Esta aproximação é declaradamente mais histórica do que filosófica, pois trata da construção deliberada de uma categoria ampla que inclua a maior parte dos elementos de resistência presentes em momentos de implementação de um regime excludente naquele país. A idéia não é partir da noção teorizada de povo para buscá-lo entre indígenas camponeses e urbanos desde o século XIX até os dias de hoje, mas sim identificar o que aproxima estes períodos de resistência e extrair daí algum *modus operandi* dos grupos bolivianos que fizeram este mesmo percurso de resgate em nome de sua agenda

⁸ Este otimismo não é ilegítimo, uma vez que Van Cott estava certa sobre a dimensão das importantes mudanças implementadas por esses sistema em diversas localidades, notadamente nas prefeituras do MAS em Cochabamba (ibidem, pp. 175-209). Não é a toa, no entanto, que o MAS deixou de ser um partido regional para tornar-se um partido nacional. Meu argumento não é no sentido de atenuar o impacto da LPP sobre a política boliviana, e sim mostrar que as demandas apresentadas pelos diversos movimentos anti-sistêmicos no período não poderiam ser acomodadas pelo poder público municipal, o que levou à necessária formação de um bloco para disputar o próprio Estado boliviano.

⁹ A apropriação do termo “povo” e “popular” pelas ciências sociais é problemática por conta de um processo que Laclau descreve como “difamação das massas” (2005, pp. 1-31), ou seja, perante a necessidade de conceitualizar cientificamente estes termos dada sua ampla disseminação em diversos contextos políticos, diversos pesquisadores recorreram a uma tipificação do popular como elemento de manipulação das massas e deram pouca importância aos *processos* através dos quais este termo é construído na representação política. É exatamente estes processos que desejo abordar neste capítulo.

política. Nos anos 90 e 2000 uma série de grupos dotados de tradição histórica de luta (e portanto de uma *simbologia própria adequada a sua ação política*) e demandas sofisticadas começaram a se aproximar em torno da construção retórica de um inimigo comum, o regime neoliberal¹⁰. Utilizarei da perspectiva histórica do sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado para identificar a construção destas demandas coletivas nas lutas indígenas e populares em torno de antagonismos quase perenes da sociedade boliviana (Zavaleta, 2008). O resgate histórico de lutas populares tão antigas (a partir das sublevações indígenas do século XIX) tem como objetivo traçar a formação destes antagonismos e identificar nos processos de luta contra o poder dominante (oligárquico, liberal, militar) a gênese de um grupo de demandas populares assim como de rotinas de libertação. Elenco a demanda como unidade de análise para compreender a dinâmica de mobilização social, uma vez que na Bolívia as chamadas “tensiones irresueltas” (Crabtree, Molina e Whitehead, 2009) representam uma ferramenta de luta central para diversos movimentos políticos. Neste sentido, me benefico do trabalho de Ernesto Laclau sobre a consolidação do popular a partir do processo de apresentação e resignificação de demandas (Laclau, 2005). Esta dinâmica na Bolívia começa no século XIX com a *constituição do popular*, ou seja, quando a organização ainda jovem de uma massa popular passa a *apresentar* (torná-las públicas no sentido habermasiano) uma demanda social frente ao poder constituído, se consolidando como um grupo político a partir desta apresentação. Em seguida temos a *resignificação do popular* a partir de um intenso processo político de negociação e fundamentação de uma frente popular constituída por um conjunto de demandas de diferentes setores da sociedade contra uma força antagônica comum. Este processo histórico tem a ver com a extensão do programa inicial do movimento de resistência para incluir outros grupos e suas respectivas demandas, desenhando uma linha de separação entre um *nós* resistente e um *eles* oligárquico que será a própria definição da frente política na Bolívia. Laclau observa como estes antagonismos são fluidos, podendo ser resignificados em diferentes contextos de luta para acomodar atores políticos em categorias históricas fáceis de serem apreendidas pela massa popular (ibidem, pp. 65-157).

¹⁰ Evito a partir daqui o uso do termo “retórica” por este suscitar confusões quanto ao aspecto político do discurso. Como a priori deve-se comentar que a construção de um discurso de resistência na Bolívia que se utilize de uma variedade notória de figuras de linguagem é uma das principais manifestações do político naquele país. Na verdade, como Laclau e Mouffe, relaciono o domínio deste discurso como um dos principais campos da luta hegemônica (Laclau e Mouffe, 1985, capítulo 3).

Finalmente, temos em dois momentos diferentes (em 1952 com o MNR e em 2005 com o MAS) a *representação do popular*, ou seja, a tomada por parte desta frente popular dos dispositivos do Estado, embora repleta de contingências que mereçam ser analisadas com mais cuidado, o que será feito adiante na dissertação.

Momentos constitutivos do popular

Antes de tratar da costura de demandas históricas feita por estas frentes políticas é preciso conceitualizar melhor o que são e como se formam estas manifestações coletivas na Bolívia. Para tanto resgato um conceito do sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado, o *nacional-popular*, que se manifesta de forma característica no país andino a partir da Guerra Federal de 1898 (Zavaleta, 2008). Zavaleta, escrevendo em plena ditadura dos anos 60, busca analisar o Estado boliviano primeiro através de suas contradições fundamentais (a exclusão étnica, a oligarquia predatória, a venda deliberada de territórios para outros países, o derrotismo, etc.) para em seguida olhar para o que chama de momentos constitutivos da nação, quando a idéia de uma Bolívia e de um povo boliviano surgem em antagonismo ao fracassado projeto antinacional oligárquico (ibidem, pp. 126). Esta idéia, na Bolívia, está organicamente ligada à massa indígena e seu espaço produtivo (o campo, a mina, a cidade), de forma que qualquer projeto popular, seja a malfadada aliança entre Willka e Pando no século XIX, seja a bem-sucedida Revolução Nacional de 1952, terá como componente básico as demandas envolvendo estes fatores: “nada ocorre na Bolívia sem a participação dos índios” (ibidem, pp. 110). Sem a consideração cuidadosa destas expressões políticas não há a possibilidade de um Estado realmente nacional, nem ao menos como projeto. Esta ênfase nas demandas colocadas a partir do ator popular (e que será sua própria constituição, segundo Laclau) é fundamental. Zavaleta não nega a importância das classes sociais ou das instituições na constituição do político pelo nacional-popular, mas observa como as demandas foram resignificadas por gerações de bolivianos em diferentes relações produtivas frente a um mesmo projeto “antinacional” incorporado pela oligarquia (ibidem, pp. 90-99). Ao fazê-lo o sociólogo aponta para um antagonismo fundamental na sociedade andina que atravessa diferentes estágios da exploração capitalista naquele país (o ciclo da prata em Potosí, o ciclo do estanho, o latifundismo no Oriente, etc.) e gera uma série de demandas perenes por inclusão, participação e distribuição do excedente econômico

bastante similares em seu conjunto à retórica do MAS em 2005. Em diferentes momentos da história, entre diferentes classes sociais, com diferentes grupos políticos ocupando o governo, a mesma oposição entre o *popular-indígena* e a elite privatista. Esta forma específica do popular é ativamente construída através de movimentos e instituições que, mais do que uma determinada classe econômica ou política, buscam representar uma lógica de ocupação e utilização dos espaços políticos e econômicos na Bolívia (o vilarejo aimará, a mina, a periferia urbana). Escreveu Zavaleta em 1969: “a idéia andina clássica do espaço será para sempre distinta da idéia oligárquico-gamonal, regional e não nacional do espaço” (ibidem, pp. 24).

Mas precisamente de qual “idéia clássica do espaço” ele está falando? Quais são as demandas que definem o nacional-popular na Bolívia? Não se trata evidentemente de ideais absolutos atemporais, mas sim de expressões históricas das manifestações populares contra desigualdades e contradições do Estado boliviano. E se são históricas devem se formar a partir de enfrentamentos reais. Infelizmente o autor faleceu antes de concluir sua obra, que terminada trataria desse antagonismo básico em diferentes momentos constitutivos da nação boliviana, mas sua análise sobre a Guerra Civil entre as cidades de La Paz e Sucre em 1898 já é fundamental ao tratar dos elementos constitutivos deste pacote de demandas que identificam o popular ante o oligárquico. É neste conflito que encontramos pela primeira vez a formação de dois projetos nacionais antagônicos no âmbito da elite e o aparecimento súbito e violento de um terceiro no âmbito indígena. Os dois blocos opostos se identificaram no ocaso que foi a guerra contra o Chile em 1880: Conservadores e Liberais. Os primeiros formavam a elite mineira que negociou a humilhante paz com o Chile em 1883 e que encabeçou a exploração “feudal” de Potosí durante todo o século XIX, estabelecendo um modelo estatal centralista baseado em Sucre (Klein, op. cit., pp. 163). Ou seja, a velha oligarquia. Os Liberais se organizavam a partir da crescente burguesia associada à indústria do estanho estabelecida principalmente em La Paz, assim como um conjunto de oficiais militares para quem a cessão do litoral boliviano no acordo de paz era intolerável. Segundo Zavaleta estava em jogo a própria noção de território: para aquela oligarquia extrativista cujo “desinteresse pela prática produtiva [era] radical” (pp. 88) o território era entendido como mercadoria e poderia ser negociado sem

qualquer impacto sobre o social; por isso a perda sistemática de território soberano boliviano ocorre em diferentes épocas de sua história, mesmo sob governos diferentes. Se expandirmos a noção de território para incluir as riquezas minerais que podem ser extraídas do mesmo teremos novas expressões do projeto oligárquico de poder, assim como uma visão mais clara do contraste entre a pobreza do povo boliviano e a enorme reserva mineral do país. Zavaleta comenta sobre o enorme excedente de prata e estanho que deu riquezas gigantescas a seus proprietários durante seus devidos ciclos e depois desapareceram “como se nunca tivessem existido” (pp. 165). Toneladas de minérios eram exportadas livres de qualquer imposto, claro, porque distinção não havendo entre a classe dominante econômica e a elite política, a questão dos impostos simplesmente não se apresentava¹¹. O grande excedente econômico boliviano não serviu nem mesmo para construir um Estado forte (capaz, por exemplo, de responder às incursões vizinhas sobre território), emulando em pleno século XIX a grotesca condição econômica colonial. Assim como o território deixa de ser socialmente incorporado, também a população não figura nas políticas do Estado (ibidem, pp. 30); o indígena no campo ou nas minas é problema de seu proprietário ou patrão, o indígena em suas terras originárias é expropriado quando a terra é vendida (como houve em massa no governo de Melgarejo em 1870) ou ignorado quando a terra não tem valor imediato. No campo as grandes matanças são comuns durante as expropriações; Zavaleta cita estatísticas oficiais que fala em 600 mortos em um único dia no vilarejo de San Pedro ou 400 em Huaicho (ibidem, pp. 112). O tamanho desta exclusão na Bolívia é muito grande. Em 1900 a população branca era 13% do país, enquanto que 27% eram mestiços e 51% indígenas (Crabtree et. al., 2009, pp. 19). Embora os Liberais do século XIX não tivessem de fato um projeto de cidadania que incluísse esta população, sua luta por uma administração nacional do Estado e de seus recursos passou a ser vista como um segundo processo de independência das forças coloniais, ganhando popularidade inclusive entre os mais pobres do país.

A tensão política entre os grupos atinge um clímax após a fraude nas eleições de 1896 que dá a vitória ao conservador Fernandez Alonso sobre o liberal José Manuel Pando, herói da

¹¹ Zavaleta compara a arrecadação oficial de impostos na Bolívia em 1885, que foi de 4 milhões de pesos, ao lucro de uma só mina de prata, Huanchaca, de 5 milhões de pesos (pp. 165).

Guerra do Pacífico. Outrora popular por suas expedições de exploração pelo território boliviano, Pando é transformado pela população mestiça de La Paz em um símbolo contra a oligarquia baseada em Sucre; mesmo sem um regime de sufrágio universal, a fraude contra sua vitória eleitoral causa levantamentos na cidade. Aqui uma dessas demandas perenes da sociedade boliviana surge apresentada pelo partido derrotado: a federalização do país. Os liberais querem autonomia para os departamentos e uma reforma fiscal para as riquezas do país contra o centralismo exportador baseado em Sucre. A questão da capital do país também entra nesta demanda, pois passa a ser apresentada como uma resignificação do eixo hegemônico (ibidem, pp. 109). La Paz crescia e se industrializava enquanto Sucre permanecia a mesma capital colonial. Não é a toa que para justificar a posição da capital do país a oligarquia de Sucre se utiliza da legislação colonial espanhola, pois é àquela aristocracia extrativista que este partido orienta sua expressão política e até mesmo sua retórica racista. A demanda regionalista, entretanto, é apenas a expressão oficial de um conflito que rapidamente se torna de massas. Em 6 de maio de 1896 uma grande coluna indígena marcha para La Paz para demonstrar apoio ao presidente derrotado, adentrando pela primeira vez na vida pública do país não como um exército invasor, mas sim como um sujeito político (ibidem, pp. 108). Embora o aspecto da capital seja apresentado com frequência como o cerne da Guerra Federal, as demandas dessa massa armada com huaracas (machados aimarás) envolviam mais do que apenas a mudança da capital do país. Esta população habita as periferias altiplânicas de La Paz depois de ter sido despejada pelos governos conservadores anteriores (principalmente o governo de Melgarejo de 1864 a 1871) e compreendia bem o que estava em jogo naquela disputa. Mais do que apenas fundiária, a questão é também étnica (a partir da expulsão racista da população de suas terras ancestrais) e a partir disso também democrática, já que a solução para esta exclusão passa a ser o co-governo branco e indígena. Este momento é fundamental, pois ao ver-se colocado entre a temida massa indígena¹² e o exército que partia de Sucre para abafar a rebelião *paceña* (prometendo, nas palavras do presidente Fernandez, “encher de chumbo aquele vale”) Pando fez o inédito: não só se aliou à “indiada”, como concedeu patentes aos

¹² Aqui, apesar do temor racista expressado pela classe branca nos jornais da época, saliento a diferença entre esse movimento indígena reorganizador do Estado com a rebelião de Tupaq Katári contra o Império Espanhol em 1780. A questão para Katári era puramente racial e poderia ser resolvida com o extermínio da raça européia – o que chegou a ser postulado pelo líder indígena (Klein, 1992, pp. 77-78). Em Willka se fala em co-governo e subordinação à maioria indígena.

chefes indígenas e fomentou (na verdade, como geralmente ocorre em momentos de mobilização indígena na Bolívia, deixou de reprimir) a organização de um grande exército popular comandado pelo aimará Pablo Zárate, chamado o “Willka”¹³. Descrito como homem inteligente e de grande visão política, Zárate comanda a massa indígena respeitando a autonomia de cada comunidade, cujos líderes formavam um conselho federativo que o próprio líder aimará, resignificando os símbolos burocráticos caros aos brancos, chama de seu “Estado Maior Indígena” (ibidem, pp. 117). Identificando o exército branco e aristocrático de Sucre com a oligarquia colonial que fustigava a própria nação há séculos, Zárate e seu Estado Maior estabeleciam uma alteridade construída sobre uma visão política sofisticada, que ao ser apresentada na aliança Pando-Willka não tinha outro propósito que o de fundar uma nova Bolívia multi-racial e soberana. Isso porque, em troca de seu valioso apoio militar, Willka pedia a revogação de todas as expropriações de terras indígenas, o respeito aos valores e tradições indígenas e o co-governo junto a Pando após a revolução. É através desta estranha e inédita aliança (apresentada e forjada não por políticos brancos mas por lideranças indígenas) que uma parcela significativa da população do país passa a finalmente a ter contato com a esfera pública. O exército popular de Willka recruta e organiza à sua maneira e à total revelia do governo de Pando, que mesmo que quisesse já não poderia mais reprimir aquela mobilização popular. Aqui estão os primórdios da expressão nacional-popular naquele país, e quando pelo campo se espalha a notícia do levante todos os camponeses indígenas podem se identificar de pronto com aquela causa que era ao mesmo tempo cotidiana, pois lida através da própria geografia da comunidade, e transcendental, pois representante inédita de aliança entre os mestiços da cidade e o representante litúrgico-militar da nação indígena, Pablo Zárate, o Willka. Este passa a liderar uma guerrilha encarniçada contra o exército branco de Sucre, emboscando o adversário com agressividade em seus pontos fracos. Com a legitimidade derivada da aliança nacional com Pando e seu título conferido pelas nações aimarás, o nome de Willka é reconhecido em várias localidades no campo e o líder consegue levantar uma massa camponesa previamente dispersa, usando isto ao seu favor na guerrilha. Faz uso da guerra

¹³ Willka significa, tanto em aimará quanto em quechua, “rei sol poderoso”. Trata-se de um título social e religioso concedido pelo conjunto das lideranças (amautas) das comunidades indígenas (ayllus) a um comandante em uma situação em que toda a comunidade (o Qollasuyu) corre algum perigo externo. Uma discussão sobre esta organização está contida na obra de Ramiro Condarco, disponível na internet no endereço <http://www.willka.net>. Acessado em Dezembro de 2011.

psicológica ao manter uma presença contínua em torno dos acampamentos e fortalezas do *sureños*, fazendo algazarras e gritarias durante a noite para evocar o terror nos soldados inimigos (ibidem, pp. 111). Embora esta opção tenha sido colocada no início, para a oligarquia de Sucre é impensável levantar de forma semelhante a população indígena de sua região. Nos jornais de Sucre se falava em “traição” dos liberais em “recorrerem ao terrível e detestável extremo de sublevar a massa indígena” (ibidem, pp. 116). Dispensam qualquer soldado que tenha ligações com La Paz e formam um exército incompleto, formado por voluntários brancos, que é consecutivamente derrotado pelos indígenas. Aliás, as vitórias indígenas são tão devastadoras que nos jornais se fala em massacre. A autonomia do exército popular de Willka em reorganizar comunidades na zona rural se mostrou incompatível com a visão burguesa que os Liberais tinham para o estado boliviano. Em La Paz, há apreensão em relação aos índios levantados e organizados em torno de Willka, o comandante que a cada vitória ganha mais adeptos entre a população. Zavaleta comenta que “ninguém sabia em que grau [os índios] defendiam os *paceños* e La Paz e em que medida os cercavam” (ibidem, pp. 117). As brigadas mestiças dos Liberais assistiam de longe enquanto a massa indígena atacava as fazendas nas imediações de Sucre, recrutando camponeses e massacrando os patrões brancos. A mobilização popular indígena atinge um ápice assim que fica claro que o conflito empreendido entre La Paz e Sucre está liquidado para os *sureños* e que o exército popular de Willka segue agora sua própria agenda de libertação nacional, ocupando terras e reorganizando comunidades. Aqui temos outro momento fundamental de constituição do imaginário político boliviano (pois volta a aparecer no discurso popular como exemplo da traição do Estado liberal), quando a burguesia de La Paz passa a reconhecer com temor o caráter revolucionário daquele momento. Ismael Montes, do partido Liberal, diz que “a ‘indiada’ se interessou pela contenda e começou a fazer a guerra por sua própria conta” (ibidem, pp. 118). Entre outras manifestações de seu próprio partido e um temor instalado de extermínio da população branca em Sucre, Pando ordena a “imediate aproximação da cavalaria com a finalidade de perseguir aos jinetes fugitivos [os *sureños*] acima de tudo para protegê-los da indiada”, inaugurando uma postura de hostilidade contra o exército popular de Willka (ibidem, pp. 117). Soldados brancos de Sucre começam a se render à cavalaria federalista e são prontamente aceitos para formar batalhões dentro do exército de Pando. A solidariedade

entre a burguesia de La Paz e a oligarquia derrotada transforma rapidamente os pólos da guerra, e Willka finalmente reconhece esta situação ao proclamar seu novo projeto político. Neste momento se fala em formação de um governo puramente indígena sob sua liderança como seu objetivo, rejeitando a aliança com Pando e exigindo a transformação das fazendas particulares em comunidades indígenas. Entretanto, antes mesmo que a luta se inicie Zárate é preso em Oruro e a mobilização perde força sem seu líder. Quando finalmente é executado em 1905 seu exército popular já está há muito derrotado pela aliança de Pando com seu antigo rival.

Se olharmos apenas para o resultado político dos eventos ocorridos entre 1896 e 1905 não encontraremos muita evidência da magnitude das mudanças operadas na sociedade boliviana. Pando não apenas traiu seus aliados indígenas para barrar a revolução que se desenrolava no país como rejeitou seu programa anterior de federalização e manteve a capital constitucional em Sucre, conservando na Bolívia um estado unitário mas com duas capitais – um “rachão” com seus ex-adversários políticos. A disputa marítima contra o Chile foi resolvida de forma melancólica com o Acordo de Paz e Amizade de 1905, que dava ao Chile a posse perpétua do litoral boliviano em troca de um módico pagamento indenizatório e a construção de uma ferrovia entre La Paz e Arica¹⁴. A reforma fiscal que conseguiria reverter parte dos lucros obtidos com a extração de minérios para o Estado boliviano também nunca foi completa. Enquanto que os preços do estanho sofrem um acréscimo durante o começo do século XX e geram riquezas enormes para uma nova burguesia o Estado segue arrecadando praticamente nada, sendo que o único imposto realmente respeitado é a *pongueaje* sobre o trabalho indígena (ibidem, pp. 166). Nos anos 40 o homem mais rico do mundo é o “barão do estanho” boliviano Simón Patiño, enquanto em seu país a maioria indígena ainda vive em situação semi-servil. Em sua maior mina, Huanchaca, de cada 400 crianças nascidas, 360 morrem antes dos três meses (ibidem, pp. 172). Com os Liberais no poder emulando as práticas antinacionais dos Conservadores, a Guerra Federal mudou muito pouco da vida econômica e política do país. Entretanto aquela

¹⁴ Este acordo é tão impopular até hoje que, em sua demanda marítima contra o Chile, é comum aos bolivianos mencionarem que os que o assinaram não tinham legitimidade soberana para fazê-lo. Se juntarmos este raciocínio à derrota popular da Guerra Federal poderemos entender melhor esta visão peculiar de soberania e como ela desborda na idéia poderosa do Estado seqüestrado por forças ilegítimas.

articulação furiosa das demandas camponesas e indígenas nunca desapareceu de fato. A equivalência entre Conservadores e Liberais significava que o adversário não se encontraria necessariamente no palácio da velha oligarquia em Sucre, mas também nos prédios de negócios em La Paz. Esta *indefinição* foi fundamental para estabelecer um antagonismo duradouro entre o Popular e o Oligárquico na Bolívia. Para se opor ao governo bastava evocar as mesmas (e não resolvidas) questões de outrora, citar histórias que se transmitiam pela oralidade das comunidades andinas, apontar para símbolos de resistência que, resignificados a cada período, permaneceram como que bandeiras perenes de um outro projeto nacional. Sob este ponto de vista o anticlímax da consolidação da era liberal não significa a derrota definitiva deste projeto porque sua força inicial não se encontrava em sua especificidade histórica nem em sua consistência reformista, mas exatamente em sua *capacidade de organizar relações de poder em torno de antagonismos fáceis de serem compreendidos pela população*. De certa forma a história política da Bolívia até a revolução de 1952 (e depois do recrudescimento ditatorial) é a história destes antagonismos, que serão continuamente apropriados e resignificados como um mesmo antagonismo, o Popular versus a Oligarquia. De um lado sujeitos políticos diferentes entre si como o índio armado de Willka, o mineiro explorado em Oruro, o camponês sem terra no Altiplano. De outro também instituições diferentes como a oligarquia da prata, os barões do estanho, os militares a mando dos EUA (chamados de *vendepátrias*), os latifundiários. O mais interessante é que no caso boliviano, e este parece ser um problema fundamental para Zavaleta, o racismo e a falta de uma visão nacional da elite (seja ela de La Paz ou de Sucre) ajudou este antagonismo a tomar forma ao tratar com a mesma espada repressora os indígenas, os camponeses, os mineiros, etc. e etc. Enquanto que em outros países da América Latina a elite dominante buscou suavizar esses antagonismos com uma proposta hegemônica para a nação (incluindo mestiços, trabalhadores, etc.) o “projeto senhorial” simbolizado na traição de Pando rejeitou a própria idéia do Popular, preferindo seguir governando como proprietários de um conglomerado extrativista. Esta atitude de rejeição do popular refletia um *laissez faire* na política que atingiu de forma peculiar os indígenas. No meio rural (onde morava a maioria da população), o Estado marginalizou as seculares instituições políticas indígenas sem conseguir destruí-las. Mesmo quando fuzilam o Willka não conseguem destruir esta instituição de autoridade tradicional. A cultura e a língua

indígena sobreviveram com tenacidade à inúmeras incursões violentas, e em 1952 apenas 36% dos bolivianos falavam o espanhol como língua primária (Klein, 2003, pp. 236). Por isso notamos o vigor de uma instituição secular como o “willkalismo” já às portas do século XX: como durante toda a sua história a única relação do indígena com o Estado era puramente fiscal (através dos tributos indígenas – primeiro a *mita*, em seguida a *pongueaje*, etc.) e mesmo assim intermediada por uma hierarquia fundiária branca (os *hacendados*, que além de proprietários tinham autoridade estatal em suas terras) era natural que sua expressão política ancestral prevalecesse sobre qualquer idéia de república. Estas autonomias são tão importantes que, quando o Estado boliviano finalmente assume um caráter nacional-popular em 1952, constrói sua institucionalidade principalmente a partir da negociação com estas organizações populares (Molina, 2009). A Reforma Agrária, por exemplo, foi feita mais pelos *campesinos* organizados pelo país do que pelo Estado. Por sinal, é provável que a característica longevidade e eficiência das instituições da sociedade civil boliviana seja fruto destas duas dinâmicas de autonomia em relação ao Estado – primeiro a *resistência* frente ao modelo oligárquico e em seguida a *representação* conquistada do modelo de 52. Estas duas dinâmicas complementares nos informam muito acerca da realidade política onde nasceu e cresceu o partido Movimiento al Socialismo.

A representação do Popular

*“Compran países, pueblos, mares,
policías, diputaciones,
lejanas comarcas en donde
los pobres guardan su maíz
como los avaros el oro:
la Standard Oil los despierta,
los uniforma, les designa
cuál es el hermano enemigo,
y el paraguayo hace su guerra
y el boliviano se deshace
con su ametralladora en la selva.”*
- Pablo Neruda, “Standard Oil. Co”

Por que identifico os primórdios do popular como categoria política na história da mobilização camponesa-indígena? Porque a questão rural na Bolívia é fundamental para

compreender o “caldo” político e ideológico que culminará no MAS. Foram os camponeses bolivianos que deram forma ao popular e o inauguraram repetidas vezes na história. A gênese de sua luta é primeiramente *defensiva*, por isso sua ênfase inicial será em uma longa guerra de posições com o poder central em torno de recursos políticos limitados. Para entender melhor esta característica da luta rural boliviana, é preciso recordar que no território que hoje ocupa o Estado boliviano haviam culturas agrícolas organizadas e eficientes que floresceram em relativo isolamento em relação ao Império Inca e por conseqüência, também em relação aos efeitos militares mais violentos da invasão espanhola (Klein, 1992, pp. 20). A organização social das províncias aimarás do Kollasuyo¹⁵ não era centralista como a incaica, mas sim baseada na ocupação dispersa do espaço produtivo (o que era adequado ao tipo de economia pecuarista do Altiplano) e por isso mesmo com forte orientação federalista. Mantinha uma rica rede de comércio, trocando peixes do litoral e frutas dos vales do Leste por lã e carne, e pagava em ouro ao Império Inca pela construção de estradas que fortaleciam esta “integração vertical” entre diferentes zonas produtivas do altiplano:

“Através de séculos de expansão, mudança, e finalmente a conquista européia, os povos do altiplano mantiveram esta integração ecológica vertical intacta, e lutaram contra todas as tentativas de isolar o altiplano de suas bases regionais de comércio” (Klein, 1992, pp. 11, grifos meus)¹⁶.

É desta organização social horizontal e dispersa, extremamente difícil de ser exterminada pelo poder central, que vem a postura defensiva do camponês indígena boliviano. A questão rural na Bolívia pode sempre ser apresentada como uma luta anticolonial pois sua gênese é a mesma, e isto independente da etnia do seu interlocutor. As derrotas do passado (as expropriações, os massacres) não são esquecidas por se comunicarem fortemente com as derrotas do presente, o que evidencia o caráter duradouro desta guerra política entre a

¹⁵ “Kollasuyo” é o nome aimará do território boliviano, integrada pelos incas como uma de suas províncias – embora com bastante autonomia em relação ao Império (Klein, 1992, pp. 15).

¹⁶ Assim, o separatismo de Santa Cruz baseado em uma identidade regional não poderia por si só deslegitimar a idéia histórica de um ente federado no território boliviano. A integração comercial (e militar, a partir da Conquista Inca) entre o Altiplano, os Vales (onde hoje estão as cidades de Cochabamba e Sucre), e o Litoral se estendeu até as tribos guaranis que habitam o atual território de Santa Cruz. Ou seja, havia de fato uma integração social entre estes territórios anterior à criação do estado boliviano.

heterogeneidade originária e a colonização, assim como o reaparecimento das mesmas imagens de opressores e oprimidos. Dentro dela temos o antagonismo entre a acumulação capitalista primitiva (a expropriação de terras, a servidão indígena nas minas) e a ancestralidade da ocupação humana naqueles territórios. Por extensão, temos também o antagonismo entre o protagonismo político do indígena em uma sociedade onde constitui a maioria e o sistema oligárquico de divisão do poder. É possível observar desde Willka como estes debates resignificam temas como a democracia, o federalismo, a nacionalidade e a representação de acordo com seu contexto de luta, e sem nenhuma referência a teóricos clássicos. A demanda por co-governo apresentada pelo líder indígena é essencialmente democrática, embora para sê-la não se reporte necessariamente à teoria liberal-democrática clássica. A postura de autonomia dos indígenas em relação ao governo de Pando se manifestou como uma defesa da auto-organização indígena como unidade federativa, ou seja, operando em uma espécie de pacto com o Estado liberal em busca de um objetivo comum. Este “objetivo comum” não era outra coisa que a própria cidadania, isto é, a inauguração tardia de um Estado finalmente republicano que fosse aberto a representação de suas diversas classes políticas. Com a industrialização e a urbanização novos interlocutores tomaram para si a tarefa de resignificar este “nacionalismo de resistência” dos camponeses. Foi preciso um grande movimento também nas cidades para mobilizar as demandas de soberania, como a questão marítima e a questão hidromineral, com a questão rural. Este movimento, que culminaria na Revolução de 1952, tem suas origens em dois eventos sócio-políticos bolivianos do começo do século XX: a Guerra do Chaco (1932-1935) e a sindicalização dos mineiros.

Cronologia Política Boliviana 1900-1952

Ano		Governo
1900	Presidente Juan Manuel Pando (Partido Liberal)	Liberais assumem após Guerra Civil de 1899
1903	Guerra do Acre, Bolívia perde este território	Partido Liberal
1904	Presidente Ismael Montes (Partido Liberal)	Eleições¹
1905	Tratado de Paz e Amizade com Chile	Partido Liberal
1909	Presidente Eliodoro Villazón (Partido Liberal)	Eleições¹
1913	Presidente Ismael Montes (Partido Liberal)	Eleições^{1 2}
1917	Presidente José Gutierrez Guerra (Partido Liberal)	Eleições¹
1920	Junta militar presidida por Batista Sauvedra (Partido Republicano)	Golpe de Estado
1921	Massacre de indígenas em Jesús de Machaca	Partido Republicano
1923	Massacre de mineiros em Uncia	Partido Republicano
1925	Eleições anuladas e refeitas	Partido Republicano
	Presidente Hernando Siles Reyes (Partido Republicano)	Eleições¹
1930	Revolta popular contra governo Siles; exército intervém	Junta Militar
1931	Presidente Daniel Salamanca (Partido Republicano Genuino)	Eleições^{1 2}
1932	Início da Guerra do Chaco, 6000 bolivianos invadem território paraguaio	Partido Republicano Genuino
1933	Paraguaios páram avanço boliviano, guerra de trincheiras	Partido Republicano Genuino
1934	Derrotas bolivianas, generais prendem Presidente Salamanca, Vice assume	Golpe de Estado
	Presidente Tejada Sorzano (Partido Republicano Genuino)	Partido Republicano Genuino
1935	Paz do Chaco, derrota boliviana	Partido Republicano Genuino
1936	Golpe. General David Toro assume e promete "socialismo militar"	Golpe de Estado
1937	Nacionalização da Standard Oil, criação do Ministério do Trabalho e do Banco Mineiro	Governo militar
	General Germán Busch	Golpe de Estado
1938	Constituição de 1938, Código Trabalhista	Governo militar
1939	Suicídio de Busch, General Carlos Quintanilla assume provisoriamente	Governo militar
1940	Presidente Enrique Peñaranda (aliança entre partidos tradicionais contra a esquerda)	Eleições^{2 3}
1941	Governo acusa MNR de tendências fascistas e fecha o partido	Frente de Concordância
1942	Massacre de mineiros em Catavi	Frente de Concordância
1943	Exército se junta ao MNR e derruba Peñaranda	Golpe de Estado
	General Gualberto Villarroel	Governo militar com apoio civil
1944	Formação da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB)	Governo militar com apoio civil
1945	I Congresso Indígena Boliviano em La Paz	Governo militar com apoio civil
1946	"Teses de Pulacayo": manifesto pela união entre mineiros e camponeses	Governo militar com apoio civil
	Golpe conservador contra Villarroel	Golpe de Estado
1947	Presidente Enrique Hertzog (Partido da Unidade Republicana Socialista)	Eleições³
1949	Hertzog renuncia. Assume o Vice-Presidente Mamerto Urriolagoitia	Partido da Unidade Republicana Socialista
	Insurreição popular fracassada organizada pelo MNR	Partido da Unidade Republicana Socialista
1951	MNR vence eleições, mas estas são anuladas. Assume General Hugo Ballivián	Golpe de Estado
1952	Revolução Boliviana: exército é derrotado pela população armada	Revolução

¹ Sufrágio limitado por renda

² Candidato único

³ Sufrágio masculino (alfabetizados apenas)

Fonte: Elaboração própria a partir de Klein (1992).

A Guerra do Chaco foi uma aventura militar do governo oligárquico de Daniel Salamanca (1931-1934) que, às voltas com a crise econômica advinda da Grande Depressão e com uma oposição bem-estruturada no Congresso, apostou em uma guerra rápida de conquista na disputada fronteira com o Paraguai. Quando o exército boliviano (composto em 90% por indígenas falantes de línguas nativas, mas comandado por brancos) encontra em um território inóspito e seco uma guerrilha determinada e bem-armada paraguaia, o avanço militar boliviano dá lugar a uma terrível guerra de trincheiras que mata entre 1932 e 1935 perto de 100 mil pessoas (Klein, 1992, pp. 188-210). Enfrentando a deserção em massa e severos problemas logísticos, a Bolívia é obrigada a assinar um acordo desfavorável com o país invadido e sai derrotada do conflito. A derrota do Chaco é militar e política, pois se torna uma manifestação bastante radical da fragilidade do Estado oligárquico boliviano. Este momento é fundamental por conjugar, no tempo e no espaço, a quase totalidade das contradições presentes no Estado boliviano, seja para os camponeses indígenas, seja para os mestiços urbanos. Novamente foi a guerra que elucidou para todos a fronteira entre os interesses da massa da população e os da elite que ocupava o Estado. Os horrores da guerra se tornaram uma forma de comunicação entre os camponeses recrutados à força para lutá-la e os mestiços que foram igualmente massacrados militarmente e economicamente em mais uma guerra da oligarquia. Se a derrota contra o Chile desaguou na Guerra Federal, a derrota para o Paraguai trouxe a Revolução de 52. A chamada Geração do Chaco foi a primeira do país a experimentar uma guerra total, completa com conscrição forçada, disciplina brutal, oficiais corruptos e novas máquinas de guerra como a metralhadora e o avião. A mobilização atingiu igualmente brancos, mestiços e indígenas. O território invadido pelos paraguaios durante a longa retirada dos derrotados exércitos bolivianos chegou perto de Santa Cruz e Tarija, cidades importantes. Enquanto grupos nacionalistas e socialistas acusavam o governo de estar a mando da empresa petroquímica Standard Oil ao invadir o Chaco paraguaio, setores do fronte desertavam em massa. O Presidente Salamanca, que havia iniciado o conflito, é deposto pelos militares em 1934 e a paz é assinada pelo seu vice-presidente no ano seguinte. O período de crise política que sucedeu a Guerra foi

marcado pela incerteza e pela quebra de alguns pilares políticos do Estado boliviano. Afinal, o governo de Daniel Salamanca (eleito em 1931 pelo Partido Republicano em aliança com o Partido Liberal) havia tentado transformar a questão do Chaco em questão de soberania frente a uma enorme crise econômica oriunda do Crash da bolsa de 1929. Tentou através da guerra total um novo pacto social entre o Estado e sua população, que apesar de explorada teria o dever cívico de lutar pela soberania nacional – o que de fato fez durante os primeiros anos da guerra. No entanto, como ocorreu entre os exércitos de Willka e os Liberais anos antes, a mobilização logo se virou contra o governo. Quando chamada para invadir um país vizinho em 1932, a sociedade teve de encarar também o absurdo das contradições que explodiam na caatinga do Chaco tanto quanto os obuses paraguaios. As evidências do impacto psicológico da Guerra naquela sociedade são variadas. Os romances publicados neste período (feitos pela e para a minoria branca e letrada) mostram a terrível condição dos indígenas forçados a lutar sem sequer terem sua cidadania reconhecida pela Constituição, o que mostra uma aproximação fundamental da intelectualidade com “o problema do índio” (Mariátegui, 1928). As acusações de envolvimento de companhias petroquímicas estrangeiras no conflito uniram nacionalistas e socialistas com uma reapropriação do discurso da soberania outrora formulado no ocaso da Guerra do Pacífico. A presença totalizante da guerra na sociedade boliviana cristalizou a necessidade de construir, afinal, um Estado capaz de responder a sua população e não aos interesses privados de uma elite extrativista.

A volta da questão do Estado é importante pela mudança de seus interlocutores. Após o desastre que foi a Guerra do Chaco, a idéia de um Estado boliviano não podia ser simplesmente nacionalista, ou seja, baseada apenas na *diferenciação*. Era preciso também criar algum eixo de *equivalência*, algo de cidadania naquele Estado racista e expropriador. Laura Gotkowitz se refere ao período entre o fim da Guerra do Chaco e a Revolução de 52 como um “processo de *state-making* sobre o qual o próprio Estado tinha um controle incompleto” (2003, pp. 165). Isto porque após a crise fatal da oligarquia no ocaso do Chaco uma diversidade de atores políticos irão começar um processo heterogêneo (e muitas vezes conflitivo) de construção de um novo Estado sobre os escombros do antigo. Tamanha a crise de legitimidade das instituições políticas bolivianas que o Exército Nacional, de

alguma forma redimido pelo golpe de Estado que aplica no próprio Salamanca, toma as rédeas do processo com um marco inicial importante: a nacionalização da companhia petrolífera norte americana Standard Oil Co. pelo governo militar de David Toro em 1937. Neste período o Exército (inspirado por ideologias fascistas) assume um caráter desenvolvimentista e busca através de medidas trabalhistas conciliar interesses da classe dominante com uma população agora plenamente mobilizada por mudanças (Andrade, 2007, pp.35-38). Entre projetos de poder que com a politização da Guerra do Chaco se apresentavam claramente como um antagonismo entre esquerda e direita, o Exército tentou, com diferentes graus de sucesso, conduzir o processo de *state-making* na Bolívia. Apesar de avanços em áreas específicas (notadamente no fim da servidão indígena no governo Villarroel em 1945) as administrações militares não conseguiram formular um projeto nacional que fosse mais do que uma intermediação incompleta entre campos antagônicos. Como se trata naturalmente de uma instituição fechada à qualquer idéia de representação, o Exército não resistiu à politização crescente do período sem ter de tomar uma posição. Me refiro com politização a entrada de ideologias socialistas e nacionalistas para dentro das instituições populares (sindicatos, grêmios estudantis, associações de bairro), algo que o abismo entre a esfera popular e a intelectual nos períodos anteriores não havia ainda permitido. Tratar deste fenômeno é importante para um olhar destas instituições na contemporaneidade (ou seja, o MAS) porque nesta Bolívia índia estas teorias foram resignificadas de acordo com as necessidades dos atores sociais em seus contextos, e é neste período entre 1935 e 1952 que temos exatamente as primeiras formulações políticas realmente populares. É importante ressaltar, a Revolução Boliviana de 1952 durou apenas três dias e se reduziu a confrontos localizados com tropas militares em La Paz, Cochabamba e Oruro (Klein, 1992, pp. 231). A verdadeira revolução social foi resultado da formação de instituições políticas populares cada vez mais radicalizadas em torno de demandas políticas, uma heterogeneidade que o MNR conduziu de forma indireta em 1952 (Whitehead, 2003, pp. 27-33). Se tirarmos da equação a violência revolucionária (que foi relativamente pequena, com cerca 500 mortes) a comparação com o MAS e sua relação com as instituições populares do fim do século XX é legítima. Assim como no início dos anos 2000, na primeira metade do século esta dinâmica assumiu formas diferentes nas cidades e no campo. Ressalto os aspectos que mais nos informam acerca da persistência

destas dinâmicas e lutas pelo poder durante todo o século XX, culminando na formação de um partido popular com o MAS.

Nas cidades a mobilização teve durante a primeira metade do século XX um aspecto partidário relevante. Apesar de permeado por tendências progressistas (e até socialistas, como no caso dos Generais Toro e Busch e seu “socialismo militar”) o Exército boliviano, como mencionado, não tinha a capacidade de representar as expressões políticas que se popularizavam rapidamente no clima de mobilização do pós-Chaco. O desfecho da Revolução Russa e principalmente a influência de pensadores latino-americanos (notadamente o peruano José Carlos Mariátegui) marcou a proliferação de grupos e partidos marxistas-leninistas neste período e selou um vetor de confronto entre eles e o Exército. O Partido Obrero Revolucionario (POR) é o primeiro partido a tentar unificar a esquerda em torno de um programa claramente comunista, com uma importante influência do pensamento trotskista. Mas como estabelecer um programa classista em um país rural, praticamente sem proletários? A “resposta” estava no crescente sindicalismo dos mineiros. A Segunda Guerra Mundial voltou a colocar no centro da economia boliviana a mineração, agora baseada na exportação do estanho. Apesar dos avanços na tributação dos minérios a dinâmica internacional na América Latina se fez valer sobre o país andino, que acabou assinando acordos de exportação com os Estados Unidos a preços muito abaixo das cotações internacionais. Os proprietários das minas, é claro, “repassaram” os novos preços aos trabalhadores, resultando em uma diminuição efetiva do salário. O esforço produtivo aumentou artificialmente a necessidade de mão de obra para cumprir as metas da Segunda Guerra: “Ao final da guerra, o Estado estava em séria crise financeira e os acampamentos mineiros, com enorme concentrações operárias sub-remuneradas” (Dunkerley, 1987, pp. 23). Porém os mineiros dos anos 40 não eram os mesmos indígenas que, sob o julgo do trabalho forçado, realizavam um trabalho quase suicida nas minas de Potosí e Oruro. A “nova” classe mineira trazia as tradições de organização social de séculos de trabalho pesado, mas novas formas de organização sindical começaram a entrar pela primeira vez no país. A importância da transformação do mineiro, de indígena explorado pelo trabalho servil a sujeito político deve ser ressaltada. Trata-se primeiro da transformação de um poder econômico em um poder político, pois de sua mão de obra dependia o grosso da economia

boliviana e a fortuna de sua elite econômica. As greves de mineiros nesse período já mostravam seu potencial para paralisar a produção do país, sendo reprimidas duramente pelo Estado como no episódio do massacre de Uncía em 1923, quando o governo abriu fogo contra a massa de manifestantes naquela cidade, matando dezenas (Lora, 1994). Confrontados pela aliança da elite política (que controlava a repressão) com a elite econômica, os mineiros se organizaram em sindicatos maiores e mais radicais, se aproximando definitivamente do socialismo marxista. O próprio ambiente das minas era propício a uma sociabilidade específica da ocupação profissional, ao contrário da realidade isolada do trabalho no campo. O trabalho nas minas é feito por pequenos grupos de trabalhadores que juntos encaram jornadas que freqüentemente ultrapassam as 12 horas de trabalho. A ocupação começa cedo com o trabalho infantil e é comum estes grupos de trabalho permanecerem juntos da infância até a (prematura) morte do trabalhador, constituindo-se em verdadeiras famílias de mineradores. Entre estes há uma sofisticada relação de civilidade e espaços próprios de deliberação que conseguiu em séculos de atividade criar uma cultura específica mineira, bastante respeitada em todo o país (Michard, 2008). Em 1942 ocorre o grande massacre da mina de Catavi, quando uma marcha pacífica de familiares de trabalhadores mineiros em greve é enfrentada à bala pelo Exército boliviano, resultando em centenas de mortes. O evento é descrito como o “domingo sangrento da Revolução Boliviana” (Andrade, 2007, pp. 44). Como aconteceu outras vezes na Bolívia a repressão só aumentou a legitimidade do movimento perante a população urbana e partidos opositores começaram a ganhar popularidade. Mais ainda, o Massacre de Catavi significou para os movimentos populares nas minas, nas cidades e no campo o rompimento definitivo com o Exército. Esta localização do Exército como inimigo da soberania popular permitiu aos revolucionários vitoriosos de 52 terem, ao menos nos primeiros anos de revolução, o controle completo do aparato repressivo estatal – e em muitos casos sua popularização a partir de colunas militares de mineiros e brigadas campesinas (ibidem).

A aliança explícita entre os patrões e o Exército também chamou a atenção para a necessidade da construção de um novo interlocutor entre Estado e sociedade nesta área tão vital para a economia boliviana. O Estado boliviano, como já mencionado, nunca conseguiu

transformar suas enormes riquezas minerais em desenvolvimento produtivo pois sua elite dirigente esteve durante séculos integrada a atividade exportadora baseada em trabalho servil. Os Liberais do século XIX acreditavam na reforma fiscal como uma maneira de taxar a mineração afim de permitir a redistribuição da riqueza mineral, mas uma vez no poder negociaram diretamente com os proprietários de minas para isentar a maioria dos minérios de imposto (Zavaleta, 2008). Os novos interlocutores da redistribuição das riquezas minerais não poderiam ser os mesmos Liberais, deslegitimados ainda mais após a derrota de 1935 e o escândalo da Standard Oil. Também não podia mais ser o Exército, manchado definitivamente com o Massacre de Catavi. Pela primeira vez temos então a popularização da questão da nacionalização da própria atividade extrativista (e não apenas de seu lucro através do imposto) como necessária para a viabilidade do novo Estado boliviano: “Todos os lucros das minas são enviados para fora do país ou de alguma forma mantidos longe da economia nacional pelos barões do estanho. Logo, o estado tinha que tomar o controle das minas para reter os lucros gerados pela mineração e usá-los para desenvolver a nação” (Klein, 1992, pp. 197). Enquanto os proprietários das minas tivessem a última palavra na legislação tributária não poderia haver redistribuição da riqueza. Esta idéia de soberania nacional e redistribuição social (e sua institucionalização nos sindicatos e partidos) foi a principal contribuição dos mineiros para a mudança por vir naquele país, uma característica perene do pensamento popular boliviano que ecoará nas demandas por nacionalização dos hidrocarbonetos no fim do século XX.

No campo, a questão rural também impôs ao novo discurso de Estado a necessidade de incluir a população indígena como membro integrante de seu projeto de cidadania. De forma semelhante à ocorrida nas minas, novos sindicatos rurais começaram a surgir neste período, se organizando segundo a tradição federalista indígena. Não sendo mais possível ignorar a vibrante expressão política da organização campesina, todas as plataformas políticas anti-oligárquicas, fossem elas nacionalistas ou socialistas, buscaram algum apoio nestas bases. E assim como ocorreu com os mineiros e seus sindicatos, as dinâmicas de luta constituídas neste período são duradouras e nos dizem muito sobre a mobilização camponesa nos anos 2000. Em 1943 assume o governo o militar progressista Gualberto Villarroel. Ao se deparar com a crescente mobilização camponesa e indígena seu governo

permite a realização, em 1945, do Primeiro Congresso Indígena na Bolívia, com 1500 representantes do país inteiro. Tão importante quanto o grau de representação e legitimidade alcançados nesse evento inédito foi o peso da mobilização popular em torno de um grupo de demandas construído em anos de luta. A principal delas envolvia o fim dos trabalhos forçados, que obrigavam famílias de colonos indígenas a prestarem serviços gratuitos na casa do proprietário (a *pongueaje*) e era praticada em todo o país. Com marchas indígenas chegando a La Paz para apoiar o evento, o governo relutantemente aprova uma agenda de 4 pontos, que se transformariam até o fim do ano em decretos presidenciais (Gotkowitz, 2003, pp. 167). Estes tratavam do fim da *pongueaje*, fim dos serviços obrigatórios no campo, a abertura de escolas rurais e a criação de um código trabalhista rural¹⁷. Na aplicação destas medidas encontramos uma matriz da interação entre camponeses e Estado na Bolívia. Do lado do Estado a possibilidade de instrumentalizar aquela base política cada vez mais organizada era vantajosa contra a ameaça constante de golpes militares conservadores (o próprio Villarroel havia chegado ao poder desta forma em 1943). Do lado dos movimentos sociais o *reconhecimento* era certamente um dos recursos políticos a serem conquistados no processo de mobilização social (cf. Tilly, 1978). Esta legitimidade disputada junto ao Estado ocorre historicamente na Bolívia em diversos períodos de sua história e seguirá valiosa nas mobilizações populares do fim do século XX. Desta forma, ao decidir participar do Congresso como uma autoridade nacional junto aos debates dos líderes indígenas o governo de Villarroel concedeu uma legitimidade importante àquelas organizações que o idealizaram. E da mesma maneira sofreu as conseqüências desta interpelação, ou como resumiu René Zavaleta Mercado: “Não se desperta a massa alguma impunemente” (2008, pp. 177). Neste momento este reconhecimento se manifesta de forma muito precisa como uma ferramenta de legitimidade contra o poder autocrático dos proprietários em suas terras, daí a demanda por um código rural que desvinculasse a autoridade no campo do latifundiário. Ou como dirá Laclau, “*introduzir* a ordem onde havia, ao menos parcialmente, o caos” (2005, pp. 229, grifos do autor). Como resultado desta interação particular entre o apoio das bases e o reconhecimento do Estado, esta forma de mobilização irá imprimir à cultura política

¹⁷ Quanto à *pongueaje*, Klein comenta que esta prática era tão disseminada na Bolívia que mesmo após o Presidente Villarroel tê-la abolido em 1945 ela continuou a ocorrer até a reforma agrária de 1952 (Klein, 1992, pp. 219).

boliviana um forte elemento constitucionalista, construindo com ela uma dinâmica de mudança duradoura naquele país:

“A mobilização popular, a contestação e a rebelião são os elementos que com frequência impulsionam a mudança social, enquanto que o constitucionalismo e o reformismo internalizam as mudanças e preparam o terreno para *novos conflitos sobre a distribuição do poder que se desenrolam em longos períodos de tempo.*” (Gray, 2003, pp. 361, grifos meus)¹⁸

Da mesma maneira a própria experiência com a administração estatal influi na dinâmica de formação das lideranças populares, estabelecendo um padrão duradouro. O sistema político andino tradicional exige uma rotação permanente de lideranças (com a exceção das figuras de autoridade religiosas), uma prática que se inseriu nas federações camponesas de forma praticamente orgânica. Porém o status de um líder de movimento quando encarado com esse reconhecimento estatal muda significativamente, e a partir do Congresso Indígena temos o aparecimento nas comunidades de títulos como o “alcalde indígena”, que se apresentam como detentores de uma interlocução previamente inexistente com a autoridade estatal (Gotkowitz, 2003, pp. 168-174). Esta relação pessoal de autoridade e intermediação (implementada segundo o modelo sindical centralista) não existia no sistema rotativo indígena, que a partir daí expõe lideranças e liderados à uma série de tendências oligárquicas descritas por Michels, como a competição por cargos e o aburguesamento das lideranças (2001, pp. 59-197). Esta tendências ocorrem ao mesmo tempo em que esta onda de institucionalização se espalha pelo meio rural boliviano na ausência do Estado, o que marcou de forma característica as instituições populares rurais desde então. O empoderamento das lideranças indígenas derivou primeiro da relutância do governo em aplicar os decretos aprovados no Congresso, receoso da reação de uma elite proprietária influente na política. Como o governo não se preocupava em executar os decretos e os trabalhos forçados persistiam no campo, estas lideranças, de posse de documentos

¹⁸ Este constitucionalismo boliviano é particular por sintetizar nos processos de negociação, redação e promulgação das cartas magnas o grau de mobilização popular e sua influência junto ao governo constituinte. É por isso que os revolucionários de 1952 só conseguiram institucionalizar as grandes reformas executadas depois de quase dez anos de negociação com os organismos populares. Algo semelhante ocorre com o MAS em 2005, quando terá sua Constituição aprovada com muitos cortes apenas em 2009.

assinados pelo Presidente Villarroel, foram recebidos por uma população já mobilizada. Foi assim que os delegados que participaram do Congresso voltaram para suas comunidades como líderes políticos prontos para aplicar os decretos presidenciais à revelia do poder estatal, praticamente ausente no campo neste período. Como o proprietário de terras (o *hacendado*) era uma autoridade política legitimada pelos governos anteriores, e sem uma reforma agrária que efetivamente reorganizasse a precária condição camponesa no país, os indígenas de posse dos decretos presidenciais (apesar de majoritariamente analfabetos¹⁹) foram bater nas portas dos seus patrões em busca de seus direitos recém adquiridos. A dispersão espacial da mobilização popular logo fez com que os camponeses nas *haciendas* interpretassem de forma particular aqueles decretos, dando início a um heterogêneo ciclo de rebeliões que varreu o meio rural boliviano entre 1945 e 1949. Em muitos casos os insurgentes se levantaram contra abusos não contemplados pela lei, notadamente em questões fundiárias (Gotkowitz, 2003, pp. 174). Aqui temos não só a gênese da reforma agrária popular que será realizada após 1952, como uma duradoura dinâmica de mobilização junto ao Estado, seguida do reconhecimento estatal das demandas e da aplicação destas *em conjunto com a mobilização popular*, quando não exclusivamente por ela. Entender este padrão é importante para analisar os processos de mobilização rural naquele país até os dias de hoje, assim como a resposta do Estado ante a massa e o possível escalonamento do conflito (cf. Tilly, 1978). Na década de 40, com a mobilização no campo beirando a revolução, o Estado assume o mesmo caráter repressivo feroz utilizado contra os mineiros: “Aviões foram usados contra a insurgência rural pela primeira vez; e além do Exército, os proprietários formaram suas próprias milícias” (ibidem, pp. 176). Apesar da violência, as organizações formadas no contexto do Congresso já estavam enraizadas nas comunidades indígenas a ponto de terem sido vitais na Revolução de 1952. Quando os partidários do MNR vencem o Exército nas ruas de La Paz o meio rural boliviano já está mobilizado o suficiente para consolidar este feito revolucionário no campo.

Ao olhar para o contexto de radicalização na cidade, nas minas e no campo, entendemos como a mobilização popular criou as condições necessárias para um processo

¹⁹ Klein relata que em 1952, quando no marco da Revolução tem início a importante reforma educacional boliviana, dois terços dos bolivianos são analfabetos e apenas 36% falava o espanhol (Klein, 2003, pp.235-6).

revolucionário. Em 1952 este processo foi conduzido pelo partido Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) contra a desordem política originada pelos diversos golpes militares feitos nos anos anteriores. Em 1946 o Presidente Villarroel (cujo gabinete integrava o MNR) é assassinado em um golpe de estado, um evento que motivou aquele partido de intelectuais e militares progressistas a questionar o precário sistema partidário do período e a se preparar para uma possível revolta armada²⁰. No mesmo ano uma recém-criada Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB, fundada em 1944) publica as Teses de Pulacayo requerendo uma aliança entre camponeses e trabalhadores afim de revolucionar o sistema político e econômico boliviano. O governo conservador de Enrique Hertzog e Mamerto Urriolagoitía (1947-1951) reprime igualmente os mineiros organizados e um MNR cada vez mais popular entre os mestiços urbanos e a classe média (Klein, 1992, pp. 222-226). A exportação de estanho para os Estados Unidos continua a ser realizada com preços abaixo dos praticados pelo mercado mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, gerando como reação popular um discurso anti-imperialista comum tanto aos nacionalistas partidários do MNR quanto aos comunistas mineiros, que se aproximam em uma frente de oposição comum. O sufrágio boliviano era limitado aos alfabetizados, o que transformou a classe média urbana em um importante fator político. Em 1951 com a ajuda deste eleitorado o MNR ganha as eleições mas é impedido por um golpe de estado de assumir o poder. No ano seguinte com o Exército plenamente identificado com o regime conservador tem início a Revolução Boliviana a partir de um motim policial e da abertura dos arsenais para a população urbana, reforçada em seguida por uma coluna militarizada de trabalhadores mineiros. Em três dias o Exército é aniquilado e o MNR assume o poder amparado pelas classes populares rurais e principalmente pelos mineiros radicais de esquerda, com quem irá dividir o governo.

A Revolução de 1952 é importante neste trabalho por ser um momento de consolidação contra-hegemônica de uma frente política com um projeto de Estado, organizado por um partido que se formou como um rebelde contra os partidos tradicionais – uma situação institucionalmente semelhante à vivida pelo MAS nos anos 2000. A forma como os dois

²⁰ Esta postura irá culminar na intentona de setembro de 1949, quando um MNR liderado por Siles Zuazo ainda relutante em mobilizar militarmente a população irá tentar um golpe civil fracassado contra o governo conservador de Urriolagoitía (Klein, 1992, pp. 223).

partidos, MNR e MAS, reagiram à dinâmica popular e conduziram uma determinada *agenda de mudanças* constituída a partir da mobilização dos bolivianos evidencia padrões de conduta política perceptíveis. A Revolução não nasceu de uma vanguarda revolucionária e nem de um conflito de classe específico, mas sim da extrapolação do fazer político popular vivido no país nos anos anteriores: “Redes ligando peões nas *haciendas*, comunidades indígenas livres, trabalhadores urbanos e organizações de esquerda haviam se formado para desafiar a ordem senhorial” (Thomson, 2003, pp. 122). A partir da Revolução o protesto social organizado no país será não mais defensivo mas *estruturante*, ou seja, terá como horizonte um projeto de Estado que extrapole suas demandas iniciais. A demanda indígena não é apenas simbolicamente construída em torno de um discurso anticolonial de reconhecimento, mas se transformará em expressão revolucionária, por exemplo, no sufrágio universal instituído na Revolução. A demanda rural não se limita à reorganização da autoridade estatal no campo mas também requer uma redistribuição radical da propriedade que se materializa na reforma agrária. A demanda dos mineiros não é apenas por salário e emprego mas também um projeto de administração estatal sobre os recursos minerais que se materializa na nacionalização de todas as grandes minas e na criação da empresa estatal petrolífera Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia (YPFB). No plano político a Revolução significou o afastamento violento do Exército da esfera política e o afastamento da velha oligarquia da esfera econômica (com as nacionalizações e expropriações). Embora ambos os processos tenham ficado incompletos, o sufrágio universal, a regulamentação das profissões, a reforma agrária, o reconhecimento de uma série de direitos sociais e uma grande reforma educacional será o salto de cidadania que cimentará ao longo das décadas seguintes a sociedade civil como sujeito das mudanças naquele país. Mais de cinquenta anos mais tarde este legado não desapareceu. Por exemplo, a reforma educacional boliviana iniciada em 1952 efetivamente tornou a Bolívia um país bilíngüe ao final do século XX, com índices de escolaridade melhores do que os brasileiros (Klein, 2003, pp. 243). A estrepitosa questão hidromineral se tornou de fato uma responsabilidade do governo, que manteve o arranjo nacionalista de propriedade estatal das empresas até o neoliberalismo nos anos 80. O sufrágio universal permaneceu como uma ferramenta de mudança poderosa, reflexo de uma sociedade cuja maioria se identificava

como excluída. É por isto que será continuamente suspenso pelos regimes militares e severamente limitado no contexto neoliberal.

Conclusão

Este capítulo buscou traçar alguns aspectos fundamentais da mobilização popular boliviana que serão decisivos no período de formação e consolidação do MAS nos anos 90 e 2000. Isto porque, antes de tratar das contingências históricas específicas ao momento vivido pelo MAS é preciso denotar exatamente o quê significa a mudança social na Bolívia. Quando o MAS é legitimado como um agente da mudança em 2005 a população boliviana tem em sua expectativa um número de questões não-resolvidas²¹ que não só teimam em aparecer no debate político em diferentes épocas como em alguns momentos passam a ser elas mesmas a matéria do debate político, hegemonizando o discurso dos grupos contendores de poder, sedimentando posições de autoridades e militantes, desenhando campos antagônicos e, *notoriamente*, construindo pontes entre grupos lutando contra uma mesma instituição estatal. Nestes momentos de equivalência entre grupos heterogêneos a luta pela hegemonia se cristaliza em uma fronteira dicotômica contra um poder constituído que não só coordena a mobilização como lhe dá uma identidade poderosa de resistência comum (Laclau, 2005, pp. 129-138). Esta identidade pode ser duradoura pois ao construir para si um projeto de poder que tenta ao mesmo tempo incluir as manifestações heterogêneas em seu seio (as demandas), este campo contendor forma a partir desta tensão a própria noção de “povo” (ibidem, pp. 163-4). Daí que podemos chamar aquela aliança entre trabalhadores urbanos, mineiros e camponeses mediada por um partido de intelectuais (o MNR) de “popular”, não só porque alcançou um alto nível de representatividade das manifestações políticas populares mas porque deu a elas corpo e voz nas medidas políticas adotadas. Ao observar para variáveis como as *demandas* formuladas e expressadas junto à autoridade central ou as *dinâmicas* de interação entre estes grupos e o Estado, é possível identificar padrões históricos que se expressam nas instituições e formam condutas que levam atores a agirem de forma semelhante em diferentes períodos históricos. As insurreições indígenas no contexto de 52 tinham sua dinâmica de representação e autonomia e identificaram o campo antagônico em sua luta: o poderio autocrático dos proprietários brancos contra os

²¹ A expressão é de Lawrence Whitehead (2009).

camponeses indígenas. O fato dos movimentos indígenas usarem nos anos 2000 os mesmos símbolos de luta (as bandeiras indígenas, a exaltação da resistência de Katari e de Willka, etc.) não significa “apenas” um recurso retórico, mas sim a reconstrução de um campo antagônico que ainda lhes é caro. Não se trata de irrelevar que o interlocutor de 2005 esteja distante no tempo cinquenta anos do revolucionário de 1952. A força deste campo antagônico está em sua capacidade de se realinhar de acordo com o período e o contexto político, em sua “indeterminação fundamental” que permite que ele seja resignificado por grupos políticos em situações similares (ibidem, pp. 164). Isto significa que embora este campo esteja também presente nos anos 2000 (assim como muitas das instituições fundadas no contexto de 52, notadamente a Central Obrera Boliviana), as condições desta resignificação do popular são plenamente históricas e precisam ser analisadas como uma manobra de mobilização social por parte de um grupo político com os recursos para fazê-la. Ao tempo da formação do MAS esta manobra requer um novo projeto político que incluía novos movimentos populares nascidos no intenso processo de modernização e urbanização da Bolívia. A própria Revolução gerou uma nova classe urbana mestiça e bilíngüe, os “cholos”, que resignificaram à sua maneira a identidade indígena. Embora suspenso por décadas de ditadura militar após a queda do regime revolucionário em 1964, o sufrágio universal volta em 1982 e cria um sistema partidário que também será fundamental para a expansão do MAS, pois cria as condições para uma nova interação entre os movimentos sociais e o Estado. As reformas constitucionais nos anos 90 intensificaram esta interação ao permitir a representação de fato de grupos menores em instâncias locais do Estado, sedimentando a idéia de um “poder popular” ainda difuso em lugares como El Alto e Chapare. É junto a estes novos movimentos sociais e em um novo contexto de intensificação da luta política que o MAS irá se desenvolver.

2. Reabertura democrática e a formação de sistemas políticos na Bolívia

A ditadura militar na Bolívia se instalou de forma típica no contexto latino-americano de Guerra Fria e apoio norte-americano aos governos autoritários, o que não deixa de ser surpreendente em um país que havia acabado de fazer uma revolução popular. O sistema de representação corporativa que emergiu da Revolução de 1952 inibiu a criação de partidos políticos independentes e o MNR permaneceu sendo um partido de Estado sob enorme pressão política dos sindicatos. Ao mesmo tempo rejeitou completamente o socialismo de inclinação soviética, tomando um rumo diferente daquele tomado, por exemplo, por Fidel Castro na mesma época. Na verdade, após 1952 haverá um distanciamento cada vez maior entre o MNR e os movimentos sociais que o apóiam. No mesmo ano da Revolução os mineiros organizam um novo sindicato central que se pretende representante de toda a classe trabalhadora boliviana, a *Central Obrera Boliviana* (COB), chefiada pelo líder mineiro Juan Lechín. Enquanto organizava a representação de acordo com esta mobilização operária²² e executado as reformas requeridas por estes grupos, o MNR do advogado Victor Paz Estenssoro negociava com os Estados Unidos um grande pacote de ajuda econômica já em 1953. Do lado do MNR a ajuda era bem vinda para financiar seu nascente “capitalismo de estado” e as grandes reformas do período, a ponto de em 1958 um terço do orçamento boliviano ser ajuda externa norte-americana (Klein, 1992, pp. 238). Do lados dos Estados Unidos a estratégia era de *contenção* ao comunismo na América Latina, já que o MNR era visto pelo governo de Eisenhower como um partido corporativo semi-fascista capaz de deter a onda revolucionária de Lechín e sua COB (ibidem, pp. 239). A estratégia norte-americana provou ser bem-sucedida nos anos seguintes. A economia boliviana cresceu com a ajuda externa a ponto de tornar-se dependente dela, um padrão que segue praticamente inalterado até o fim do século XX. Novos pacotes do governo norte-americano e do Fundo Monetário Internacional começaram a ser disponibilizados sob determinadas condições a serem cumpridas pelo governo do MNR, como um novo código de exploração petrolífera

²² Os camponeses eram oficialmente representados pela COB (que chegou a indicar o Ministro de Assuntos Campesinos) mas tinham pouca voz de fato na instituição. A sub-representação camponesa na Confederação seguirá até a experiência sindical de “Assembléia Popular” do governo militar de Juan Torres (1970-71), quando serão apenas 10% dos delegados (Alexander, 2005, pp. 137)

favorável às indústrias norte-americanas (1953), fim dos subsídios sobre os alimentos (1957) e finalmente o rearmamento e treinamento do Exército boliviano de acordo com a doutrina estadunidense de Guerra Fria (1961). A institucionalização da vibrante mobilização popular dos anos anteriores sob um mesmo aparato sindical e sua representação orgânica no governo do MNR facilitou de fato o controle do Estado sobre os movimentos sociais e a implementação gradual de medidas que anos antes teriam sido consideradas reacionárias. No campo a COB implementou seu modelo de burocracia sindical sobre o modelo federativo camponês e criou uma duradoura dinâmica de clientelismo com o governo. Os novos líderes sindicais logo se posicionaram à favor do governo em diversas matérias em troca da concessão de títulos de terras, construção de rodovias, etc.:

“Com a eliminação dos odiados *hacendados* [...] e a concessão de títulos de terras, os indígenas se tornaram uma força política relativamente conservadora no país, sendo indiferente ou até hostil frente a seus antigos colegas trabalhadores.” (Klein, 1992, pp. 282)

Assim, a resistência da esquerda ao alinhamento do MNR com os Estados Unidos nos anos 60 veio quase que exclusivamente dos mineiros e na forma de greves. Ainda assim, a aproximação do dirigente sindical Juan Lechín com os líderes da Revolução de 52 fez com que aceitasse acordos com o governo de Siles Zuazo (1956-1960), sendo que quando Estenssoro volta ao Palácio Quemado em 1960 os mineiros estão politicamente enfraquecidos para organizar uma resistência de massas ao conservadorismo mostrado pelo prócer revolucionário neste segundo mandato. Com os camponeses plenamente desmobilizados o Presidente Estenssoro usa seu novo serviço de inteligência militar treinado pelos Estados Unidos para infiltrar o poderoso aparato sindical e impedir qualquer possibilidade de insurgência neste meio. Mais do que o apoio norte-americano, a reconstrução de um Exército que voltasse a intervir na política (recriando o clima de golpismo que marcou os anos pré-revolucionários) alienou seus próprios aliados no MNR, e em 1964 tanto o moderado Hernán Siles Zuazo quanto o radical Juan Lechín rompem com o partido e se recusam a participar das eleições naquele ano. Estenssoro cumpre de forma pragmática seu novo alinhamento político e coloca um militar conservador, o General René Barrientos, como seu vice-presidente. O Exército por sua vez cumpre,

também de forma pragmática, sua ressuscitada função golpista e derruba Estenssoro em 1964, reinaugurando a ditadura militar na Bolívia.

O sistema político ditatorial e a influência norte-americana

A ditadura boliviana foi majoritariamente militar e marcada pela instabilidade (relacionada aos golpes praticados entre os próprios militares), pela manutenção de parte do desenvolvimentismo construído pela Revolução e pelo alinhamento íntimo com o governo dos Estados Unidos. A Bolívia, como outros países da América Latina, freqüentemente se viu em uma posição subalterna nas negociações diplomáticas com as potências mundiais. O perfil entreguista de sua elite consolidou esta posição mesmo quando em contato com países vizinhos como Brasil e Chile. Mesmo assim, a relação estabelecida com os Estados Unidos após a *détente* revolucionária é tão característica que merece ser discutida quase como um partido no sistema político boliviano. Esta comparação é possível principalmente a partir da ditadura militar (mas não até o fim dela, persistindo no neoliberalismo) porque, para além da denúncia de imperialismo feita a partir do discurso político da soberania, uma parte significativa das políticas públicas efetuadas naquele país foram de fato desenhadas, concebidas e financiadas nos Estados Unidos. Esta relação nem sequer foi escondida pela CIA, que participou publicamente da “assessoria técnica” do governo de René Barrientos “para auxiliar a Junta militar a pacificar o país” (Weiner, 2008, pp. 281). Ao rearmarem e retreïnarem o Exército boliviano derrotado na revolução, os norte-americanos tiveram uma influência decisiva no perfil político deste aparato de repressão do Estado. Tomaram conta, portanto, da importante capacidade do Estado de aplicar a força em seu território de forma legítima. Assim se deu contra a guerrilha de Che Guevara em 1967, derrotada pela CIA (ibidem)²³. No golpe conservador de Hugo Bánzer contra o militar progressista Juan José Torres em 1971 (que representou um enorme recrudescimento da ditadura militar e o rompimento definitivo desta com os camponeses) a rede de informações da CIA foi a responsável pelo cerceamento dos opositores políticos (Blum, 1995, pp. 228). A estratégia funcionou tão bem para eliminar os elementos de resistência que oficiais bolivianos treinados naquele golpe participaram do golpe contra Allende no Chile em 1973 (Weiner, 2008, pp. 310). No mesmo período o governo de Banzer pagou aos EUA uma grande

²³ Embora, é preciso comentar, esta derrota não tenha sido popular, pois naquele momento o grupo do Che encontrava pouca recepção nos movimentos sociais bolivianos.

compensação financeira pela nacionalização da Gulf Oil na revolução. Frente a estas claras manifestações políticas orientadas por um governo estrangeiro o discurso do anti-imperialismo volta a se estabelecer no país. Embora a percepção da influência estrangeira na política irá ser decisiva para a mobilização social na Bolívia, neste momento este discurso (assim como a demanda democrática por eleições) ainda não se constitui como um campo contra-hegemônico capaz de unir diferentes grupos opositores. Entre a população urbana estes grupos opositores estão derrotados pela repressão eficiente dos serviços de inteligência ou cooptados pela patronagem financiada pela ajuda externa norte-americana²⁴. Só na segunda metade da década de 70 voltarão, a partir das universidades e de alguns setores mineiros, a pressionar o governo por democracia. É preciso lembrar que a educação popular na Bolívia foi uma conquista da Revolução de 52, de forma que os universitários dos anos 60 e 70, os “filhos da Revolução”, desempenharão um papel político de peso contra as ditaduras, mantendo uma posição combativa durante o neoliberalismo (Gray, 2003, pp. 346). No campo a situação se desenrolou de forma diversa. O mesmo Bánzer será o principal arauto do extermínio da folha de coca sob os auspícios da Guerra contra as Drogas empreendida pelo governo dos EUA a partir do governo Nixon (entre 1969 e 1974). Ao mesmo tempo incentiva a formação de latifúndios na província de Santa Cruz e em estradas os ligando à capital La Paz através do norte de Cochabamba, causando ao mesmo tempo uma grande oferta de mão de obra camponesa no Oriente e o aumento explosivo da produção de coca no Chapare recém-integrado ao mercado internacional (Klein, 1992, pp. 260-261). Assim, enquanto que a mobilização rural como um todo segue reduzida por conta da aliança com governos militares anteriores (o chamado Pacto Militar-Campesino) os princípios de uma nova dinâmica de conflito já podem ser encontrados. A volta do latifúndio irá levar à formação da Confederação Nacional de Colonizadores da Bolívia em 1971, filiada à COB mas com um perfil regional mais radical²⁵. A questão da coca irá se desenrolar na militarização do Chapare e na radicalização dos camponeses daquela região,

²⁴ Klein comenta que o fluxo de capital estrangeiro na Bolívia sob o governo Banzer (1971-1978) gerou um endividamento externo “incrivelmente alto” (1992, pp. 260). Grande parte deste dinheiro foi utilizada para bancar a burocracia estatal e seus sindicatos pelegos. Esta enorme dívida externa irá se mostrar problemática para os governos democráticos após Banzer.

²⁵ De fato, seu carismático líder Jenaro Flores será uma das principais lideranças de uma nova COB que a partir deste momento buscará cada vez mais a autonomia em relação ao governo.

culminando na criação da Federação sindical de cocaleiros que será a base inicial da formação do MAS.

Formação problemática de um sistema partidário

Em 1977 o General Hugo Bánzer, pressionado interna e externamente, é forçado a convocar eleições e um novo sistema partidário começa a se desenhar no país. A formação problemática deste incipiente partidarismo merece ser discutida pois parece ter deixado marcas profundas que persistiram no sistema partidário nas décadas seguintes. A repressão da ditadura banzerista havia efetivamente “liquidado” a expressão política da FSTMB e da COB através da perseguição tenaz às suas lideranças (ibidem). No campo não haverá uma grande expressão política nacional até a formação da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) em 1978. A repressão aos movimentos sociais significou para as delicadas eleições de 1977 que os partidos políticos não poderiam contar com o tipo de apoio popular que havia sido o padrão no sistema partidário anterior. Apesar de acenar para a competição partidária, a Bolívia de Banzer ainda era, para todos os efeitos, uma ditadura militar. Assim o General nomeou seu próprio candidato às eleições, seu Ministro do Interior General Juan Pereda. Com a maior parte da expressão política popular cerceada pela repressão, a ditadura militar acabou tendo como leal oposição uma *nova burguesia* que havia florescido nos anos de ajuda externa e que queria agora participar diretamente da tomada de decisões no país (ibidem, pp. 262). O único partido político razoavelmente institucionalizado para a competição eleitoral era o MNR, mas este havia se fragmentado decisivamente com a aliança entre Estenssoro e o Exército iniciada em 1963. Aquela ruptura com personagens e ideais revolucionários foi importante para afastar parcialmente a instituição partidária MNR da Revolução de 52 no imaginário político, abrindo a luta para que diferentes facções desta instituição lutassem pelo legado revolucionário. Se por um lado o MNR histórico de Estenssoro absorvia sem problemas esta nova burguesia (ganhando recursos importantes neste processo), o MNR-J (de Julio) de Rubén Julio Castro se alinhou automaticamente ao Exército e seu candidato Pereda. Ao mesmo tempo, Hernán Siles Zuazo forma o MNR-I (de Independente), chefiando uma aliança denominada Unidade Democrática e Popular (UDP) entre o que havia restado dos grupos políticos opositores após a repressão, incluindo muitos líderes revolucionários de

52. Nesta UDP se somam um combalido Partido Comunista Boliviano (PCB) e o novo Movimento da Esquerda Revolucionário (MIR), um grupo intelectual reformista com forte base estudantil liderado por Jaime Paz Zamora. Embora formalmente uma aliança de esquerda a UDP não pôde contar com a mobilização popular e por conseqüência nunca se tornou um *partido popular* com ampla inserção no campo, nas periferias urbanas e nas minas. O próprio Juan Lechín, voltando do exílio para liderar um movimento mineiro cada vez mais cerceado, se recusa a entrar nesta UDP e forma um pequeno Partido Revolucionário da Esquerda Nacionalista (PRIN), sem expressão eleitoral.

A partir desse momento de redesenho institucional o novo eleitorado boliviano se encontrará irremediavelmente fragmentado em torno de caudilhos militares, de líderes sindicais e de novas lideranças urbanas que representarão uma elite cada vez mais ativa politicamente. Assim, a Bolívia que emerge neste período não se organiza sob um único partido de massas e uma diversidade de siglas irá representar diferentes classes, grupos étnicos e regiões geográficas, impedindo que um único partido tenha a maioria eleitoral até 2005. Além disso, a falta de representação dos movimentos populares nos partidos irá *oligarquizar* definitivamente o sistema político, reduzindo gradativamente a competição partidária a poucos acordos cupulares para formar governos (Moscoso, 2008, pp. 22-24). Na luta contra a influência do Exército a estabilidade e os acordos entre lideranças tradicionais tornaram-se o *modus operandi* dos partidos políticos na reabertura. A volta definitiva da burguesia para a política acabou favorecendo a atuação dos mesmos e velhos líderes que sabiam navegar o “Estado butim” e seus cargos de confiança (Alcântara, 2003, pp. 107). Este sistema político formado na repressão e fortalecido pela entrada de novas elites econômicas igualmente comprometidas com a agenda norte-americana irá ser a dinâmica predominante (mas nunca hegemônica) nas eleições bolivianas até o surgimento do MAS. É a falta de acordo entre o Exército golpista e parte destas elites, assim como o medo que ambos tinham de uma UDP realmente popular, que fará com que as eleições de 78 sejam fraudadas a favor de Juan Pereda, gerando um golpe de estado e inaugurando mais um terrível período de instabilidade política e golpes militares.

O sistema partidário boliviano na reabertura democrática

Assim, a reabertura democrática boliviana teve uma série de contratempus que abalaram severamente a implantação de um sistema de competição democrática que desse conta das demandas populares e da complexidade da situação das classes sociais naquele momento. O sangrento golpe de Garcia Mesa em 1980 (quando a legitimidade dos regimes ditatoriais perante o contexto internacional já começava a enfraquecer) sofreu intensa resistência da sociedade e acabou por retirar definitivamente o Exército da política boliviana. O regime de Garcia Mesa porém foi especialmente repressivo e conseguiu efetivamente afastar a oposição parlamentar da esfera pública ao tornar ilegais todos os partidos e inclusive eliminar fisicamente muitos de seus opositores mais ferrenhos, como o escritor e candidato à presidência Marcelo Quiroga. Este último período de violência política em uma república já enfraquecida por anos de ditadura e caudilhos populistas tornaram raros os líderes aptos a se estabelecerem como uma voz de oposição no novo sistema partidário. Aqueles que sobreviveram aos anos de chumbo o fizeram operando dentro dos grandes sindicatos bolivianos e, reagindo a uma grave crise econômica que trouxe a pior inflação da história boliviana nos anos 80, mantiveram uma postura de conflito com o governo durante todo o processo de reabertura, se recusando a participar do jogo político naquele momento. Medidas de choque fiscal implementadas neste período diminuíram a inflação e conseguiram angariar certo apoio da população urbana naquele momento, enfraquecendo ainda mais a posição anterior da COB e da FSTMB como bases de apoio necessárias. Como parte desta população enxergava o modelo burocrático do Estado herdado da Revolução como ineficiente e custoso, os protestos dos mineiros desempregados com a privatização se chocaram com a demanda da classe média por menos inflação, mesmo se isso significasse cortes no orçamento. No passado a interlocução entre a classe média e os movimentos sociais havia sido consolidada na figura do MNR como o partido administrador da mudança social exigida por ambos os atores.

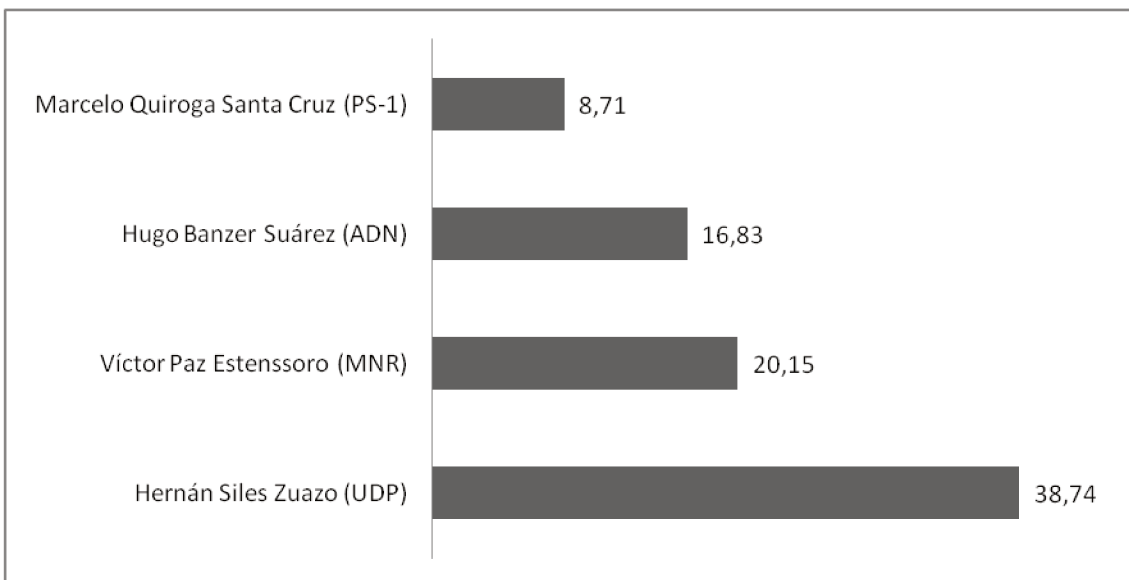


Gráfico 1 – Resultados da eleição presidencial de 1980, em porcentagem de votos em relação aos votos válidos. FONTE: Elaboração própria a partir de dados da CNE – Corte Nacional Electoral, em www.cne.org.bo, acessado em Junho de 2011.

Assim, quando se fala em sistema partidário “pouco institucionalizado” em um país com forte tradição de organização política como a Bolívia é preciso recordar as forças anti-democráticas que operaram para que este sistema tenha permanecido desta maneira (Montero, 2003, pp. 33-39). A influência da ditadura contra os movimentos sociais tratou de afastá-los do sistema partidário, impedindo o surgimento de um partido de massas durante a reabertura. O destino do MNR é sintomático do clima político do país neste período. Ao se abrir para as elites econômicas o partido se descaracteriza, construindo com o discurso neoliberal um eleitorado volátil que, constantemente ameaçado pela inflação e pelo fantasma da ditadura, encontrará no slogan tatcherista de “não há alternativa” sua melhor definição. Até mesmo a facção dissidente que formará a UDP terá dificuldade em lidar com a primazia da economia sobre a política típica deste período, com a inflação tendo um papel central durante seu governo.

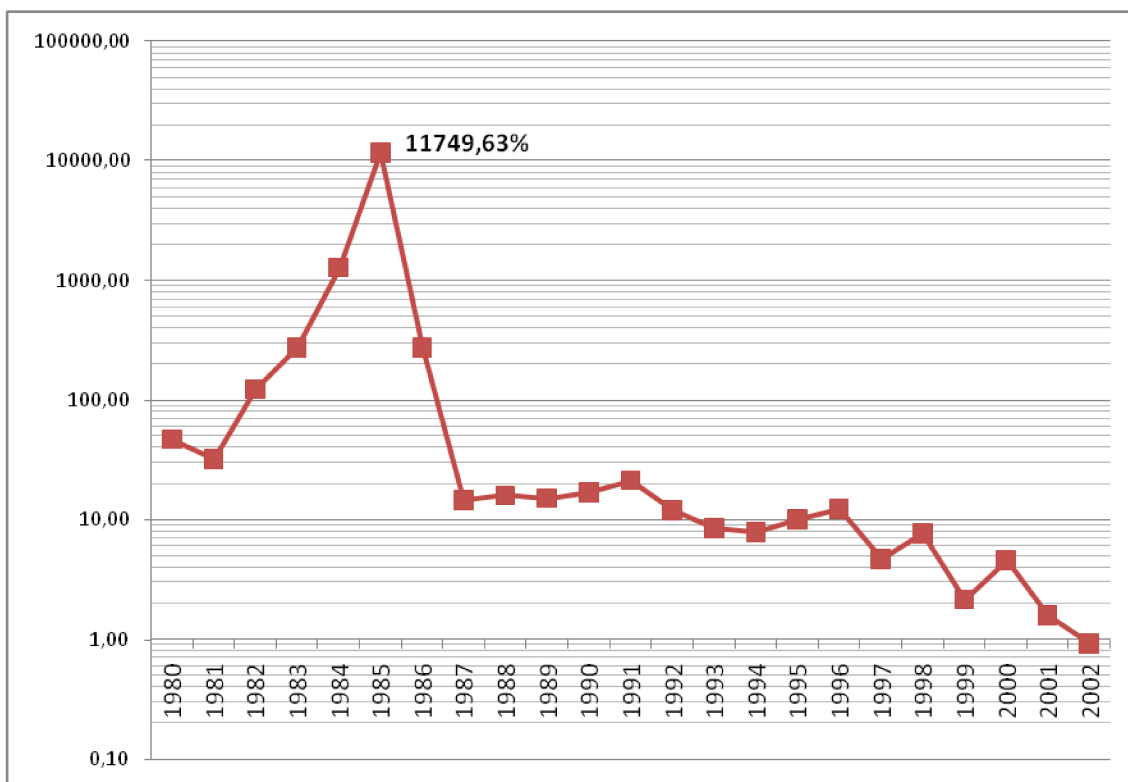


Gráfico 2 – Média de alteração no índice de preços ao consumidor por ano em base logarítmica, tendo por ano base 2007. Fonte: Elaboração própria a partir do Instituto Nacional de Estatística, disponível em www.ine.gob.bo (Acessado em Janeiro de 2012).

O papel da inflação neste período é marcante e praticamente anulou o governo de centro-esquerda da UDP entre 82 e 85. Seus efeitos foram tão devastadores que sobre as ruínas da economia destruída pela “década perdida” um mudado MNR pôde construir a idéia da austeridade fiscal e da privatização com poucos obstáculos. A conturbada gestão de Zuazo que precedeu o período neoliberal consiste nos primeiros passos desta manobra política. A própria decisão de não realizar novas eleições (como gostariam muitas organizações de esquerda após a ditadura de Garcia Mesa) mas sim legitimar aquelas realizadas em 1980 foi “maquiavelianamente” pensada pelas elites dirigentes para enfraquecer a UDP, uma vez que um governo formado naquelas condições seria necessariamente pouco exitoso (Connaghan e Malloy, 1994). A COB e a FSTMB fizeram uso imediato do clima de abertura política e voltaram ao antigo sistema de pressionar o governo com marchas e greves. Enquanto que nos tempos de Bánzer os serviços de inteligência cuidavam de reprimir boa parte das manifestações políticas de oposição, Zuazo ora se detém de usar da

mesma pena coercitiva e tolera as greves²⁶. Cada vez mais isolado pelos seus aliados, se torna “incapaz de governar efetivamente ou aprovar qualquer plano sério de estabilização” (ibidem). Esta pressão aumenta após Zuazo rejeitar a proposta de co-governo oferecida pela COB em 1984, chegando a tornar ingovernável seu final de mandato: uma situação bastante favorável para as forças conservadoras voltarem ao poder. Se por um lado Zuazo não queria ter que governar como o MNR de 52 (tendo presenciado ele próprio esse processo), por outro a COB voltava a apresentar uma demanda fundamental desde os tempos de Willka: o *co-governo* com alternância de lideranças. E estava disposta à lutar nas ruas por isso, mesmo contra uma coalizão democrática de centro-esquerda e com o Exército ainda aquecido nos quartéis. Tragicamente para o país, neste embate tanto governo quanto movimento social perderam fragorosamente. Zuazo acaba renunciando e conclamando eleições prematuramente em 1984. A esquerda como um todo foi a grande perdedora neste processo: após o governo conciliador de Zuazo, o clima era de austeridade fiscal e liberalização econômica, e os sindicatos comandados por Lechín estariam na pauta como grandes vilões da recém-adquirida democracia boliviana, junto com as empresas estatais e a burocracia²⁷. Ainda assim é uma realização notável desta nova república que, mesmo enfrentando a pior crise econômica de sua história, conseguiu manter os militares nos quartéis e garantir a liberdade dos sindicatos e movimentos sociais.

A implementação do sistema político neoliberal

As condições para a implementação de um regime neoliberal não só estavam presentes na Bolívia de 1985 como encontraram um eleitorado fiel ao se coadunar às demandas por menor inflação da crescente classe média urbana. Na realidade, como mencionado, o próprio sistema partidário havia se orientado para representar principalmente esta classe urbana e mestiça afim de garantir estabilidade, rejeitando a política de massas. Mesmo a UDP de Siles Zuazo se afastou dos movimentos populares e assinou novos acordos de

²⁶ Ao mesmo tempo esta característica do governo da UDP (que ajudou a incapacitar seu governo) constituiu em um período importante de reconstrução dos direitos humanos após a ditadura. Comparado ao recrudescimento da repressão política dos movimentos sociais sob o mandato do MNR em 1985 o governo de Siles Zuazo foi sem dúvida mais democrático. Também importante foi o desmonte do aparato terrorista estatal da ditadura, inclusive com a deportação do torturador nazista Klaus Barbie.

²⁷ Em vídeos da campanha política de 1985, a maioria disponível na internet. Também especialmente o debate promovido pela televisão boliviana entre o líder sindicalista Juan Lechín e o ministro do planejamento em 1986, Guillermo Bedregal. Trechos disponíveis em <http://www.youtube.com/watch?v=VZji3bGekeY>. Acessado em 14 de Junho de 2011.

estabilidade econômica e austeridade fiscal com o FMI (Kohl e Farthing, 2006, pp. 55). É interessante observar que a classe média que manteve seu voto nos partidos tradicionais se trata, na Bolívia, de um número relativamente reduzido de pessoas quando comparado à população camponesa ou aos trabalhadores mais pobres nas periferias das cidades. Contra o risco de um *outsider* que pudesse mobilizar as massas de forma mais unificada, o sistema político boliviano deu poderes maiores ao Congresso tradicionalmente dominado pelos partidos tradicionais²⁸. O mais importante deles, sem dúvida, foi o de nomear o presidente da república sempre que nenhum dos candidatos obtivesse a maioria simples nas eleições diretas, o que ocorreu em todas as eleições até 2005. Os acordos eram feitos às portas fechadas entre os caudilhos de cada partido e logo passaram a refletir a continuidade do projeto de poder neoliberal instalado em 1985. O sistema de nomeação a partir do Congresso também emulou perfeitamente o fisiologismo boliviano na troca de cargos por alianças típica deste sistema incentivando a prática da patronagem, ou como ficou chamado na Bolívia, o *cuoteo*. Ao mesmo tempo a fragmentação do eleitorado propiciou a construção de *pequenas maiorias* na formação dos governos depois de 1985, o que suscitou a presença de alianças frágeis entre atores previamente antagonônicos em nome da estabilidade²⁹. O *Quadro 1* dá uma idéia do tamanho deste vácuo democrático no sistema político boliviano da reabertura. Mandatos importantes como o de Estenssoro em 1985 e Sanchez de Losada em 2002 foram eleitos com eleitorados de cerca de 400 mil eleitores, o que em um país de 8 milhões (em 2001) não deixa de ser um número bastante reduzido. Apesar das diferenças regionais estes padrões se mantêm nos departamentos. Em 1985 o MNR conseguiu mais de 50% dos votos válidos apenas no periférico departamento de Tarija, sendo que nas duas maiores cidades do país (La Paz e Cochabamba) a ADN de Hugo Bánzer prevaleceu sobre o partido de Estenssoro (Estadísticas Electorales, 1997). Mesmo assim foi eleito através de negociação no Congresso e mudou para sempre a história da Bolívia com sua Nova Política Econômica (NPE) de cunho neoliberal.

²⁸ Importante notar que a Constituição boliviana neste momento data do governo repressor do General René Barrientos, em 1967.

²⁹ Um exemplo destas é a insólita aliança entre a ADN de Bánzer e o MIR de Paz Zamora em 1989 na tentativa de enfraquecer o MNR.

Quadro 1: Intervenção do Congresso nas eleições e as Pequenas Maiorias

Ano	Partido mais votado	Margem de votos	Porcentagem do eleitorado	Partido vencedor	Presidente eleito
1979	MNRI	1.512	35,97%	MNR	Walter Guevara ¹
1980	MNRI	243.467	38,74%	MNRI	Siles Zuazo ²
1985	ADN	37.133	30,37%	MNR	Paz Estenssoro
1989	MNR	5.815	25,64%	MIR	Zamora
1993	MNR	239.080	35,55%	MNR	Sanchez de Losada
1997	ADN	88.993	22,26%	ADN	Hugo Bánzer
2002	MNR	42.242	22,45%	MNR	Sanchez de Losada
2005	MAS	722.629	53,70%	MAS	Evo Morales

¹Deposto no golpe de estado do General Natusch Busch;

²Zuazo é deposto no golpe de estado do General García Mesa mas é reconfirmado pelo Congresso em 1982.

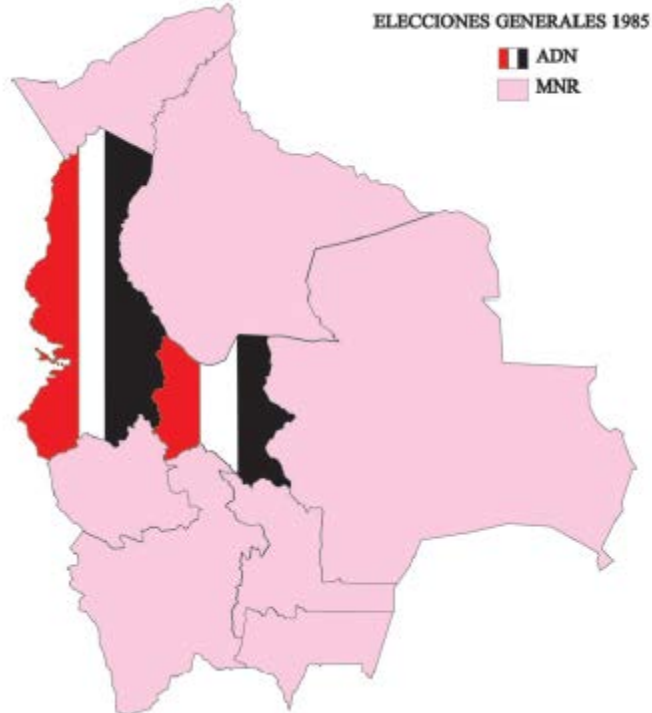
Fonte: Elaboração própria a partir de Alcántara e Freidenberg (2003) e dados estatísticos do INE (www.ine.gob.bo).

O Quadro 1 mostra uma diferença entre duas situações diversas nos anos 80 e 90. Nas eleições conturbadas de 79, 85 e 89 foram observadas as menores diferenças de votos entre os dois primeiros colocados, assim como uma formação específica de alianças no Congresso que permitiu que nos três casos os partidos mais votados pela população não tenham sido eleitos, efetivamente descartando a escolha popular. Em 1982 o Congresso interviu para validar a eleição de Siles Zuazo, interrompida pelo golpe de García Mesa dois anos antes. Em 85 a rejeição ao ex-ditador Hugo Bánzer entre os congressistas favoreceu Estenssoro e seu MNR, descartando a escolha popular pela ADN (Klein, 1992, pp. 274). A situação oposta ocorreu na eleição seguinte, com pequenos partidos de centro-esquerda atingidos pelas reformas neoliberais do MNR favorecendo uma aliança improvável com a ADN de Bánzer, que mesmo assim decidiu não arriscar um conflito com o Congresso e deixou que seu aliado Jaime Paz Zamora, do MIR, ocupasse a presidência. Por sua vez o governo desastrado de Zamora em aliança com a ADN suscitou uma reação eleitoral que deu uma vitória mais folgada ao MNR de Sanchez de Losada em 1993. A consolidação de um sistema tripartidário rotativo nos anos seguintes (entre UDP/MIR, ADN e MNR) imprimiu ao sistema político boliviano um novo ar oligárquico, com as mesmas figuras se

alternando no poder. Nas eleições de 1980 o único candidato sem histórico de participação na Revolução de 52 era Marcelo Quiroga, do pequeno Partido Socialista. No MNR a presença totalizante de Paz Estenssoro só deixa de existir com sua aposentadoria em 1989 e o surgimento de um grupo tecnocrático dentro do partido personificado por Gonzalo Sánchez de Losada, o “Goni”. Já a Acción Democrática Nacional (ADN) é a própria expressão do conservadorismo político e permanece um instrumento político quase pessoal do ex-ditador Hugo Bánzer durante sua curta existência.

Embora respondessem a diferentes grupos políticos com influência no país durante a reabertura democrática (a elite econômica, a classe média, as lideranças regionais, etc.) estes três partidos no poder mantiveram um mesmo projeto político de Estado: o projeto neoliberal. Por mais que boa parte da América Latina tenha embarcado na onda de redução do Estado e privatização, a Bolívia da revolução de 52 e da hiper-inflação tornou-se um caso particular de implementação neoliberal. Comandada pelo economista norte-americano Jeffrey Sachs e seu pupilo Sanchez de Losada, a “terapia de choque” neoliberal foi radicalmente implementada após as eleições de 1985. Este pleito foi extremamente importante para a conjunção do novo sistema republicano com as antigas forças ainda em operação no país. A esquerda combalida pela rejeição ao mandato da UDP teve de assistir a disputa entre dois vultos da política boliviana (Kohl e Farthing, 2006). Sem novas lideranças e com a verdadeira oposição de costas para o Congresso, o novo sistema partidário boliviano se voltou para seus antigos líderes, trazendo de volta figuras marcantes de seu passado. De um lado o antigo líder revolucionário Victor Paz Estenssoro e seu MNR praticamente apartado de suas tendências progressistas. De outro o ex-ditador Hugo Bánzer e sua Aliança Democrática Nacionalista (ADN), partido formado em 1979 a partir dos elementos mais conservadores do MNR (notoriamente os falangistas) e igualmente centralizado em torno de seu caudilho fundador³⁰.

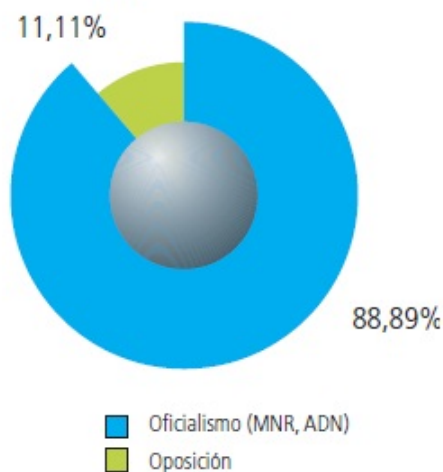
³⁰ Os falangistas eram elementos nacionalistas do MNR que alcançaram grande influência política durante os anos 50 e 60. De inspiração franquista, eles se organizaram fora do MNR como a Falange Socialista Boliviana (FSB) e permaneceram como uma força secundária durante toda a história política boliviana. Seguindo suas origens militaristas, o grosso do partido se juntou à ADN de Bánzer nos anos 70 (KLEIN, 1992).



Mapa 1 – Resultados das Eleições de 1985 por Departamento. Fonte: Boletim Estatístico, Corte Nacional Electoral, 2007.

Com a ADN ganhando tanto a maioria dos votos válidos no âmbito nacional (30,37%) quanto nos dois maiores departamentos (La Paz e Cochabamba), o MNR eleito indiretamente pelo Congresso é obrigado a se aliar com o partido de Bánzer, o que acontece sem muitas conseqüências políticas para a implementação do neoliberalismo. A presença maciça da aliança oficialista no Congresso fez com que a aprovação das grandes reformas neoliberais ocorresse sem obstáculos democráticos, como é visível no *Gráfico 3*. Assim, a pequena maioria de 30% que elegeu o MNR em 1985 se transformou em alavanca para um processo radical de reorganização do Estado e desorganização dos movimentos sociais que efetivamente enterrou o que havia sobrado do Estado Nacionalista de 52, dando início a um novo sistema político baseado em um tipo de estado bastante diverso.

Oficialismo y oposición en el Senado



Oficialismo y oposición en Diputados

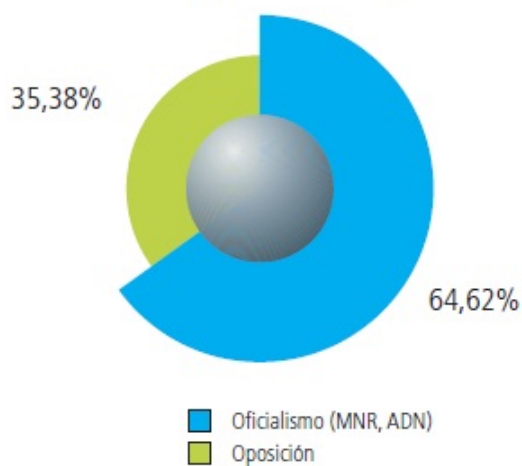


Gráfico 3 – Constituição do Congresso Boliviano (Senado e Câmara dos Deputados) após as eleições de 1985. Fonte: Boletim Estatístico, Corte Nacional Electoral, 2007.

O sistema político neoliberal

O mandato de Estenssoro em 1985 não foi apenas uma nova tentativa de estabelecer a democracia partidária na Bolívia contra o caos dos governos anteriores. Uma vez que a idéia de uma ampla reforma do Estado havia sido apresentada contra os problemas do governo de Zuazo, o novo governo do MNR conseguiu gerar o tipo de onda reformista necessária para solidificar um novo projeto de Estado para aquele país. Dotado do tipo de capital político construído em 50 anos de existência institucional e liderado pelo mais veterano dos políticos profissionais em atuação no país, o MNR postulou uma manobra hegemônica ao selecionar estrategicamente os principais entraves para o crescimento do país em meio ao novo contexto internacional pós-Guerra Fria. Esta manobra (que como vimos havia sido ensaiada no governo anterior), uma vez colocada em prática, ganhou tamanha força que extrapolou os limites constitucionais do mandato e gerou uma forte tendência inercial conservadora, constringendo governos posteriores a aceitar os decretos e contratos assinados neste período em um mecanismo de *path dependence* (Kaup, 2010). Entender este mecanismo é fundamental para compreender o tamanho do adversário do MAS nas eleições de 2002 e 2005, assim como as oportunidades de ruptura (e também de continuidade) com esse modelo que se inserem neste período.

Em primeiro lugar a Nova Política Econômica (NPE) vendida por Estenssoro como a única solução viável para a empobrecida Bolívia se inseriu como uma cultura política de oposição baseada na inovação institucional. Após o fracasso de Zuazo em 1984 e do apoio negociado com a ADN no ano seguinte o MNR tinha o mandato e o apoio necessário para legitimar uma reforma do Estado, embora ainda ninguém pudesse prever a dimensão desta reforma (Klein, 2007, pp. 152). A legitimidade alcançada pela NPE derivou a princípio da percepção de uma *desorganização da economia estatal* (caracterizada principalmente, mas não exclusivamente, pela hiper-inflação, mas também pela suposta ingovernabilidade de uma economia estatal ligada ao sindicalismo) que só poderia ser sanada através de um constrangimento da ação estatal sobre a economia: o livre-mercado. Esta doutrina econômica entrou em choque direto com o grande (mas não forte) Estado nacional boliviano e suas empresas estatizadas³¹. Que esta mudança no paradigma político boliviano tenha sido apresentada pelo prócer revolucionário Estenssoro contra seu próprio modelo de Estado de 52 é uma peculiaridade da história daquele país, embora a continuidade do projeto neoliberal após o afastamento do líder em 1989 seja uma evidência do sucesso da manobra hegemônica. Isto porque a criação do sistema político neoliberal se deu em oposição também à idéia de democracia popular que se manifestou repetidas vezes na história boliviana, rejeitando o poder das massas e reduzindo o número de atores políticos a um grupo pequeno de economistas e investidores estrangeiros. Afinal, não só o Estado de 52 era tratado como responsável pela inflação, mas também a democracia popular era tratada como responsável pelo caos do mandato anterior de Siles Zuazo. Duplamente se produz um choque direto com o Estado de 52 e sua idéia de representação orgânica dos movimentos sociais, quebrando um ciclo de confrontação e negociação entre Estado e sociedade civil cujas raízes, como mencionado, haviam sido plantadas ainda no republicanismo indígena do século XIX. Como o pensamento neoliberal colocava a responsabilidade das crises econômicas sobre os governos e suas intervenções era natural que os pontos de contato entre tanto o Estado quanto as organizações sociais que de certa forma limitaram a ação daquele sobre as conquistas populares (como a legislação trabalhista e a regulamentação da mineração) fossem o principal alvo das reformas. Esta

³¹ A idéia do Estado de 52 como grande (pelo tamanho de suas estatais e burocracia) mas não forte (pela sua limitada capacidade de intervenção social) é continuamente apresentada na literatura boliviana sobre o período, por exemplo em Grebe et al. (2008).

talvez seja a maior evidência do alcance hegemônico do pensamento neoliberal para além de uma agenda econômica, pois naquele país empobrecido e profundamente comprometido com as manifestações populares se criou a idéia de uma “democracia de baixa-intensidade [...] gerada não só para mitigar as tensões políticas e sociais produzidas pelo governo pouco democrático das elites, mas também para suprimir as manifestações populares de massa por uma democratização mais completa da vida social” (Robinson, 1996, pp. 6). Mais ainda, ao ligar liberalização econômica à democratização política os neoliberais conseguiram poder sobre o próprio conceito de democracia em uma sociedade ainda bastante ferida pelas baionetas da ditadura. Embora com o mandato neoliberal o poder de fato estivesse nas mãos circunscritas daquelas elites que aderiram ao MNR durante a reabertura, a idéia de liberdade política em oposição à ditadura militar deu ainda mais legitimidade aos processos de exclusão característicos deste período. Práticas típicas de um sistema ditatorial voltaram a ser aplicadas na gestão de Estenssoro sob o pretexto de salvar a democracia. Como a mobilização popular havia sido identificada com a noção de ingovernabilidade graças ao ativismo intenso da era Zuazo, Estenssoro conseguiu apoio para ativar um estado de sítio de três meses que suspendeu os direitos políticos em todo o país e deportou centenas de líderes sindicalistas para campos na Amazônia, o que lhe deu tempo suficiente para aprovar o pacote de medidas neoliberais com poucas greves ou protestos (Klein, 2007, pp. 153). Como todo governo desde 1985 até 2005 declarou estado de sítio (Gamarra, 2003, pp. 308), é possível inferirmos que este mecanismo tenha se tornado parte indissociável do sistema político neoliberal contra a mobilização popular boliviana. De fato, sempre que o sistema político neoliberal entrou em conflito com ideais democráticos ele teve de mostrar sua égide autoritária para sobreviver. Os eleitores bolivianos manifestaram democraticamente sua vontade em 1985, 1989, 1993, 1997 e 2002, embora entre diferentes governos a agenda econômica controlada por estas elites tenha seguido inalterada. Não só os acordos internacionais e contratos firmados com empresas estrangeiras a partir de 85, mas também a enorme ajuda internacional condicionada a esses acordos constrangeu severamente a mudança da economia por governos posteriores, um mecanismo de *path dependence* prejudicial à democracia. Uma reforma eleitoral feita em 86 restringiu a ação dos partidos pequenos e criou barreiras institucionais mais rígidas para o registro de novos partidos que refletissem as profundas mudanças naquele país (Van Cott, 2005, pp. 83). Como

comparação, o Partido dos Trabalhadores no Brasil dificilmente teria conseguido o mesmo grau de institucionalização na Bolívia do mesmo período. Por todos estes motivos, embora a Bolívia tenha seguido o caminho de outras democracias jovens latino-americanas como Brasil e Argentina na construção de uma democracia delegativa e não popular (cf. O'Donnell, 1994), a estrada para suprimir os movimentos sociais naquele país foi visivelmente mais conturbada.

Este processo não teria sido possível sem a construção de um sistema político bem estruturado capaz de responder não só às exigências por reformas mas também às tendências políticas sempre presentes na sociedade boliviana e que foram mencionadas algumas vezes neste trabalho. A noção de sistema político aqui segue aquela formulada por Bobbio em seu Dicionário de Política como um “conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por um certo grau de interdependência recíproca” (1983). Para concatenar estes atores dentro de um mesmo arcabouço reformista neoliberal o habilidoso Estenssoro teve que se valer não só da ruptura e da inovação como ferramenta de governo mas também da continuidade e da negociação com o sistema político anterior. Embora a atuação do velho líder revolucionário tenha sido importante no complexo jogo político boliviano, uma vez que o sistema tenha se institucionalizado dentro de alguns organismos-chave do Estado ele se tornou razoavelmente independente dos atores sistêmicos até ser confrontado por *outsiders* já na transição para o século XXI. É importante insistir que apesar deste processo de hegemonização neoliberal ter se apresentado como uma novidade tecnocrática contra o velho estado burocrático nos discursos eleitorais³², as velhas ferramentas da patronagem eleitoral e da coerção física não ficaram de fora do repertório de ação do governo. É por isto que o neoliberalismo boliviano merece ser observado como um *sistema político* característico (e não apenas um regime específico dentro da sucessão de governos) pois manteve uma série de características do sistema político ditatorial ao mesmo tempo em que inseriu novas formas de intermediação entre os atores políticos (notadamente os partidos), mudando definitivamente alguns padrões de interação estabelecidos anteriormente. Enquanto no Chile a fórmula para a implementação deste novo sistema excludente foi a ditadura altamente repressiva do

³² Reporto-me ao discurso público de campanha do MNR, sobretudo na era Sanchez de Losada.

General Pinochet, na Bolívia ele teve de ser *pactuado* entre as elites através de um arranjo partidário inovador celebrado por seus proponentes como uma ferramenta de modernização para países atrasados. Até então este processo só tinha sido feito à custa de muito sangue (como no caso chileno) ou de forma incompleta, preservando boa parte do estado de bem-estar social (como no caso coreano). Ao tentar encadear um neoliberalismo de “choque” (cf. Klein, 2007) com algum grau de democracia, a Bolívia serviu de laboratório para a expansão coordenada e planejada deste sistema político para diversos outros países do mundo, notoriamente na América Latina mas também em lugares como a Polônia, para onde o economista Jeffrey Sachs foi após a experiência boliviana. Este arranjo partidário, denominado “Democracia Pactada”, consistiu em um recrudescimento para com os movimentos sociais (que após o ocaso do governo de Zuazo puderam ser apresentados como vetores de ingovernabilidade) e em uma aliança sistêmica, embora parcialmente aberta a negociações contingentes, entre os três maiores partidos: o MNR de Estenssoro, a ADN de Bánzer e o MIR de Paz Zamora. Ao mesmo tempo, ecoando as manifestações políticas vindas de Washington, inseriu pela primeira vez na sociedade boliviana a idéia da *tecnocracia competente* como melhor administradora do Estado, rompendo definitivamente com uma longa tradição política que enxergava o Estado como representante das tendências populares mobilizadas no país. É impossível não enxergar nesta mudança uma *despolitização* marcante, como de fato era o objetivo de diversos teóricos neoliberais como Hayek, Friedman, Fukuyama e Huntington. Naomi Klein relata como o programa da NPE foi desenhado em cerca de 20 dias em reuniões fechadas entre economistas norte-americanos e apenas duas figuras do MNR, além de Estenssoro: Guillermo Bedregal (então Ministro do Planejamento) e Sanchez de Losada (Ministro das Finanças e principal arquiteto do programa) (op. cit., pp. 148). Este reformismo a portas fechadas se traduziu na implementação simultânea de diversas medidas mediante um só decreto presidencial à prova de emendas, o infame Decreto Supremo 21060 emitido em 29 de agosto de 1985. No discurso à população transmitido pela televisão, o título sob a figura de Paz Estenssoro lia “A Bolívia está morrendo” (ibid). Entre as medidas tomadas, as que mais afetaram a economia boliviana foram:

1. Estabelecimento de um câmbio flutuante pareado com o dólar norte-americano e liberalização do controle sobre contas estrangeiras no país (Artigo 1º);

2. Regime de livre importação de bens sob uma taxa única de 20% (Artigo 41º e 42º);
3. A revogação das leis trabalhistas do Estado de 52 e a livre rescisão de contrato por parte do empregador (Artigo 55º);
4. A demissão de 35,000 trabalhadores ligados ao setor público, especialmente nas empresas estatais de mineração, que são praticamente desativadas (Capítulo 2);
5. Livre flutuação dos preços de serviços básicos como água, energia elétrica, transporte público e gás natural (Artigo 72º);

(Fonte: PAZ ESTENSSORO, Victor. Decreto Supremo nº 21060. 29 de Agosto de 1985)

Com o plano sendo aplicado em cem dias (durante os quais é ativado o estado de sítio) os impactos puderam ser sentidos rapidamente (Kohl e Farthing, 2006, pp. 65-73). Embora a inflação tenha diminuído (ver Gráfico 3), a alta na importação devido à dolarização e a queda nas taxas encheu o mercado consumidor boliviano de produtos estrangeiros e arruinou a incipiente economia industrial boliviana. O impacto dos milhares de trabalhadores desempregados e a livre demissão baixou os salários em dois terços em apenas um ano. Ao tratar pela primeira vez os serviços básicos estatais como mercadorias o Decreto abriu caminho para as centenas de privatizações ocorridas nas regiões durante toda a era neoliberal. A privatização do fornecimento de gás, por exemplo, faz com que as empresas escolhessem vender o produto a preços mais altos para a Argentina e (após a conclusão do gasoduto em 1994) para o Brasil, fazendo com que o preço do produto para o consumidor boliviano aumentasse em 7 vezes em um ano (Dunkerley, 2007, pp. 33). A visão da *cholita* pobre cozinhando com lenha por falta de gás no país que é o segundo maior produtor de gás natural da América do Sul deve ser tomada como emblemática da desorganização social do neoliberalismo³³. O livre fluxo de dólares nos bancos gerou divisas no setor financeiro, mas como o fim do controle fiscal permitiu a entrada de capital do narcotráfico, a Bolívia neoliberal viu sua economia crescer junto com o preço internacional da cocaína durante os anos 80. Com a economia da cocaína correspondendo à metade da economia formal, esse mercado absorve boa parte da mão de obra demitida pelo Decreto: “O lucro da coca de produção camponesa sustenta cerca de 50 000 famílias – o

³³ Segundo Klein, 74% da população rural cozinha com lenha (2003, pp. 253). A falta de gás para a população foi um dos estopins para a Guerra do Gás em 2003.

equivalente ao número de famílias desempregadas pela NPE (Kohl e Farthing, 2006, pp. 74). O efeito desta mudança no meio rural boliviano terá desdobramentos ainda maiores.

Conseqüências políticas do neoliberalismo

Em 1986 o MNR aprova uma nova lei eleitoral e consolida o sistema político neoliberal ao coibir a ação de partidos menores e fortalecer os três partidos sistêmicos (ibidem, pp. 71). Mesmo que a princípio a ADN de Bánzer, o MNR de Estenssoro/Goni e o MIR de Paz Zamora estivessem em espectros ideológicos opostos a necessidade de formar alianças efetivamente “trancou” os governos seguintes ocupados por Paz Zamora (1989-1993), Sanchez de Losada (1993-1997) e Bánzer (1997-2002). Como um modelo de administração do Estado já havia sido desenhado na forma da NPE, os governos seguintes se limitaram a ajustes conjunturais na economia. As pequenas maiorias eleitorais e a preeminência do Congresso ocupado por políticos profissionais deu uma estabilidade artificial a um sistema partidário pouco responsivo a seus cidadãos. A profissionalização da política se estendeu à esfera local e a burocracia municipal se tornou um importante recurso político e econômico para os partidos. Como as alianças envolviam a troca de favores e cargos esta política acabou se estendendo para todos os cantos da administração estatal, dos ministérios às aduanas, o que de fato inchou, e não reduziu, o Estado (ibidem, pp. 83 e 173). O início das privatizações capitalizou o país como queriam seus idealizadores, mas o costume de troca de favores levou à corrupção também neste processo (ibidem, pp. 116)³⁴. Novos mecanismos de ajuda externa oferecidos por organismos internacionais que viam com bons olhos as reformas econômicas de Estenssoro (notadamente o FMI, o Banco Mundial e a agência de ajuda norte-americana USAID) acabaram se capilarizando dentro do “Estado-butim” boliviano devido à corrupção. O fortalecimento do narcotráfico devido ao *boom* da cocaína nos anos 80 e a liberalização do sistema financeiro marcou a aproximação deste agente com os partidos políticos, inclusive levando políticos profissionais e bem-estabelecidos como o co-fundador do MIR, Oscar Eid, à prisão em 1989. Ao mesmo tempo a Bolívia entra em um novo círculo de militarização e violência rural no contexto da Guerra contra as Drogas, que se intensifica a partir do neoliberalismo. Em 1988 os Estados Unidos

³⁴ Uma pichação comum nas ruas de La Paz e Cochabamba traduz a sigla do MNR para “Maneira Normal de Roubar”.

pressionam o governo boliviano a aprovarem a Lei 1008 que caracteriza o crime de plantio de coca e cria cotas a serem cumpridas na destruição de hectares da folha. Como a histórica ausência do Estado boliviano no campo continua a ser a regra neste período os oficiais de polícia rural (financiados diretamente pelo governo norte-americano) passam a prender camponeses sem mandato ou flagrante (uma possibilidade prevista pela lei) afim de “engordar” artificialmente as cotas exigidas (Dangl, 2007, pp. 47). A militarização e a aproximação dos narcotraficantes mais poderosos com elementos do Estado gerou um padrão de violência no campo inteiramente voltada para os pequenos produtores de coca e cristalizou um sujeito político (o plantador de coca) inserido em relações sociais bastante diferentes do seu “patrão”, o narcotraficante. É nos anos 80 que esse novo padrão político no meio rural boliviano irá se criar. Mais tarde veremos como esse duplo antagonismo – contra o Estado e contra o narcotráfico – auxiliou os camponeses a criarem uma frente política autônoma apta a lidar com a dinâmica de cooptação presente no sistema neoliberal.

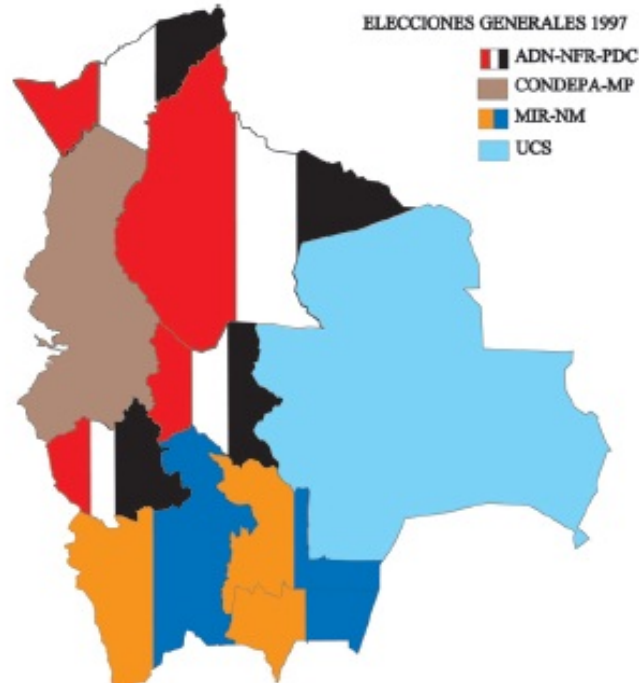
A institucionalização dos partidos tradicionais seguiu fortemente afetada pelo sistema político do neoliberalismo. Com os partidos servindo primeiramente como veículos de campanha (uma realidade comum a outros países latino-americanos) e a importância das alianças parlamentares para governabilidade, o poder do partido diminuiu em relação a seus líderes. Políticos tradicionais como Estenssoro, Banzer, Siles Zuazo e Paz Zamora mantiveram-se firmemente colados no comando de suas instituições, impedindo o aparecimento de novas lideranças. Como a formação dos governos dependia do re-estabelecimento de antigos canais de comunicação entre atores tradicionais dentro dos partidos, as “velhas hienas” da política boliviana tiveram supremacia sobre a formação destes acordos e, por consequência, sobre todo o resto do partido. O aumento do desemprego e o ativo cerceamento dos sindicatos pelo governo retirou do cenário político a instituição do sindicato como formador de lideranças. A militância no partido é bastante reduzida e postos importantes na instituição são tratados principalmente como possibilidades de ascensão profissional, o que intensifica a patronagem (Garcia Monteiro, 2003, pp. 36). O financiamento dos partidos é feito sem fiscalização através de doações privadas, trazendo o empresariado nacional para o centro das instituições partidárias

(ibidem, pp. 38)³⁵. A formação nos anos 80 de uma instituição política empresarial, a Confederação de Empresas Privadas Boliviana (CEPB) mostra que essa aproximação se deu também neste segmento da sociedade civil. Esta incipiente classe empresarial que almeja ocupar o posto da velha guarda pode ser analisada por sinédoque na ascensão de Gonzalo Sanchez de Losada no MNR. Goni é filho de um asilado político e cresce nos Estados Unidos, sendo que o inglês é sua língua primária³⁶. Estuda na Universidade de Chicago (conhecido centro do pensamento neoclássico na ciência econômica norte-americana) e ao voltar para a Bolívia nos anos 60 torna-se um dos maiores empresários de mineração do país com sua COMSUR, baseada em Santa Cruz de La Sierra. Entra no MNR nos anos 80, onde é o principal mentor da Nova Política Econômica e “um ‘super-ministro’ de planejamento, [...] uma espécie de primeiro-ministro para assuntos econômicos” (ibidem, pp. 81). Com a NPE a pleno vapor no fim do mandato de Estenssoro é Goni quem toma as rédeas do partido, ganhando a disputa sobre o mais tradicional Guillermo Bedregal. Neste momento também usa sua fortuna e passa ser o maior financiador do MNR (ibidem, pp. 92). Na política seu estilo é mais agressivo e afasta aliados já em 1989, perdendo as eleições deste ano para a aliança ADN-MIR de Paz Zamora. Nas campanhas seguintes utiliza os escândalos de corrupção do governo de Zamora a seu favor ao mesmo tempo em que utiliza a imagem ainda forte do MNR no meio rural para ganhar esse eleitorado, denunciando o “abandono ao campo” e renunciando uma política de regionalização. Não obstante aparece na televisão como um erudito, segurando nas mãos o plano original da NPE e não escondendo um forte sotaque inglês em sua fala³⁷. Sob seu comando o MNR torna-se mais centralizador e menos aberto à negociação do que nos tempos de Estenssoro, sendo que quando Goni cai em 2002 o partido vai junto, reduzido desde então a poucos bolsões eleitorais no interior.

³⁵ Garcia Monteiro também destaca a importância do dinheiro do narcotráfico nas doações partidárias (ibidem).

³⁶ As informações são de seu website pessoal: <http://sanchezdelozada.info/>. Acessado em 17 de Março de 2012.

³⁷ Campanha televisiva de Gonzalo Sanchez de Losada em 1993, disponível na internet no site <http://www.youtube.com/watch?v=4Fy9wMI1OAs>. Acessado em Março de 2012



Mapa 2 – Resultados das Eleições de 1997 por Departamento. Fonte: Boletim Estatístico, Corte Nacional Electoral, 2007.

Situação similar vive a ADN de Bánzer. Para além da dependência administrativa de seu fundador, o partido une seu discurso eleitoral a um suposto sucesso da ditadura de Bánzer entre 1971-78 – um feito bastante peculiar em um sistema democrático (ibidem, pp. 41). O partido, portanto, nunca chega a se posicionar politicamente de forma independente de seu criador, permanecendo institucionalmente ligado à sua figura até sua morte em 2002. Estabelece o eleitorado nas classes médias e altas urbanas e atrai apoio do empresariado que havia florescido durante a ditadura, mantendo uma média de votação de 21,36% entre 1985 e 1997 (ibidem, pp. 45). Em contrapartida torna-se um antagonista fácil para os movimentos sociais fortemente reprimidos durante a ditadura, e uma vez que o próprio Bánzer havia ordenado o exílio de boa parte dos congressistas no recrudescimento de 1974, também recebe pouco apoio do Congresso. A ADN ganha projeção ao integrar (como um ator subalterno) o *Pacto por la Democracia* com o MNR em 1985 mas sofre com o rompimento do pacto em 1989. Nesta ocasião Bánzer decide punir o MNR e, na esperança

de formar um bloco opositor estrategicamente viável no contexto boliviano, declara apoio ao MIR nas eleições deste ano. Esta aliança pragmática garantiu a sobrevivência do partido frente ao MNR e foi enorme responsável pela estabilidade do sistema partidário tradicional (Klein, 1992, pp. 284). Mesmo que o partido aliado à social-democracia do MIR jamais tenha conseguido se inserir nas regiões historicamente de esquerda (Garcia Monteiro, 2003, pp. 47), o sucesso desta estranha aliança em regiões tradicionais de oposição ao MNR como Cochabamba, Santa Cruz, Beni e Pando (ver *Mapa 2*) forneceu a oportunidade para que, positivamente influenciado por um novo regime de representação eleitoral, o Congresso confirmasse o ex-ditador General Hugo Bánzer à presidência do país em 1997. A fraca institucionalização da ADN, no entanto, faz com que o partido não sobreviva à morte de seu líder, e já em 2002 a agremiação se fragmenta. Dela se forma uma frente de oposição chamada Poder Democrático e Social (PODEMOS) a partir de Jorge Quiroga, um empresário educado nos Estados Unidos que havia se lançado na carreira política de forma bastante similar à Gonzalo Sanchez de Losada.

Da mesma forma que a ADN ganhou força com a aliança com o MNR, o Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR) se institucionalizará de fato quando integra o governo da UDP (Siles Zuazo) em 82. Assim, quando o pacto com a UDP é rompido em 84 o MIR se encontrará em situação similar à ADN em relação a sua posição em um sistema partidário construído por e para o MNR. No caso do MIR a situação era mais complicada pois este sofria ferrenha oposição do governo neoliberal, o que complicou a relação entre Executivo e Legislativo (geralmente harmoniosa neste sistema partidário) no governo de Paz Zamora em 1989. Como as eleições em 1989 haviam sido bastante competitivas (ver *Quadro 1*) devido às polêmicas em torno das reformas neoliberais, surgiu a oportunidade de retirar o MNR do poder através de um acordo no Congresso entre os parlamentares de oposição, o que levou Paz Zamora ao poder. Apesar da vitória, o abandono da esquerda em protesto ao apoio ao ex-ditador custou ao MIR toda sua caracterização inicial como um partido de resistência ao modelo neoliberal (ibidem, pp. 109). Pelo contrário, a aliança com a ADN se consolidou em uma política econômica “conservadora e ambígua” que, sofrendo um intenso enfrentamento do Congresso dominado pelo MNR (ibidem, pp. 110), não conseguiu reverter as privatizações (como havia anunciado), além de ter sido obrigado a

aprovar uma intensificação do processo neoliberal com um novo decreto em 1990. O MIR também havia herdado do neoliberalismo um poderoso narcotráfico agindo no país e não conseguiu mudar este quadro³⁸. Apesar de acenar para os plantadores de coca ao defender o uso tradicional da folha em congressos internacionais, Paz Zamora não rompe nem com a militarização financiada pelos Estados Unidos e nem com o duvidoso programa de combate ao narcotráfico comandado por oficiais corruptos. Com a questão da corrupção tomando o centro do debate na campanha de 1993, a aliança ADN-MIR perde para Sanchez de Losada e o MIR deixa de ser um ator majoritário na política boliviana.

Novos atores no sistema político neoliberal: o caso da CONDEPA

Embora o sistema neoliberal fosse pouco flexível frente a ação de atores políticos não-sistêmicos, alguns grupos nascidos neste período conseguiram florescer enquanto movimentos sociais tradicionais entravam em declínio - uma tendência que se mantém na Bolívia até a ascensão do MAS. Os decretos de Estenssoro visavam sobretudo destruir a capacidade política da COB e de outros sindicatos tradicionais como o dos professores, isto é, intervir sobre o poder de mobilização (principalmente através de greves) e sobre a projeção política destes sindicatos no sistema político. Fez isto através da perseguição aos líderes sindicais, fechamento dos escritórios dos sindicatos nas empresas e principalmente com a anulação das leis trabalhistas conquistadas em 52: como a base da COB era de assalariados a informalidade e o desemprego subsequente diminuíram severamente seus filões (Kohl e Farthing, 2006, pp. 75-77). O *crash* da mineração de estanho em 85 e a privatização das minas também resultou na redução do movimento sindical mineiro a uma pequena parcela de sua força anterior. Se tratou, além de tudo, de uma reação conservadora ao poderio demonstrado por estas instituições na gestão de Siles Zuazo entre 1982-1984.

No entanto a mesma informalidade que destruiu a COB foi a base social para novos movimentos surgidos neste período buscarem ferramentas de representação que refletissem novas demandas. Isto porque a massa atingida pelas reformas neoliberais adentra novas relações de trabalho em lugares diferentes do país e passa a se organizar de forma diferente

³⁸ Uma excelente avaliação crítica do mandato de Paz Zamora está disponível no sítio do Centro de Estudios y Documentación Internacionales de Barcelona, em http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/bolivia/jaime_paz_zamora. Acessado em 17 de Junho de 2011.

de como fazia através dos sindicatos tradicionais. No Altiplano (especialmente no departamento de La Paz) a tradição de organização comunitária aimará se insere nas cooperativas e pequenos sindicatos reinventando velhos padrões de mobilização típicos daquele modelo indígena: a assembléia na hora de decidir, o mutirão na hora de agir (Zibechi, 2010, pp. 18-19). Conforme a informalidade e o desemprego inchavam a cidade-satélite de El Alto ao ponto desta ultrapassar em população a cidade de La Paz (ver Gráfico 4), estes trabalhadores foram se organizando primeiramente em torno de demandas por serviços básicos como luz elétrica, saneamento básico e água encanada. O papel das rádios aimarás ou bilíngües para aquela população sem acesso à televisão se tornou fundamental, o que levou uma rádio específica – a Rádio Televisão Popular (RTP) – a utilizar deste poder de mídia para juntar-se à mobilização em El Alto. Comandada pelo “compadre” Carlos Palenque, a RTP se baseava em três valores: “solidariedade, igualdade para os migrantes e uma forte crítica direcionada à classe política, especialmente o MNR” (ibidem, pp. 74). Quando o MNR fecha a rádio em 1988 uma grande manifestação popular vai até o prédio cercado pela polícia e obriga a reabertura³⁹. Esta demonstração de poder incentiva o carismático Carlos Palenque a formar o partido político Consciência da Pátria (CONDEPA) em 1989. Ainda em 1986 uma lei havia criado o município de El Alto, abrindo novas oportunidades para o estabelecimento de uma burocracia administrativa, o que na Bolívia neoliberal significava também novas oportunidades de *rent seeking* e aumento das disputas políticas.

³⁹ Estenssoro manda fechar a rádio e televisão de Palenque por incitação ao delito após este entrevistar ao vivo um dos maiores narcotraficantes de seu tempo (Roberto Suárez) e confirmar a participação de oficiais norte-americanos e membros do governo boliviano no tráfico de drogas. Zibechi comenta como os policiais que fecharam a rádio escaparam por pouco de serem linchados pela população (2010, pp. 62)

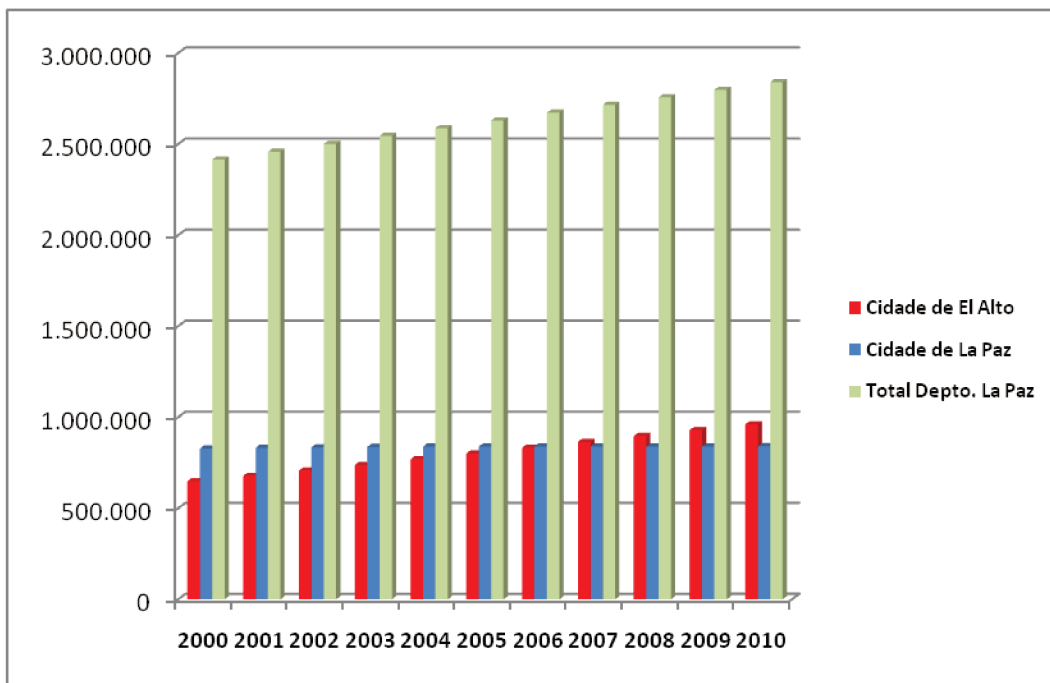


Gráfico 4 – População no Departamento de La Paz e nos dois maiores municípios entre 2000 e 2010. Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.org.bo).

A CONDEPA capitaliza sobre a organização já presente em El Alto e almeja no início ser o braço partidário do principal movimento social presente na cidade: a Federação de Juntas Vicinais de El Alto (FEJUVE). O partido ganha forte expressão eleitoral e já nas eleições de 1989 consegue 12% dos votos para presidente (sendo o candidato o próprio Palenque), 9 deputados (entre eles a primeira deputada indígena mulher da Bolívia) e 2 senadores, todos pelo departamento de La Paz. No ano seguinte, já inserido no sistema político como um hábil negociador, o novo partido ganha a prefeitura do município de El Alto (ibidem, pp. 76). Palenque, apesar de mestiço, usa dos símbolos aimarás e reintroduz no cenário político contemporâneo a presença das *wiphalas* (bandeiras que representam os indígenas andinos). Midiático, centraliza a ação do partido em sua figura carismática, mimetizando a atuação dos partidos tradicionais ao mesmo tempo em que utiliza sua figura pública de *Compadre* para resolver ele próprio divergências e discussões no movimento social local. Enquanto floresce o movimento social da FEJUVE sob o jugo da CONDEPA, as vias de clientelismo

e patronagem estabelecidas neste período logo marcam a atuação política do partido, que forja aliança com a ADN e é “aceito como uma força política no sistema” (ibidem, pp. 77). Na realidade a CONDEPA nunca se posicionou como um partido de esquerda, e Palenque havia em 1980 tentado a vida política não na coalizão de esquerda da UDP, mas no MNR de Estenssoro. É para aquele MNR tradicional, anterior aos decretos neoliberais, que Palenque orienta sua atuação quando entra no sistema político. No entanto, enquanto o MNR havia logrado conjugar diferentes forças populares sob um mecanismo de reforma institucional, a CONDEPA de Palenque nunca pretendeu conjugar sua própria noção do popular com a realidade nacional da Bolívia. É por este motivo que a CONDEPA não pode ter sido um partido *populista* como trata parte da bibliografia sobre ele (por ex. Van Cott, 2005, Zibechi, 2006 e Grebe et al., 2008), porque na Bolívia uma expressão popular circunscrita à região do Altiplano ignora a diversidade da mobilização popular naquele país. Mesmo em El Alto o partido se afasta gradativamente de um movimento social cada vez mais rebelde, abstendo-se de tomar uma posição de ruptura com o sistema em nome dos recursos que a patronagem local lhe garantia. Quando em 1997 o partido apóia a candidatura vencedora de Bánzer parte dos movimentos sociais lhe abandonam, e quando no mesmo ano Carlos Palenque morre de infarto sua Conciencia de Patria morre com ele.

Conclusão

O fim do projeto revolucionário em 64 marcou o início da formação de sistemas políticos fechados baseados no controle da mobilização popular. A cultura de massas que se expressa através de marchas e protestos explode exatamente na transição entre o sistema ditatorial e o sistema neoliberal durante o governo de Zuazo em 1982, o que leva os governos posteriores a colocarem limites autoritários à reabertura democrática. Esta vácuo de representação, embora amenizado a partir da reabertura, definitivamente aproxima os dois sistemas políticos, principalmente quando observarmos o ciclo de mobilização popular que se inicia na crise do modelo neoliberal no final dos anos 90. Ao absorver as elites econômicas comprometidas com o capital internacional (personificadas por políticos como Sanchez de Losada e Jorge Quiroga) o sistema partidário estabeleceu os limites da representação popular e criou um sistema de rotação do poder similar aos arranjos da Velha República boliviana do século XIX. Embora se falasse que o sistema de alianças vigente na reabertura democrática fosse benéfico à estabilidade daquele país ainda ameaçado pela

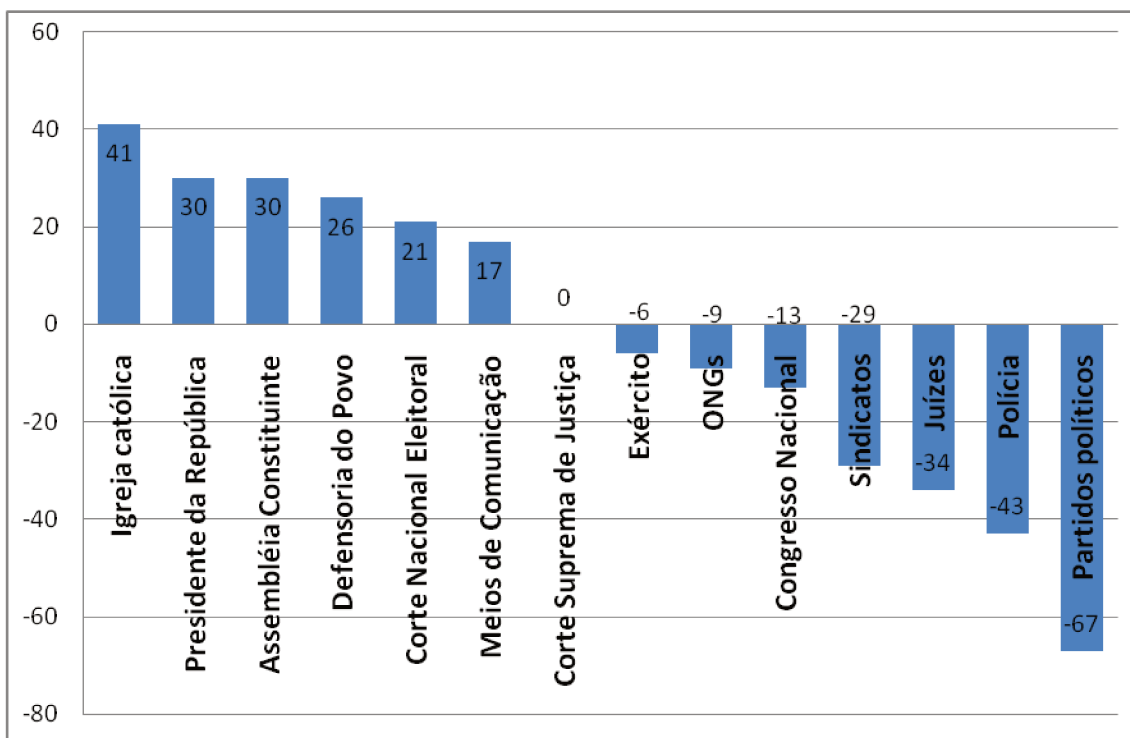
ditadura (ver Gamarra, 2003), quando observamos a dimensão da mobilização popular e sua expressão política nas crises destes dois sistemas (80 e 2000) podemos vislumbrar o tamanho da repressão que foi necessária para refrear instituições poderosas como a COB, a CSUTCB e os novos movimentos nascidos nos anos 90, notadamente os cocaleiros. Também em ambos os momentos enxergamos a ingerência da política norte-americana neste país, primeiro através da CIA no contexto da Guerra Fria, e em seguida através de organismos internacionais onde tem proeminência (como o Banco Mundial) e até sua embaixada, como ficará claro nos protestos dos anos 2000. Além do efeito anti-democrático gerado pela aplicação de políticas (*policies*) desenhadas fora do país, a ingerência norte-americana criou em diferentes instituições de resistência um forte discurso anti-imperialista que foi fundamental para aproximar diferentes classes sociais e movimentos na luta contra o neoliberalismo. Quando o neoliberalismo é tratado apenas sob o aspecto econômico perdemos estas sutilezas típicas da política latino-americana que escondem, sob um véu de democracia, todos os estados de sítio, a perseguição aos movimentos sociais e ingerência estrangeira no país.

Quadro 2: Comparação entre os sistemas políticos da ditadura e do neoliberalismo

DITADURA (1964-1982)	NEOLIBERALISMO (1985-2002)
Controle da mobilização popular através do Exército e da Inteligência.	Controle da mobilização popular através de estados de sítio e revogação de direitos.
Congresso fraco ou inexistente	Congresso forte e dominado por elites
Economia de exportação (princ. mineral)	Economia informal, agronegócio, serviços
Pequena população urbana (cerca de 30% em 1980)	Grandes periferias (El Alto, Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra)
Dependência da ajuda direta externa	Dependência de ajuda de organismos internacionais
Centrais sindicais são principal oposição	Protesto generalizado e difuso é a principal oposição
Meio rural desmobilizado graças a arranjos com o Estado	Meio rural insurgente, novas organizações camponesas

Fonte: elaboração própria a partir de dados de Kohl e Farthing (2006) e Klein (2003).

No entanto a Bolívia que aparece no fim do século XX não é a mesma do período militar. As reformas neoliberais mudaram definitivamente o país de forma muito mais radical do que qualquer ditador conseguiu em seu governo. Frente à desorganização do trabalho causada pelas reformas os resistentes bolivianos se dispersaram pelo país e difundiram sua cultura de luta para o seio de novos movimentos sociais. Ao fazê-lo se voltaram para sua tradição indígena de luta popular (principalmente através do *discurso étnico*, que cresce durante o neoliberalismo) e para a tradição sindical, agora revista e adaptada para novas relações de trabalho. O Estado boliviano, embora fechado sob um sistema partidário clientelista e elitizado, tenta a partir dos anos 90 canalizar a mobilização popular através da representação regional com as reformas administrativas de Goni. Esmagada sob a incerteza do novo mercado de trabalho e sob o aumento geral de tarifas dos serviços básicos graças à privatização, uma população insatisfeita gradativamente passa a procurar por atores anti-sistêmicos que se apresentam como uma possibilidade de mudanças. Parte do sucesso do sistema rotativo do período neoliberal foi sua tolerância à esse impulso por mudanças da sociedade boliviana, que escolheu diferentes partidos para presidir o país e viu as mesmas políticas sendo aplicadas indiscriminadamente. A consequência direta deste sistema foi a completa desconfiança da população em relação ao sistema partidário como um todo, como evidencia o Gráfico 5. A mesma estabilidade impingida ao sistema durante seu período formativo foi fatal durante a crise dos anos 2000.



Quadro 3 – Índice de confiança segundo as instituições, total nacional. Fonte: Pesquisa nacional realizada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento das Nações Unidas e Instituto IDEA em junho de 2006.

3. Reforma política, mobilização popular e a crise do sistema neoliberal

No capítulo anterior busquei demonstrar como um projeto político supostamente democrático como o neoliberalismo só conseguiu ser aplicado na Bolívia através de um delicado arranjo institucional envolvendo alianças partidárias excludentes, repressão e cooptação do movimento social e precarização dos direitos sociais. Após uma marcante mas desastrosa gestão de abertura popular no mandato da UDP o sistema se aproximou de sua herança ditatorial e coibiu ativamente a participação das massas na política. Quando Estenssoro aprova o Decreto Supremo 21060 em 1985 está introduzindo um novo projeto nacional orientado ao mesmo tempo para os antigos mecanismos de repressão da ditadura e para as modernas práticas econômicas de distribuição de poder entre elites através da espoliação estatal, o chamado *cuoteo*. Neste sentido o DS21060 tem mais peso político para este período do que uma constituição, já que a partir dele se orientou a política pública por quase vinte anos. Este documento tem o propósito (auto-declarado, segundo Goni à televisão em 85: “trata-se de um projeto político, e não econômico”) não só de orientar a política econômica do Estado, mas de intervir diretamente sobre a capacidade política do movimento social – tanto sua capacidade de mobilização quanto sua representação junto ao Estado. Para o sociólogo e vice-presidente pelo MAS Álvaro Garcia Linera, a derrota dos sindicalistas mineiros quando o governo reprimiu duramente a greve de 1986 marcou “o núcleo fundacional de correlação de forças com o Estado” assim como “uma era de abandono social” (Garcia Linera, 2010, pp. 46). Com o sistema partidário protegido institucionalmente contra alternativas de oposição, o regime se voltou contra os sindicatos e movimentos sociais para garantir a estabilidade de seu projeto neoliberal. Não se trata de feito pequeno desmontar aquele enorme aparato sindical (descrito como o maior da América Latina) construído em quase um século de luta, rebeliões, insurgências e uma revolução nacional. Nas cidades cada vez mais repletas de migrantes do meio rural, o impacto da privatização de recursos como a água não pode ser minimizado. Afinal, estes

migrantes trazem consigo métodos coletivos de administração de recursos naturais comuns (cf. os *commons* de Elinor Ostrom, 1990) baseados fortemente em valores indígenas de respeito ao meio ambiente incompatíveis com o tipo de mercantilização empreendido pelas empresas estrangeiras em Cochabamba e El Alto. Os desafios impostos pela economia da cocaína ao movimento social rural boliviano enquanto este se recobra de anos de repressão não tem paralelos na região. O impacto da urbanização descontrolada em cidades como La Paz, Santa Cruz e Cochabamba em um país previamente rural mudou *definitivamente* o rosto da expressão popular boliviana. O esvaziamento das minas e o enxugamento da burocracia mudaram irrecuperavelmente a economia e estrutura de classes do país (ver *Quadro 1*, ressaltando o tamanho da mão de obra camponesa). Se busquei anteriormente demonstrar como a mobilização popular boliviana se orienta para padrões de pressão, representação e reforma desde os primórdios de sua expressão nacional nos tempos de Willka, aqui podemos enxergar claramente uma nova institucionalização estatal construída com o propósito de fazer frente a essas tendências. Ao mesmo tempo, o agravamento da situação social em diversos lugares do país (notadamente nas periferias das cidades e no meio rural) foi terreno fértil para o re-nascimento de diversas novas demandas com as quais o Estado teria que se enfrentar.

Quadro 1 – População economicamente ativa com mais de 7 anos, segundo ocupação, no ano de 1992.

Ocupação	TOTAL	%
TOTAL	2.530.409	100,0
Diretores de governo e empresas	34.895	1,4
Profissionais científicos e intelectuais	50.481	2,0
Técnicos e profissionais de nível médio	149.399	5,9
Empregados de escritório e afins	86.821	3,4
Trabalhadores de serviços, vendedores e afins	230.321	9,1
Trabalhadores agrícolas, florestais e afins	949.751	37,5
Artesãos e trabalhadores manuais	357.623	14,1
Operários de máquinas e instalações	128.486	5,1
Peões e trabalhadores não qualificados	231.082	9,1
Forças armadas	6.921	0,3
Sem especificar	274.273	10,8
Buscam trabalho pela primeira vez	30.356	1,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Censo Nacional de Población y Vivienda – 1992

Qual a raiz do enfrentamento a este aparato de coerção que pretendia calar a mobilização social na virada do século? Quais foram as condições para que a aparente hegemonia do neoliberalismo tivesse sido enfrentada na Bolívia? Apesar de incorporar importantes

reformas democráticas nos anos 90, o Estado estava preso demais a seu refratário sistema de partidos para que mudança substantiva pudesse se construir de seu seio. Ao invés de lidar com as demandas centrais através de mais eficientes canais de participação e representação, a reforma constitucional e a lei de participação popular buscaram blindar o Estado da pressão social e transferir parte desta pressão para a esfera local, onde em boa parte do país o MNR controlava a elite política (O'Neill, 2005, pp 126). No entanto, conforme os sindicatos e movimentos sociais se tornam verdadeiros organizadores sociais com influência significativa no sistema político boliviano, esta blindagem do Estado torna-se sua maior limitação. Esta limitação do sistema político boliviano fica evidente, como buscarei demonstrar, na breve gestão de Carlos Mesa entre 2003 e 2004. Assim, a mudança na Bolívia só foi possível por *imposição* da movimentação social, o que deu à crise do neoliberalismo um caráter quase revolucionário. O MAS surge como um ator capaz de representar estes grupos, canalizar as demandas centrais do período, e transformar esta situação revolucionária em um novo sistema político. Em outros momentos da história boliviana os movimentos sociais souberam se utilizar de oportunidades históricas para modificarem favoravelmente sua relação de poder dentro do sistema vigente. Por um lado este cenário se aproxima do que aconteceu na Guerra Federal, após a Guerra do Chaco e na Revolução de 52: uma organização latente no campo e nas minas *responde* a uma modificação momentânea no equilíbrio de poder apresentando novas leituras de demandas tradicionais de sua classe. As conseqüências desta *aposta radical na mudança* são contingentes para cada caso, mas de princípio é possível observar os grupos usarem sua própria condição de classe como fio condutor da luta – assim que os indígenas impuseram à mobilização de 1899 sua simbologia política e formas de organização, a própria essência daquele processo de mudança. Embora este padrão de alguma forma se repita no ciclo de mobilização popular que culminou na formação e ascensão do partido Movimiento al Socialismo, a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos neste novo processo o difere daqueles outros momentos de mudança social. Pois enquanto na Guerra Federal encontramos os indígenas plenamente orientados de acordo com sua cultura política nativa (que de forma quase poética os impeliram ao republicanismo), na periferia de El Alto nos anos 80 os aimarás terão que resignificar radicalmente sua cultura de organização, inclusive em contato direto com as práticas sindicais de um lado e clientelistas de outro. Enquanto o

movimento mineiro tinha séculos de tradição e organização a lhe auxiliar no momento revolucionário dos anos 50, os cocaleiros tiveram que inventar rápido novas ferramentas para enfrentar uma militarização sem precedentes na história do país e uma classe média hostil à sua causa. Na realidade o discurso de classe não dava conta de apreender o movimento popular que nascia na virada do século. Mais importante ainda, o caráter ao mesmo tempo geograficamente disperso e socialmente relacionado dos protestos fomentou a criação de uma rede anti-sistêmica comprometida com *alguma*⁴⁰ mudança social em diferentes regiões. Esta disseminação de demandas e da ferramenta do protesto colaborou para tornar a situação do governo neoliberal cada vez mais difícil. Enquanto os cocaleiros e os mineiros tinham suas agendas próprias para a mudança baseada em suas demandas, a união destes atores inicialmente em rede (ou seja, sem a concentração do poder em nenhum de seus atores), mais do que apenas *incluir* diferentes pontos em uma agenda comum, cristalizou uma só grande demanda por “Mudança”. É desta demanda indeterminada, e não de seus componentes indígenas, camponeses ou sindicais que o MAS retirará sua força política. Essa indeterminação relativa no perfil da mudança desejada (em oposição ao programa revolucionário fechado defendido pela esquerda anteriormente) teve duas conseqüências diretas. A primeira delas é que tornou o conjunto dos movimentos sociais dos anos 90 e 2000 extremamente difícil de ser combatido pelas ferramentas habituais de repressão ou cooptação empregadas pelo Estado. Isto porque por um lado o caráter disperso da mobilização atrapalhou muito a repressão (protestos em Cochabamba exigiam reforços militares de La Paz que eram impedidos de chegar por bloqueios na estrada, etc.) e por outro o caráter rizomático das demandas foi um obstáculo para que o Estado pudesse negociar com elas individualmente, inclusive através da cooptação. A própria vigilância popular (informada constantemente pelos movimentos sociais) coibiu a cooptação, e “negociar com o governo neoliberal” passa a ser uma severa mancha na carreira dos políticos. Após o político indígena Victor Hugo Cárdenas se aliar ao MNR de Sanchez de Losada nos anos 90 ele é expulso definitivamente do meio político pela própria indignação popular mobilizada nas ruas e consciente destas alianças nas urnas. A outrora popular CONDEPA nunca recuperou seu apelo após acordo com a ADN em 1999 (Van Cott, 2003).

⁴⁰ Esta indeterminação, como explicado adiante, será fundamental para a conjugação das forças resistentes em um mesmo instrumento político.

Uma aliança do MIR com o MNR contra a ADN de Jorge Tuto Quiroga (organizada sob o nome de “Podemos”, mas basicamente o mesmo partido) em 2002 manchou para sempre o nome do partido de Paz Zamora junto aos movimentos sociais insurgentes (Gamarra, 2003, pp. 297). O próprio Evo Morales foi acusado de colaborar com o governo de Carlos Mesa quando este assumiu a presidência deixada por Goni⁴¹. Mais do que apenas perderem sua legitimidade, os partidos sistêmicos tornaram-se detentores de uma espécie de toque de Midas reverso, uma vez que os atores que de alguma forma se relacionaram com eles acabaram perdendo igualmente sua legitimidade frente aos movimentos sociais. A segunda consequência foi que, para além da tendência de “embarcar” na mudança social como atores secundários dentro do sistema político, os movimentos que foram vetores de novas formas de mobilização durante a mudança social se viram impelidos a construir um novo sistema político onde seu poder conquistado nas ruas tivesse representação no Estado. A atuação de Evo como parlamentar de oposição no regime neoliberal em concomitância com sua liderança nas barricadas do Chapare já é sinal desta “invasão” do sistema político pela mobilização popular. Líderes que renunciaram a via parlamentar como o líder indígena Felipe Quispe, tenderam a perder projeção política.

No fim do regime neoliberal uma série de reformas políticas tornou possível a representação dos movimentos sociais na esfera regional mas preservou os aspectos fundamentais do oligopólio político do regime. Ao contrário do que esperavam os defensores destas reformas, o caminho para a mudança social se deu muito mais como uma reação endógena a partir da desorganização social causada pelo neoliberalismo do que através da acomodação individual de demandas através da via institucional. Este capítulo busca conceituar esta reação a partir da análise da mobilização popular que explode a partir dos anos 90 e culmina na formação do MAS.

⁴¹ Segundo o dirigente do MAS Santos Ramirez, este apoio inicial a Carlos Mesa era um apoio a “democracia boliviana, pois apenas se o instrumento político [o MAS] apoiar a democracia, ele será governo”. Citado em Hanecker e Fuentes (2009, pp. 53).

Gestão Sanchez de Losada (1993-1997) e a Participação Popular

“O Estado abre mão de seu poder, tira o dinheiro dos burocratas da capital e dá ao índio ignorante para que ele faça o que bem entender. Se isso não é revolução, eu não sei o que é.”

- Luis Ramiro Beltrán, jornalista, em 1997⁴².

Apesar de seu projeto neoliberal ter permanecido praticamente inalterado por anos após 1985, o MNR sofreu o impacto da implementação radical do Decreto 21060 nas urnas. Nas cidades estão os eleitores que mais sofrem com os primeiros sinais da reforma neoliberal (desempregados, cidadãos vendo seus serviços privatizados) que migram para os outros dois partidos sistêmicos, MIR e ADN (O'Neill, 2005, pp. 134). Em 1989 uma ADN insatisfeita com a exclusão do governo de Estenssoro se une ao MIR de Paz Zamora também como resposta ao centralismo do MNR. Por sua vez o fracasso posterior da gestão de Paz Zamora em atender a demandas sociais e os escândalos de corrupção que definitivamente prejudicaram a aliança MIR-ADN deixaram Sanchez de Losada, candidato do MNR, em uma interessante posição estratégica às vésperas das eleições de 1993. Por um lado, seu partido ainda estava associado aos impactos negativos da reforma neoliberal e a aproximação da ADN com a CONDEPA abriu a possibilidade de um novo bloco eleitoral anti-MNR que certamente afastaria Goni do poder. Por outro lado a demanda crescente por reformas que havia marcado a gestão do MIR significava que o cenário eleitoral se encontrava favorável a um discurso de mudança que poderia ser apropriado pela figura tecnocrática e reformista de Goni. O mais peculiar no caso boliviano é que, enfrentado por um eleitorado urbano hostil, o líder volta seu discurso de inovação para seu último grande bastião eleitoral, a zona rural. Na campanha de 1993 Goni elege “o abandono ao campo e às províncias como o problema fundamental do país”⁴³ e promove seu ambicioso *Plan de Todos* sobre três temas principais:

1. *Questão indígena*. Indo de encontro à mobilização indígena característica deste período (tratada adiante neste capítulo), Goni

⁴² Citado originalmente em O'Neill (2005, pp. 124).

⁴³ Em campanha eleitoral para a televisão boliviana, 1993. Disponível na internet no site <http://www.youtube.com/watch?v=4Fy9wMI1OAs>. Acessado em Fevereiro de 2012.

- nomeia um vice-presidente indígena, faz campanha em vilarejos afastados do país e promove a educação bilíngüe;
2. *BONOSOL*. Trata-se de uma quantia (equivalente a US\$ 248) paga ao idoso maior de 65 como complemento a aposentadoria e também para cidadãos excluídos do sistema de pensão tradicional, majoritariamente na zona rural. O dinheiro para esta assistência viria da capitalização de empresas privadas, e *BONOSOL* e privatização eram tratados conjuntamente na campanha⁴⁴.
 3. *Participação Popular*. Goni fala do atraso na “Bolívia profunda” e da ineficiência da administração estatal. Advoga um repasse maior do orçamento para as localidades em detrimento da burocracia central, tratada como corrupta. A indefinição do grau de autonomia ou do formato desta “Participação Popular” se deve principalmente ao fato do plano ter sido escrito *depois* das eleições e a portas fechadas, de acordo com o panorama estratégico e as alianças do novo governo (O’Neill, 2005, pp. 129).

Os três temas respondem diretamente a demandas da zona rural. A questão indígena foi logo denunciada pelos indígenas mais militantes que enxergavam a cooptação de Victor Hugo Cárdenas e seu Movimento Revolucionário de Libertação Tupac Katari (MRTKL) pelo aparato neoliberal, mas esta fração radical do indigenismo estava mais ligada às periferias urbanas e não era o alvo da política do MNR. O indígena camponês neste momento está igualmente ligado à tradição do MNR de 1952 que conduziu a reforma agrária e hostil à ADN de Bánzer que havia favorecido o latifúndio e sido pioneira na luta contra a coca e contra a movimentação rural (ibidem, pp. 137-140). O *BONOSOL* visava fazer chegar os esperados benefícios da privatização das empresas estatais a uma parcela da população apartada do mercado de trabalho – os idosos do país, que são mais numerosos no meio rural. A *Participação Popular* era apresentada como uma reforma voltada para o meio rural e a perspectiva da criação de novos municípios era também a possibilidade da inserção de uma classe política mais ligada à realidade local na burocracia do município.

⁴⁴ O programa obteve certo alcance social após sua implementação em 1994, mas foi desmontado pela administração Banzer já em 1997. O aumento no custo de vida neste período devido às privatizações também serviu para diminuir o impacto deste programa. Ver Kohl e Farthing (2004, pp. 97-98).

Ademais, neste momento qualquer proposta de federalização dos recursos na Bolívia dialoga fortemente com uma injustiça histórica frente às regiões. A Bolívia imediatamente antes da Lei de Participação Popular (LPP) direcionava 92% de seus recursos estatais para as três maiores cidades do país (La Paz, Cochabamba e Santa Cruz) e a reforma administrativa era uma necessidade colocada desde os tempos da UDP, que rejeitou 20 propostas deste tipo quando estava no poder (ibidem, 143-144). As *Corporaciones de Desarrollo* criadas no mandato de Estenssoro para organizar o investimento estatal nas regiões tornaram-se antros de corrupção e ineficiência (ibidem, pp. 126). Os diferentes departamentos (como são chamadas as regiões na Bolívia) eram administrados por um governador (chamado de *prefecto*) indicado pelo presidente em constante negociação com os partidos sistêmicos, o que gerou um vácuo de representação nesta esfera. Uma reforma política ampla parecia se fazer necessária, mas se ela correspondia às expectativas da sociedade boliviana porque foi feita de portas fechadas, de forma *top-down* (Van Cott, 2008, pp. 39) e sem participação da sociedade civil? Como diferentes grupos políticos reagiram a esta enorme inovação institucional?

Como mencionado anteriormente neste trabalho, a demanda regionalista está historicamente enraizada na cultura política boliviana como uma ferramenta de oposição e resistência ao Estado centralista, desencadeando processos de insurgência como na Guerra Federal de 1899. Durante o século XX diferentes sistemas políticos se construíram tendo como horizonte de oposição não só a mobilização popular tratada neste texto mas também o regionalismo expressado principalmente pelas elites econômicas contra a taxaço do Estado central. Enquanto o sistema político de 1952 enfrentou diretamente a questão impondo um Estado nacional central regido por um partido de frente popular, as ditaduras buscaram negociar diretamente com as elites regionais para acomodar suas demandas individualmente, o que levou a ADN de Bánzer (um partido ideologicamente identificado com o sistema ditatorial) a se aproximar da demanda federalista. Ao mesmo tempo (e sem dúvida impulsionados por essa relação clientelista estabelecida na ditadura) surgem nos departamentos os Comitês Cívicos, órgãos de participação cidadã regidos principalmente por empresários ligados à política local. O grau de institucionalização política dos Comitês Cívicos varia muito nas regiões. Na maior parte dos lugares eles funcionam como câmaras de comércio departamentais que fazem a intermediação entre as elites e o governo central

(O'Neill, 2005, pp. 145). Em departamentos como Santa Cruz os Comitês tomados por elites locais passam a organizar a mobilização social em torno do federalismo. É importante ressaltar que o MNR é um partido centralista que se encontra historicamente no alvo destas instituições. Enquanto no Estado de 1952 o partido afasta radicalmente qualquer demanda regionalista como desintegradora da nação, o MNR neoliberal trata de combater a burocracia local removendo impostos departamentais em 1985, uma medida que afetou diretamente os departamentos e foi apoiada por Goni, então Ministro do Planejamento (ibidem, pp. 144). Quando ele assume a presidência em 1993 todos os governadores são ligados à ADN e aos Comitês Cívicos. O federalismo do país certamente está na pauta da reforma administrativa.

Este é o contexto político da Lei de Participação Popular, desenhada e aprovada sob forte lobby presidencial no Congresso em 1994. Trata-se de uma lei municipalista criada para canalizar a demanda regionalista para longe da esfera departamental (ocupada pelos seus rivais da ADN) e para dentro da sociedade rural boliviana. As dimensões desta verdadeira *onda de institucionalização* são grandes. De uma só vez foram criados 327 novos municípios dotados de legislativo próprio (os *Consejos Municipales*) com no mínimo cinco e no máximo onze conselheiros (Van Cott, 2008, pp. 39). A média de população destes municípios é de 26 800 habitantes sendo que 59% deles tem mais de 85% de sua população declaradamente indígena (ibidem, pp. 26 e 40). Tratam-se em sua maioria de vilarejos rurais pequenos e dotados de alguma tradição de organização indígena. Para tornar viáveis estes municípios a Lei prevê 20% dos recursos do Tesouro diretamente para os prefeitos (de acordo com a população) mudando radicalmente a dinâmica de distribuição de recursos estatais que antes era exclusiva do governo departamental. Ao mesmo tempo assinou um acordo com o Banco Mundial prevendo US\$1,3 bilhões de dólares (mais de 20% do PIB nacional na época) até o ano 2000 em repasse direto aos municípios (ibidem, pp. 40). O súbito fluxo de capital pegou de surpresa os novos prefeitos e em alguns lugares serviu para cristalizar o apoio ao MNR (O'Neill, 2005, pp. 128). A Lei também previu a criação de Comitês de Vigilância a serem ocupados por Organizações Territoriais de Base (OTBs), instituições locais registradas no governo e que em 2002 já serão mais de 16 mil em toda a Bolívia. Os Comitês de Vigilância não recebem salário do governo (apenas uma pequena ajuda de custo para transporte) e são responsáveis pela elaboração, em conjunto com o

Conselho Municipal, de um Plano de Desenvolvimento Municipal (PDM) vigente por cinco anos e responsável pela administração de 85% dos fundos direcionados ao município (Nijenhuis, 2002, pp. 74). O Conselho Municipal é a instituição principal da Lei, já que o prefeito do município é eleito a partir do conselheiro que obteve a maioria absoluta dos votos na eleição (mais de 50%) ou, caso nenhum dos candidatos preencha este requisito, eleito indiretamente entre os conselheiros à maneira das eleições presidenciais. Mais impactante ainda, os conselheiros podem retirar o prefeito de seu cargo uma vez ao ano através de um simples voto majoritário de confiança, o que aconteceu ao menos uma vez em metade dos casos entre 1995 e 1999 (Van Cott, 2008, pp. 43-44). Van Cott também relata que no mesmo período 40% dos municípios criados pela LPP tiveram seus prefeitos retirados do cargo por moção do Conselho *todos os anos* entre 1995 e 1999, o que mostra uma intensificação da disputa política nesta instituição recém-criada (ibidem).

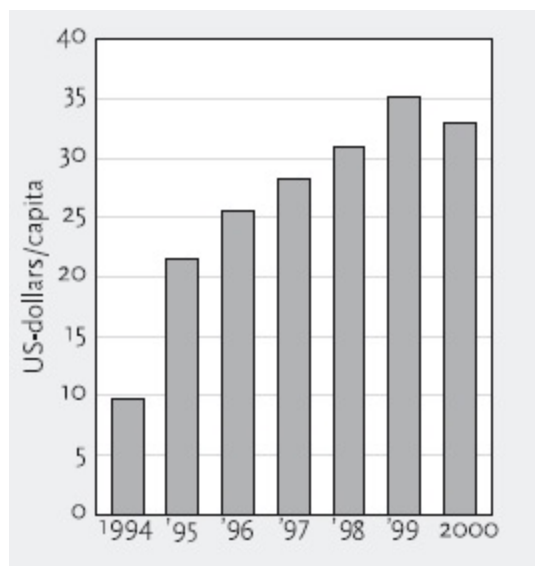


Gráfico 1 – Fundos da LPP repassados diretamente aos municípios em dólares per capita. Fonte: Nijenhuis, Gery. “The Impact of Decentralization on Local Development: The Case of Bolivia” in Lindert, 2010, pp. 77.

Ao aprovar a LPP Goni apostava na tradição do MNR no meio rural e na própria capacidade institucional do partido de se fortalecer com as eleições municipais, já que o MNR havia se re-organizado territorialmente para isto já em 1990 (O’Neill, 2005, pp. 150).

Ao retirar a demanda regionalista das mãos da ADN-MIR e colocá-la em suas mãos o partido buscava incluir novos atores sociais mais próximos de sua base política nesta equação que até então era bastante restrita ao círculo urbano do Comitê Cívico. Neste sentido, mais do que mostrar o crescimento do repasse desde 1994, o *Gráfico 1* evidencia uma pequena diminuição deste repasse a partir do governo da ADN em 1999, ilustrando a tese de que o municipalismo do MNR era enfrentado pelo federalismo da ADN. Além de enfrentar esta tendência política ao esvaziar a esfera departamental o MNR buscou afastar outra força da esfera municipal: os sindicatos. Duas características da LPP foram desenhadas para este fim. Em primeiro lugar, a criação de uma burocracia municipal com autoridade e recursos para intervir na infra-estrutura local a tornou um alvo natural de manifestações populares que absorveu parte da mobilização antes direcionada ao Estado central. Bem financiada pelo repasse, esta burocracia é plenamente capaz de cooptar lideranças locais com empregos públicos, o que efetivamente descentralizou a corrupção (Kohl e Farthing, 2006, pp. 142). Em muitos lugares os novos postos foram preenchidos pelas elites econômicas em relação clientelista com o MNR, inclusive em lugares onde os sindicatos, apesar de fortes, eram proibidos pela lei de participar das eleições municipais, como descreve o dirigente do MAS Lino Villca:

“A direita criava municípios e elegia um prefeito para anular o dirigente [sindical] que geria, porque este representava um perigo em potencial para a região”⁴⁵

O cientista político boliviano Ricardo Laserna comentou sobre a LPP logo após sua implementação:

“Se não existir um movimento para formar governos departamentais, então, no futuro próximo, nós teremos um sistema aberto nas bases, mas também *muito longe do centro de poder*. Isso dará aos poderes centrais um grande espaço de manobra que só será contestado através do conflito social”⁴⁶

Em segundo lugar, a priorização da variável regional sobre outras (como étnica ou de classe) na distribuição do poder no campo buscou excluir o mais bem organizado sindicato

⁴⁵ Citado em Harnecker e Fuentes, 2009, pp. 63.

⁴⁶ Citado originalmente em Kohl e Farthing, 2006, pp. 94. Grifos no original.

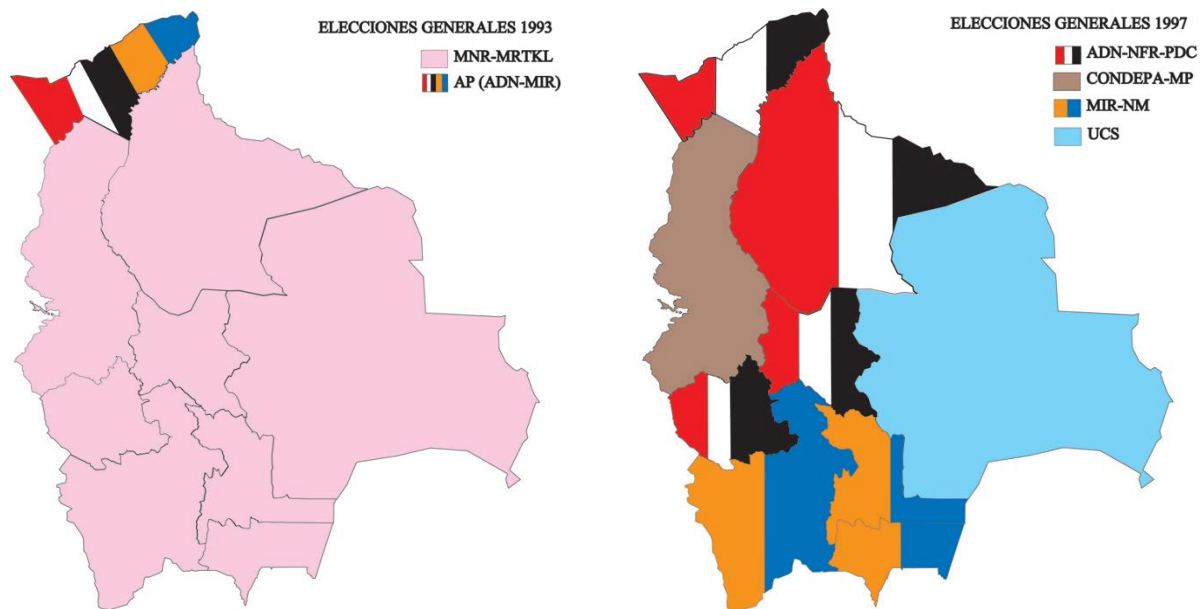
rural do país, a CSUTCB. Isto porque enquanto a organização da CSUTCB atendia a necessidades amplas da classe camponesa que estavam dispersas por diferentes municípios de uma mesma região, a lei só permitia a formação de uma organização territorial de base (OTB) por localidade, o que poderia fragmentar o movimento camponês em diversas siglas isoladas pelo meio rural (ibidem, pp. 133). A disciplina e coesão interna dos sindicatos foi testada ao máximo para combater esta fragmentação, o que acabou acelerando a institucionalização destes no fim da década de 90. A elaboração do PDM quinquenal obrigatório para a liberação do repasse municipal requeria uma série de ferramentas de análise econômica que dificultavam o acesso deste mecanismo pelos camponeses e favoreciam a atuação de ONGs que poderiam estar ligadas a interesses estrangeiros ou a partidos tradicionais. Nas localidades onde organizações não governamentais atuam na elaboração do PDM os governos municipais tendem a se tornarem dependentes delas e a organização popular de base é geralmente coibida (ibidem, pp. 136). Nos lugares onde a institucionalização dos sindicatos rurais foi maior, como no Chapare, a adequação a estas ferramentas de governo significou um salto considerável na qualidade das lideranças envolvidas, que além de organizarem as tarefas relacionadas a atividade produtiva se viram impelidas a lidarem com orçamento, pagamento de funcionários públicos, etc. E finalmente haviam lugares onde uma cultura política pré-moderna impediu efetivamente a implantação do tipo de municipalização desejada pelo MNR. Entre alguns municípios chiquitanos no Oriente, o Conselho de posse do novo orçamento reunia os mais velhos e decidia quanto iriam gastar para todo o ano, realizando uma seguida uma festa de vários dias com o restante do dinheiro (Van Cott, 2009, pp. 46). Na região de Camiri (departamento de Santa Cruz) as relações de servidão entre a maioria camponesa guarani e proprietários brancos impediu qualquer participação daqueles na disputa política local (Gustafson, 2010). Enquanto partidos tradicionais tinham a sua disposição políticos profissionais que poderiam atender a novas demandas burocráticas da nova esfera municipal, atores minoritários e não acostumados a disputar recursos com o Estado através da via institucional tiveram muita dificuldade em competir com os elementos sistêmicos. Enquanto grupos políticos com pouca experiência sofriam com o novo sistema, os sindicatos mais presos às políticas de confrontação que ficaram especialmente marcadas durante os primeiros anos do neoliberalismo tiveram dificuldades semelhantes em se inserir. Evidência desta dinâmica é

o sucesso inicial do MNR, que ganhou a maioria dos conselheiros em 37% dos municípios e 39% das prefeituras (O'Neill, 2005, pp. 142). Embora o municipalismo será mais adiante uma importante alavanca de poder para o nascente *Movimiento al Socialismo*, não haviam indicações no começo da municipalização de que este processo seria capaz de mudar o equilíbrio de poder na Bolívia. É importante destacar que a LPP criou instituições municipais onde não havia demanda específica por elas (ibidem, pp. 151). Apesar de haver demanda federalista proveniente de alguns grupos políticos no país, nenhum movimento popular boliviano advogava a municipalização como bandeira política. Movimentos populares municipais como a FEJUVE em El Alto eram anteriores a LPP e tinham sua própria dinâmica de disputa de poder – que já nos anos 80 havia gerado seu próprio partido, a CONDEPA. Movimentos indígenas como a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB) buscavam o reconhecimento de sua autoridade ancestral sobre os territórios onde governam, e não a imposição de um mesmo modelo político de origem ocidental para todo o país. A CSUTCB, sendo um sindicato, pregava o poder do camponês como classe em aliança com o operariado em todo o país, e não como indivíduo organizado territorialmente. Mesmo os movimentos urbanos que nasceram contra a privatização no início do século XXI (como a organização cidadã contra a privatização da água em Cochabamba) demandavam mudanças que escapavam da lógica burocrática da administração municipal, como a revogação de contratos com empresas estrangeiras. Assim, a resposta dos movimentos sociais não foi imediata mas sim gradual, através de um intenso esforço de reorganização e adaptação às novas regras políticas. Instituições mais antigas como a CSUTCB tiveram mais dificuldade em se adaptar e somente em 1996 esta organização declarou que iria “radicalizar a participação popular ao extremo” e participar das disputas eleitorais através da criação de OTBs campesinas ligadas ao sindicato (ibidem, pp. 133). A própria estrutura sindical desta confederação favorecia longas disputas de poder entre pólos ideológicos opostos, com pouca oportunidade de negociação entre atores dentro da instituição. Uma evidência desta particularidade é o intenso movimento de expulsões e fragmentações dentro do sindicato a partir deste momento. Enquanto movimentos como o cocaleiro ou o indígena oriental (guarani e chiquitano) souberam impor uma estrutura organizacional coesa bastante adaptada para a disputa municipal (conforme discutirei abaixo), a CSUTCB não soube se apresentar como um ator institucional independente de

suas disputas internas e acabou seqüestrada por um grupo político interno dominado pelo presidente da instituição, o líder indígena Felipe Quispe (Van Cott, 2008, pp. 199). Com seu recém-fundado Movimento Indígena Pachacuti (MIP) Quispe atua como um líder carismático organizando mutirões e marchas na zona rural do departamento de La Paz, uma região de alta mobilização indígena mas extremamente pobre e fragmentada. Acompanhando a mobilização Quispe constrói seu partido MIP como um aparato de representação da classe indígena oprimida como um todo, mas ao fazê-lo esbarra não só na organização tradicional andina fortemente enraizada nesta região (historicamente desconfiada da forma partido), mas também através do discurso do indígena no poder abre espaço para uma diversidade de movimentos concorrentes se apresentarem como rivais: “A fragmentação política, a presença de partidos rivais entrincheirados e a competição com a organização social baseada no *ayllu* [comunidade aimará] mostra um ambiente político distinto do MAS” (ibidem, pp. 203). Embora houvessem movimentos sociais bastante organizados no meio rural altiplânico, o MIP falhou em unificá-los sob uma bandeira comum como fez o MAS em Cochabamba. Estas características regionais e o fracasso do MIP em distribuir recursos como fez o MAS no poder municipal condenaram o partido. A CIDOB por sua vez manteve sua postura de defender a especificidade do território indígena e logrou depois de marchas e protestos a institucionalização do *município indígena* com regime diferenciado da LPP (ibidem, pp. 45). Esta vitória indígena foi importante pois significou que o sistema municipal poderia ser reformado quando exposto a intensa pressão social. Com praticamente todo o sistema político se reorganizando de acordo com as novas disputas desencadeadas pela LPP os grupos que mais se beneficiaram foram os que, atuando principalmente no meio rural, souberam relacionar sua mobilização popular com as novas oportunidades de ganho de recursos sob o novo regime criando ao mesmo tempo coesão social em sua base, experiência administrativa em suas lideranças e recursos básicos de infra-estrutura para suas localidades – uma espécie de círculo virtuoso que favoreceu o crescimento dos mais bem-sucedidos entre estes grupos, como o movimento cocaleiro no Chapare. Em pouco tempo este grupo se tornou praticamente hegemônico nesta província do departamento de Cochabamba, treinou suas lideranças para negociar com o Estado em busca de recursos e criou um padrão de mobilização voltada para resultados concretos que mudou definitivamente a política nacional.

A gestão Bánzer-Quiroga (1997-2002) e o início do ciclo de insurgências

Apesar do interesse eleitoral do MNR com a Lei de Participação Popular fosse o de aumentar o poder do partido no meio rural (o que de fato aconteceu em um primeiro momento), o que aconteceu de fato a partir de sua implementação foi um processo gradual de fragmentação do sistema político. Como o sistema partidário permanecia no topo dominado pelos três partidos sistêmicos (MNR, ADN e MIR) e refratário a mudanças em seus quadros, as novas lideranças que nasciam do processo de municipalização passaram a favorecer uma postura de oposição em relação ao governo e a formar suas próprias organizações partidárias que, apesar de pequenas, souberam se utilizar da cultura de coalizões presente no sistema político boliviano. Sob muitos aspectos este processo foi uma continuação, no resto do país, do que havia acontecido em La Paz alguns anos antes com a formação da CONDEPA e da UCS: partidos comandados por lideranças regionais em busca de representação e cargos nos governos nacionais e dispostos a negociar coalizões com os partidos sistêmicos. Com o centralismo do MNR e o estilo autoritário de Goni afastando ainda mais estes pequenos partidos (Camargo, 2003, pp. 190) a ADN tornou-se um horizonte mais receptivo para estas alianças. Além do voto de protesto contra o MNR, esta é a principal explicação da insólita eleição de 1997, que contra o candidato neoliberal Sanchez de Losada elegeu o ex-ditador Hugo Bánzer enquanto este ainda respondia a processos por violações de direitos humanos decorrentes de seu período como caudilho. Bastante limitado pela sua coalizão a propor mudanças no quadro econômico e social boliviano e enfrentando forte oposição no meio rural o ex-ditador construiu uma plataforma imprecisa voltada para os eleitores urbanos (principalmente em Cochabamba e Santa Cruz) e com forte conteúdo moralista, exemplificado na promessa de “erradicar a coca do país”. O Quadro 2 nos fornece uma visão do impacto da LPP na disputa regional pelo voto nacional no primeiro turno das eleições de 1993 e 1997.



Quadro 2 – Impacto da LPP: ganhadores por departamento nas eleições gerais de 1993 e 1997, primeiro turno. Fonte: Boletim Estadístico da Corte Nacional Eleitoral, vol. 3 (2007)

Bánzer obtém apenas 22% dos votos válidos no primeiro turno e é obrigado a expandir ainda mais sua megacoalizão (que se torna a maior da história do país) para vencer a confirmação no Congresso (ver Quadro 3). Este momento é importante porque pela primeira vez os partidos pequenos são significativos em seu conjunto para o sistema político boliviano.

Quadro 3 – Partidos que compõem a mega-coalizão de Hugo Bánzer, 1997

Partido	Base Geo.	Deputados/ Senadores	Liderança	Tend. Ideológica
Partido Democrático Cristão (PDC)	La Paz	1/0	Luís Ossio	Centrista
Falange Socialista Boliviana (FSB)	La Paz	1/0	Hector Peredo	Direita
Nova Força Republicana (NFR)	CCBA	9/1	Manfred Reyes	Direita
Katarismo Nacional Democrático (KND)	La Paz	1/0	Fernando Untoja	Indígena
Aliança de Renovação Boliviana-ARBOL	La Paz	0/0	Cassiano Choque	Evangélico
Consciência de Pátria (CONDEPA) ¹	La Paz	19/03	Remedios Loza	Centro-Esq.
Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) ¹	Tarija	21/06	Jaime Paz Zamora	Centro-Esq.
Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML) ¹	La Paz	1/1	Oscar Zamora	Esquerda
Alternativa Socialista Democrática (ASD) ¹	La Paz	1/0	Jeres Justiniano	Esquerda
Unidade Cívica Solidariedade (UCS) ¹	S. Cruz	21/2	Johnny Fernandez	Centro-Dir.

¹Partidos que integram a coalizão apenas após o primeiro turno

Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais disponibilizados pela Corte Nacional Eleitoral.

O mandato de Bánzer (apesar de supostamente anti-MNR) não se atreveu a propor qualquer mudança nos rumos da economia do país, o que gerou respostas equivocadas a crise econômica que o país havia adentrado com a perda de empregos e recursos que vinham das empresas estatais (Kohl e Farthing, 2004, pp. 111-114). De fato a primeira medida contra a crise que a ADN tomou no governo já em 1997 foi cancelar o programa de distribuição de renda BONOSOL aprovado apenas três anos antes. Como o programa beneficiava sobretudo a população rural (hostil a Bánzer) o governo logrou cortar esta despesa sem se

arriscar a perder votos. Em seguida privatizou o que restava da companhia petrolífera estatal YPF e aprovou uma taxa de 25% de aumento sobre a conta de luz, cujas empresas haviam acabado de serem privatizadas na gestão anterior. Esta ação foi muito mais polêmica pois atingiu também os eleitores urbanos. Segundo Kohl e Farthing: “Embora culpar a administração anterior tenha dado a Bánzer alguma legitimidade, também enfraqueceu a crença de que políticas de privatização gerariam crescimento econômico, servindo para minar a hegemonia neoliberal” (ibidem, pp. 121). O setor que mais cresce é a agricultura fundada em grandes latifúndios no Oriente (principalmente Santa Cruz, Beni, e Tarija) baseados na cultura de exportação da soja com participação de capital brasileiro e pouca criação de emprego; de fato o mesmo setor que havia sido “inventado” por Bánzer com as concessões de terras de seu período ditatorial (1971-1978) e que historicamente lhe rendeu boa parte do apoio político e financeiro para sua carreira (Klein, 1992, pp. 256). Naquela época, enquanto latifundiários e empresários se organizavam nos Comitês Cívicos (Camargo, 2003, pp. 219), os camponeses resolveram romper com a relação de clientelismo que haviam estabelecido com o exército após a Revolução de 52 e organizaram sindicatos rurais de oposição que culminaram na criação da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses Bolivianos (CSUTCB) em 1979. Assim como a resposta à organização rural durante o governo do Bánzer ditador foi a militarização do campo (que levou ao massacre de Tolata em 1974) a principal medida do Bánzer “democrático” no meio rural foi a intensificação do combate militar ao cultivo de coca, a cultura agrícola que absorveu boa parte dos desempregados do neoliberalismo. No campo a repetição da história de repressão aos conflitos sociais foi a tragédia, e nas cidades a expectativa de mudar o projeto neoliberal do MNR tirando-o do poder foi a farsa. Esta descrença com um sistema político fechado a mudanças foi a base da popularização da *insurgência* como ferramenta política. Refiro-me a insurgência como uma forma de protesto radical que busca afastar a ingerência do Estado dos espaços insurretos, atacando diretamente a capacidade do Estado de implementar políticas públicas naqueles espaços. Como o foco da insurgência é no espaço tomado do Estado e nas demandas que contradizem sua atuação, ela foi importante para a articulação de uma pluralidade de movimentos sociais em torno da reconstrução da organização social e produtiva do lugar. A atuação de mobilização dos movimentos sociais na segunda gestão Bánzer/Quiroga (1997-2001) é a primeira parte do ciclo de insurgências

que continuará na gestão seguinte de Goni/Mesa (2002-2005). Algumas características importantes desta fase de mobilização a diferem do período posterior:

1. ***Está longe do Palácio.*** Apesar de terem ganhado força com a recessão econômica, não existe ainda uma alternativa política nacional ao projeto neoliberal que incentive os movimentos sociais a pedirem a renúncia do presidente. É por isso que Jorge Quiroga consegue terminar o mandato sem muitos problemas após a morte de Bánzer em 2001 e também porque Goni ainda possuirá algum respaldo eleitoral em 2002. Porém a ausência de um discurso voltado à toma do poder não impediu que boa parte destes movimentos sociais buscassem a representação no Congresso em face das mudanças no sistema político já descritas.
2. ***Demandas são regionais.*** Como não existe ainda uma concertação nacional anti-sistêmica entre os diversos movimentos as demandas expressadas nesta primeira fase são regionais. A Guerra da Água em Cochabamba não se transformou imediatamente em uma demanda nacional contra a privatização dos recursos – apesar de ter inspirado um movimento semelhante em El Alto. A erradicação da coca ainda não havia se inserido no debate público fora das regiões cocaleiras, o que levou Bánzer a explorar ao máximo esta medida em sua campanha eleitoral. A luta pela criação da Universidade de El Alto ficou circunscrita a região e não se transformou em um movimento generalizado por educação superior pública em outros lugares. Os discursos de soberania que levarão as demandas regionais a enxergarem o panorama nacional de seu projeto anti-sistêmico ainda estão sendo elaborados.
3. ***Atua principalmente nas bordas do Estado.*** Em boa parte pelo mesmo motivo explicitado acima, mas também devido a um conjunto de impactos sociais do neoliberalismo (principalmente a migração) os movimentos sociais serão mais fortes em lugares onde a presença do Estado é mais precária: as novas zonas de colonização no Chapare e no Oriente e as periferias das cidades de La Paz e Cochabamba. Esta característica irá colaborar para o aumento da violência nestes lugares e também incentivará os movimentos sociais a adotarem estratégias de *publicização* de suas demandas, seja através da aliança com outros movimentos urbanos (como durante a Guerra da Água em Cochabamba) seja através da criação

de novos espaços públicos de deliberação (como fizeram os sindicatos no Chapare e as associações de bairro em El Alto). A precariedade também contribuiu para o radicalismo destes movimentos sociais (comparado, por exemplo, com a fraca resistência do sindicalismo oficial da COB nos anos 80).

4. ***Possuem múltiplas lideranças.*** Com a queda na confiança em relação aos partidos e políticos sistêmicos o caminho está livre para que novos líderes advindos dos movimentos sociais se posicionem politicamente. Conforme os movimentos atingem proporção de massa e obtêm suas primeiras vitórias através de sua mobilização uma série de líderes surgem como possíveis vozes de um projeto anti-sistêmico em nascimento. Em alguns casos (como com o líder do movimento cochabambino por água Oscar Olivera) a popularidade das vitórias sociais não se transferiu para a esfera política devido a uma opção por não entrar no sistema partidário. Em outros casos a proliferação de lideranças gerou disputas que se dividiram entre a competição sectária e a busca por legitimidade entre a população representada. Em geral estas disputas serão resolvidas na segunda fase de mobilizações através da negociação entre os atores anti-sistêmicos e do surgimento conciliador de um líder indígena camponês e carismático (Evo Morales) junto a um intelectual branco de esquerda com histórico de luta armada (Álvaro Garcia Linera).

O nível de mobilização observado neste momento é inédito desde o governo da UDP em 1982. No ano 2000 a Polícia Nacional passa a fornecer ao Instituto Nacional de Estatística os dados de *distúrbios civis* registrados por ano em cada localidade⁴⁷. Embora os dados não permitam uma comparação com a primeira gestão de Goni eles são demonstrativos do crescimento das mobilizações e de seu perfil regional.

⁴⁷ Segundo o Artigo 134º do Código Penal Boliviano: “Perturbar uma congregação lícita, causar tumultos, motins e outras desordens públicas”.

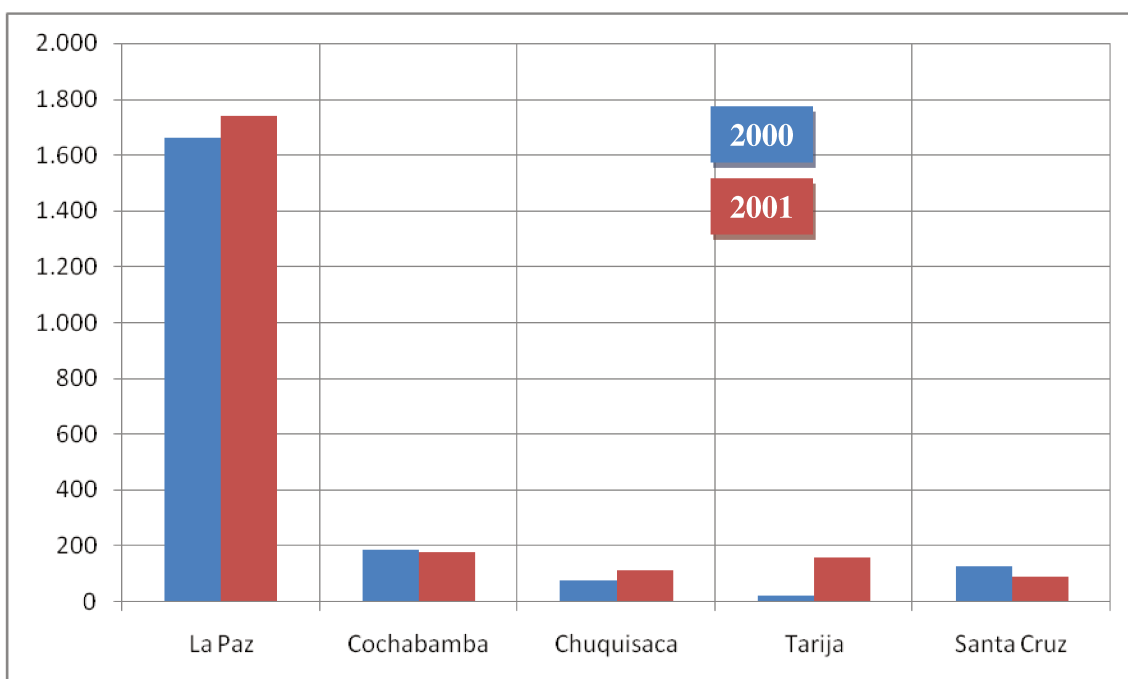


Gráfico 2 – Número de “distúrbios civis” (ver nota 47) registrados no biênio 2000-2001 nos cinco maiores departamentos. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística, disponíveis em <http://www.ine.gob.bo> . Acessado em Maio de 2012.

O Gráfico 2 mostra uma concentração do protesto no departamento de La Paz, palco da insurgência urbana de El Alto tratada adiante. É provável que os departamentos onde o protesto tenha sido majoritariamente rural (como Cochabamba) não tenham a mesma expressão estatística por conta de diferenças em como são registradas as manifestações (por exemplo, a função de repressão no meio rural é principalmente do Exército, e não da polícia). O Gráfico 3 mostra outra importante diferença entre campo e cidade quando comparamos os dois maiores focos de mobilização durante o ano de 2000. Enquanto que o foco de protesto urbano de La Paz se baseia majoritariamente em marchas e manifestações (a mesma estratégia usada historicamente pela COB), em Cochabamba, onde o grande protagonista dos protestos são os cocaleiros do meio rural há uma divisão entre as marchas tradicionais e outras formas de protesto baseadas na ocupação insurgente das estradas (os *bloqueos*) e nas greves estratégicas de curta duração (os *paros*).

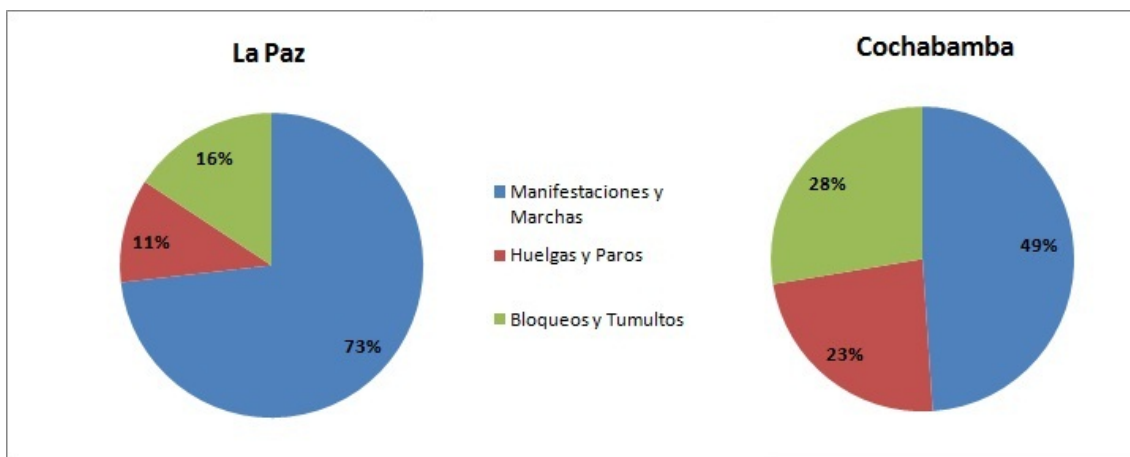


Gráfico 3 – Táticas empregadas nos protestos nos dois maiores departamentos em número de registros. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística, disponíveis em <http://www.ine.gob.bo> . Acessado em Maio de 2012.

Estas diferenças no repertório da mobilização coletiva são ilustrativas do contexto político onde os movimentos estão inseridos (que molda quando e como agir) e do tipo de reação que o Estado toma em seguida (que molda a eficiência da mobilização) (Tilly, 1978, pp. 151-157). Parte destas diferenças tem a ver com o *locus* da mobilização, a praça/prédio público em El Alto e La Paz e o mercado/estrada em Cochabamba. No meio rural as ações envolvem o transporte de militantes camponeses até o local da ação, o que exige uma organização específica dos movimentos assim como a possibilidade da ocupação durar vários dias. As distâncias cobertas são maiores e a dispersão favorece o uso de bloqueios em vários pontos diferentes para acentuar a eficiência do protesto e atrapalhar a repressão (Dangl, 2007, pp. 55-75). A ausência da imprensa e a militarização contribuem para a violência e já nos anos 90 vemos uma participação expressiva das mulheres na vanguarda do protesto⁴⁸:

⁴⁸ Um paralelo interessante pode ser feito com as mobilizações das Mães da Praça de Maio durante o período militar argentino. Processos semelhantes ocorreram na África do Sul (com a marcha das Black Sash em 1955), na China (com a organização das Mães de Tiananmen após aquela mobilização) e no Irã (onde as marchas de mulheres são menos reprimidas do que outros protestos contra o governo). Na Bolívia a repressão era bastante reduzida quando as mulheres tomavam a liderança das marchas. É possível argumentar que em sociedades tradicionais (apesar dos altos índices de violência doméstica) a presença feminina na mobilização constringe a resposta violenta do aparato estatal.

“Nos enfrentamentos, elas comandam os ataques com fundas e pedras contra armas de guerra. Elas sentam-se sobre as estradas para evitar a passagem dos batalhões militares”⁴⁹

Todas estas características requerem um grau de disciplina maior do que em outros contextos. No meio urbano as pessoas deixam suas casas para reunir-se em um primeiro local tradicional de agremiação, de onde partem em massa para um segundo local público que varia de acordo com a natureza das demandas, mas que pode ser uma praça ou um edifício da administração pública. A violência, quando ocorre, é enfrentada pela polícia com armas não-letais e a vanguarda dos manifestantes (aqueles envolvidos diretamente no enfrentamento) são em sua maioria homens jovens. O processo todo raramente dura mais de um dia, embora ocupações mais duradouras de praças públicas tenham ocorrido em El Alto e Cochabamba. Isto se deve a outro fator determinante do repertório da ação coletiva: a experiência anterior (Tilly, op. cit.). Por exemplo, conforme bloqueios duradouros se mostram eficientes no meio rural os mesmos atores (os militantes camponeses) ora inseridos no meio urbano reproduzem esta ação prolongando a duração das ocupações nas praças e aumentando a eficiência do protesto, como ocorreu quando os camponeses chegaram para engrossar a mobilização urbana na Guerra da Água em Cochabamba. O mesmo ocorre quando os mineiros se juntam aos militantes urbanos em El Alto trazendo consigo seu próprio repertório, que inclui ações de sabotagem e a utilização de explosivos (Zibechi, 2010, pp. 72). A seguir trato especificamente destes dois pólos de insurgência (La Paz e Cochabamba) cujas práticas de mobilização sedimentaram as demandas que legitimaram a formação do partido Movimiento al Socialismo.

Cochabamba: da militarização a cidadania

“Quando surge um cidadão? Basicamente, quando um conglomerado de indivíduos vinculados por múltiplos laços de interdependência supõe que suas prerrogativas estejam

⁴⁹ Leonilda Zurita, dirigente cocaleira, citado em Barbosa Filho (2008, pp. 58).

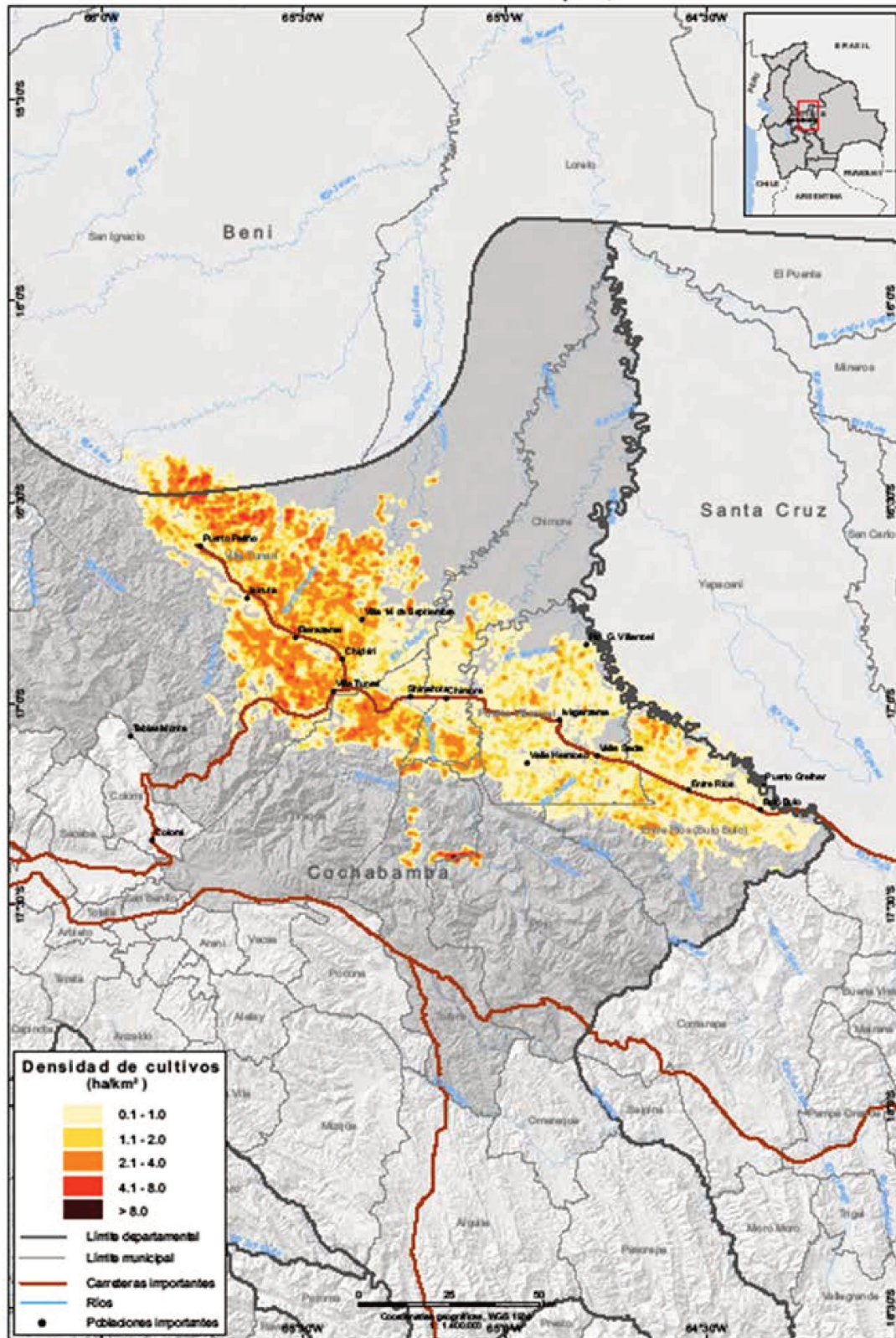
incorporadas na normatividade estatal e as praticam com esse entendimento.”
- Álvaro Garcia Linera, sociólogo boliviano⁵⁰

A centralidade de Cochabamba no ciclo boliviano de insurgência se deve em parte a sua cultura política diferenciada e em parte devido a posição específica da indústria da coca no departamento. Situada no centro geográfico do país, a região serviu historicamente como o principal ponto de comunicação e comércio entre os Andes ao oeste e as terras baixas ao Leste (Klein, 1992, pp. 7). O terreno acidentado de seus vales férteis favorecia a produção alimentícia em terraços e o sistema latifundiário de *haciendas* seguiu tendo um papel secundário em relação a pequena propriedade indígena, que dominou completamente a região após a reforma agrária de 1953 (Jackson, 1994). Distante das rebeliões indígenas de Tupaq Katari no século XVIII e Zárate Willka no século XIX, Cochabamba também sofreu menos com os aspectos mais violentos da colonização, que em lugares como La Paz e Sucre deixaram marcas mais profundas na cultura política de luta anticolonial. Como sua economia não estava diretamente ligada a mineração a região também sofreu menos com revezes históricos desta atividade que arrasaram com as economias de Potosí e Oruro e criaram enorme desigualdade de renda em La Paz e Sucre. Os efeitos da quebra da indústria da mineração começaram a ser observados mais tarde com a mudança do eixo econômico-político do país, do eixo La Paz-Potosí (Norte-Sul) para o eixo La Paz-Santa Cruz (Leste-Oeste), conforme o crescimento de Santa Cruz e a colonização do Oriente expandia as fronteiras econômicas bolivianas para aquela direção. Voltando a assumir a posição que ocupava no período pré-incaico, a região de Cochabamba volta a ser, no século XX, o principal nexo de comunicação entre Ocidente e Oriente. Este processo se acentua a partir dos anos 70, quando na região começa a crescer aquela que será a maior economia da Bolívia durante o período: o narcotráfico de cocaína.

A questão da coca é fundamental para entender as mudanças que sofre a Bolívia neste período e que contribuem para a formação do MAS. Sua origem é completamente externa ao sistema político boliviano vigente no período, pois a produção de coca cochabambina e o narcotráfico surgem apenas quando o mercado norte-americano da droga aumenta

⁵⁰ Em artigo publicado na Revista Ciência Política em 1999, publicado em 2008 no volume “La Potencia Plebeya” (Buenos Aires: CLACSO, pp. 133). García Linera aceitou convite de Evo Morales para integrar a chapa do MAS como vice-presidente, sendo eleito em 2005.

consideravelmente nos anos 70 (Gootenberg, 2008). Até então o cultivo da *erythroxylum coca* para atender ao grande mercado interno (e o pequeno mercado europeu) era feito quase que exclusivamente na porção de floresta ao norte de La Paz, lugar de origem da planta. Com o aumento da importância de Cochabamba na rede de transportes do país, a presença de um eco-sistema favorável ao cultivo, a abundância de mão de obra indígena com o know-how do cultivo e da produção de pasta de coca, e é claro, com o crescimento do mercado e o aumento dos preços, a coca se inseriu com força na região, transformando-a no maior centro produtor da Bolívia e este país no segundo maior produtor do mundo (atrás da Colômbia). A produção se concentrou na região do Chapare, uma zona de mata até então descolonizada, a partir da cidade de Villa Tunari e seguindo no rumo leste e oeste (ver Mapa 1).



Mapa 1 – Cultivo de coca no Chapare, 2005. Fonte: “Coca cultivation in Bolivia, 2005”, documento do Escritório das Nações Unidas para Combate ao Crime e as Drogas.

A dinâmica indústria da coca que surge neste período é descrita por Klein como “com alto uso de mão de obra e exclusivamente produzida em pequenas propriedades, com dois terços da produção vindo de terrenos com seis hectares ou menos” (1992, pp. 277). Estas duas características tiveram um efeito importante que diferem a produção boliviana da coca da indústria colombiana e peruana. Em primeiro lugar, o caráter camponês da produção boliviana impediu a formação de uma elite proprietária que investisse na industrialização em massa da pasta de coca para exportação. Na Colômbia estes proprietários foram a gênese de uma organização para-estatal que dominou com violência as regiões produtoras e levou a grandes cartéis criminosos baseados nas cidades. Embora o narcotráfico tenha se instalado na Bolívia (principalmente em Santa Cruz de la Sierra e com grande participação do crime organizado brasileiro) ele não possui o mesmo poder sobre a economia política do país comparado aos cartéis colombianos. Na realidade o fluxo econômico da produção de coca na Bolívia, com sua ênfase na produção familiar organizada em federações sindicais e na venda em pequenos mercados abertos nos vilarejos, fez “apagar” do meio rural a figura do narcotraficante armado. Até hoje na Bolívia narcotraficantes são vistos negativamente pela população rural como estrangeiros violentos (Clawson e Lee, 1996, pp. 224). Como o mercado interno de coca na Bolívia sempre foi muito maior do que no Peru e na Colômbia, a estrutura de produção familiar nunca teve incentivos endógenos para exportar seu produto (Gootenberg, 2008, pp. 275). Isto levou a outro fenômeno que, se não é exclusivo da realidade boliviana, se tornou emblemático no país: o governo como incentivador do narcotráfico. Como a industrialização da coca foi menor no Chapare o narcotráfico teve necessidade de transportar a coca para os pontos de exportação do produto (ao leste na fronteira com o pantanal brasileiro, ao sudoeste na fronteira chilena e ao norte na fronteira amazônica com Peru e Brasil) e com ela um grande esquema de subornos de oficiais de alfândega⁵¹. Contra a “concorrência” de narcotraficantes independentes e respondendo ao

⁵¹ Os primórdios da relação entre oficiais de alfândega e a cocaína na Bolívia remontam a Revolução de 1952, quando um chileno naturalizado (Luíz Gayán Contador) assume o posto de Diretor de Imigração no novo governo revolucionário e administra o tráfico de coca entre a zona produtora de La Paz e o porto de Antofagasta. A partir desta experiência o Exército assume o negócio durante a ditadura e o expande. (Gootenberg, 2008, pp. 278).

aumento da demanda a partir dos anos 80 esta complexa rede de oficiais cresce, se institucionaliza e atinge o alto escalão do governo e do Exército. O tamanho do capital envolvido é muito grande. Diferentes fontes estimam que a economia informal da cocaína correspondia em meados dos anos 80 ao dobro das exportações legais, ou pouco mais de US\$ 1,4 bilhões (cerca de 25% do produto nacional bruto boliviano, uma contribuição maior do que o gás)⁵². Este número comparado ao perfil sócio-econômico da mão de obra envolvida na produção de coca no Chapare (cerca de 500 mil camponeses, embora este número flutue de acordo com a conjuntura econômica) deixa evidente que o grosso do capital gerado pela indústria não fica nas mãos dos camponeses. Esta relação entre narcotráfico e governo na Bolívia é importante para compreender porque uma classe cocaleira anti-sistêmica surgiu naquele país e não em outros lugares. Principalmente porque quando esta estrutura de corrupção explodiu na mídia a partir de uma série de escândalos a resposta do governo boliviano foi aumentar a presença militar. Mesmo antes da intervenção norte-americana, a legitimidade do Exército na região já está manchada entre os camponeses. A partir de 1985 o governo dos EUA condiciona a ajuda externa a intervenção militar nas zonas produtivas, a chamada diplomacia de “sticks and carrots” (bastão e cenouras)⁵³. No ano seguinte ocorre a primeira operação militar envolvendo tropas norte-americanas, a Operação Blast Furnace, envolvendo 160 fuzileiros navais e 6 helicópteros na região do Beni. A estratégia é cobrir as regiões produtoras com os helicópteros para em seguida prender produtores no solo. Um coronel do exército dos Estados Unidos compara o efeito da ação militar norte-americana entre os camponeses à Guerra do Vietnã (Mendel, 1992). Em outubro desse ano a base do exército no Beni é ocupada por manifestantes camponeses e o Exército tem de sair às pressas. Em 1988 o governo norte-americano pressiona o congresso boliviano a aprovar a Lei 1008, que permite a forças de segurança prenderem qualquer pessoa relacionada a produção e comercialização da coca sem um mandato. Em pouco tempo o sistema judiciário se vê sobrecarregado com processos criminais atrasados enquanto camponeses lotam as prisões e esperam seu julgamento. O foco na destruição das plantas fez com que camponeses produzissem mais pasta de coca

⁵² As fontes são Klein (1992, pp. 278), Clawson e Lee (1996) e Madeline (1997, pp. 19).

⁵³ Trata-se de intervenção norte-americana em políticas estratégicas de outro país em troca da ajuda financeira. Este tipo de diplomacia está presente em outros países da América Latina como Colômbia e Peru, sobretudo dentro do contexto de “Guerra às Drogas” empreendido pelo governo daquele país.

(ingrediente principal da cocaína) como forma de estocar o capital conseguido na colheita e escondê-lo das tropas militares (Van Cott, 2008, pp. 46). Com pessoas presas por anos a fio sem sequer serem legalmente consideradas criminosas a Lei 1008 passou a ser vista na região como exemplo de um Estado legislando contra seu povo (Dangl, 2007, pp. 47). Esta percepção foi importante para canalizar a mobilização social rumo a mudanças concretas na ação estatal, algo que impeliu os cocaleiros (mais do que outros movimentos) a vislumbrarem a necessidade de tomada do poder. Como a demanda cocaleira extrapolava a esfera política local a necessidade de representação no Congresso boliviano tornou-se maior. A dinâmica anti-democrática do sistema político limitou as perspectivas de aliança com partidos tradicionais nesta busca por representação nacional e favoreceu a criação de um partido próprio. Além da demanda e da dinâmica partidária, outro elemento importante deste objetivo estratégico está na própria institucionalização dos sindicatos cocaleiros em Cochabamba.

A origem da mobilização social no campo em Cochabamba está nos sindicatos rurais. A migração espontânea para a região se traduziu em um número grande de pequenos sindicatos espalhados na base do “um sindicato para cada colônia” (Arrueta, 1994, pp. 32). Na realidade, com a colonização precária do Chapare nos anos 80 o sindicato passou a ser o único organizador social do espaço, agindo mais como uma entidade para-estatal do que como uma instituição de classe⁵⁴. Neste período a principal tarefa da organização é dividir e distribuir as terras e assentar os novos colonizadores que eram atraídos para a região. Em seguida os sindicatos formam “*carteras*” (departamentos) para lidar com os problemas de infra-estrutura relacionados a colonização, principalmente a abertura e limpeza das vias de acesso, construção de escolas comunitárias para as crianças e ginásios para o esporte. Também se organizam para a construção dos mercados abertos, grandes galpões que unificavam a venda da folha de coca produzida pelos camponeses. Cobram pequenos pedágios nas vias construídas assim como uma contribuição mensal que varia entre US\$ 0,80 e US\$ 2,80 por família (ibidem, pp. 45). A única água disponível é a dos riachos e só há luz elétrica na cidade de Villa Tunari e por apenas 3 horas por dia (Salazar Ortuño,

⁵⁴ Cabe uma comparação com espaços precários indiretamente relacionados ao narcotráfico em outros países como Colômbia e Brasil. Nestes países é o narcotráfico quem age como organizador social nas favelas através de relações clientelistas envolvendo ações de bem-estar social enquanto ao mesmo tempo contribui para a violência e a criminalidade.

2008, pp. 100). A Polícia Sindical é formada a partir de voluntários para resolver disputas menores e trazê-las às Assembléias. A punição máxima é a expulsão do colono da área. O sindicato, portanto, gera não só políticas públicas como capacidade de implementar a ordem em situações de dissenso e os meios democráticos para tratar problemas em assembléia. Como a organização é pequena e com forte componente familiar, a assembléia é mais do que um espaço decisório mas também importantes elemento de coesão social, sendo “síntese das relações cotidianas dos colonos e lugar onde se cristalizam necessidades de relação social” (Arrueta, 1994, pp. 39). Em parte dos sindicatos existe também a tradição indígena de rotação das lideranças, o que contribui para espalhar o conhecimento administrativo e a experiência sindical entre diversos agentes. Isso também reduz o impacto da perda de lideranças devido a cooptação por partidos políticos (uma dinâmica que se intensifica com a LPP nos anos 90). Outro fator importante a ser destacado é a estrutura federativa desta “colcha de retalhos” de sindicatos cocaleiros no Chapare (ibidem, pp. 49). No âmbito local, o federalismo significava não só aportes financeiros da central sindical para as filiais mais novas se consolidarem mas principalmente a autonomia para negociar alianças com prefeituras amistosas na região. Muito diferente da centralizada COB, onde o apoio a determinado partido ou tendência política era votado por um conselho central constituído corporativamente (com representantes de cada classe associada à central) gerando não só a burocratização da central como a possibilidade de cooptação dos líderes. Entre os cocaleiros a experiência local com os prefeitos foi fundamental no início para melhorar o investimento em infra-estrutura necessário nas colônias e consolidar os sindicatos cocaleiros como um força política poderosa na região. Como o movimento decidia em assembléia quem iria apoiar e a maioria camponesa efetivamente detinha o poder do voto nas eleições, o controle das prefeituras rapidamente deixou de ser uma dinâmica de negociação com políticos locais para enquadrar a *oportunidade* de formar um partido próprio, a ASP (Assembléia Soberana dos Povos) que viria a se transformar no MAS. Friso a palavra “oportunidade” para destacar que longe de ser causal a progressão de movimento social para partido regional, trata-se mais de uma conjunção de condições favoráveis e de escolhas estratégicas dos atores envolvidos (Van Cott, 2005). A eleição de dirigentes sindicais para os conselhos municipais e prefeituras (um processo que tratarei com mais profundidade no próximo capítulo) foi fundamental para a institucionalização de

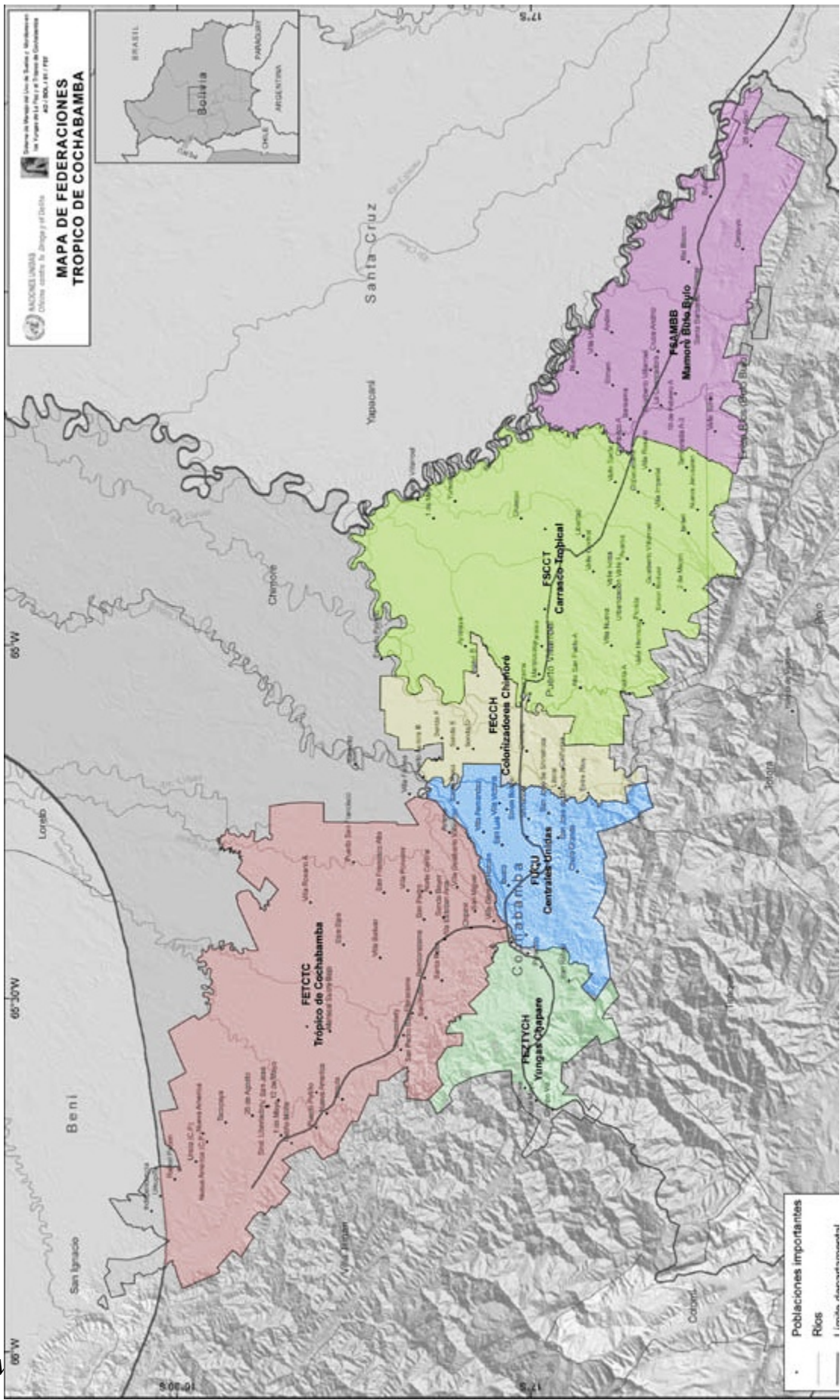
práticas de organização social que já eram exercidas pelos sindicatos nas colônias como a prestação de contas regular para a comunidade em assembléia e os mutirões obrigatórios nas obras públicas (Van Cott, 2009, pp. 188).

No âmbito da Federação, a estratégia de disseminação da estrutura de poder facilitou a percepção da central sindical como representativa do movimento cocaleiro e a legitimidade desta organização como responsável pela luta por espaços de participação no Estado. A autonomia na implementação das unidades federadas diminuiu o custo administrativo de expandir a organização central, o que privilegiou o crescimento do movimento social cocaleiro em um momento em que grandes organizações (como a COB) estavam em decadência. Conectar a atividade produtiva à rotina de protestos foi fundamental para gerar a conscientização nos camponeses de que seu modo de vida estava sendo ameaçado. Este trabalho contínuo de politização dos camponeses fez com que, mesmo fortemente federalistas, os cocaleiros lograssem a coesão entre centrais e colônias filiadas: “A experiência comum de repressão governamental ajudou a unificar o movimento e fortalecer os laços entre os líderes e sua base” (Van Cott, 2005, pp. 58). A politização seguiu o que Álvaro Garcia Linera chamou de volta das responsabilidades coletivas (2008, pp. 144-149), ou seja, contra o individualismo “irresponsável” que restringia a participação popular ao momento do voto e abdicava da auto-organização política, os camponeses passaram a se enxergar como sujeitos políticos com poderes reais sobre seu espaço. O fortalecimento da organização sindical cocaleira deu a ela a legitimidade necessária para defender, perante a nação e as organizações internacionais, não apenas o direito dos camponeses à organização política mas também o próprio uso ancestral da folha da coca. Por um lado, esta foi uma estratégia de sobrevivência do movimento. Desviar o foco do debate da questão do narcotráfico para a sacralidade do consumo nativo da coca (costume chamado em aimará de *akulliku*) foi uma tentativa bem-sucedida de deslegitimar ainda mais a ação do Exército na região, tanto por fomentar a construção de um discurso de soberania perante o imperialismo norte-americano, como por angariar apoio de uma parte da população urbana (inclusive de classe média) que faz regularmente esse uso tradicional da folha de coca⁵⁵. A composição

⁵⁵ O *akulliku* consiste em mastigar as folhas de coca por longos períodos e é praticado por uma ampla gama de trabalhadores tanto como estimulante no trabalho (notadamente entre os mineiros) quanto em momentos de relaxamento e sociabilidade nas folgas. Outro grupo importante de consumo são os estudantes, por sinal um dos primeiros movimentos urbanos a adotar a causa dos cocaleiros. Uma comparação adequada com o tipo de

majoritariamente indígena dos camponeses gerou as condições para que a exaltação dos valores tradicionais aimarás e quéchuas se inserisse no repertório político cocaleiro, um discurso que, embora responsável por mobilizações importantes em La Paz, praticamente não existia em Cochabamba até então. Como a questão étnica não era a bandeira principal do movimento mas sim um de seus diversos componentes discursivos, os cocaleiros puderam “embarcar” no grande renascimento cultural indígena comum a diversos países andinos neste período (tratados em profundidade por Van Cott, 2005) sem sofrer muito com os efeitos perniciosos da etnização da política, como o sectarismo e o conflito entre práticas indígenas e estruturas ocidentais de organização. Os sindicatos cocaleiros adotaram alguns costumes indígenas como a rotação de lideranças, mas ainda agiam como um eficiente sindicato – e mais adiante, como um poderoso partido - sem os conflitos éticos entre a cidadania indígena e o modelo sindical-partidário que prejudicaram a ação política dos indigenistas em La Paz. A superação da simples representação corporativa de classe (que era a realidade da Revolução de 1952) através da incorporação de novas demandas sinalizou a abertura para a adesão de outros movimentos sociais, uma manobra estratégica que foi ativamente perseguida pelo movimento cocaleiro na busca incessante por legitimidade de sua luta histórica. Esta adesão por sua vez influenciou de forma dialética na composição política do movimento e o levou a construir uma agenda comum de demandas, um calendário comum de luta e uma geografia comum de resistência. Este processo de politização se deu em concomitância com o crescimento do sindicalismo camponês em Cochabamba. Quando os protestos contra a militarização se acirram nos anos 90, as chamadas Federações dos Trópicos (apesar do nome no plural, uma mesma organização contendo 6 federações) já contavam com 700 sindicatos, 40000 famílias participantes, uma aliança estratégica com a combativa CSUTCB e uma estrutura de mobilização robusta e disciplinada. Em 2005, quando da eleição do líder cocaleiro Evo Morales, este número chega a 1000 sindicatos com poder de organização e mobilização sobre uma área superior a 10.000 km² (ver Mapa 2).

sociabilidade envolvida no *akulliku* é o uso (também de origem indígena) da folha de mate, chamado de *matar* na Argentina e Uruguai, *chimarrão* no Brasil e *tereré* no Paraguai.



UNOR
 Unión Nacional de Trabajadores Rurales
 Oficina Central Sucre, Chuquiaguani y Cochabamba
 Dirección de Investigación Social y Estadística
 en Cooperación con el FAO y el INIA
 2007, 2008, 2011 y 2012

MAPA DE FEDERACIONES
TROPICO DE COCHABAMBA



● Poblaciones importantes
 — Ríos
 — Límites administrativos

Em 1999 irrompe na cidade de Cochabamba o conflito social conhecido como “Guerra da Água”. Tratou-se de uma intensa mobilização popular contra a privatização do fornecimento de água da cidade pelo grupo norte-americano Bechtel, considerado pela Forbes a quinta maior corporação dos Estados Unidos⁵⁶. A privatização assinada naquele ano foi condição de um empréstimo do Banco Mundial para o governo de Bánzer e mostrou ser uma resposta equivocada aos problemas de fornecimento causados pela explosão demográfica da migração. Os movimentos camponeses cochabambinos ligados a CSUTCB foram os primeiros a se interessarem pela disputa dado o tamanho do impacto da mercantilização no meio rural cochabambino (Finnegan, 2002). Isto porque, seguindo a dinâmica comunitário-sindical presente nesta região, os camponeses haviam se organizado autonomamente para enfrentar a precariedade do fornecimento com a construção de poços comunitários, sistemas de distribuição e coletores de água da chuva em mutirão (Dangl, 2007, pp. 60). Com a privatização a Bechtel (operando através do nome *Águas del Tunari*) conseguiu os direitos de taxar estes sistemas autônomos mesmo sem ter construído nenhuma infra-estrutura, chegando a cobrar os camponeses pelos aparelhos de registro instalados. Instalações “irregulares” na periferia foram desfeitas e muitos se viram tendo que comprar água de caminhões-pipa a preços superiores aos praticados na cidade. A mobilização camponesa é organizada pela CSUTCB (já contando com participação dos cocaleiros) e dotada de fortes elementos discursivos indígenas que denunciam a apropriação de seu espaço econômico por uma empresa estrangeira e já em novembro de 1999 se levantam com protestos e bloqueios de estrada. Em dezembro as primeiras contas de água chegam aos cidadãos e o protesto se generaliza na cidade a partir da mobilização estudantil e dos sindicatos operários. A implementação de táticas utilizadas pelos camponeses no meio urbano fez com que bloqueios se transformassem em barricadas e marchas se transformassem em ocupações prolongadas da praça central, escalonando o conflito e dando ares de rebelião àquela demanda cidadã. A necessidade de organizar a mobilização também na cidade levou à formação da *Coordinadora del Agua y Vida*, uma associação entre diversos movimentos com o objetivo imediato de reverter o processo de

⁵⁶ No site da revista: http://www.forbes.com/lists/2011/21/private-companies-11_Bechtels_800U.html. Acessado em maio de 2012.

privatização e coordenar as táticas de protesto no campo e na cidade (ibidem, pp. 63). Assim como o modelo autonomista dos cocaleiros, a Coordenadora privilegiou uma organização horizontal sem liderança centralizada e com liberdade de ação para seus componentes, promovendo vários tipos diferentes de protesto como queima pública de contas de água, barricadas em pontos-chave e os *cabildos*, assembléias abertas em praça pública que “legislavam” sobre modelos alternativos de distribuição. A presença desta instituição associativa foi fundamental por dois motivos principais. Em primeiro lugar criou um “guarda-chuva” discursivo sob o qual grupos muito diferentes podiam agir de acordo com seu próprio repertório de mobilização em busca de um objetivo comum, o que Laclau chama de “totalização discursiva” (2005, pp. 78). Esta identidade de luta envolvendo operários, desempregados, estudantes, camponeses e moradores da periferia é a própria reinauguração de uma cidadania situada organicamente em oposição a diversos pilares do sistema neoliberal como a privatização e a mercantilização dos recursos naturais. Em segundo lugar, este tipo de institucionalização permitiu a racionalização da demanda pela água ao gerar espaços de deliberação capazes de ditar o ritmo e os termos da negociação com o governo. Isto significou a construção, na cidade, de uma geografia de luta baseada nas praças e nos processos deliberativos diretos, assim como de um calendário de luta baseado em prazos para o cumprimento das demandas para o início de novas e maiores mobilizações em caso de não cumprimento. Isto obrigou o governo a negociar com movimentos sociais pela primeira vez desde 1985 e gerou a possibilidade de ganhos econômicos para os insurgentes. A dificuldade de mobilizar uma cidade repleta de desigualdades sociais se reduziu com esta forma de institucionalização que visava recompensar o ato de se levantar com ganhos reais: “Qualquer um podia discursar [nas assembléias], mas para ser levado a sério era preciso agir. Este era o primeiro requisito para discursar” (Olivera, 2000, pp. 37)⁵⁷. Ao mesmo tempo a tenacidade desta dinâmica de mobilização propositiva incluiu uma série de pontos não-negociáveis que reforçaram o componente ideológico do levante para além dos ganhos imediatos, como por exemplo quando em janeiro de 2000 dirigentes da Coordenadora se recusam a negociar com o

⁵⁷ Oscar Olivera foi um dos inspiradores da Coordenadora. É interessante observar que sua militância inicial fora no outrora poderoso sindicato dos ferroviários, completamente desarticulado com a privatização das companhias estatais de trens. Isso demonstra que, assim como os sindicalistas mineiros, outros sindicatos aparentemente derrotados pela privatização se viram lutando novas batalhas em torno de novas demandas, mas com antigos quadros.

ministro da economia enquanto a polícia estivesse reprimindo a manifestação na rua (Dangl, 2007, pp. 65). Frente ao sistema político boliviano a Coordenadora tornou-se um ente de representação de demandas sem ligação direta com os partidos e sem a direção única de um sindicato ou movimento social, algo que não havia acontecido ainda na Bolívia democrática. Mais ainda, ofereceu ao país, em oposição a identidade funcional da dicotomia partidária MNR x ADN, uma identidade ideológica que carregava consigo a volta da discussão em torno de valores para dentro da política. Esta identidade já estava sendo trabalhada pelo movimento camponês, mas a união com a mobilização urbana foi fundamental para construir um discurso anti-sistêmico amplo, inclusive enquadrando diferentes formas de organização. Enquanto o modelo cocaleiro era adequado a uma ocupação territorial mais duradoura para a atividade produtiva no Chapare, o formato associativo da Coordenadora se mostrou ideal em um contexto de desmonte dos sindicatos operários na cidade e desorganização dos movimentos urbanos na periferia. Foi a articulação entre estes dois modelos (que em suas *práticas* eram bastante semelhantes) que selou o primeiro momento de ingovernabilidade do sistema neoliberal.

A resposta do governo Bánzer nos meses seguinte foi, como de praxe, a militarização do conflito. Em 4 de fevereiro uma marcha de cocaleiros chega a cidade e os protestos radicalizam, transformando Cochabamba em uma praça de guerra. O governo traz seus próprios reforços policiais de La Paz, o que na Bolívia historicamente significa uma afronta ao pacto federativo e um escalonamento decisivo do conflito (ibidem, pp. 66). Medidas de apaziguamento como o congelamento das contas de água não desmobilizam a população, cuja demanda se organiza na expulsão da Bechtel e na revogação de todos os contratos e leis referentes ao fornecimento de água. Em abril Bánzer declara estado de sítio e toque de recolher na cidade, obrigando os líderes da Coordenadora a se esconderem em casas de simpatizantes sob risco de sofrer o degredo na Amazônia boliviana. O toque de recolher não é obedecido pela população, que segue voltando a praça em números cada vez maiores. O vértice da violência acontece no dia 8, quando um franco-atirador do Exército mata um jovem que voltava do trabalho e passava pelo protesto em uma clara tentativa de aterrorizar a população⁵⁸. Os manifestantes em seguida levam o corpo de Victor Hugo Daza, de 17

⁵⁸ O atirador Robinson Iriarte foi treinado na Escola das Américas (Dangl, 2007, pp. 66). Tradicionalmente a Escola (instituição norte-americana de treinamento militar especializada em contra-insurgência) foi

anos, para a praça central como um mártir (Finnegan, 2000, pp. 9). Ato contínuo, a população ocupa a sede da companhia e os executivos fogem às pressas para Santa Cruz de la Sierra. Dois dias depois, sem qualquer capacidade de coagir a insurgência urbana, o governo municipal assume a negociação do governo nacional e reverte todos os contratos assinados com a companhia, atendendo integralmente as demandas dos manifestantes. A nova gestão estatal do fornecimento de água passa a ter formato participativo e conta com dirigentes da Coordinadora, inclusive reconhecendo a autonomia das instalações camponesas de distribuição (ibidem, pp. 10).

O resultado favorável na Guerra da Água foi fundamental para estabelecer um novo horizonte de luta para os movimentos sociais bolivianos. A anulação dos contratos firmados com a Bechtel demonstrou que era possível lograr vitórias dentro do sistema político neoliberal sem a presença de um partido aliado mediando a relação com o Estado e sem o protagonismo de uma central sindical disciplinada. Trata-se de uma grande mudança estratégica na disposição de luta das classes populares bolivianas. A unidade básica de luta passa a ser não mais a classe econômica ou a ideologia política, mas sim a *demanda* como regente autônoma das ferramentas de mobilização e inspiradora das formas de institucionalização do protesto. Embora a vitória em Cochabamba tenha inspirado o protesto em outras regiões (gerando um ciclo de mobilização) esta centralidade da demanda não aconteceu de forma equivalente em todas elas. Ao analisar o processo de mobilização popular em La Paz é possível enxergar as diferenças que fizeram com que o movimento cochabambino fosse mais favorável a formação de um amplo partido anti-sistêmico (o MAS) do que sua contra-parte no Altiplano.

responsável pelo difícil treinamento de franco-atiradores nos exércitos latino-americanos, incluindo na Bolívia. Isto explica o recorrente uso de franco-atiradores como elementos de terror em situações de contra-insurgência, algo que se repetirá em La Paz em 2003 mas também acontece em Caracas em 2002 e no Equador em 2010. O franco-atirador boliviano foi promovido a major após os acontecimentos em Cochabamba. Informações sobre esta doutrina militar em www.soaw.org. Acessado em maio de 2012.

La Paz: da cooptação a autonomia

“Quando chegamos a El Alto vindo de Potosí, todos os mineiros juntaram seu dinheiro para comprar a terra. Nós sabíamos como demandar e como nos organizar. Nós sabíamos como trabalhar juntos. Foi assim que conseguimos [a instalação da] água rapidamente. Nós tivemos que usar nossas ferramentas e comprar nosso próprio cimento. O Estado não estava lá naquela época. Eu tive a sorte de contar com 25 companheiros das minas comigo. É nosso bairro, nós que o fizemos. Até hoje não temos ajuda do Estado.”

- Freddy Sarmiento, morador de El Alto⁵⁹

Assim como no Chapare, a cidade de El Alto também cresceu a partir da massa de desempregados gerada pelas reformas neoliberais. De forma similar, ambos os lugares tiveram que lidar com a ausência do Estado como mantenedor da ordem e como organizador da infra-estrutura social: escolas, hospitais, estradas, etc.. Esta precariedade combinada à percepção de que a própria desorganização do neoliberalismo havia obrigado aqueles trabalhadores a migrarem formou em ambos os contextos uma disposição similar à oposição contra o sistema político e econômico que se desenvolvia na Bolívia. Esta disposição à luta revelou-se em expectativas semelhantes sobre os rumos que um modelo alternativo deveria tomar, o que ficou evidente na aproximação entre *alteños* e cocaleiros durante as jornadas de protesto nos anos 2000. No entanto, enquanto no norte de Cochabamba houve um processo de colonização completamente dominado pelos pequenos sindicatos, aqueles que chegavam em El Alto se deparavam com uma situação diferente que influenciou sobre a formação das instituições anti-sistêmicas naquele lugar.

A diferença mais óbvia é o contexto urbano dos *alteños*. Enquanto no Chapare a terra era barata (às vezes gratuita, pois sem proprietários), a migração para a periferia de La Paz rapidamente elevou os preços do que antes eram terrenos inférteis e facilitou a ação de especuladores. Como a maior parte dos migrantes não tinha dinheiro a ocupação das terras ficava a cargo de um líder de bairro que fazia a intermediação com o proprietário em troca de favores políticos e serviços prestados pelos colonos (Zibechi, 2006, pp. 70). Sem o tipo de controle social ao qual estavam submetidos os líderes cocaleiros, em El Alto estas

⁵⁹ Em entrevista a Benjamin Dangl (2007, pp. 140)

lideranças logo transformaram-se em uma elite local com significativo poder de organização nos bairros. A proximidade da capital e a presença de elites proprietárias em partidos políticos selou a dinâmica política predominante na primeira década de migração em El Alto: o clientelismo. Embora os migrantes *alteños* tivessem a mesma disposição à auto-organização que no Chapare levantou escolas e estradas comunitárias, a cooptação destes processos restringiu a capacidade de mobilização por melhorias e fragmentou as associações de bairro em facções subordinadas clientelisticamente a partidos como o MNR e a ADN. Estes partidos haviam ignorado (até a aprovação da LPP) o potencial eleitoral dos camponeses mas não a oportunidade de angariar o apoio daquela população pobre que chegava aos milhares na periferia *paceña*. Apesar de sofrendo de forma incisiva os prejuízos sociais advindos do projeto neoliberal estes trabalhadores sujeitos a intensa precarização econômica e urbana passaram a depender destes partidos para a concessão de licenças para abrir comércios, receber cestas-básicas, remédios, etc. É contra esta prática que se organiza a Federação das Juntas Vicinais de El Alto (FEJUVE) na primeira metade dos anos 80 como uma forma de diminuir a influência dos líderes locais mais ligados aos partidos tradicionais e transformar a auto-organização presente na cidade em mobilização política. Em sua primeira finalidade (diminuir a influência dos líderes locais) a FEJUVE é bem-sucedida e se consagra como a maior organização social de El Alto, ganhando legitimidade para denunciar ligações suspeitas entre lideranças locais e partidos políticos e mobilizar a população em torno de um discurso político comum contra o MNR (ibidem, pp. 72). As rádios comunitárias incentivadas pela FEJUVE viram fóruns de denúncia e ganham notoriedade até mesmo na capital La Paz. Ao mesmo tempo os pequenos comerciantes e trabalhadores domésticos de El Alto se organizam na Central Obrera Regional (COR) afim de consolidar o controle social sobre os mercados públicos, organizar as licenças de comércio de forma autônoma e oferecer aos novos trabalhadores informais que tomaram o lugar dos operários assalariados de outrora seu próprio sindicato. Contando com a militância de trabalhadores mineiros desempregados pelas reformas neoliberais, El Alto nos anos oitenta tinha todos os elementos para ser o principal bastião de oposição ao governo em todo país. Não obstante a politização desencadeada pela FEJUVE e a COR e o afastamento da influência do MNR de El Alto, a organização atacou apenas um dos atores políticos da relação clientelista e não o clientelismo em si. Quando o município de El Alto é

criado em 1982 (e junto com ele toda uma nova burocracia municipal) novas oportunidades de cooptação surgem organizadas em torno de um partido que havia nascido exatamente a partir daquelas rádios que funcionavam como fóruns de denúncia, a CONDEPA. Como explicado no capítulo anterior, o aparecimento deste partido junto com a implantação de dinâmicas de competição eleitoral municipais em El Alto não se deu por acaso, pois em sua prática política a CONDEPA assumiu as funções de cooptação e clientelismo que antes eram realizadas pelo MNR. Como tanto a FEJUVE quanto a COR se aliaram ao partido de Carlos Palenque durante toda a década de noventa, a mobilização popular por melhorias e o protesto contra a mercantilização desencadeada pelos governos neoliberais ficou estagnado durante toda praticamente todo este período (ibidem, pp. 77). É importante destacar que não foi a falta de lideranças, de partidos, de organização social ou até mesmo de ideologia que causou a estagnação do que antes parecia um processo insurgente de mobilização popular. Todos estes elementos estavam presentes em El Alto, inclusive uma ideologia de libertação popular advinda do nacionalismo aimará que encontrava na CONDEPA sua mais forte expressão. Também não foi uma melhora significativa da qualidade de vida que impeliu a população a abandonar seu discurso por mudança social, já que durante todo o período o departamento de La Paz permaneceu sendo o mais pobre do país (Van Cott, 2008 pp. 199). Dizer que a CONDEPA não era um partido de esquerda dedicado a mudança social, embora verdadeiro, tem pouco poder explicativo sobre as razões de seu sucesso na região. Na realidade o principal motivo da desmobilização foi a falta de uma demanda popular que orientasse a expressão política, ou mais precisamente, a falta de um conjunto de demandas debatido democraticamente entre as organizações sociais e organizado em uma agenda de mudanças. Com a morte de Palenque em 1997 e a subsequente aliança da CONDEPA com a ADN a lógica de cooptação presente na cidade torna-se mais vulnerável a uma denúncia realmente estrutural, que no fim da década se transformará na demanda fundamental de El Alto perante o sistema político neoliberal: *autonomia*. A formulação desta demanda tem raízes no discurso e na organização indígena.

Ao contrário do Chapare, onde os cocaleiros provenientes de contextos diversos encontravam no discurso indígena um elemento unificador secundário a sua própria auto-organização sindical, no departamento de La Paz a persistência de uma complexa estrutura social aimará penetrava todas as organizações populares no meio rural e na periferia,

embora de forma diversa para cada lugar. A organização aimará data do período pré-incaico e consiste na divisão socialista da terra em *ayllus* de propriedade coletiva (portanto diferentes da organização campesina, que conta com pequenos proprietários). Diferentes organizações políticas operaram sobre este mesmo sistema econômico em cada período histórico boliviano: na pré-conquista respondendo ao sistema imperial inca com a tributação regular ao rei (*Sapa Inca*), durante a colonização espanhola se tornando mais centralizados em torno da figura do cacique (o *kuraka*), durante a república oligárquica sendo subordinados a um capataz branco e finalmente após a reforma agrária de 1952 se consolidando como uma comunidade agrária dotada de forte tradição democrática de liderança e participação coletiva. Por isso quando se fala em organização indígena na Bolívia é preciso ter em mente uma estrutura fluída que responde mais ao contexto social histórico do que a uma mitologia étnica pura (Kohl e Farthing, 2006, pp. 154). Diferentes visões sobre como deve se organizar a comunidade indígena geraram uma enorme quantidade de movimentos e grupos políticos disputando a legitimidade do discurso étnico. Quando o próprio sistema político, através de ferramentas de cooptação e apropriação deste eleitorado, corteja o discurso étnico na reabertura democrática (e principalmente a partir da LPP) a competição se acirra a ponto de gerar instabilidade em comunidades que sempre se pautaram pela cooperação. Enquanto no Chapare a organização cocaleira se utilizou da arena eleitoral para dominar as prefeituras e gerar benefícios de infra-estrutura, a fragmentação política decorrente de anos de disputa em torno da legitimidade sobre a organização indígena em La Paz se exacerbou a partir da municipalização. Van Cott descreve como na pequena localidade de San Andrés de Machaca, com apenas 6.300 habitantes, nada menos que 14 partidos políticos disputaram a prefeitura em 2004 (2008, pp. 203). Nos casos mais bem-sucedidos de organização as localidades conseguem formar instituições de representação local afim de canalizar a disputa eleitoral para dentro dos movimentos sociais com a transformação do *ayllu* em uma espécie de sindicato com carta organizativa, regulamento, etc.⁶⁰. Isto gerou no meio rural uma colcha de retalhos de pequenas organizações com pouca integração entre as diferentes localidades,

⁶⁰ Um modelo similar ao “mandar obedecendo” dos zapatistas mexicanos, como ressalta Nancy Postero (2010, pp. 18-19). Naquele contexto o movimento indígena também assumiu uma forte postura de desconfiança em relação aos partidos políticos após uma fraca experiência com o Partido da Revolução Democrática (PRD) nos anos noventa.

principalmente na falta de uma demanda comum. Quando o clientelismo passa a ser denunciado de forma mais veemente após a decadência da CONDEPA em 1997 a percepção de que a organização indígena havia sido “contaminada” pela política dos partidos tradicionais gera a primeira demanda popular unificadora destes movimentos sociais, a demanda por autonomia. No entanto a essência desta demanda (que atinge inclusive a FEJUVE por sua colaboração anterior com a CONDEPA) é precisamente o *afastamento* radical do Estado da esfera indígena (Garcia Linera, 2008, pp. 201). Isto significa que é por natureza hostil a qualquer representação partidária e de fato a qualquer interferência do Estado, o que impediu a formação de um partido como o MAS naquela que até então era a região mais mobilizada do país. Esta contradição é fundamental para entendermos o crescimento do MAS a partir dos anos 2000, pois enquanto os discursos de resistência e a mobilização popular proliferavam em diversas regiões do país, apenas o MAS conseguiu formular uma solução intermediária entre autonomia e inclusão que gerasse respostas efetivas ao descontentamento com o modelo neoliberal.

Isto não significa dizer que Cochabamba foi o pólo a partir do qual a mobilização popular se irradiou para o resto do país. Afinal a organização indígena aimará também era dotada de uma dinâmica de mobilização própria voltada para a gestão local dos recursos e a administração participativa e democrática entre seus membros. A cooptação e o clientelismo retardou a manifestação anti-sistêmica e estrutural desta dinâmica, mas não conseguiu esvaziá-la. Em El Alto os cidadãos (em sua imensa maioria indígenas) não tinham a sua disposição uma organização territorial fixa como o antigo *ayllu* que formatasse a disputa política em torno de fronteiras bem demarcadas, tal como ocorreu no meio rural de La Paz. Embora esta característica tenha facilitado a inserção de práticas clientelistas (que se fortalecem dentro da lógica individualista da troca de favores, algo improvável dentro da lógica coletivista do *ayllu*) ela também tornou o campo político mais aberto a disputas em torno de demandas comuns, uma vez que os trabalhadores da periferia estavam todos imersos como massa em um paradigma de exploração capitalista acentuado pela precarização do emprego e do salário. Apesar do desmonte dos sindicatos a partir de 1985, os trabalhadores urbanos de La Paz, mesmo que informais e sem estabilidade salarial, ainda detinham uma cultura de resistência. Alguns sindicatos (como o dos motoristas e dos professores) não só sobreviveram às reformas neoliberais como se radicalizaram e

aumentaram sua expressão política (Gamarra, 2003, pp. 302). A resistência dos professores evidenciava um setor onde o neoliberalismo ainda não havia conseguido penetrar: a educação. Prioridade do governo revolucionário de 52, o investimento em educação na Bolívia foi responsável por bons indicadores nesta área mesmo se tratando de um país bastante pobre⁶¹. O acesso de jovens *alteños* nas universidades de La Paz fomentou nos anos setenta a criação de um pequeno círculo intelectual organizado em torno da re-leitura de pensadores marxistas (notadamente o intelectual peruano Carlos Mariátegui) sob uma forte ótica indígena. O chamado “katarismo” (em homenagem ao líder rebelde do século XVIII Tupaq Katári) penetrou nos movimentos sociais de El Alto de forma periférica, sem chegar a ser uma corrente ideológica majoritária capaz de influenciar decisivamente a mobilização popular. No entanto, a aproximação gradual da identidade indígena com uma nova identidade proletária subalterna que se acirrava com o aumento da desigualdade social gerou um terreno fértil para a volta da esquerda como elemento propositivo enquanto o discurso indígena pregava o isolamento. Os efeitos desta esquerda étnica na mobilização podem ser observados em diversas situações, mas uma em particular moldou toda a mobilização *alteña* nos anos 2000. O caráter estudantil desta esquerda se manifestou de forma decisiva na luta por educação na cidade de El Alto ao formular a demanda por uma universidade pública que atendesse a sua população. Em 2000 o governo Bánzer anuncia a criação da Universidade de El Alto mas o faz através dos canais clientelistas estabelecidos na década anterior, o que significou o desvio de verbas públicas para o reitor e uma série de lideranças locais, muitas delas ligadas à FEJUVE (Dangl, 2007, pp. 143). Em protesto a esta apropriação indevida os estudantes radicalizam os protestos na cidade e se voltam contra a FEJUVE, pressionando a organização a expulsar as lideranças corruptas. Este momento é importante pois significa a “limpeza” deste movimento social dos elementos clientelistas implicando em uma série de mudanças em sua estrutura organizacional, como a proibição de seus membros de participarem de partidos e de colaborarem com ex-ditadores (um claro repúdio à aliança CONDEPA-ADN). Neste mesmo ano quando a mobilização em Cochabamba inspira marchas de solidariedade em La Paz e Bánzer declara estado de sítio em todo país, a FEJUVE já está novamente situada como uma organização

⁶¹ Klein menciona uma série de indicadores como número de anos na escola, alfabetização, educação rural e investimento público na área que colocam a Bolívia, por exemplo, em um nível superior na educação ao Brasil (2003, pp. 243-248). Ver também neste mesmo volume o artigo de Manuel Contreras (pp. 259-286).

de resistência. A partir deste momento El Alto será um centro de mobilização popular fundamental na derrubada do governo de Sanchez de Losada em 2003 e Carlos Mesa em 2004.

Também em 2000 o katarismo consegue sua segunda vitória, desta vez no meio rural, ao eleger o líder aimará Felipe Quispe à presidência da CSUTCB. Este organiza em abril deste ano uma espécie de comuna autônoma em sua cidade natal de Achacachi (no meio rural de La Paz) contra o governo de Bánzer, que envia tropas para a localidade. Após um breve confronto e a morte de dois manifestantes e um policial, a insurreição é aparentemente desbaratinada (Zibechi, 2006, pp. 105). No entanto apenas cinco meses depois uma nova e maior comuna volta a ser declarada na localidade de Qalachaka, sendo que desta vez o exército de Bánzer decide não intervir militarmente, apostando em uma estratégia de longo-prazo de fortalecimento das delegacias policiais. Ainda que a persistência da insurreição aimará no campo tenha atingido diretamente a capacidade coercitiva do Estado através de sua tática de guerrilha e de ocupação de vilarejos indígenas no Altiplano, ela pouco fez para mudar o sistema político diretamente. Novamente, a demanda é um fator decisivo. Apesar dos avanços na mobilização popular no meio rural de La Paz, a demanda por autonomia não consegue gerar uma resposta efetiva aos problemas nacionais que enfrentam o país, se restringindo a sua própria auto-organização nos vilarejos e comunidades indígenas.

Conclusão

Tanto a Guerra da Água em Cochabamba quanto as mobilizações em El Alto e no interior de La Paz são exemplos da centralidade da demanda como fator *unificante* no processo de mobilização social e *propositivo* na representação política. Esta dinâmica por si só não é totalmente inovadora pois já aparece no peticionismo dos sindicatos operários junto ao governo durante todo o século XX em torno de demandas trabalhistas como salário e (a partir de 52) a representação corporativa no Estado. Também é o principal componente das mobilizações rurais a partir da insurreição de Willka e durante a reforma agrária. Não é a importância da demanda que explica o sucesso da mobilização anti-sistêmica a partir de 2000, mas sim o uso inovador desta ferramenta em relação aos atores que a propagam. A inovação está na *popularização* desta dinâmica a despeito da desestruturação sindical e da

monopolização dos partidos como mediadores políticos entre sociedade e Estado. O desaparecimento daquela classe trabalhadora dotada de organização própria e certa estabilidade salarial típica do capitalismo boliviano pré-1985 parecia condenar o *locus* da prática política às esferas representativas liberais – notadamente o partido – em detrimento da mobilização popular (Garcia Linera, 2008, pp. 297). Afinal, organizações sindicais como a COB agiam como a autoridade soberana da demanda, incluindo-a em sua agenda de negociação com o Estado e comandando a mobilização de acordo com sua própria disciplina organizacional. Ao buscar a desestruturação das instituições sindicais após a temporada de protestos de 1982-1984, o sistema político neoliberal tentou fragmentar estes canais de mobilização atacando esta relação de autoridade que as grandes centrais tinham sobre as demandas. No entanto, após um período de reconfiguração social marcado pela mercantilização gradual dos recursos previamente submetidos a lógica da socialização popular (água, luz, gás, transporte, terras, etc.) e pela banalização da repressão (com estados de sítio e prisão de ativistas) a demanda libertada de suas instituições soberanas volta a mobilizar a população. A partir desse momento a institucionalização do protesto (isto é, a apresentação da demanda na esfera pública e estatal) e a elaboração de alternativas políticas (a representação da demanda no Estado) não mais será subordinada a uma organização central, o que chamei acima de popularização da demanda. No caso de La Paz esta popularização atendeu ao anseio daquela sociedade em isolar-se da interferência do capital e do Estado, o que culminou no extremo da autonomia política com a declaração das comunas de Achacachi e Qalachaka. O que esta demanda tem em comum com a demanda dos cocaleiros pela legalização da economia camponesa da coca, dos cidadãos pela gestão pública dos recursos naturais e dos estudantes por educação pública de qualidade é sua identificação básica de dois campos antagônicos em sua luta política. De um lado o sistema político neoliberal militarizado, permeável a intervenções estrangeiras e privatizador dos recursos naturais. De outro, uma massa anti-sistêmica pouco determinada e pouco trabalhada pelos movimentos sociais. Assim, o principal resultado deste ciclo de mobilizações foi definir um “eles”, um campo antagônico cuja expressão é a ruptura fundamental com o funcionamento normal daquela sociedade em torno da qual uma cadeia de demandas começa a se formar, ou o que Laclau chama de “floating signifier” (2005, pp. 123). Este significado é flutuante porque pode ser facilmente apropriado por qualquer

grupo que tenha a capacidade política de organização e mobilização para fazê-lo. Esta capacidade é o que difere a mobilização de La Paz da mobilização de Cochabamba. Não se trata apenas de uma energia social para a insurreição mas também da disponibilidade a enquadrar diferentes demandas em um mesmo discurso de mudança. Como ressalta Garcia Linera, a Coordenadora de Cochabamba não faz distinção entre filiados e não-filiados (ibidem, pp. 296). Esta indeterminação tornou possível a apropriação da demanda por instituições que *não haviam sido desenhadas para este fim* – como é o caso da participação dos cocaleiros na luta contra a mercantilização da água e dos indígenas urbanos na luta pela educação. Esta apropriação é talvez o principal momento da mobilização pois transforma os atores de simples peticionistas em verdadeiros agentes anti-sistêmicos. Não havia em sua disposição inicial de luta qualquer evidência que um movimento camponês estivesse apto a lutar contra a privatização da água no meio urbano, ou que um movimento indígena estivesse apto a lutar pela instalação de uma universidade estatal. Este processo de popularização cria identidades amplas que extrapolam a classe social, recompensa atores que legitimam a demanda e pune aqueles que se apropriam da representação da demanda de forma unilateral (a cooptação). O que faltou definir neste primeiro ciclo de protestos foi a contra-parte propositiva, o “nós”. Como ressaltou Pizzorno, a transformação de uma consciência meramente corporativa (o que chamei acima de peticionista) em uma consciência política é a especialidade de um tipo específico de instituição política: o partido (1980, pp. 16). Que uma organização deste tipo tenha prosperado como força anti-sistêmica em uma Bolívia desconfiada de seu sistema partidário mostra a vitalidade desta instituição na América Latina contemporânea. A seguir trato dos processos de institucionalização que moldaram o partido Movimiento al Socialismo, o MAS.

4. O Movimiento al Socialismo

Da consciência corporativa a consciência política

Duas condições foram essenciais para o surgimento de um *outsider* como o MAS no fechado sistema partidário boliviano: mudanças políticas no próprio sistema durante o período neoliberal (municipalização, crescimento de partidos menores) e um ciclo de mobilização popular em torno de demandas anti-sistêmicas, isto é, demandas que não podiam abrir concessões dentro do neoliberalismo sem mudá-lo fundamentalmente. A municipalização abriu uma fronteira de ação política que estava adormecida na Bolívia rural e foi aproveitada por aqueles grupos que já tinham capacidade de organização social em seu território, como foi o caso dos cocaleiros. O crescimento de partidos menores foi importante para tornar menos refratário o sistema partidário como um todo, embora em muitos casos isso tenha significado a cooptação pelos partidos tradicionais (ver Quadro 3 do capítulo anterior). Já o ciclo de mobilização tem uma importância especial, pois incide de diversas formas sobre a oportunidade de surgir um partido anti-sistêmico. Em um primeiro momento, trouxe as demandas de volta para o sistema político, que foi obrigado a lidar com elas dentro de seus estreitos limites de tolerância. Em seguida, como demandas como a descriminalização da coca, a desprivatização da água, e a autonomia indígena não podiam ser absorvidas pelo sistema sob o risco de desestruturá-lo de suas bases conservadoras (o que levou a repetidos estados de sítio declarados pelo governo) os movimentos envolvidos passaram cada vez mais a vislumbrar o Estado como um terreno a ser conquistado a fim de reverter os processos neoliberais. Esta mudança estratégica advém da percepção clara de que o Estado boliviano não poderia *ceder* a certas demandas como tinha feito na época do sindicalismo da COB, e de que a luta deveria se direcionar para uma mudança fundamental no modo como a sociedade influía no sistema político. É por este motivo que autores dizem que a Bolívia sofreu na primeira década do século XXI uma situação revolucionária (Garcia Linera, 2008 e Webber, 2011)

Mas como explicar a apropriação da forma partido pelos movimentos sociais? Por que esta transição se deu de forma tão bem-sucedida na Bolívia? As condições tratadas no capítulo

anterior não dão conta de explicar este passo fundamental no sistema político. Afinal, como frisei anteriormente, as condições criaram “apenas” a oportunidade para esta manifestação política dentro do sistema, e extrair daí o surgimento e o sucesso do Movimiento al Socialismo é insuficiente. A municipalização baseada em organizações locais poderia ter acomodado uma série de siglas sem capacidade de integração e com pouca expressão nacional, o que seria favorecido por uma legislação partidária mais liberal a partir dos anos 90. De fato, foi isso que aconteceu em La Paz com o surgimento de partidos locais como a CONDEPA (e anos mais tarde o Movimiento Sin Miedo, ou MSM, do prefeito Juan Cossío). Por outro lado a mobilização popular proporcionou aos movimentos sociais envolvidos nos protestos um capital político considerável contra o sistema político. A evolução de demandas locais a demandas estruturais deu a esses movimentos o incentivo necessário para participarem do sistema político como atores propositivos. E uma capacidade de gestão do espaço territorial através dos sindicatos e associações de bairro forneceu ferramentas de organização importantes para a institucionalização de um partido popular e disciplinado. Mas nenhuma destas condições tomada isoladamente é suficiente para transformar movimentos sociais em uma ampla plataforma política focalizada na competição eleitoral hegemônica e nas reformas estruturais como se deu com o MAS. Foi preciso uma leitura estratégica dos dirigentes do partido afim de canalizar este potencial de mudança para dentro de sua instituição.

Para Van Cott o MAS faz parte de uma tendência regional a partidarização de movimentos indígenas (2005). O MAS teria se formado “para representar as dinâmicas internas dos grupos étnicos como comunidades distintas e em reação a outros grupos na sociedade” (pp. 7). As condições para esta formação seria um processo de “politização” que destacaria a mobilização popular indígena das demais e daria a ela uma dinâmica própria cujo representante teria de ser um novo partido (pp. 8). A transição de movimento social para partido seria uma decisão estratégica de atores inseridos em um sistema partidário que mostra sinais de abertura e fornece oportunidades para a etnização da representação. Estas condições seriam observadas na Bolívia a partir das reformas políticas nos anos 90, notadamente a Lei de Participação Popular. A hipótese ganha força quando observamos características democráticas e representativas endógenas às sociedades indígenas bolivianas como a rotação de líderes, a representação responsiva (*accountable*) aos representados, a

gestão participativa de recursos naturais, etc. Características que sociólogos como Zavaleta e Garcia Linera e antropólogos como Xavier Albó ressaltam desde os tempos da insurgência de Willka no século XIX. E finalmente, a mobilização indígena realmente se destacou das demais no meio rural de La Paz, com a sublevação aimará de Felipe Quispe contra o cerceamento da autonomia indígena.

Existem dois obstáculos que problematizam a hipótese étnica na Bolívia. O primeiro obstáculo é que, por mais que a identidade indígena seja um fator importante na coesão do partido (união dos políticos, disciplina dos eleitores, mobilização dos militantes), de nada adianta esta coesão se existe desconfiança generalizada quanto aos ganhos a serem obtidos com esta manobra rumo ao partido (ver Quadro 3 no capítulo 2 sobre confiança nas instituições bolivianas). A abordagem histórica nos dá pistas da origem desta desconfiança. Os ganhos populares da Revolução de 52 deram lugar a burocratização e militarização dos anos 60, deixando incompleto o nascente processo de controle popular do Estado. Os movimentos sociais que surgiram a partir de mudanças na sociedade boliviana pós-revolucionária foram cooptados ou massacrados nas ditaduras dos anos 70. A abertura democrática e o mandato popular da UDP nos anos 80 deu lugar à desilusão com demandas não cumpridas e recessão econômica. O governo do MNR em 85 esmagou os sindicatos e inaugurou a rotina de estados de sítio e prisão de ativistas. O suposto governo de esquerda do MIR em 89 seguiu o caminho neoliberal, assim como o governo de direita da ADN em 97. O partido como mediador entre sociedade e Estado é uma instituição tão desacreditada entre a população em geral que os contendores que se formam durante a crise do sistema político neoliberal fazem malabarismos retóricos para mostrarem que não são partidos – o MAS insistindo no termo “instrumento político” e o MIP destacando seu caráter de movimento indígena. Entre os indígenas os processos de cooptação levaram um aimará com partido próprio à vice-presidência (Victor Hugo Cárdenas e seu MRTKL) na chapa do neoliberal Sanchez de Losada em 1993; não há porque acreditar que a opção pela luta partidária fosse uma característica tendencial do movimento indígena na Bolívia, de tal maneira que os pequenos partidos indígenas fundados neste período estão praticamente ausentes do sistema político boliviano no momento em que este trabalho é escrito (setembro de 2012). Em 2008 com a publicação de um novo volume sobre a política andina (*Radical Democracy in the Andes*) Van Cott reconhece as dificuldades com que o

Movimento Indígena Pachacuti (MIP) de Felipe Quispe teve de lidar para ganhar a confiança dos aimarás em La Paz (pp. 55-56). A presença de uma organização tradicional indígena com poder para-estatal sobre o território (o *ayllu*) não forneceu as bases para a formação partidária da mesma forma que os sindicatos camponeses o fizeram em Cochabamba – pelo contrário, o *ayllu* permaneceu sendo um concorrente do partido, e não uma plataforma para ele (Zibechi, 2006, pp. 104-105). A própria experiência com a CONDEPA serviu para acentuar esta situação: enquanto o partido de Carlos Palenque obteve 14% dos votos nas eleições de 1993 e 17% nas eleições de 1997 (quase a totalidade deles no departamento de La Paz, de grande maioria indígena), o MIP obteve apenas 6% dos votos na mesma região em 2002, o que demonstra um fracasso em capturar o eleitor desiludido com a cooptação da CONDEPA.

O antropólogo boliviano Xavier Albó nos deu uma importante contribuição em sua análise do papel da *memória* na formação política dos indígenas naquele país. Para ele a interação entre a “memória larga” (que ressalta a persistência do colonialismo branco através de suas instituições contra a organização autóctone) e a “memória curta” (que identifica este colonialismo antigo nas modernas práticas capitalistas e republicanas do Estado) gera uma forma específica de luta dos povos aimará e quechua que os afastam da influência das organizações estatais modernas (2009, pp. 19-41). Esta tensão aparece em diversas manifestações do movimento indígena, mas escolho aqui uma de suas mais importantes para ilustrar o caso. O seguinte trecho é de um manifesto da CSUTCB já liderada pelos indigenistas:

“A serviço dos partidos políticos de direita e esquerda, de ‘nacionalistas, revolucionários e reacionários’, a luta política nos nega o próprio. A luta política nos torna dependentes do governo, oficialistas; nos tornam dependentes dos partidos políticos, que nos rebaixam a títeres políticos e limitam nossa autonomia; nos tornam apolíticos e covardes, e só servimos a nossos inimigos; nos faz perseguir apenas os regalos e dádivas dos poderosos, que fomenta a divisão e o clientelismo. Por isso, não podemos nos contentar em pedir ao

governo, e sim lutar por terra e território, para tornar vigentes nossos direitos ancestrais e nossas autoridades originárias.”⁶²

O segundo obstáculo à hipótese étnica do crescimento partidário é que o MAS não é um partido étnico. Embora esteja permeado do discurso indígena apropriado na luta pela descriminalização da folha da coca, sua base social é o sindicato camponês remanescente da reforma agrária de 1953 e da mobilização rural nos anos 70. Este tipo de organização (que deu origem a CSUTCB) se baseia na pequena propriedade (e não na comunidade) com produção mista de subsistência alimentar e exportação mercantil, tendo o sindicato e as assembleias como instituições de governo no território. Agindo de acordo com sua tradição socialista e sindical, sua mobilização é voltada para a pressão sobre o governo e os direitos sociais e econômicos, e sua organização territorial favorece a construção de estradas, ginásios, escolas rurais e mercados públicos, algo que não acontece com tanta intensidade no *ayllu* indígena. A composição étnica dos cocaleiros é mista, com a presença tanto de aimarás quanto quechuas, assim como grande quantidade de ex-trabalhadores mineiros para quem a identificação étnica era secundária à identificação de classe. Os manifestos do MAS são todos escritos na língua espanhola, ao contrário de muitas organizações indígenas que preferem o idioma aimará⁶³. Seus líderes principais (primeiro Alejo Véliz, em seguida Evo Morales) têm, como a maior parte dos camponeses bolivianos, ascendência indígena, mas sua tradição política está mais ligada a outra dinâmica de mobilização nascida da luta popular na primeira metade do século XX⁶⁴. Evo declaradamente não fala aimará, apesar de compreender algumas palavras⁶⁵. As marchas que deram origem ao MAS (discutidas abaixo) têm um forte componente de representação indígena que impeliu os cocaleiros a se aproximarem desta tradição, mas os atores originais que compuseram o movimento cocaleiro e que formarão o núcleo dirigente do MAS não tinham esta convicção. Enxergar

⁶² Documento “História dos Movimentos Indígenas na Bolívia”, da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) de 1996. Disponível online em <http://www.puebloindio.org/CSUTCB3.html>. Acessado em Fevereiro de 2012.

⁶³ Movimiento al Socialismo, “Carta de Princípios Ideológicos e Estatuto Orgânico do Partido”, La Paz, Bolívia, 2001.

⁶⁴ Em um comício para cocaleiros no Chapare Evo aparece dizendo que se o governo não tomasse cuidado “eles [os cocaleiros] poderiam fazer um novo 52”. Este tipo de discurso simplesmente não aparece entre os indígenas do Altiplano, para quem 52 é geralmente mostrado como um período de cooptação de sua autonomia pelo governo revolucionário. Fonte: Filme “Cocalero” de Alejandro Landes. Argentina/Bolívia. 2007.

⁶⁵ Em entrevista no filme “Cocalero”, citado.

o MAS como um partido étnico é uma simplificação comum em meio a verdadeira renascença cultural pela qual passa a identidade indígena na Bolívia do fim do século XX, com a volta das bandeiras *wiphala* (símbolo dos indígenas andinos), a legitimação da coca como alimento sagrado e na utilização inédita de rituais indígenas por políticos - Evo em 2005 é empossado primeiro na ruína sagrada de Tiwanaku, depois no Palácio Quemado.

A abordagem histórica utilizada por autores como Grindle e Domingo (2003), Kohl e Farthing (2006) e Crabtree et al. (2009) procura mostrar de diferentes maneiras como a desorganização social trazida pelo neoliberalismo favoreceu a mobilização popular, que dotada de novo capital político foi capaz de formar uma aliança anti-sistêmica e, sob a forma de um partido (o MAS) disputar o poder naquele país. Embora correta, a abordagem histórica é puramente retroativa e não explora as decisões políticas que foram tomadas ao longo da crise neoliberal e que levaram ao surgimento de uma alternativa partidária capaz de enfrentá-la. Afinal, existiam outros grupos em condições de disputar o poder da mesma maneira na Bolívia, sendo que o MAS disputou sua primeira eleição nacional apenas em 2002. E a transição de movimento social para partido político não deve ser naturalizada.

Seguindo a idéia de hegemonia argumentada por Gramsci, Ernesto Laclau define a singularidade como um heterogeneidade de demandas não-satisfeitas relacionadas mutuamente (2005, pp. 108). A singularidade é uma tentativa de unir estas demandas não-satisfeitas que se acumulam durante uma crise do sistema político a partir da constatação (segundo Laclau, facilmente observável) de que “todas refletem o fracasso do sistema institucional” (ibidem). A formação desta singularidade é anti-sistêmica quando é incapaz de ser absorvida como um todo pela representação institucional, e insurgente quando nega ao sistema sua capacidade de governo nos territórios onde age. No entanto, da mesma maneira que a singularidade é uma aliança que dá corpo e *nome* ao conjunto das demandas não-satisfeitas, ela mantém viva a heterogeneidade que a deu origem pois caso não o fizesse jamais conseguiria superar a consciência corporativa e formar uma consciência política (cf. Pizzorno, op. cit). Não se trata de uma mera apologia do pluralismo ressaltar a importância da diversidade nesta transição de movimento (corporativo) para partido (político). Sem ela o partido se torna um mero instrumento de um grupo menor e privilegiado – exatamente o que houve com o MNR após o recrudescimento dos anos 60.

Laclau ilustra os efeitos gerados pela heterogeneidade de demandas dentro de um movimento ao exemplificar um sindicato que se envolve com a causa anti-racista em sua localidade (2005, pp. 109). A rigor, um sindicato é uma organização de classe cujos interesses imediatos são a defesa dos direitos de seus membros, trabalhadores de um determinado setor. Suas demandas geralmente incluem melhores salários e condições de trabalho e/ou alguma forma de participação dos trabalhadores dentro daquele setor ou indústria. No entanto parte de seus membros também sofre com o racismo que permeia diversas relações sociais e existe uma *contigüidade* (e não apenas solidariedade) entre as demandas anti-racistas e sindicais, assim como uma capacidade de mobilização do sindicato que permite que ele adote uma postura anti-racista em sua campanha. A união entre estas demandas faz com que o sindicato se torne mais do que apenas uma instituição de classe mas uma singularidade, mudando sua natureza a partir desta operação: a causa anti-racista pode mudar sua estrutura interna ao questionar divisões étnicas dentro do sindicato, pode trazer novas formas de mobilização, e notadamente, através da ampliação do papel de resistência que aquela instituição passa a ter na sociedade, abre espaço para que novas demandas sejam incorporadas. O “sindicato” vira uma *metonímia*, um termo usado aqui para explicar não apenas uma instituição mas uma relação de semelhança que existe entre várias demandas; o todo pelas partes. Este processo pode ser interrompido quando interesses corporativos prevalecem sobre a heterogeneidade das demandas e a singularidade perde a legitimidade sobre estas. Mas também pode ser acentuado conforme grandes demandas anti-sistêmicas vão sendo incorporadas à singularidade em um mesmo discurso metonímico de resistência, chegando a gerar a idéia de que a singularidade representa um *povo* em oposição às forças sistêmicas que fracassaram em incorporar aquelas demandas – o que Laclau chama de populismo. Este processo se aproxima do que houve na Bolívia conforme o outrora bem-desenhado sistema político neoliberal fracassa em lidar com as demandas, que começam a formar intensamente sua própria rede anti-sistêmica. Foi assim que cocaleiros viraram defensores da água pública, que miseráveis viraram defensores da soberania sobre os recursos naturais, que desempregados e sub-empregados viraram sindicalistas, que indígenas viraram defensores da autonomia sobre seus territórios, e que todos estes identificaram no sistema neoliberal o principal entrave para a realização de suas demandas. No Brasil este processo não ocorre no MST (movimento social) mas sim em um

partido pensado estrategicamente para representar as classes trabalhadoras, o Partido dos Trabalhadores (Meneguello, 1989). Enquanto que a conjuntura estratégica levou o PT a uma maior discussão teórica entre diferentes correntes afim de decidir que tipo de partido seria formado (ibidem, pp. 53-64), na Bolívia a estratégia esteve subordinada a tática, pois partindo não de uma ideologia formulada a partir de um receituário teórico, mas sim “de uma sucessão de decisões guiadas pela razão prática adquirida nas trincheiras do sindicalismo campesino” (Stefanoni, 2006, pp. 5), o MAS seguiu um caminho diferente do trilhado pelo PT⁶⁶.

A seguir trato das mobilizações, marchas, e processos de institucionalização que elevaram o MAS ao caráter de partido popular em 2005.

⁶⁶ Isto não significa que as diferenças afastam definitivamente os dois partidos, já que a falta de experiência política do MAS fez com que ele olhasse para processos regionais como fonte de inspiração, e neste sentido o processo brasileiro teve um peso muito maior, por exemplo, do que o processo venezuelano. Evo é um admirador declarado do PT, que chama de “irmão mais velho do MAS”, e consultou longamente com Luis Inácio Lula da Silva acerca de estratégias partidárias durante uma cúpula em 2004, quando o MAS já tinha força política para competir no difícil sistema partidário boliviano (Camargo, 2003, pp. 205-206).

Primórdios do “instrumento político” e luta contra a burocratização

Qual a gênese da decisão pela plataforma partidária? E por que a insistência em usar o termo “instrumento político” para coadunar interesses em torno de um partido? A decepção com os partidos tradicionais atingiu de forma intensa os movimentos sociais do país. Isto porque apesar da desmobilização causada pelas reformas neoliberais, os movimentos e sindicatos ainda eram procurados pelos partidos em época de eleição, um processo que se acentua a partir da municipalização da política nos anos 90. O jornalista boliviano Antonio Peredo teve um importante papel de comunicador entre diferentes movimentos sociais através dos órgãos de imprensa filiados aos sindicatos, tendo se eleito senador pelo MAS em 2006. Como testemunha ocular das opções políticas que os movimentos sociais tinham neste período, ele descreve a frustração com os partidos que se generalizou pela Bolívia:

“Os partidos de direita e de esquerda apenas vêm na época das eleições e nos oferecem coisas e em seguida se esquecem de nós. Outros vem recrutar-nos dizendo que eles representam o verdadeiro sentimento da classe trabalhadora. E não está certo, porque quando vamos a estes partidos, estão falando de outra coisa, necessitamos de nosso próprio instrumento.”⁶⁷

A outrora poderosa Central Obrera Boliviana (COB) se tornou uma plataforma natural para discussão desta opção pela luta partidária devido a uma conjuntura política favorável para esta organização no começo dos anos 90. Por um lado, a grande mobilização que a COB havia deflagrado contra o governo de Siles Zuazo da UDP (1982-1985) e a subsequente vitória do conservadorismo neoliberal parecia indicar a necessidade de uma postura propositiva em um momento de dificuldades econômicas naquele país. Também importante foi o afastamento em 1987 do carismático e centralizador líder mineiro da COB Juan Lechín, que sempre havia favorecido a luta política através de seu pequeno partido de esquerda PRIN, nunca alcançando o mesmo sucesso eleitoral que a COB havia conseguido na arena sindical. No entanto o afastamento de Lechín não mudou a rígida estrutura corporativa da COB. Enquanto o movimento mineiro se desintegrava durante governo de Estenssoro (1985-1989) e a mobilização rural e indígena crescia, a COB ainda manteve a

⁶⁷ Em Harnecker e Fuentes (2009), pp. 68.

regra corporativa de representação que exigia que o secretário executivo fosse um sindicalista mineiro e o secretário-geral fosse um trabalhador fabril. Sem voz na entidade, os camponeses (um grande eleitorado naquele país rural) se voltaram para a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos (CSUTCB). Além disso, Klein aponta outra mudança na legitimidade da COB frente ao eleitorado urbano. Segundo o historiador, a hiper-inflação do início dos anos 80 marcou de forma tão profunda a sociedade boliviana que as marchas e protestos da COB contra as medidas de austeridade de Estenssoro tiveram pouco apelo entre o eleitorado urbano, que desempregado ou informalizado, de fato estava em uma situação econômica pior que os mineiros estavam antes da reforma neoliberal (1992, pp. 276). Um partido formado a partir das demandas sindicais teria pouco apelo entre esta população, como foi o caso dos partidos de esquerda bolivianos.

No meio rural boliviano as condições para formação de um partido de identidade popular (e não apenas corporativa) eram mais favoráveis. A municipalização havia gerado um novo campo de disputa política que atingiu principalmente o meio rural, já que as capitais já tinham seu próprio regime municipal diferenciado redigido antes da LPP. A intensa migração e a existência de redes sociais ligando campo e cidade em algumas regiões (como Cochabamba) diminuíram a distância e o isolamento do meio rural em relação a política oficial boliviana, e o eleitorado nacional acompanhou estas mudanças. A migração funcionou como uma via de mão dupla nesta integração. Por um lado migrantes urbanos das regiões mineiras de Potosí e Oruro levaram suas tradições políticas para o meio rural e radicalizaram instituições locais em torno de grandes temas nacionais como a distribuição de terras e a soberania estatal sobre recursos naturais e serviços. E por outro lado os migrantes nas periferias de El Alto, Cochabamba e Santa Cruz ainda mantinham família e ligações sociais com o meio rural, sendo partes igualmente interessadas na melhoria da vida daquela população. Muitos migrantes passaram a se beneficiar do bom sistema educacional boliviano sem contudo perder seus laços indígenas; pelo contrário, é empiricamente observável nas manifestações populares e até no surgimento de novos movimentos teóricos (como o katarismo) um renascimento da cultura indígena e o aumento da percepção da contribuição que ela pode oferecer ao meio político boliviano.

Entre os aimarás do departamento de La Paz, como mencionado, este renascimento trouxe uma intensa demanda por autonomia em relação ao Estado, inclusive para escrever e aplicar suas próprias leis de justiça em suas regiões (Zibechi, 2010, pp. 91-101). Esta postura defensiva se tornou viável naquela região por conta da relativa autonomia criada pela reforma agrária de 1953 e de uma estabelecida “burocracia” indígena capaz de organizar socialmente o espaço de acordo com os anseios de sua população. Entre os indígenas do resto do país, notadamente no Oriente (departamentos de Santa Cruz, Tarija, Chuquisaca, Beni e Pando), a situação era bastante diversa. Não só a reforma agrária nunca chegou a estas regiões, como a concentração de terras que se iniciou na ditadura de Bánzer nos anos 70 favoreceu uma elite branca proprietária que exercia sua autoridade no meio rural de forma explicitamente colonial. Contra esta classe partidária da ADN, o MNR de Sanchez de Losada tentou aplicar a Lei de Participação Popular, mas o controle sobre as populações camponesas indígenas era tão violento nestas localidades que candidaturas de oposição foram freqüentemente reprimidas pelos fazendeiros (Gustafson, 2010). Buscando uma representação própria dentro do renascimento indígena boliviano, estas populações (guaranis, chiquitanos, chiriguanos, ayoreos, moxos, etc.) formaram nos anos oitenta a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB). Tendo em vista a situação colonial de servilismo e violência que os atingia, sua demanda principal não poderia ser a autonomia reclamada pelos aimarás, mas sim a presença de um Estado defensor das liberdades e direitos básicos do ser humano contra a violência – uma posição bastante comparável àquele insurgente Primeiro Congresso Indígena Boliviano em 1945 (ver Capítulo 1), que cristalizou a demanda pela reforma agrária a ser cumprida quase dez anos mais tarde. Uma posição também que levou a CIDOB a uma estratégica convergência com outro movimento em similar situação: os cocaleiros.

Nos anos noventa a CIDOB enfrenta como principal problema a falta de expressão nacional de sua demanda. Afinal, estas comunidades indígenas não apareciam no discurso oficial indigenista boliviano centrado na tradição aimará e quechua nem estavam perto de nenhum centro político de importância como La Paz ou Cochabamba. As classes políticas nas cidades mais próximas, Sucre e Santa Cruz, se encontravam alinhadas com os proprietários rurais e com a direita da ADN, quando não investidos de um franco discurso racista contra os indígenas. Conforme ganha espaço na imprensa os discursos de poder indígena como os

de Felipe Quispe, grupos jovens como a União Juvenil Cruceña e a Nação Camba em Santa Cruz radicalizam a violência contra migrantes do Altiplano e se convertem em uma espécie de brigada política (não muito diferente dos *camicie nere* do fascismo italiano) de uma elite interessada na autonomia sobre suas propriedades (Luis Roca, 2009, pp. 71-93). Em Sucre, berço do pensamento colonial (ver discussão acerca da Guerra Federal no Capítulo 1), alguns restaurantes proíbem a entrada de indígenas⁶⁸ e manifestantes são atacados quando empunham a *wiphala* em lugares públicos⁶⁹. Enquanto em Cochabamba a demanda comum pela gestão pública da água trabalhou para trazer o outrora polêmico movimento cocaleiro para perto da população urbana, os indígenas da CIDOB em situação servil no meio rural não tinham o mesmo canal de comunicação com as cidades do Oriente. Nesta situação, o movimento social resolveu adotar a estratégia de publicizar sua demanda e buscar aliados que pudessem pressionar o centro do poder por mudanças efetivas na relação entre Estado e sociedade naquela região, exatamente como os cocaleiros fizeram antes. Assim como eles, os indígenas do Oriente também viram promessas de mudanças serem feitas por diferentes partidos no governo serem esvaziadas pela virtual ausência do Estado no Oriente rural, o que os aproximou da necessidade de formar seu próprio partido para buscarem a representação no Congresso. Para a CIDOB esta representação legislativa teria uma tarefa específica. Na tentativa de extrapolar o discurso étnico para além da defesa da autonomia das instituições indígenas no Altiplano, a CIDOB passa a argumentar a favor de novos dispositivos legais de defesa dos costumes indígenas para toda a nação boliviana, e não apenas nas regiões onde os indígenas são maioria. A necessidade de transformar questões étnicas e fundiárias (pois as terras originárias eram agora latifúndios) em um corpo legal que obrigasse o Estado a cumprir com as demandas básicas por direitos humanos se transformou na busca por uma nova Constituição nacional. Isso porque a carta magna anterior datava de 1967 (período ditatorial de René Barrientos) e as reformas aprovadas desde 1985 não foram acompanhadas de um amplo debate democrático que as garantisse alguma legitimidade. A municipalização naquelas condições serviu acabou favorecendo os

⁶⁸ Matéria de Frei Betto para o periódico Pravda. “A bolívia para os bolivianos” de 08 de Outubro de 2010, disponível online em <http://port.pravda.ru/mundo/08-10-2008/24770-boliviabolivianos-0/>. Acessado em junho de 2012.

⁶⁹ Relatado em documentário produzido pela TV Bolívia sobre o racismo em Sucre. “Humillados e ofendidos” de 2008, disponível online em <http://www.youtube.com/watch?v=27i9SsZOFT0>. Acessado em junho de 2012.

grupos que já estavam no poder *de facto* (Gustafson, 2010). Regiões como o leste de Tarija e o sul de Santa Cruz, extremamente ricas em gás e petróleo, convivem lado a lado com a servidão indígena nos latifúndios. Os royalties da prospecção (privatizada) vão quase que exclusivamente para os governos departamentais, favorecendo ainda mais as elites brancas nas capitais e impedindo uma política nacional de redistribuição. Contra estas duas situações a CIDOB pede que uma nova constituição trate os territórios comunitários indígenas como entidades federativas próprias sem subordinação a município ou departamento, com seu próprio regime de governo e financiamento⁷⁰.

Com a estratégia e as demandas definidas, os indígenas da CIDOB empreendem em 1990 a Marcha por Terra, Território e Dignidade, partindo de Trinidad (na Amazônia boliviana) com destino a La Paz. Esta marcha pode ser considerada o marco inicial da luta política destes povos indígenas no neoliberalismo, a primeira expressão nacional de um movimento social para o qual convergiram em seguida os cocaleiros. Conforme avança pelos vales bolivianos e adentra os Andes, a coluna aumenta com a adesão de diversos povos indígenas e organizações camponesas, ganhando as manchetes dos jornais do país. Quando finalmente chega a La Paz 32 dias depois de sua partida, os indígenas do Oriente são recebidos com festa pelos aimarás e quechua, em um importante momento de união e consolidação de interesses comuns⁷¹. A idéia de uma nova Constituição que refletisse mais apropriadamente a realidade indígena daquele país ganha força entre setores que faziam oposição ao governo. É desse período também os primeiros sinais da discussão em torno de um partido político que representasse esta demanda. Em 1988 um Congresso Extraordinário da CSUTCB (com grande participação dos cocaleiros) havia discutido a necessidade de um “instrumento político” (Chaves, 2009, pp. 55). Conforme coca e constituição se tornavam elementos comuns nas demandas indígenas, estas demandas começaram a ser apresentadas de forma mais uniforme por seus diferentes interlocutores, construindo as bases para um programa partidário comum mesmo antes das estruturas partidárias (forma de organização, lideranças, etc.) aparecerem na pauta da discussão. O mesmo se repete na chamada “Guerra da Água” entre 1999 e 2000. É isso que entendo por uma subordinação da estratégia a

⁷⁰ Em declaração oficial acerca da Constituinte, disponível online em <http://www.cidob-bo.org/>. Acessado em junho de 2012.

⁷¹ Relatos disponíveis no Centro de Investigación e Promoción del Campesinado (CIPCA), disponível online em <http://www.cipca.org.bo>. Acessado em junho de 2012.

tática, conforme mencionado no início do capítulo. Embora a esfera estratégica tenha sido importante para consolidar o MAS como principal ator de oposição na grave crise que atinge o sistema político boliviano na virada do século XXI, as bases para a estratégia partidária seguiram caminhos abertos anteriormente pela própria mobilização convergente de demandas e interesses. Enquanto os partidos tradicionais bolivianos (na direita e na esquerda) haviam nascido em torno de lideranças e ideologias em torno das quais se reuniam um círculo de notáveis, no MAS foram as decisões tomadas no calor das mobilizações e negociações com o governo que influenciaram decisivamente o programa e a estrutura. A desconfiança com a forma partido está na origem desta dinâmica, pois o temor de que o processo fosse cooptado por um grupo minoritário dentro do movimento social estava presente não apenas nos congressos, mas também entre os membros do movimento. Contra a oligarquização do partido (cf. Michels, 2001) cocaleiros e dirigentes indígenas buscaram construir um “instrumento político” com dois braços: um braço político e um social. O primeiro seria responsável por “desde o Parlamento, destroçar a política neoliberal” e o segundo por “desde as ruas, golpear”⁷². Esta dupla identidade do MAS o difere radicalmente não apenas dos partidos tradicionais bolivianos, mas também da definição partidária presente nos países latino-americanos marcados pela democracia delegativa, onde estas instituições seriam apenas órgãos de representação intermitentes e condicionados ao calendário eleitoral (O’Donnell, 2011). Parte fundamental deste esforço contra a burocratização excessiva do partido é a luta contra a criação de uma classe política apartada do movimento social durante os anos formativos do MAS. Não apenas os candidatos do MAS teriam que passar pelo crivo das organizações sociais ligadas ao partido, mas se eleitos não poderiam abdicar da luta no movimento social em troca da atividade parlamentar:

“Ao criar este instrumento os dirigentes nacionais, departamentais, regionais, municipais e comunitários do instrumento político, **mantém seus cargos nas respectivas organizações a que pertencem**. Isto significa que a estrutura política está casada com a estrutura social e é difícil visualizar um divórcio entre o que é movimento social e o que é instrumento político. [...] A direção

⁷² Entrevista de Lino Villca a Martha Harnecker (2009, pp. 67). Villca é dirigente sindical cocaleiro e foi eleito senador pelo MAS em 2002.

nacional não pode pedir uma convocatória, um instrutivo, uma circular sem o prévio consenso entre as organizações matrizes”⁷³

É desta dupla identidade que deriva a peculiaridade do MAS de ser, ao mesmo tempo, um partido político e uma confederação de movimentos sociais. A idéia de controlar a classe política ao subordiná-la aos movimentos (chamada por Evo de “mandar obedecendo”) é nada menos que **a principal ideologia do partido**, e será em torno desta complexa relação que o partido se institucionaliza a partir de 1995.

“Soberania dos Povos”: Institucionalização do MAS (1995-2002)

Sob diversos aspectos a Marcha de 1990 foi um sucesso político. Para os indígenas do Oriente a recepção em La Paz foi um atestado de nascimento de seu movimento social na colcha de retalhos de movimentos bolivianos. Para opositores do governo como cocaleiros, desempregados e sub-empregados, camponeses submetidos a relações servis e os indígenas do Altiplano, a Marcha foi uma oportunidade de consolidar demandas comuns e construir uma ponte de diálogo entre os movimentos a partir da demanda por uma nova Constituinte. A resposta do governo de Paz Zamora (MIR) foi a aprovação de um regime diferenciado para as regiões indígenas, chamadas de Terras Comunitárias de Origem (TCO), no que parecia ser uma vitória da CIDOB. No entanto o fracasso do governo em implementar estas mudanças mostrou a fragilidade do Estado boliviano naquelas regiões (Gustafson, 2010, pp. 49-51). Sem capacidade de enfrentar os latifundiários naquelas regiões, a maior parte das leis de defesa dos direitos indígenas aprovada neste período permaneceu letra morta (ibidem). Marchas e congressos marcaram toda a década de 90 como ferramenta de pressão pela implementação de políticas e diálogo entre movimentos anti-sistêmicos.

Em 1992 uma nova marcha de 20 mil pessoas chega a La Paz para a Assembléia dos Povos Originários, realizada em protesto contra as comemorações da chegada de Colombo às Américas em 1492. Novamente a tese do instrumento político foi apresentada contra a cooptação dos partidos tradicionais, e a união entre CSUTCB e CIDOB foi celebrada como base para a construção deste instrumento (Albó, 2009). Em 1994 no IV Congresso da CSUTCB a proposta de formação de um “instrumento político” foi finalmente votada a

⁷³ Entrevista de Santos Ramirez a Martha Harnecker (2008, pp. 78). Grifos meus.

pedido dos cocaleiros e saiu vitoriosa (Chaves, 2009, pp. 56). Isto não significou que a confederação campesina estivesse estruturando a criação de um partido desde suas fileiras. O motivo da CSUTCB ter sido o “palco” para a apresentação desta demanda está em sua relação histórica com outro sindicato, a COB. Enquanto esta central operária foi o principal ator sindical boliviano, era ela quem fornecia o crivo de legitimidade a organizações político-partidárias de oposição. A confederação campesina neste momento assume o caráter que havia pertencido a COB anteriormente, embora o trabalho de organizar este partido tenha ficado a cargo de sua maior facção, os cocaleiros.

Em março de 1995 se organiza uma nova marcha para marcar a institucionalidade do novo instrumento político que se pleiteava nos movimentos. A LPP havia criado três novos municípios no Chapare (Villa Tunari, Sacaba e Colomi) e com as eleições marcadas para dezembro daquele ano, havia celeridade em dar encaminhamento ao processo de institucionalização com o objetivo imediato de tomar o poder local. O congresso por Terra, Território e Instrumento Político que sucedeu esta marcha acontece não em Cochabamba ou La Paz, mas na cidade de Santa Cruz de la Sierra. As organizações presentes formam o núcleo duro de apoio do MAS até hoje:

- Seis Federações de Cocaleiros dos Trópicos (Chapare);
- Federação de Cocaleiros das Yungas (La Paz);
- Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos (CSUTCB);
- Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB);
- Federação Nacional de Mulheres Campesinas “Bartolina Sisa”;
- Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB);
- Central Obrera Boliviana (COB);

As principais lideranças do MAS estavam diretamente ligadas à luta dentro dos movimentos sociais. Como não era necessário abandonar a posição dentro do movimento para militar no partido, o comitê se beneficiou de uma gama de lideranças sociais com avançada tradição de luta. Assim, houve uma transposição do núcleo dirigente dos movimentos para dentro do núcleo dirigente do partido:

- Filemón Escobar (líder cocaleiro);

- Evo Morales (líder cocaleiro);
- Aléjo Véliz (líder cocaleiro);
- Román Loayza (secretário-executivo da CSUTCB);
- Juan de la Cruz Villca (secretário-geral da COB);
- Genaro Flores (líder aimará);
- Julia Ramos (líder camponesa);
- Modesto Condori (secretário-executivo da CSCB);
- Leonilda Zurita (presidenta das Seis Federações do Trópico);
- Antonio Peredo (jornalista e militante comunista);

A proximidade com as eleições de dezembro deu ao processo um caráter ainda mais contingente e não houve um amplo consenso sobre as estruturas ou o programa partidário. Enquanto a mobilização popular marcada pelos levantes de Cochabamba e El Alto inspirava a mudança política, ainda haviam suspeitas sobre o sucesso de uma nova sigla partidária no sistema político boliviano. Autores inclusive ressaltam que a opção pela luta armada foi tratada seriamente pelas organizações presentes (Grebe et al., 2008, pp. 111, e Harnecker, 2009, pp. 78). Santos Ramírez, dirigente do MAS presente no Congresso, ressaltou que o objetivo político no momento era “romper com o ciclo: sindicato, demanda, conflito, acordo, descumprimento, luta, convênio” e que portanto a disputa política dentro do Estado se fazia necessária⁷⁴. O grande ideólogo deste início de instrumento político é Filemón Escobar, líder cocaleiro com história de vida bastante similar a de Evo Morales (filho de camponeses miseráveis no Altiplano, trabalha como mineiro e em seguida migra para o Chapare). Intensamente inspirado pelo pensamento revolucionário de Zárate Willka, Escobar teoriza sobre a complementaridade da ação direta das massas com os métodos eleitorais ocidentais e a democracia comunitária, assim como sobre a insuficiência da esquerda ortodoxa em oferecer soluções para a situação econômica e social andina. Durante os anos de formação do MAS acabou se tornando o mentor de Evo Morales, posição que manteve até a chegada de Garcia Linera em 2004.

⁷⁴ Em entrevista a Martha Harnecker (2009, pp. 79).

O primeiro nome do partido ficou acordado como **Assembléa Soberana dos Povos (ASP)**, um nome que já havia sido sugerido no congresso da CSUTCB como símbolo das características que o partido deveria ter: o assembleísmo como instrumento de deliberação democrática e a soberania dos povos (o primeiro nome trazia o epíteto “originários”, que foi abandonado para impedir a idéia de um partido puramente étnico) como objetivo de luta dentro do sistema político. A direção seria eleita em um congresso a ser realizado a cada dois anos. O primeiro secretário-geral foi eleito Aléjo Véliz, líder sindical cocaleiro de uma das federações do Chapare. O primeiro slogan do partido foi o próprio tema da Marcha de 1995: **“Votemos por nós mesmos”** (Barbosa Filho, 2008, pp. 69). O “rosto” do partido e principal candidato ficou acordado como Felipe Cáceres, líder cocaleiro bem relacionado entre os dirigentes da ASP que deveria disputar o principal posto das eleições de dezembro: a prefeitura de Villa Tunari, maior cidade do Chapare. Sem ao menos conseguir o registro eleitoral a tempo, a ASP entra dentro uma frente política junto com os partidos comunistas tradicionais, a Izquierda Unida (IU). O financiamento da campanha é totalmente privado, e a maior parte, segundo a dirigente Isabel Ortega, vem “dos próprios bolsos”⁷⁵. Outra fonte de renda importante vem da tradição latina de “padrinhos”, que doam dinheiro na ocasião de nascimentos e casamentos – no Chapare parte desse dinheiro é recolhido pelo sindicato e repassado a ASP. Uma Comissão Política eleita separadamente administra as finanças do partido. Em dezembro, no dia anterior às eleições o sindicato de cocaleiros reúne seus membros em uma colina próxima a cidade de Villa Tunari e lá passam a noite em vigília para no dia seguinte votarem em conjunto pelo candidato da ASP (ibidem, pp. 70). A ASP ganha as prefeituras nos três municípios do Chapare, mas só conseguem a maioria do conselho municipal (fator fundamental de governabilidade implementado pela LPP) em Villa Tunari. Assim, a eleição de Cáceres foi importante pois foi a primeira experiência de governo bem-sucedida da recém-fundada ASP. Para lidar com a burocracia exigida pela LPP para o planejamento do orçamento, o partido contrata uma ONG chamada CIDES e logra implementar importantes medidas de diversificação da economia e melhorias infra-estruturais (Van Cott, 2008, pp. 189-191). Entre as prefeituras da ASP há rotação obrigatória de postos e após dois anos Cáceres deixa o cargo para seu suplente.

⁷⁵ Em entrevista a Martha Harnecker (2009, pp. 110).

No ano de 1997 ocorre o segundo congresso do partido na cidade-berço da mineração, Potosí. Neste momento a ASP se prepara para disputar as eleições nacionais de 1997, vencidas por Hugo Bánzer (ADN). Ainda sem o registro aprovado pela corte nacional eleitoral, o partido se inscreve novamente nas listas da Izquierda Unida, frente política que nesse momento reúne nove pequenos partidos de esquerda (incluindo o histórico Partido Comunista da Bolívia, que mais adiante fornecerá quadros importantes para o MAS). A questão do registro eleitoral é exemplar da falta de abertura do sistema partidário que caracterizou o período neoliberal boliviano. Com uma corte eleitoral controlada pelos partidos sistêmicos o registro da ASP foi negado quatro vezes por pequenos detalhes. Esta rejeição da corte ao partido tem uma dimensão estratégica porque partidos menores que a ASP conseguiram seu registro mesmo não cumprindo o número mínimo de membros exigido pela lei (Van Cott, 2005, pp. 78). Estes novos partidos eram quase todos kataristas. Como mencionado no capítulo anterior, o cenário político no final dos anos noventa e início dos dois mil, embora apresentasse importantes sinais de crise do sistema neoliberal (o principal deles sendo a insurgência popular pela água em Cochabamba) ainda não havia consolidado nenhuma alternativa real a esse sistema. Com a esquerda completamente insignificante no cenário eleitoral, Van Cott comenta sobre o renascimento das tradições indígenas andinas neste período e aponta com razão o katarismo (movimento político radical aimará) como a “única alternativa coerente a reforma neoliberal até a formação da ASP em 1995” (ibidem, pp. 83). No entanto o aspecto anti-sistêmico do katarismo é problemático por dois motivos já mencionados neste trabalho. O primeiro é que o foco no discurso étnico deu aos partidos sistêmicos amplo espaço para manobrar políticas étnicas a seu favor através de pequenas concessões (como a incorporação de símbolos indígenas na simbologia oficial do Estado) e principalmente através da cooptação, exemplificada na aliança CONDEPA-ADN e na vice-presidência do aimará Victor Hugo Cárdenas na chapa com o MNR de Sanchez de Losada. O segundo aspecto é que o katarismo apelava sobretudo a setores indígenas radicais do Altiplano cuja principal demanda era autonomia em relação ao Estado boliviano, uma agenda bastante diversa da ASP. Ao explorar esta importante divergência entre movimentos insurgentes, a corte eleitoral favoreceu claramente a diversidade de partidos kataristas sobre aquele disciplinado e crescente órgão de representação dos camponeses e cocaleiros, a ASP. É esta intransigência que levará o

partido a adotar o nome de um moribundo partido nacionalista chamado **Movimiento al Socialismo** em 2002.

As eleições de 1997 marcam a primeira representação nacional da ASP no congresso boliviano com quatro congressistas eleitos, todos pelo departamento de Cochabamba:

- Evo Morales;
- Román Loayza;
- Félix Sánchez;
- Néstor Guzmán (que abandona o mandato em seguida);

Com a mega-coalizão de Bánzer dominando o parlamento (118 parlamentares governistas contra 39 de oposição, sendo que 30 destes eram do MNR) os deputados eleitos pela ASP não tinham real poder de deliberação dentro do legislativo boliviano. No entanto a presença de cocaleiros no parlamento atraiu a atenção da mídia para sua causa, e com o acirramento da militarização durante o governo Bánzer os partidos tiveram que tomar posição sobre a questão da coca. Partidos como a CONDEPA e o Movimiento Bolívia Libre (MBL) que até então não haviam se posicionado sobre o assunto resolveram fazê-lo a partir de uma perspectiva de oposição, defendendo a causa dos cocaleiros contra o governo⁷⁶. Outro benefício da eleição dos parlamentares cocaleiros foi uma maior segurança pessoal para estas lideranças, que seguidas vezes foram alvo de atentados na região do Chapare (ver abaixo).

Em 1999 ocorre a primeira divisão no partido. Questionando os métodos empregados por Morales para eleger deputados em 1997 (arregimentação de camponeses, voto coletivo) o líder Aléjo Véliz expulsa Evo da ASP sem qualquer votação. Indignados com esta atitude, a quase totalidade dos militantes abandona a ASP e entra para o novo partido fundado por Morales com a mesma estrutura e lideranças da Assembléia, o **Instrumento Político para Soberania dos Povos (IPSP)**. Este momento marca o surgimento explosivo de Evo, até então um dirigente minoritário dentro dos cocaleiros, como líder político carismático e o novo rosto do partido. Por um lado, sua grande capacidade de articulação foi testada com sucesso ao superar o racha no partido sem qualquer prejuízo à organização. Por outro, sua

⁷⁶ A CONDEPA abandona a aliança com a ADN em 1998, o que a aproximou de posturas de oposição..

história pessoal se torna a narrativa política de uma classe desfavorecida e um símbolo para os pobres de todo o país (Barbosa Filho, 2008, pp. 53-69)⁷⁷. Evo nasce em um *ayllu* miserável no interior do departamento de Oruro em uma família de pastores de lhamas. À exceção de uma irmã, todos os seus três irmãos morreram ainda crianças vítimas da desnutrição e da falta de cuidados médicos. A alimentação da família era complementada diariamente com folhas de coca. Aos cinco anos de idade migra com seu pai *a pé* com as lhamas para o norte da Argentina em busca de melhores condições, onde se alfabetiza e perde o costume de falar o idioma aimará. Quando adolescente se junta a uma banda de música marcial (onde toca trompete) e viaja por toda a Bolívia, tendo a oportunidade de conhecer diferentes realidades de seu país. Chega a trabalhar nas minas como cooperativista independente, tendo seu primeiro contato com a politizada organização mineira. Nos anos 70 se junta ao Exército e presencia as lutas políticas que envolveram a queda de Hugo Bánzer. Em 1978, assolados por uma grave seca, a família de Morales vende o pouco que tem e viaja de caminhão até o Chapare, onde passa a plantar coca:

"Fomos às Yungas de La Paz [tradicional zona cocaleira ao norte da capital], haviam terrenos que custavam muito. Meu pai não podia pagar, estavam um pouco caros. Vendemos todas as lhamas que tínhamos para ver se alcançávamos o preço. Não pudemos alcançar. Então [meu pai] pensou no Chapare, tínhamos alguns familiares [por lá], assim fomos e dessa maneira com meu pai em 78 nos estabelecemos no sindicato San Francisco no quilômetro 21" (Evo Morales em entrevista ao Centro de Estudos de Desenvolvimento de La Paz, 1994)

No ano seguinte vem a deparar-se com a dura realidade da região, quando presencia soldados queimarem vivo um camponês que havia se recusado a confessar ligação com o narcotráfico. O próprio Evo diz que aquela situação foi a gênese de sua postura “pelos direitos humanos, pela paz, pela tranquilidade em nossas terras, pelo livre cultivo da folha de coca, pelos recursos naturais, pelo território, pela defesa da soberania nacional, pela dignidade dos bolivianos e por nossa liberdade” (ibidem, pp. 57). Em seguida passa a militar ativamente no sindicato. Em 1989, já atuando como liderança local, é pego em uma

⁷⁷ Sua história pessoal é mais um fato que aproxima Evo de Lula, e não de Hugo Chávez. Lula também veio de um antecedente camponês miserável, migrou e tornou-se dirigente sindical.

emboscada dos militares e espancado até beirar a morte. Na realidade, segundo relatos de cocaleiros na região, os soldados só pararam de espancá-lo porque julgavam-no morto (ibidem, pp. 60). Ataque semelhante se repete em 1997 (já com os cocaleiros ocupando postos nas prefeituras do Chapare) marcando ainda mais Evo Morales como um sobrevivente naquele contexto de violência⁷⁸. Para além da capacidade organizativa do líder sindical, a narrativa de sofrimento e superação se tornou um importante atrativo em Evo pois ofereceu um canal de identificação bastante eficiente para os camponeses conforme Evo fazia sua transição rumo ao parlamento. Os congressistas do MAS souberam refletir esta moralidade campesina através de ações simbólicas mas repletas de significado como o fato de que todos dividiam um pequeno apartamento em La Paz, iam a pé para o Congresso diariamente, faziam questão de se vestir com suas roupas tradicionais, etc. Trata-se de um tipo de representação descritiva similar ao que houve com parlamentares negros nos Estados Unidos do século XX (Mansbridge, 2000, pp. 112-136).

Em dezembro do mesmo ano da expulsão de Evo da ASP e fundação do IPSP (que em seguida se tornaria MAS) houveram novas eleições municipais. Desta vez o partido dos cocaleiros elege 11 prefeitos e 81 conselheiros municipais (o equivalente boliviano dos vereadores no Brasil), aumentando sua presença no meio rural. Esta eleição também marcou um afastamento do MAS em relação aos partidos comunistas históricos bolivianos (Komadina, 2007, pp. 34). Como a Izquierda Unida (IU) havia escolhido se aliar a ASP de Aléjo Véliz o MAS abandona a frente e daí em diante disputará de forma autônoma as eleições, uma importante mudança na estratégia do partido. Em 2002 o tema nas reuniões de cocaleiros é a necessidade de um partido capaz de representar demandas regionais não-absorvidas como a anulação da Lei 1008, o fim da militarização no Chapare e a descriminalização da folha de coca:

“Os presentes na reunião [de cocaleiros em Bomborazama] constataram que, para solucionar suas questões locais mais urgentes, teriam de se envolver com problemas que transcendem os limites de sua aldeia: ‘devemos tomar o governo do país’. Isso conduziu ao tema das eleições presidenciais.” (Sousa, 2010, pp. 36).

⁷⁸ Cabe aqui uma comparação com líderes como o uruguaio Pepe Mujica, que sofreu um atentado policial de seis tiros nos anos 70, ou com a brasileira Dilma Rouseff, que foi torturada pelo governo militar.

As eleições de 2002

Sob qualquer perspectiva de análise (social, econômica, política) as eleições de 2002 foram o ponto de mudança fundamental para o sistema político boliviano. Algumas das condições mais importantes que forneceram as bases para o que se tornará uma reforma radical do sistema político já haviam sido dadas durante o conturbado governo da ADN (1997-2002): protestos cada vez maiores contra as medidas econômicas neoliberais, fracasso da militarização em destruir o movimento cocaleiro, fracasso em cooptar os setores mais radicais dos aimarás no Altiplano, fracasso em estimular o crescimento econômico do país através da privatização e do investimento estrangeiro, repressão contra manifestantes. No entanto o ano de 2002 não foi apenas a continuação da crise dos anos noventa, mas sim um ponto de inflexão para práticas institucionalizadas na reabertura democrática e que davam claros sinais de desequilíbrio.

O sistema partidário foi o “calcanhar de Aquiles” do sistema político neoliberal. Isto porque quando aquele sistema fechado e pouco democrático da reabertura (com seus três partidos sistêmicos e eleições indiretas para presidente) começa a ser questionado por novas elites políticas desejosas de integrar o poder, a “solução” encontrada foi a cuidadosa fabricação de fatias de poder a serem distribuídas entre estas novas elites: as coalizões. A palavra “solução” está entre aspas porque trata-se de um oxímoro: ela não buscou reformar o sistema atacando as raízes do problema, mas representou apenas uma reinterpretação de práticas clientelistas que datavam do sistema político ditatorial e também da era autoritária dos decretos supremos promulgados por Estenssoro e Goni. Esta reinterpretação (encabeçada pela ADN de Bánzer) se dava em um momento de esvaziamento da posição ideológica dos partidos, pois na megacoalizão do ex-ditador haviam partidos de esquerda, indígenas, populares, etc. (ver Quadro 3 do capítulo anterior). A distribuição de cargos (o *cuoteo*) e a ingovernabilidade gerada pelas deserções partidárias que ocorrem após a eleição de 1997 são dois pontos criticados pelos editoriais de imprensa contra o sistema político como um todo, e não apenas contra os governos⁷⁹. Na campanha do MNR (organizada pelo consultor de Bill Clinton James Carville) a imagem do partido como deflagrador das

⁷⁹ Isaac Bigio, “Bolívia: donde ganan los que pierden”, La Prensa (7 de Agosto de 2002) e Raúl Garáfulic, “Dime con quién andas”, La Razón (8 de Junho de 2002)

reformas neoliberais não aparece e Goni é mostrado como um tecnocrata responsável capaz de levar o país para fora da crise⁸⁰.

Na realidade um dos motivos da crise do sistema de coalizões foi o crescimento de atores anti-sistêmicos com reais chances de adentrar o poder. As rachaduras afetaram todo o sistema partidário, e não apenas os partidos mais radicais. A incapacidade do sistema em cooptar estes elementos radicais para dentro das estruturas pré-estabelecidas foi um incentivo a lideranças partidárias não-radicais lançarem candidaturas independentes e a resistirem em formar coalizões. Foi o caso do prefeito de Cochabamba pela ADN, Manfred Reyes Villa, que lança sua candidatura dentro de seu próprio partido Nueva Forza Republicana (NFR) em aliança com Alejo Véliz e com um discurso anti-sistêmico, embora não declaradamente contra o neoliberalismo. Ciente do destino da CONDEPA após a experiência dentro da mega-coalizão, Manfred ressalta sua independência e captura votos de eleitores do MNR e ADN insatisfeitos com a crise política e econômica (Alcantara, 2003). Reconhecendo o risco que estes *outsiders* traziam com sua mobilização, o sistema político buscou se defender ao máximo desta ameaça. Em um primeiro momento a corte eleitoral buscou controlar o registro de novos partidos, dando prioridade para pequenas facções kataristas (MRTKL, MITKA, MIP) e rechaçando o registro do MAS. Conforme a popularidade do congressista Evo Morales aumentava, os partidos tradicionais se uniram no Congresso para expulsá-lo sob o pretexto de que seu discurso incitava a violência no Chapare. Em votação unânime pré-acordada entre os partidos sistêmicos (ADN, MNR e MIR) e sem direito a defesa, Morales foi expulso em janeiro de 2002, exatamente no momento em que os partidos preparavam suas candidaturas para as eleições daquele ano. O MAS protesta contra a expulsão e aponta ingerência da embaixada dos Estados Unidos ao tentar eliminar aquele que havia se tornado o principal porta-voz da luta pela defesa da coca. Entre os eleitores, o discurso anti-imperialista proclamado a partir da expulsão é bem recebido e a intenção de voto em Evo entre janeiro e junho de 2002 aumenta em 2000%⁸¹. De fato o embaixador dos Estados Unidos (Manuel Rocha) faz uma série de pronunciamentos contra Morales e ameaça a Bolívia com a suspensão da ajuda econômica

⁸⁰ A campanha é mostrada em profundidade no documentário “Our Brand is Crisis” de Rachel Boynton (EUA, 2005).

⁸¹ Comentado por Antonio Peredo, em entrevista a Martha Harnecker (2009, pp. 83).

se o cocaleiro ganhasse as eleições, em uma exemplar demonstração da diplomacia *sticks and carrots*. Estas declarações (habilmente utilizadas na campanha do MAS) acendem uma classe média nacionalista e incomodada com o alto grau de ingerência norte-americana, alavancando decisivamente a popularidade de Evo (Van Cott, 2005, pp. 90). Em La Paz a expulsão recebe solidariedade dos líderes aimarás e uma aliança entre Felipe Quispe e Evo parece aparente. No entanto, divisões dentro da CSUTCB (de onde haviam saído os dois partidos) impediram a aliança, o que foi determinante para a vitória de Goni em 2002.

Outros fatores externos ajudaram a aumentar a importância destas eleições. O pleito de 2002 foi o primeiro totalmente ausente das figuras que haviam ditado as regras da política boliviana durante boa parte do século XX. O sempiterno presidente Paz Estenssoro havia morrido em 2001 assim como seu antigo rival, o líder mineiro Juan Lechín, e o general Hugo Bánzer morreu em 2002. Sem estes referenciais ideológicos os centralizados partidos sistêmicos perderam os canais de representação que mais dialogavam com a geração pós-52 e que defendiam um crescimento nacionalista e por vezes radical (Whitehead, 2009, pp. 295). Enquanto isso uma nova geração de jovens que não haviam conhecido nem a Revolução de 52 e nem o período ditatorial nacionalista não encontravam tampouco qualquer representação entre os empresários que haviam substituído os ideólogos de outrora (Gonzalo Sanchez no MNR, Jorge Quiroga na ADN, Reyes Villa na NFR). O notável crescimento demográfico boliviano a partir de 1976 aumentou a população do país em 1,7 milhão de habitantes em 1992 e em mais 1,8 milhão em 2001 (Klein, 2003, pp. 238-239). Em 2002 as primeiras turmas começam a se formar na insurgente Universidade de El Alto, e novas lideranças jovens altamente politizadas passam a ter uma voz maior em suas comunidades.

Quadro 1. Resultado das Eleições de 2002

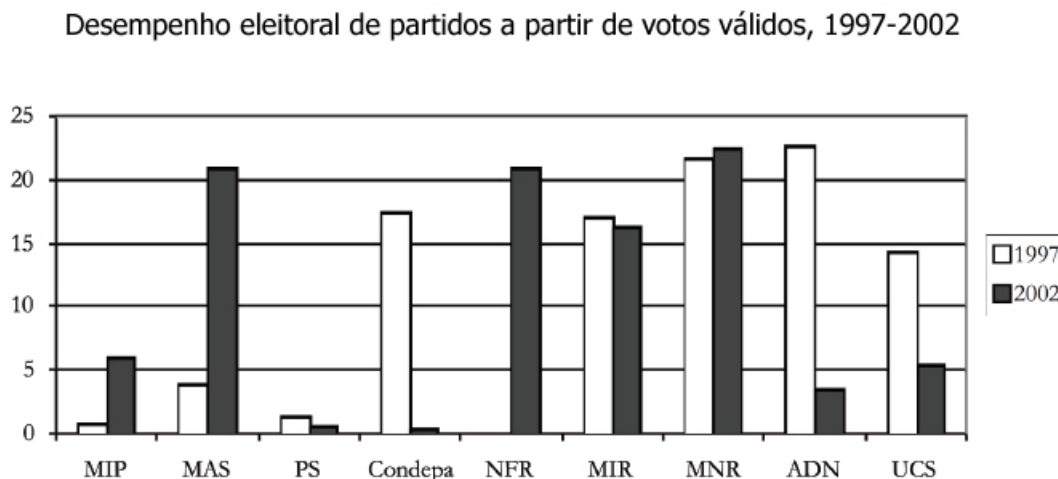
Candidato	Partido	Votos	%
Gonzalo Sánchez de Lozada	MNR	624,126	22,46%
Evo Morales	MAS	581,884	20,94%
Manfred Reyes Villa	NFR	581,163	20,91%
Jaime Paz Zamora	MIR	453,375	16,32%
Felipe Quispe	MIP	169,239	6,09%
Johnny Fernández	UCS	153,21	5,51%
Ronald MacLean Abaroa	ADN	94,386	3,40%
Alberto Costa	LyJ	75,522	2,72%
Rolando Morales	PS	18,162	0,65%
René Blattmann	MCC	17,405	0,63%
Nicolás Valdivia	CONDEPA	10,336	0,37%
Total (comparecimento 71.9%)		2,778,808	100.0%
Votos inválidos		215,257	
Votos totais		2,994,065	

Fonte: Corte Nacional Eleitoral.

A conturbada campanha envolveu um candidato a vice-presidente sem partido (Carlos Mesa, em chapa junto a Goni), ataques de Goni contra Reyes Villa acusando-o de ter incitado a Guerra da Água em Cochabamba (devido ao fato do prefeito ter resolvido negociar com os manifestantes) e as referidas ameaças do embaixador norte-americano. Evo Morales termina em um surpreendente segundo lugar que não havia aparecido em nenhuma pesquisa até então⁸². O candidato do MAS sequer havia sido convidado para o principal debate na televisão, organizado pela associação de imprensa de La Paz e envolvendo Goni, Reyes Villa e Paz Zamora. De fato, se a aliança entre Quispe e Morales tivesse se consolidado, a frente MAS-MIP teria prevalecido sobre o MNR de Goni. Também surpreendente foi o virtual ocaso da ADN, o partido que havia ocupado o governo, junto com seu aliado CONDEPA. O Gráfico 1 busca ilustrar estas mudanças entre 1997-2002.

⁸² O cientista político Miguel Centellas comenta que as pesquisas de voto bolivianas tendem a ignorar o eleitor rural, o maior eleitor do MAS. "Parliamentarized Presidentialism in Decline" (2008) em <http://mcentellas.com/>. Acessado em junho de 2012.

Gráfico 1



Fonte: Miguel Centellas, “Parlamentarized Presidentialism in Decline”, 2007.

A vitória do MNR provou ser pírrica. Eleito com a menor votação da história democrática boliviana e recebendo menos votos do que o total de brancos e nulos, Goni teve dificuldades em conseguir aliados para formar uma coalizão de governo e conseguir a confirmação do Congresso. Mesmo com o apoio oferecido rapidamente por uma ADN que buscava ao menos manter alguns postos ministeriais, o número de congressistas ainda tendia a oposição. Tanto o MAS quanto o NFR se recusavam a apoiar minimamente o MNR (com Reyes Villa chegando a declarar que preferiria apoiar Morales a Goni) e o impasse só se resolveu quatro semanas após a contagem de votos com uma frágil aliança com o MIR de Paz Zamora, que recebeu 7 dos 18 ministérios disponíveis em troca de seu apoio (Singer e Morrison, 2004, pp. 143-182). O poder dos outsiders havia se tornado tão grande que pela primeira vez os três partidos sistêmicos (MNR, ADN e MIR) estavam juntos em uma mesma coalizão contra aquela inversão política. Porém ao invés de contribuir para a governabilidade, esta aliança impulsionou um novo ciclo de mobilização popular muito mais intenso do que o anterior. Além disso, a participação do embaixador norte-americano também na construção da aliança MNR-MIR prejudicou ainda mais a

legitimidade

destes

partidos⁸³.

Quadro 2 – Congressistas eleitos em 2002

Partido	Câmara dos Deputados			Senado		
	Total seats	% Seats	Gain/loss from previous election	Seats	% Seats	Gain/loss from previous election
MNR	36	27.7	+5	11	42.3	+7
MAS	27	20.8	+27	7	26.9	+7
MIR	26	20.0	+3	5	19.2	-2
NFR	25	19.2	+25	2	7.7	+2
MIP	6	4.6	+5			
UCS	5	3.8	-16			-2
ADN	4	3.1	-28	1	3.8	-10
PS	1	0.8	+1			
Total	130	100	+22 ^a	26	100	+2 ^b

^a O Congresso anterior tinha 19 assentos da CONDEPA e 4 da Izquierda Unida.

^b O Senado anterior tinha 3 assentos da CONDEPA.

Fonte: Singer e Morrison, 2004, pp. 180.

Governo Sanchez de Losada, Carlos Mesa e o segundo ciclo de mobilizações (2003-2005)

No começo do capítulo chamei a atenção para a idéia de Laclau (2005) para quem o efeito do acúmulo de demandas *em excesso* (isto é, não absorvidas pelo sistema) tende a gerar um denominador comum, o que ele chama de singularidade. Conforme esta singularidade se expande ela passa a se *popularizar*, isto é, passa a ser um significador para uma ampla camada da população que está imersa em uma posição subalterna, o que Whitehead chama de “união pela exclusão” (2003, pp. 28). Isso porque a experiência que deu origem a

⁸³ Segundo relato do próprio embaixador Manuel Rocha, ele teria organizado reuniões regulares entre Goni (MNR), Paz Zamora (MIR) e Reyes Villa (NFR) afim de anular o recente *tour de force* do MAS nas eleições. Fonte: Gamarra (2003, pp. 291).

demanda – chamada por Laclau (ibidem, pp. 85) de ruptura (lack) e por Žižek (2010, pp. 27) de lacuna (gap) – representa a identidade diferencial do sistema:

“Uma vez que a plenitude da comunidade passa a ser meramente o reverso imaginário de uma situação vivida como deficiente, aqueles que são responsáveis por ela não podem ser uma parte **legítima** da comunidade; o abismo entre eles é irrecuperável.”⁸⁴

O neoliberalismo na Bolívia desorganiza comunidades urbanas e rurais, mineiras e campesinas, centrais e periféricas, gerando exatamente esta sensação cotidiana de ruptura. Ao privatizar empresas, demitir funcionários e expulsar camponeses de suas terras, o neoliberalismo passou a “explicar” o aumento da desigualdade social que já era grande após séculos de sistema oligárquico (ver Gráfico 2). Na Bolívia a discussão sobre a desigualdade é nativa (Katári no século XVIII, Willka no século XIX), mas também foi revitalizada por instituições (sindicatos, movimentos campesinos, associações de moradores) que ressaltaram o caráter sistêmico e persistente desta desigualdade. Ao equivaler períodos históricos como o colonial, o oligárquico, o ditatorial e o neoliberal, dispersos no tempo mas similares em estrutura, simbolismo e retórica, foi possível a interlocução com diferentes grupos e classes que sentiam oprimidos na sociedade boliviana.

⁸⁴ Laclau, 2005, pp. 86, grifos meus.

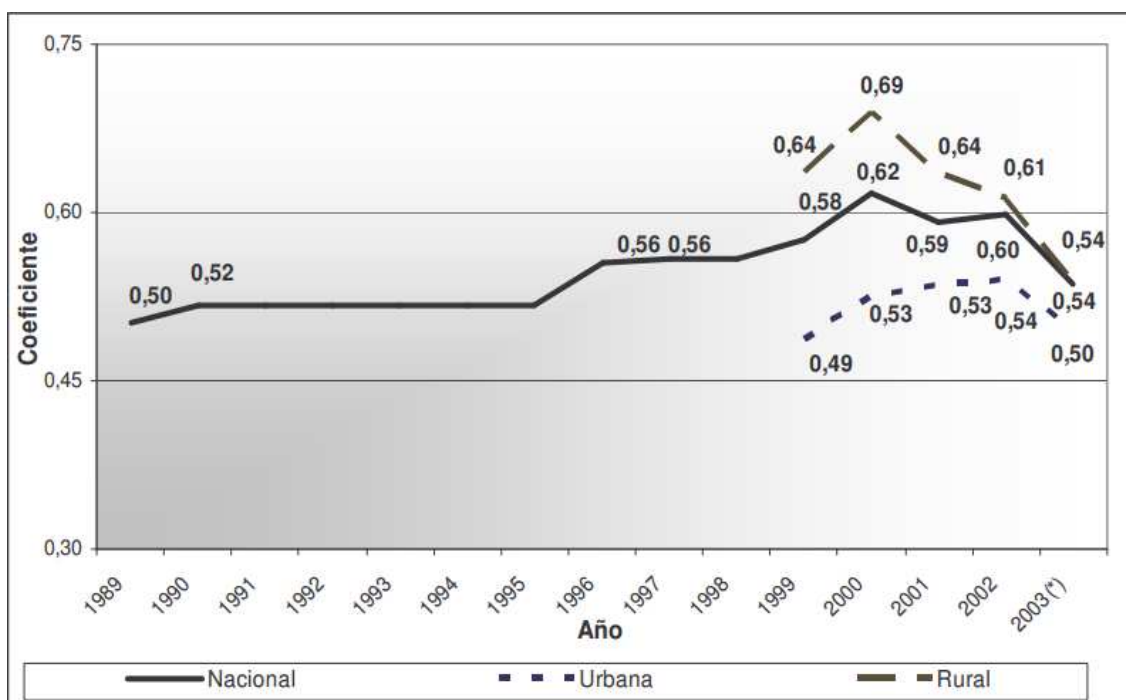
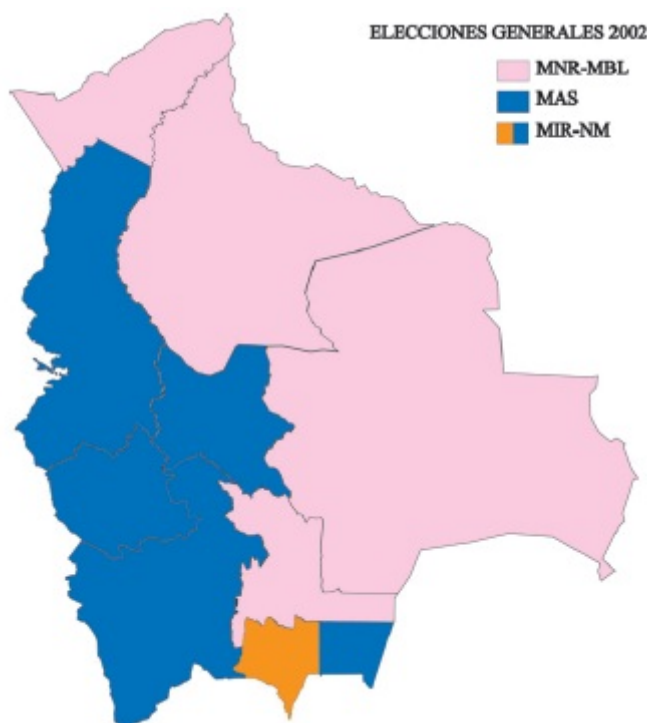


Gráfico 2 – Evolução do coeficiente GINI (desigualdade social) na Bolívia 1989-2003. A diferenciação entre GINI urbano e GINI rural só começou a ser medida a partir de 1999. Fonte: Miguel Vera, “Pobreza, desigualdad y movilidad social en Bolívia: una síntesis de la evidencia empírica reciente”, 2007.

A ruptura significa ausência para diferentes grupos dentro da sociedade, e portanto resiste em ser determinada ideologicamente ou socialmente. Para o trabalhador mineiro a ruptura significou o desligamento de todo seu meio de vida, sua vivência comunitária em sua cidade de origem, etc. Para o cocaleiro significou o ataque persistente a sua cultura agrícola e a militarização de seus territórios. Para o indígena significou o desrespeito a suas tradições de gestão comunitária de recursos e de democracia participativa. Para a classe média significou a incômoda ingerência norte-americana sobre a soberania da república e a apropriação indevida de recursos dos impostos. As eleições de 2002 escancaram esta ruptura: somados os votos dos partidos de oposição (MAS, NFR e MIP) 47,9% dos eleitores votaram contra 42,1% dos partidos do governo (MNR, ADN e MIR). É preciso levar em conta também a conjuntura deste voto nos partidos sistêmicos. O MIR em 2002

passa a advogar demandas como a Assembléia Constituinte e a renacionalização da YPF (o que talvez tenha levado a resistência dentro desse partido com uma nova aliança com o MNR), portanto não é absolutamente correto dizer que o voto neste partido tenha sido um voto pelo neoliberalismo (Centellas, 2007, pp. 215). Uma importante evidência disso é o rechaço popular ao MIR após 2002, de tal magnitude que o partido não disputa as eleições em 2005 e perde seu registro eleitoral em 2006. O maior sucesso do MNR em certas regiões (ver Mapa 1) também sugere um componente regional, e possivelmente étnico, no voto por este partido; sendo talvez mais próximo da realidade falar de um voto “anti-indígena” ou “anti-camponês” ou ainda “anti-Altiplano” nestas regiões do que em um voto contra o sistema político neoliberal.



Mapa 1 – Vencedor das eleições gerais de 2002 por departamento. Fonte: Boletim Estatístico, Corte Nacional Electoral, 2007.

A situação política boliviana após 2002 mostra que esta ruptura não atravessa impunemente o ciclo de eleições e votações no congresso. Ela não é apenas ideológica, é vivida de forma cotidiana por um grupo cada vez maior de pessoas, é declarada pelos movimentos e

partidos anti-sistêmicos e neste momento está tão próxima do centro de poder que intelectuais e jornalistas começam a tomar partido. A ruptura não é “apenas” uma luta de classes também porque ela não é estável, as demandas que a constituem são incorporadas ao sistema ou não. Uma greve operária, por exemplo, termina com a solução intermediada da demanda apresentada (salário, melhores condições de trabalho, etc.) e em seguida os sujeitos que a compõem voltam a trabalhar na fábrica. Uma ruptura como aquela ocorrida na Bolívia não permite esse arranjo pois a radicalidade de suas demandas não apenas ultrapassa a capacidade de incorporação do sistema como sequer permite a intermediação com ele. Em Cochabamba os manifestantes não aceitaram nenhuma proposta do governo que não atacasse as questões centrais da demanda: expulsar a companhia estrangeira que havia privatizado a água, anular os contratos afirmados e colocar a distribuição de água nas mãos de uma organização comunitária. A rejeição a priori em relação ao governo Sanchez de Losada em 2002 tornou a ação governamental sobre *qualquer uma* das demandas presentes na agenda da mobilização social (cada vez mais incorporada politicamente pela singularidade anti-sistêmica do MAS) praticamente impossível de ser cumprida. Isto engloba demandas que até então não haviam se insurgido, como a questão do gás. Entre os movimentos sociais, certas posições políticas se tornaram indiscutíveis. Como ressalta Garcia Linera, um parlamento mais opositor também complicou a situação do governo (2008, pp. 331).

Assim que Sanchez de Losada consegue formar um governo a mobilização de movimentos sociais volta a acontecer. Os cocaleiros encabeçam a fileira de descontentes. A polêmica Lei 1008 foi assunto imediato de negociação com Goni, que acenou com abertura em outubro mas já em novembro de 2002 afirmou categoricamente que a lei permaneceria. Sobre a desmilitarização do Chapare, Goni disse que não poderia mudar acordos assinados com os Estados Unidos no contexto da Guerra contra as Drogas empreendida por aquele país⁸⁵. É interessante observar que o status político que um segundo lugar nas eleições nacionais conferiu a Evo Morales não diminuiu sua posição de liderança das mobilizações cocaleiras. Internacionalmente o rosto do indígena cocaleiro passa a ser mais conhecido, principalmente após uma polêmica reunião sobre políticas de controle às drogas de órgão ligado a ONU em que Evo trouxe folhas de coca para que os diplomatas presentes

⁸⁵La Razón, “Ley 1008 se mantem”, 22 de Novembro de 2002.

conhecessem (Stefanoni, 2006). O sociólogo Alain Touraine aponta os cocaleiros como principal força de mudança no país em artigo publicado na capa do jornal *La Razón* em outubro de 2002:

“Neste sentido, que se chame cocaleiro ou outra coisa, estou mais interessado em ver o que este movimento significa como uma realidade, como o começo de uma transformação profunda, e ao menos vemos deputados que tem influência política, que são aimarás e tem consciência étnica.”⁸⁶

Em janeiro de 2003 os confrontos entre militares e cocaleiros que bloqueavam rotas causaram 6 mortes no Chapare (Dangl, 2007, pp. 52). Esta repressão contra a mobilização campesina radicalizou os cocaleiros da região, que se afastaram das negociações e assumiram uma postura insurgente contra o novo governo. Goni tenta em vão negociar com Felipe Quispe e trazer o MIP para a coalizão de governo, mas o líder aimará só aceita negociar com a anulação dos decretos neoliberais de 1985 e a implementação de uma nova reforma agrária, demandas impossíveis de serem cedidas pelo governo de Goni⁸⁷. A pressão externa sobre o governo boliviano é exatamente para o sentido oposto: o FMI pede redução do déficit através de planos de austeridade e o Banco Mundial pede indenização milionária para a companhia Bechtel, expulsa durante a Guerra da Água. Assim como o governo norte-americano ameaçou cortar a ajuda externa para a Bolívia caso Evo Morales ganhasse, estes organismos também ameaçam com sanções (Kohl e Farthing, 2006, pp. 172). Por outro lado o objetivo comum de resistir ao governo do MNR aproximou finalmente os antigos rivais Quispe e Morales.

Em fevereiro de 2003 o pacote econômico anti-crise foi anunciado pelo governo: redução de salários para funcionários públicos, aumento do imposto de renda na ordem de 12,5% e um novo plano de venda do gás a preços baixos através de um porto chileno (ibidem). Sem a correlação de forças favorável que gozava Estenssoro em 1985, Goni tentou implementar um novo plano de redução fiscal atingindo setores até então poupados pelos governos anteriores como a classe média e os policiais. Estes iniciaram em seguida uma greve que deslanchou em violência quando uma passeata de policiais foi enfrentada a bala pelos

⁸⁶ *La Razón*, 13 de outubro de 2002.

⁸⁷ *La Razón*, 28 de setembro de 2002.

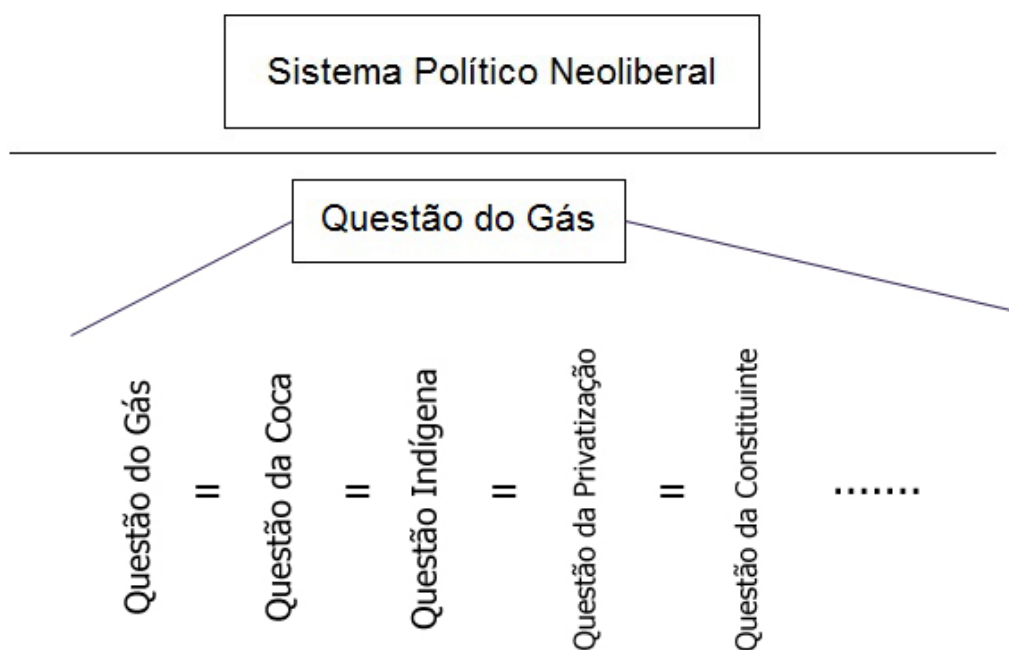
militares, causando a morte de 29 pessoas⁸⁸. Em El Alto os novos impostos atingiam consumidores e comerciantes, impelindo uma radicalizada FEJUVE ao protesto insurgente, com a ocupação de espaços e bloqueio de estradas. No mesmo mês houve o polêmico *perdonazo*, quando Goni perdoou US\$ 180 milhões de dívidas com o governo (Petras, 2005, pp. 193). Durante dois dias em fevereiro o país ficou praticamente ingovernável e Goni teve de voltar atrás na questão dos impostos e salários (ibidem, pp. 173). A questão do gás, porém, permanecia.

Assim como em relação a coca, a demanda pela nacionalização do gás tem raízes antigas que são revitalizadas por grupos políticos em contextos semelhantes. Os primeiros postulantes da soberania sobre a produção do gás foram militares ligados à Geração do Chaco (pós-1935) e ao nacionalismo popular de Gualberto Villaroel (década de 40) que mais tarde integrariam o MNR. Esta facção nacionalista do Exército foi contra a privatização da YPFB nos anos 90 e era ainda menos entusiasta de uma solução que envolvesse a venda de gás ao histórico rival Chile (ibidem). De fato o plano de Goni, bastante influenciado pelos organismos externos de regulação do mercado (principalmente FMI e Banco Mundial), era bastante polêmico. Grupos de estudo ligados a esquerda (como o CEDLA em La Paz) começaram a disponibilizar relatórios para a imprensa que revelavam as disparidades do acordo. Os impostos diretos sobre gás e petróleo já haviam caído, no começo de 2005 a menos da metade do que eram aplicados entre 1997 e 2004 (Miranda, 2009, pp. 205). No mesmo período as reservas comprovadas de gás na Bolívia aumentaram em 10 vezes. O novo acordo faria com que o gás boliviano, comprado em estado bruto a US\$ 0,18 por mil m³, fosse vendido processado na Califórnia com preços de US\$3,50 a 4,00 por mil m³ (Dangl, 2007, pp. 121). À Bolívia caberia apenas vender o gás extraído pelas companhias britânicas, americanas e brasileiras para as transportadoras e refinadoras chilenas, que em seguida exportariam para os Estados Unidos. Não foi difícil estabelecer uma analogia entre esta estrutura exportadora e ciclos econômicos anteriores: o ciclo da prata, do cobre, do estanho, do petróleo. Todos estes geraram uma enorme concentração de riquezas através de uma elite conservadora que virtualmente espoliou a Bolívia para a Europa e os Estados Unidos.

⁸⁸ Uma revolta similar dos policiais, também reprimida pelo Exército, inaugurou o processo revolucionário de 1952.

Paz Estenssoro ao discursar em 1985 para uma Bolívia fraturada pela inflação, caracterizou as medidas de austeridade como único remédio possível para um país moribundo⁸⁹. Assim como o “There is no Alternative” de Margareth Thatcher, esta idéia do remédio amargo para curar uma enfermidade econômica angariou certo apoio da população. A demanda por renacionalização do gás e distribuição social de seus lucro ia contra pilares do pensamento neoliberal aplicado pelo MNR em 1985, ou seja, que esta demanda tenha se popularizado como aconteceu em 2003 significa uma quebra no processo de hegemonização exercida pelo sistema neoliberal naquele país. Como este debate deixou os círculos militares, editoriais de imprensa e grupos de esquerda para se popularizar a ponto de se tornar uma demanda nacional? Se inserindo de forma equivalente na cadeia de demandas anti-sistêmicas que neste momento já se encontrava bastante sólida. Petras trata o gás como uma forma de desculpa para unificar interesses diversos na queda do governo de Goni (2005, pp. 193-197). No entanto a questão do gás não é apenas um guarda-chuva sob o qual demandas anti-sistêmicas se agruparam em um contexto de mobilização. Ela é em si estruturante pois contradiz um sistema político e um modo de governar que tornam-se cada vez mais ilegítimos frente a uma parcela cada vez maior da população. Mas também a demanda pelo gás é equivalente, pois em sua enunciação e até nas estruturas que a coordenam é possível encontrar as mesmas características presentes em outras demandas. Tanto Garcia Linera (2008) quanto Webber (2010), Stefanoni (2006) e Kohl e Farthing (2006) são unânimes em relacionar a chamada Guerra do Gás ao momento de quebra de hegemonia do regime neoliberal. Isto de fato aconteceu, mas este enfoque explica melhor os efeitos desestruturantes da mobilização de 2003 do que seu papel fundamental na estruturação de uma alternativa ao sistema político vigente. A chamada Guerra do Gás foi o momento equivalencial teorizado por Laclau em “A Razão Populista” (2005) quando em uma crise de hegemonia uma das demandas anti-sistêmicas passa a ser o significante de toda a cadeia (2005, pp, 129-131). Daí em diante a maneira como esta demanda vai organizar a mobilização (suas instituições, grupos, práticas, etc.) será equivalente para todas as outras demandas presentes na cadeia, sempre tendo como referencial a linha dicotômica entre o conjunto das demandas e o sistema (conforme o diagrama abaixo, feito a partir de similar em Laclau, op. cit., pp. 130):

⁸⁹ “Bolívia se nos muere”. Discurso do presidente Victor Paz Estenssoro, 29 de agosto de 1985.



O primeiro grupo a mobilizar em torno da questão do gás foi uma coordenadoria nacional formada nos moldes da Coordenadora pela Água de Cochabamba e dirigida por Evo Morales e Filemón Escobar (recém-eleito senador pelo MAS) formada em julho de 2003 (Kohl e Farthing, 2006, pp. 173). Emulando o processo ocorrido em Cochabamba, a coordenadoria focalizou seu protesto nos aspectos cotidianos que a desigualdade na questão do gás trazia para a população. Contradições claras como a falta de gás que acometia a população do segundo maior exportador de gás da América tornaram-se importantes na costura deste discurso anti-sistêmico⁹⁰. A liderança de Evo mobilizou uma multidão de trabalhadores camponeses e cocaleiros em torno de uma demanda pouco conhecida por aquela população. O modelo de organização atraiu ativistas não-partidários (como Oscar Olivera) e movimentos cidadãos desconfiados com a forma partido, incluindo a FEJUVE de El Alto. No entanto a presença marcante do MAS na chamada Coordenadoria Nacional em Defesa do Gás traduziu-se em uma clara posição de liderança do partido na mobilização. A proposta de recuperar a soberania popular do Estado sobre seus recursos e indústrias atraiu militantes comunistas que ainda não estavam no MAS, entre eles Álvaro

⁹⁰ Segundo Klein, 74% da população rural boliviana cozinha com lenha (2003, pp. 253).

Garcia Linera. E pela primeira vez na história do país setores do exército apoiaram um movimento popular operando principalmente a partir das ruas (Garcia Linera, 2010, pp. 41). E a mobilização popular só cresceu a partir daí. A coordenação buscou estabelecer o movimento em várias cidades da Bolívia, com protestos em La Paz acontecendo ao mesmo tempo na periferia (El Alto) e na zona rural, assim como em Cochabamba e no Chapare. O número de distúrbios civis registrados praticamente dobrou entre 2002 e 2003 (ver Gráfico 3).

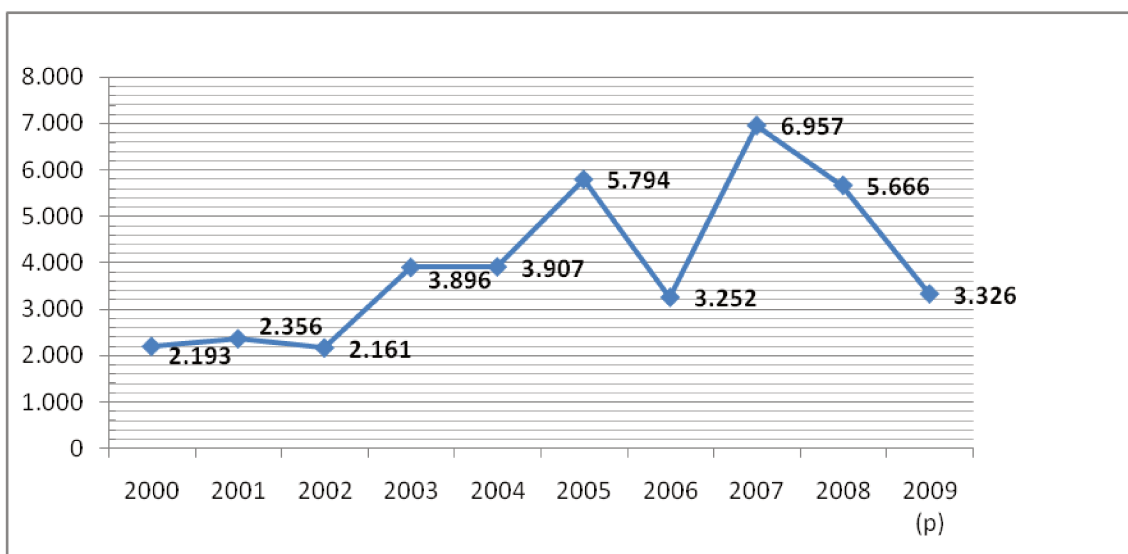


Gráfico 3 – Número de distúrbios civis registrados na Bolívia 2000-2009. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística, disponíveis em <http://www.ine.gob.bo>. Acessado em Maio de 2012.

Em setembro de 2003 há uma grande marcha em Cochabamba que termina com um referendo popular na praça, exatamente como havia acontecido na Guerra da Água. No interior de La Paz os bloqueios feitos por indígenas aimarás impedem que um ônibus com turistas americanos chegasse na capital na localidade de Sorata. O exército boliviano intervém e ocorre um confronto em Warisata que deixa 7 mortos, 2 deles soldados, além de 25 feridos. Como em Cochabamba em 2001, estas mortes radicalizaram a oposição e minaram a legitimidade do governo. O embaixador dos Estados Unidos defendeu a ação na mesma semana, dando lenha aos anti-imperialistas (Dangl, 2007, pp. 119). No dia 8 de outubro há greve geral em La Paz, e no dia seguinte há conflitos com feridos na cidade:

“O lado leste de La Paz pareceu um formigueiro durante uma hora: toda rua, avenida e estrada estava lotada com milhares que vieram das colinas [El Alto]. A mobilização foi total e os contingentes desciam pelos caminhos tortuosos em massas apertadas”⁹¹

Em outubro de 2003 os cocaleiros (apoiados pela CSUTCB dirigida por Roman Loayza) reforçam os bloqueios de estradas, estrategicamente prejudiciais a economia boliviana pois barram a rota Santa Cruz-La Paz. No dia 7 uma marcha com mineiros saídos de Oruro chega a La Paz com grande agitação popular (ibidem, pp. 134). No dia 10 uma assembléia simultânea em La Paz (com 50 mil presentes) e em Cochabamba (com 40 mil) realiza um referendo popular em torno da chamada Agenda de Outubro com os pontos principais das demandas contra Goni. Neste dia o governo manda reprimir as manifestações e há em todo país 25 mortos. A pressão sobre Goni para renunciar aumenta e seu vice Carlos Mesa deixa o governo. Em El Alto os bairros mobilizados pela FEJUVE se alteram nas barricadas de acordo com a estrutura militar aimará (Zibechi, 2010, pp. 53). No dia 16 uma massa de 200 mil pessoas se reúne na Praça São Francisco para pedir a renúncia do presidente, que ocorre no dia seguinte. Goni foge de helicóptero para os Estados Unidos, um espetáculo significativo para o contexto boliviano.

Carlos Mesa assume com algum capital político em relação a seu antecessor: historiador de profissão, não tinha ligações partidárias e havia se posicionado contra as mortes no fim da Guerra do Gás. Se reúne com Evo e consegue uma trégua com o MAS em troca da promessa de um plebiscito em relação ao gás e de uma Assembléia Constituinte em 2005. A dependência de Mesa em relação aos movimentos sociais que haviam derrubado Goni é grande:

“Seu governo não possui representantes no Parlamento, a estrutura do Executivo não se sustenta em nenhum partido político, e o presidente não conseguiu modificar nenhuma das cotas de cargos dos partidos do regime anterior que monopolizam a administração pública.”⁹²

⁹¹ Luis Gómes, “El Alto de pie”, apud Zibechi (2010, pp. 76).

⁹² Urioste, 2004, pp. 28.

Parte dos movimentos sociais (incluindo a FEJUVE e a Confederação de Ayllus presidida por Felipe Quispe) rejeita a idéia de plebiscito baseados na idéia de que o povo nas ruas já havia expulsado o presidente e portanto não havia a necessidade de um novo referendo. Os mais radicais na esquerda já haviam se posicionado contra a sucessão constitucional na idéia de que o que havia acontecido era uma revolução popular contra o neoliberalismo, que seria mantido com Mesa (Webber, 2011, pp. 44-50). Em maio de 2004 a COB e a Confederação de Ayllus (CONAMAQ) convocam greve geral por tempo indefinido e o MAS não apóia. No Oriente do país grupos autonomistas vão às ruas protestar contra uma mudança na gestão do gás e petróleo, que naquele momento favorece os departamentos produtores. Em julho de 2004 o referendo sobre o gás ocorre sob protestos de setores de esquerda e direita. A opção por reter o controle estatal dos hidrocarbonetos ganhou com 85% dos votos, mas apenas 60% dos eleitores registrados votaram, o que demonstra a rejeição ao referendo. Os movimentos voltam a se mobilizar em torno de renacionalização do gás e Assembléia Constituinte imediatos, independente de aprovação do congresso. Mesa se nega a ignorar os trâmites burocráticos temendo um isolamento internacional da Bolívia. Nos primeiros meses de 2005 os protestos voltam a ocorrer diariamente em La Paz. Uma nova Guerra da Água eclode em El Alto, que expulsa a companhia estrangeira Suez da administração urbana. Afastado da mobilização popular até então, Evo Morales e o MAS finalmente rompem com Mesa. Após ter dois pedidos de renúncia recusados pelo Congresso, Mesa finalmente deixa o cargo em 22 de março de 2005. Com grande rejeição popular contra o próximo sucessor constitucional (o parlamentar do MIR Vaca Diez) quem assume é o presidente da Corte Nacional Eleitoral e novas eleições são marcadas para aquele mesmo ano.

As eleições de 2005

O maior vencedor desta segunda guerra do gás foi sem dúvida o MAS, que após negociar o apoio a Mesa em troca do cumprimento de demandas centrais, pede sua renúncia em 2005 e se estabelece como mediador entre movimento social e Estado neste momento intenso de mobilizações. Isto não significa que o MAS tenha se tornado um partido grande. O partido neste momento tem apenas dois imóveis em seu nome (um em La Paz e outro em Cochabamba) poucos quadros com experiência política e uma militância própria reduzida.

Não possui grandes financiadores e muitos dos principais dirigentes se dedicam mais a seus movimentos de origem do que ao trabalho partidário. Abaixo do conselho nacional, suas estruturas decisórias locais variam de acordo com o movimento social presente na região (cocaleiros no Chapare, *vecinales* em El Alto):

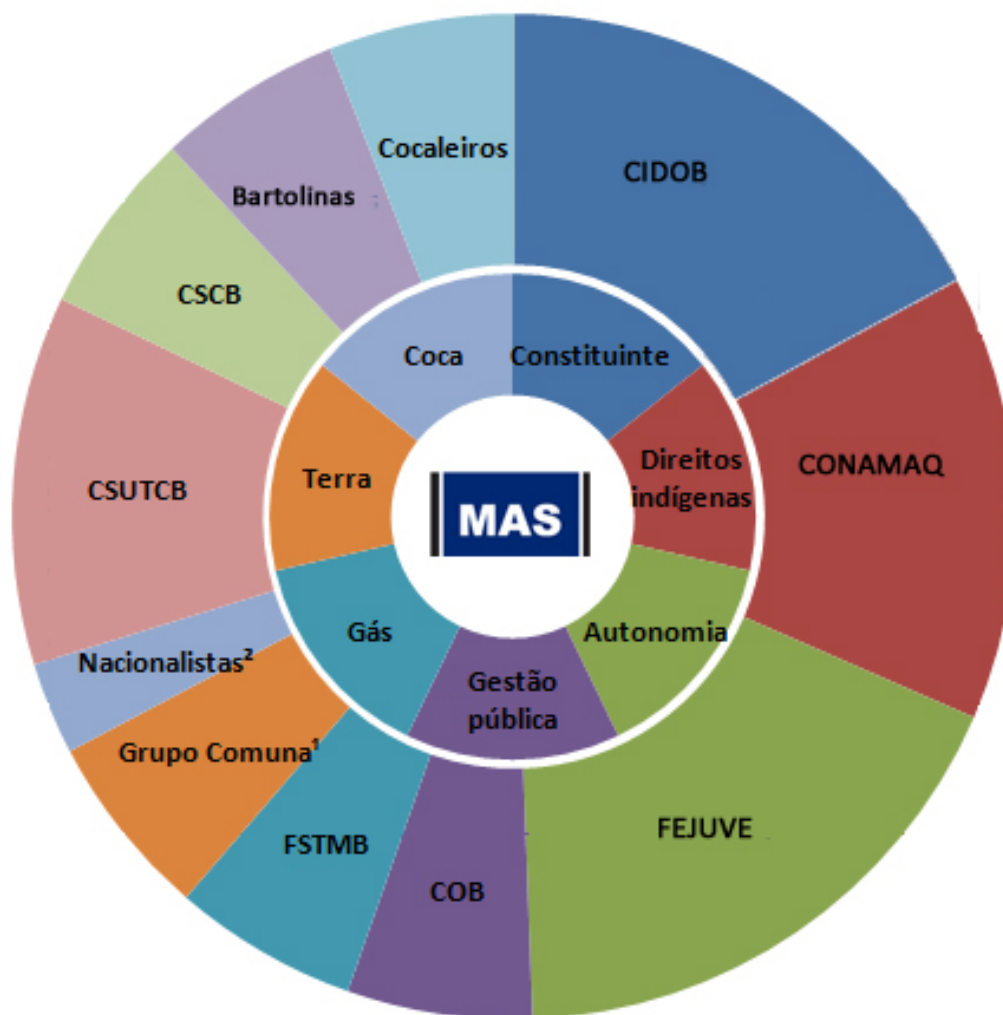
“A ausência de aparato partidário que caracteriza o MAS-IPSP permite entender porque suas bases, cuja estruturação se sustenta em formas organizativas previamente existentes, como sindicatos ou juntas vicinais, apresentam uma forte sensibilidade ao ‘que sucede’ dentro do espaço dos movimentos sociais, o que explica a tendência de se mobilizarem se existem motivos para fazê-lo dentro deste espaço”⁹³

Onde o partido ganha as eleições municipais, o conselho local é o espaço de discussão do partido, sendo possível que não-membros participem nas discussões (Webber, 2011, pp. 61-62). Como este partido pouco institucionalizado logrou vencer as eleições? Em primeiro lugar, através de uma ampla base de apoio construída sobre o conjunto das demandas expressadas pelos grupos mobilizados na Bolívia de 2005. Os cocaleiros primeiro e em seguida o MAS foram expandindo a rede de demandas equivalentes através de grandes ações diretas relacionadas entre si e o apoio negociado e conjuntural de movimentos mais estabelecidos. A ação direta na Bolívia insurgente foi importante ferramenta de transformação da geopolítica dos movimentos sociais frente ao sistema político neoliberal, ou seja, da defesa do que se convencionou chamar de *proceso de cambio* contra os setores conservadores do país. No entanto ela em si é insuficiente para estabelecer uma proposta capaz de fornecer soluções institucionais para as demandas apresentadas. O MAS surge para preencher uma lacuna existente na relação entre Estado e movimento social, um partido para implementar mudanças no sistema político e ao mesmo tempo responder a novas demandas dos movimentos sociais. Por isso a transformação de apoio nas manifestações populares em apoio nas urnas. Um paralelo interessante pode ser feito com as mega-coalizões presentes no sistema neoliberal. Naquele arranjo o apoio de partidos sistêmicos (e até de partidos menores mais tarde) era peça fundamental da governabilidade.

⁹³ Do Alto, 2007, pp. 88

Neste novo arranjo de transição, a governabilidade só é possível através do apoio dos movimentos sociais. Além de cargos em ministérios, o cumprimento das demandas é a moeda de troca nesta cadeia de apoio. As demandas portanto são o ponto de ligação entre movimentos sociais que detém o poder efetivo sobre a capacidade de governo do Estado e o partido que prometeu implementá-las uma vez no poder. As demandas são também uma forma de capital político, pois através delas a sociedade pode comparar o MAS e outros partidos que competem pelo poder; algo que o neoliberalismo por decreto, partidos indiferenciados entre si e o presidencialismo de coalizões não permitia acontecer. No final Carlos Mesa caiu não porque não tinha apoio partidário, mas porque não chegou ao ponto máximo da demanda em torno dos recursos minerais, a nacionalização do gás. Nem o breve apoio do MAS conseguiu mudar esta rejeição. As demandas passam a ser a maior expressão do sistema político em transição.

Quadro 3 – O MAS, as principais demandas e os principais grupos que as expressam



¹ Grupo de intelectuais de esquerda ao qual pertence Álvaro Garcia Linera.

² Principalmente militares, mas também partidos e movimentos menores que equivalem a um eleitorado nacionalista. As principais demandas deste “grupo” são a nacionalização dos recursos e empresas estratégicas (YPFB, COMIBOL) e a saída marítima para a Bolívia.

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 3 busca representar uma cadeia de relações políticas que é, naturalmente, contingente do período de transição presente na Bolívia em 2005. Ele é também altamente esquemático pois omite certas características como a natureza complexa das demandas (a noção de autonomia pode variar para cada grupo, etc.) mas consegue passar a idéia de uma

totalidade discursiva constituída a partir da pluralidade destas (Laclau, 2005, pp. 74-78). O esquema também não deixa claro o fato dos movimentos compartilharem demandas; a FEJUVE foi um dos movimentos mais ativos na demanda pelo gás em 2003, a CSUTCB se tornou um dos principais órgãos de defesa dos direitos indígenas após a eleição de indigenistas a secretaria-geral, etc. O fato das demandas estarem mais ao centro que os movimentos sociais no diagrama mostra a dimensão *popular* do momento histórico boliviano – as demandas representam um eleitorado no campo e nas cidades com boa informação acerca da situação política do país e atento às possibilidades de mudança em seu cotidiano através da representação de sua demanda particular em um novo contrato social com o Estado. Os movimentos são órgãos de tessitura destas demandas, mas uma vez trazidas à esfera pública (através principalmente da mobilização e da representação na imprensa e no parlamento) elas se popularizam, isto é, tornam-se significantes para uma parcela maior da população. A luta dos movimentos sociais para tornarem-se representantes legítimos destas demandas é também a tentativa de acompanhar as demandas apropriadas por esta parcela da população. É isto que dirigentes sindicais bolivianos chamam de *mandar obedecendo*. Os conflitos com mortos, por exemplo, causaram tanta comoção entre os mobilizados que as demandas radicalizaram para além do que os movimentos estavam postulando, mais de uma vez chegando a derrubar o governo.

Da transformação destas demandas em eleitorados tratou o MAS desde 2002, e a extrapolação desta manobra criou a massa de 53,7% de eleitores que teve o partido em 2005. Este número é a maior votação da história democrática boliviana, a maior participação eleitoral (84,5% dos eleitores) e a primeira com resultado majoritário, não necessitando da confirmação no Congresso⁹⁴.

⁹⁴ A regra de confirmação no Congresso quando a eleição não resultar em um vencedor majoritário (mais de 50% dos votos válidos) foi mudada pelo governo boliviano após 2005.

Quadro 4. Resultado das Eleições de 2005

Candidato	Partido	Votos	%
Evo Morales Aima	MAS	1.544.374	53,74%
Jorge Quiroga Ramírez	Podemos	821.745	28,59%
Samuel Jorge Doria Medina	UN	224.090	7,80%
Michiaki Nagatani	MNR	185.859	6,47%
Felipe Quispe Huanca	MIP	61.948	2,16%
Gildo Angulo	NFR	19.667	0,68%
Eliseo Rodríguez	FREPAB	8.737	0,30%
Néstor García	USTB	7.381	0,26%
Votos válidos		2.873.801	100,00%
Votos brancos		124.046	
Votos nulos		104.570	
Total de votos emitidos		3.102.417	
Inscritos		3.671.152	

Fonte: Corte Nacional Eleitoral.

As eleições de 2005 foram as primeiras realizadas sobre as ruínas do sistema partidário anterior. Com a implosão da ADN o ex-presidente Jorge Quiroga funda seu Podemos com a facção mais tecnocrática do partido de Bánzer, se restringindo principalmente ao departamento de Santa Cruz. Com a deslegitimação do discurso da economia neoliberal a oposição se agarra a um discurso de regionalismo e exaltação do progresso industrial de Santa Cruz. Um MNR em crise de liderança e sem novas propostas para o país entra em aguda decadência. O NFR, que teve uma boa participação em 2002, sofreu a repercussão nas urnas de uma breve aliança com Goni em 2003 e deixou de ser uma força de peso nacional. Seu fundador Manfred Reyes Villa prefere disputar as eleições para o governo de Cochabamba com seu próprio partido regional, a Alianza Unidad Cochabambina (AUN), que vence a disputa. E um empresário de La Paz que havia militado no MIR, Samuel Doria Medina, estréia sua candidatura em terceiro lugar com seu partido Unidad Nacional, declaradamente centrista (PNUD-Bolívia, 2008).

Quadro 5 – Congressistas eleitos em 2005

Câmara dos Deputados

	CHQ	LPZ	CCB	ORU	POT	TAR	SCZ	BEN	PDO	Total	%
MAS	7	22	13	7	10	3	8	1	1	72	55,4%
Podemos	3	5	5	2	4	5	11	5	3	43	33,1%
UN	1	2	1	0	0	0	3	0	1	8	6,2%
MNR	0	0	0	0	0	1	3	3	0	7	5,4%
Total	11	29	19	9	14	9	25	9	5	130	100,0%

Câmara dos Senadores

MAS	2	2	2	2	2	1	1	0	0	12	44,4%
Podemos	1	1	1	1	1	2	2	2	2	13	48,1%
UN	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3,7%
MNR	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3,7%
TOTAL	3	3	3	3	3	3	3	3	3	27	100,0%

Fonte: Corte Nacional Electoral.

No poder legislativo o MAS também conseguiu um excelente resultado. As mudanças nesta eleição são evidências da transição para um novo sistema político. Em 2002 o segundo lugar de Evo na corrida presidencial deu a ele uma oportunidade de oposição importante, mas este sucesso não se verificou naquela eleição legislativa. Com apenas 20% das cadeiras na câmara dos deputados e 26% no senado (ver Quadro 2) o MAS de 2002 encontrava toda a força de sua oposição na mobilização popular, no governo das ruas. Já em 2005 o partido entra definitivamente no congresso como uma força reformista com boa capacidade de aprovação de leis e decretos, uma situação fundamental para atacar as demandas que levaram o MAS ao poder. O MAS arrasou as eleições em La Paz (76% dos deputados) capturando o eleitorado da CONDEPA, do MIP e dos movimentos sociais presentes naquele departamento. Logrou se estabelecer como a principal força política nos departamentos onde já era forte como Cochabamba (68% dos deputados), Potosí (71%) e Oruro (77%). E finalmente se instalou em departamentos onde havia previamente uma rejeição ao partido, notadamente Chuquisaca (63% dos deputados) e até Santa Cruz (32%). Se em 2002 o surgimento dos primeiros deputados indígenas havia levado um deputado a comentar que o “Congresso agora cheira a coca e veste poncho e sandálias” (Van Cott, 2005, pp. 95), a situação em 2005 era ainda maior.

Também significativa foi a adesão de intelectuais e militantes da esquerda boliviana ao partido, algo que não havia ocorrido plenamente antes de 2002. Boa parte dos *invitados* (pessoas sem ligação com o partido convidados pela dirigência a ocupar postos) pertencem a este grupo. Entre militantes experientes do Partido Comunista Boliviano (como Alicia Muñoz e Carlos Quiroga) e sociólogos com produção acadêmica sobre a realidade do país (como Felix Patzi e Angel Mercado) um nome se destacou por ter sido escolhido pela dirigência do partido para disputar a vice-presidência na candidatura de Evo Morales, Álvaro Garcia Linera. De ascendência européia, Linera estudou na UNAM (México) e militou na juventude em diversos movimentos de esquerda, se juntado mais tarde a uma guerrilha indígena de inspiração katarista, o Exército Guerrilheiro Tupaq Katari. Neste grupo, de modesta atuação, conheceu Felipe Quispe. Foi preso durante a ditadura e, após libertado, passou a dar aulas na universidade e atuar como comentarista político em grandes canais de televisão bolivianos. A contribuição de Linera para o partido foi fundamental, segundo um de seus antigos dirigentes Santos Ramírez, para trazer elementos da classe média e intelectual que ainda estavam desconfiados do MAS⁹⁵. Além de suprir uma falta de quadros típica de um partido jovem, o MAS também começou a adentrar na esfera urbana boliviana como uma organização disposta a atrair o capital humano presente nas universidades e jornais, desde que houvesse convergência entre ideais (Anria, 2009). Este movimento é dialético, e o partido também sofre mudanças com os novos quadros, tornando-se mais voltado para políticas econômicas de desenvolvimento de infra-estrutura produtiva (gás, lítio, petróleo), demandas mais próximas da esquerda tradicional. O lado campesino do partido porém permaneceu forte devido ao papel administrativo que a dirigência orgânica dos movimentos sociais fundadores manteve em relação aos novos quadros, principalmente pela prerrogativa do *dedazo*, ou seja, a escolha final de quem será *invitado* (e também expulso). A pluralidade de demandas dentro do partido nem sempre significou o conflito acerca das prioridades de implementação de políticas públicas entre os grupos mobilizados. O MAS no poder implementou a nacionalização do gás (demanda da esquerda) e com os recursos obtidos investiu no crédito para pequenos produtores rurais (demanda camponesa) e subsidiou a produção alimentar, reduzindo o custo de vida para as famílias mais pobres (demanda das periferias). Em outros casos o partido teve que intervir

⁹⁵ Em Harnecker e Fuentes, op. cit., pp. 124-125.

entre grupos concorrentes, como na disputa entre trabalhadores mineiros licenciados e cooperados em Potosí em 2008. E finalmente, em alguns casos o partido teve que voltar atrás em suas políticas frente aos movimentos, como quando tentou extinguir o subsídio governamental a gasolina e foi enfrentado por uma greve em La Paz em 2009. O feito mais formidável logrado pelo MAS foi exatamente esta atuação como mediador entre os movimentos sociais afim de moldar o sistema político a ser construído sobre os escombros do anterior, uma posição privilegiada que nenhum outro partido gozou na história boliviana.

Conclusão: qual partido?

“Eu me vejo como um dos últimos jacobinos da Revolução Francesa e vejo a Evo como Robespierre.”

- Álvaro Garcia Linera, vice-presidente da Bolívia⁹⁶

Este trabalho buscou encontrar um caminho entre diferentes abordagens metodológicas afim de elucidar o crescimento vertiginoso do MAS em um ambiente adverso à mudança através da via partidária. Com o partido ainda lutando para se institucionalizar neste ambiente de mobilização e de centralidade das demandas, o enfoque recaiu sobre a identidade partidária que consolidou um eleitorado fiel (embora crítico fora do período de campanha) a partir de grupos que simplesmente não eram representados no sistema político boliviano desde a Revolução de 1952. Mesmo aquele período de popularização do fazer político encontrou limites na burocratização promovida pelo MNR, um caminho que de forma alguma está fora do alcance do MAS no futuro. No entanto a pesquisa aponta evidências de que o processo de representação das principais demandas através de uma identidade popular encabeçado ativamente pelo Movimiento al Socialismo, por encontrar profunda ressonância com as manifestações políticas populares expressadas em diferentes momentos históricos da Bolívia, expressa uma ruptura decisiva com o sistema político anterior em favor de um novo, ainda em construção. Significativo no caso do MAS é o fato deste período de inovação trazer de volta para a esfera pública um número de correntes políticas que estavam adormecidas, mas que não eram novidades. A proposta do partido nas eleições de 2005 tem raízes no pensamento nacional-popular formulado por diferentes atores sociais colocados em situações antagônicas em relação ao sistema institucional durante séculos (Zavaleta, 2008 e Crabtree, Whitehead e Molina, 2009). As práticas democráticas praticadas pelo partido em relação a suas bases tem influências do sindicalismo mineiro (influenciado, por sua vez, pela teoria socialista de Leon Trotski) e da organização tradicional aimará (Van Cott, 2005 e 2009). Na história boliviana o Movimiento al Socialismo pertence a uma longa linhagem de instituições comprometidas com a mudança radical do sistema político como a COB, a CSUTCB, e os setores mais radicais do MNR de 52. Apesar disso, a trajetória do MAS e a forma como ele lidou com os

⁹⁶ Citado em Garcia Linera (2008, pp. 9)

obstáculos durante sua formação tornam o partido um elemento inovador não apenas dentro do país andino, mas para toda a região. Nenhuma outra instituição política boliviana elencou as demandas como princípio orientador da ação partidária da maneira que o Movimiento al Socialismo fez. Na Bolívia partidos de esquerda orientaram sua ação de acordo com um programa ideológico fechado, partidos de direita se organizaram em torno de lideranças fortes, partidos indígenas se fecharam na demanda étnica e neoliberais se voltaram para a tecnocracia legitimada pelo Consenso de Washington; apenas o MAS se voltou prioritariamente para a construção de um novo sistema político a partir da própria relação que o partido tinha com os movimentos sociais através da intermediação das demandas. Como esta rede de demandas se abriu para incluir cada vez mais grupos, chegando inclusive à classe média e sua demanda por desenvolvimento nacional, este apoio se converteu em capital político e, em 2005, eleitorado. Naquele ano não há apenas o apoio de poucos movimentos ou classes sociais. Trata-se de um novo processo de constituição de um “povo” boliviano a partir desta aliança ampla de demandas (Laclau, 2005). A maneira como este apoio se dirigiu para o MAS o torna um **partido popular**: a razão de sua existência é esta relação como administrador de demandas de toda uma sociedade. A partir desta conceituação é possível enxergar o significado nas palavras de Garcia Linera citadas acima: impelido por uma massa insurgente contra um “Antigo Regime” de espoliação e desigualdade social, portador de um mandato de mudança assinado nas ruas, representante das mais pobres camadas sociais bolivianas no campo e na cidade, disposto a mudar radicalmente as regras do sistema político. O MAS não é o único ator da mudança social que se pretende fazer na Bolívia porque o tipo de mobilização que se deu neste período é composta não apenas de um instrumento político-partidário disposto a reformar o Estado mas de três fatores fundamentais: a existência de narrativas de libertação que orientam a ação política, de uma rede de demandas estruturada e inclusiva e de uma instituição capaz de administrá-la.

Narrativas de resistência

Durante parte do trabalho busquei demonstrar as raízes históricas dos enfrentamentos encabeçados pelos MAS na virada do século XXI, notadamente três eventos que antecederam aquelas expressões populares: a insurreição de Pablo Willka no contexto da Guerra Federal entre liberais e conservadores em 1899, a Guerra do Chaco entre Bolívia e

Paraguai em 1935 e a Revolução Nacional de 1952. Nos três casos houve um confronto entre sistemas oligárquicos de divisão do poder político e uma rede de demandas que emanava de movimentos sociais no campo e nas cidades, constituindo após anos de luta uma identidade “popular” boliviana. No entanto esta identidade não é o mero fruto da sucessão histórica de eventos e organizações. Não basta ter um rico histórico de luta para construir identidades contemporâneas de resistência, é preciso estabelecer narrativas que comuniquem as experiências do passado e fortaleçam a coesão dos movimentos em torno de significados relativamente indeterminados, como o camponês, o indígena, o oligarca *vendepátrias*, etc. Mais do que parte integrante da cultura política do país, este processo foi acompanhado de um renascimento, principalmente a partir dos anos 80, de tradições e símbolos de resistência realizado ativamente por movimentos sociais de posse de estratégias de mobilização e comunicação eficientes para aquela sociedade. A história das narrativas de resistência na Bolívia é repleta destes momentos de resignificação simbólica, como o bloqueio de estradas em La Paz que emula os cercos indígenas do período colonial ou a exibição em praça pública do corpo alvejado do estudante Victor Hugo Daza em Cochabamba durante a Guerra da Água. As mulheres cocaleiras nomearam seu movimento de “Federação de Mulheres Camponesas Bartolina Sisa” como uma forma de identificar a presença militante da mulher em um passado indígena que segue vivo no imaginário boliviano⁹⁷. Na Bolívia a presença de narrativas de resistência popular resignificadas e fortalecidas ajuda a orientar a ação coletiva (por ex., os manifestantes se recusam a negociar com o governo após a morte do estudante e o governo tem de aceitar as demandas integralmente), a reduzir os custos da participação (por ex., as famílias de cocaleiros estão comprometidas cotidianamente com sua própria narrativa de resistência e portanto participam mais de protestos, mesmo que arriscados ou em lugares distantes), a responsabilizar as lideranças envolvidas (por ex., aqueles que negociam com partidos sistêmicos perdem seu papel dentro da narrativa de resistência e com isso votos preciosos nas eleições), a unir movimentos sociais distantes geograficamente (por ex., a narrativa anti-colonial nos anos 90 aproximou pela primeira vez indígenas guaranis do Oriente e indígenas do Altiplano) e até mesmo a implementar melhorias na configuração local de

⁹⁷ Bartolina Sisa foi mulher de Tupaq Katári e comandou um de seus batalhões aimarás contra a coroa espanhola em 1781. Foi capturada e executada no ano seguinte.

poder público (por ex., na presença de diversas tradições de auto-organização aimará em plena periferia de La Paz). Mas as narrativas de resistência jamais conseguiriam representar o cotidiano de milhares de bolivianos sem a presença de tensões duradouras entre grupos conflituos.

Rede de demandas não absorvidas

A demanda social é segundo Laclau (2005) uma unidade de expressão política que pode ser absorvida ou não pelo sistema. Quando uma demanda é atendida pelo governo (o que Laclau chama de *request*, ou requerimento) ela cessa de causar qualquer impacto ao sistema institucional pois é absorvida, torna-se indiferenciada dele. No entanto quando uma demanda não é absorvida (tornando-se um *claim*, ou exigência) ela tende a se acumular, gerando tensões em torno das diferenças entre a expressão da demanda e o sistema institucional. Mais ainda, ela tende a identificar-se com outras demandas igualmente não absorvidas, construindo a noção de uma rede de injustiças estabelecida em oposição a um mesmo sistema institucional. Quando a relação entre estas demandas é equivalente – isto é, o sistema institucional é incapaz de absorvê-las individualmente – temos os primórdios de uma expressão política *popular*, pois sua tendência é transformar-se em um “sistema estável de significação” (pp. 74). Na Bolívia, país mais pobre da América do Sul, a presença de demandas não-absorvidas tornou-se explosiva após o surto de desigualdade social desencadeado pelo neoliberalismo. Embora a reabertura democrática tenha absorvido parte das demandas presentes no sistema ditatorial (como o direito a mobilização política) o recrudescimento político associado aos decretos neoliberais tornou o sistema institucional hostil a uma gama de demandas muito mais urgentes no cotidiano dos bolivianos mais pobres. Esta rigidez do sistema político se refletiu nos partidos, que tornaram-se cada vez mais meros defensores do *status quo* e por conseguinte perderam vínculos fundamentais com as expressões políticas presentes na sociedade. Foi a necessidade de canalizar demandas que fez com que o sistema institucional implementasse a municipalização do país sem que houvesse uma demanda popular por esta reforma. Foi na tentativa de absorver demandas insurgentes que os partidos tradicionais arregimentaram dirigentes indígenas e movimentos sociais nos anos 90. Conforme as demandas principais não eram absorvidas por estas reformas, houve no país a articulação de uma rede anti-sistêmica orientada pela equivalência entre diferentes expressões das classes mais desfavorecidas do país. Este é o

retorno abrupto do *popular* ao sistema político boliviano: mobilizações que estouraram em lugares diferentes do país em torno de demandas similares, novos movimentos formados em torno de demandas previamente não expressadas e uma intensa comunicação entre diferentes atores mobilizados. Para Laclau a emergência de um ator popular está relacionada a necessidade de representação (pp. 161-164). Nos capítulos 3 e 4 busquei tratar dos processos de mobilização e institucionalização que marcaram a formação de um sujeito democrático capaz de representar o corpo de demandas presente na sociedade boliviana naquele momento. Vários atores possuíam a legitimidade para exercer este papel, ainda mais conforme os partidos sistêmicos falhavam em responder a demandas. Alguns movimentos se isolaram em suas demandas e permaneceram corporativos demais para tornarem-se sujeitos democráticos, como foi o caso dos autonomistas radicais aimarás de Felipe Quispe. Outros não se institucionalizaram para disputar o poder político, como os militantes da Coordinadora pela Defesa da Água. A presença de um movimento social aberto a expressões de outras demandas e com sofisticada capacidade de mobilização e organização foi a própria construção do partido Movimiento al Socialismo.

Movimento político capaz de organizar demandas

Ao contrário de outros movimentos presentes no país, os cocaleiros não se isolaram em suas demandas pela descriminalização da coca. Ao se posicionarem sobre uma série de questões urgentes na sociedade os cocaleiros tornaram-se atores políticos em uma posição privilegiada na cadeia de demandas anti-sistêmicas. Parte das razões para isso está na própria natureza da demanda pela coca, radicalmente combatida por governos pouco dispostos a negociar. Um sistema institucional hostil e permeado por influências estrangeiras (dado o relevante papel norte-americano na questão) asseverou a noção de que a única saída para a absorção de sua demanda seria uma mudança radical na estrutura de poder, isto é, uma saída necessariamente política. É isto que leva os cocaleiros a cortejarem a via eleitoral como um braço de sua luta. Além da natureza da demanda, a institucionalidade própria dos cocaleiros foi bastante favorável à transformação de sua ação sindical em ação política. Inovando sobre as tradições de militância dos mineradores e a auto-organização indígena os cocaleiros criaram mecanismos de controle dos representantes pelos representados e souberam canalizar recursos para melhorias efetivas nos locais onde atuaram, estabelecendo o movimento cocaleiro como um grande

organizador social com estrutura escolar, de segurança, estradas, etc. Conforme cresceram e adicionaram demandas a sua agenda, os cocaleiros assumiram uma posição de críticos do sistema político como um todo e passaram a representar sua disputa como um conflito transcendente entre um Estado oligárquico e privatista dominado por influências estrangeiras e o povo boliviano: camponês, pobre, indígena, sub-empregado, periférico. Esta visão de conflito se *popularizou* porque tornou-se fácil de ser apropriada por diferentes movimentos que, por sua vez, se aproximaram dos cocaleiros e de seu novo partido político, o MAS. As eleições de 2002 e o voto de protesto no MAS deram um impulso enorme ao novo partido, pois a partir daí o próprio sistema institucional passa a identificar o MAS como a principal ameaça à sua integridade. Isto significou já uma reconfiguração na disputa do poder político na Bolívia, pois como ressaltou Laclau, o sistema também é definido a partir daquilo que rejeita (op. cit., pp. 70). Como o sistema político se sustentava sobre pequenas maiorias e frágeis arranjos partidários para governar, o impacto da rede de demandas devidamente organizada e representada pelo MAS no biênio 2003-2005 foi grande demais para ser absorvido sem o colapso completo do sistema neoliberal de governo. Os “jacobinos” do MAS recusaram-se a ceder de suas demandas e radicalizaram a negociação, causando também a expulsão violenta dos atores principais envolvidos naquele sistema. Com a entrada súbita de uma grande cadeia de demandas no sistema político, a Bolívia a partir de 2005 muda radicalmente suas relações de poder assim como o rol de atores capazes de influenciar decisivamente a atuação do governo. Isto não significa, evidentemente, que as demandas tenham sido prontamente absorvidas pelo novo sistema institucional a partir da posse de Evo Morales em 22 de janeiro de 2006.

Um novo sistema político: o MAS no poder (2005-2009)

Os primeiros anos do Movimiento al Socialismo a frente do governo boliviano mostram um intenso processo de construção de um novo sistema político baseado na intermediação entre diferentes demandas e idéias de desenvolvimento. A partir da posse de Evo em 2006 este novo sistema político (que o MAS chama de refundação do Estado boliviano) irá ser implementado a partir de uma dialética entre a consolidação do poder partidário sobre o Estado e uma generalização da mobilização social como parte integrante do sistema político.

Consolidação do poder partidário

Como destacado anteriormente, a popularização da mobilização social a partir de uma rede de demandas impossíveis de serem absorvidas pelo sistema envolve a divisão da sociedade em dois campos antagônicos, que na Bolívia foram tratados como o sistema neoliberal versus um “novo” (e impreciso) sistema político encabeçado pelo MAS. Esta divisão orienta a luta e caracteriza as frentes e alianças políticas necessárias para vencer o sistema alvo das demandas, mas apesar de seu poder de elaboração ideológica a divisão em si não é uma boa instituição para a constituição de um novo arranjo político. Em primeiro lugar porque não é possível estabelecer as bases políticas deste novo arranjo simplesmente como uma oposição ao neoliberalismo, isto é, apenas sobre o que ele *não* representa. A própria mobilização popular trata de combater esta imprecisão a partir do foco nas demandas que haviam causado a divisão em primeiro lugar: constituinte, nacionalização do gás, gestão pública e democrática da administração, fim da militarização estrangeira nos territórios de plantio de coca, solução da desigualdade fundiária no campo, etc. No entanto a própria indeterminação na cadeia de demandas e na forma como se relacionam impede sua absorção para dentro do sistema como uma totalidade, e as demandas permanecem como uma *heterogeneidade social* (Laclau, 2005, pp 129-157). Esta heterogeneidade quando busca se institucionalizar tem de priorizar demandas e negociar acordos dentro da própria cadeia, o que no caso boliviano fez com que a assembléia constituinte convocada pelo governo MAS deixasse muitos dos movimentos mobilizados decepcionados com os resultados alcançados (Webber, 2011, pp. 84-87). Para Laclau a única saída possível é renunciar a idéia de representatividade integral:

“[...] nós sabemos muito bem que estas rupturas ocorrem o tempo todo, e que todo o campo da representação é um espelho turvo e fraturado, constantemente interrompido por um ‘Real’ heterogêneo que se recusa a ser simbolicamente dominado” (2005, pp. 141).

Esta complexa trajetória do campo popular na Bolívia significou um movimento, a partir de 2006, de autonomia do MAS em relação a parte das demandas representadas por diferentes segmentos da sociedade. De forma não diferente dos jacobinos mencionados por Garcia Linera, esta autonomia veio a partir de uma reestruturação agressiva empreendida pelo

partido contra diversos atores do sistema anterior, notadamente as empresas transnacionais ligadas ao setor de exploração de hidrocarbonetos e as elites proprietárias no Oriente do país. Elegendo como objetivo inicial enfrentar a influência destes atores dentro das instituições bolivianas, o MAS cresce, se institucionaliza e deixa de ser o representante político dos movimentos sociais no governo para ser de fato um partido de governo. Duas manobras importantes deram ao partido um amplo espaço de manobra para organizar à sua maneira as estruturas institucionais do novo sistema político: o controle da questão da Constituinte e a derrota da direita em 2008.

Quadro 1 – Primeiro gabinete ministerial do governo MAS - 2006

Ministério	Responsável	Relação com organização social e funções prévias	Identificação étnica
Desenvolvimento rural, agropecuário e meio ambiente	Hugo Salvatierra	Assessor da COB, foi candidato a governador de Santa Cruz pelo MAS	Mestiço
Educação e Cultura	Félix Patzi	Sociólogo, professor de língua aimará	Aimará
Justiça	Casimira Rodriguez	Ex-empregada doméstica e dirigente do Sindicato de Trabalhadoras do Lar.	Mestiça
Planejamento do Desenvolvimento	Carlos Villegas Quiroga	Economista	Mestiço
Defesa Nacional	Walker San Miguel Rodriguez	Advogado. Ex-presidente do Colégio de Advogados de La Paz	Mestiço
Governo	Alicia Muñoz Alá	Partido Comunista	Mestiça
Fazenda	Luís Alberto Arce Catacora	Economista. Professor de universidade privada.	Mestiço
Hidrocarbonetos e energia	Andrés Soliz Rada	Jornalista especialista em temas energéticos, opositor da privatização	Mestiço
Da Presidência	Juan Ramón Quintana Taborga	Sociólogo. Diretor do Observatório de Democracia e Segurança. Ex-capitão das Forças Armadas.	Mestiço
Mineração e metalurgia	Walter Villaroel	Sindicalista mineiro. Líder da Federação de Cooperativistas Mineiros da Bolívia (Fencomin)	Mestiço
Obras públicas, serviços e habitação	Salvador Riera	Empresário	Branco
Produção e micro-empresa	Celinda Sosa Luna	Ex-dirigente camponesa. Representante de organizações sociais de Tarija.	Mestiça
Relações externas e Culto	David Choquehuanca	Diretor da ONG NINA.	Aimará
Saúde e Esportes	Nila Heredia Miranda	Ex-titular do Colégio de Médicos e do Serviço Departamental de Saúde de La Paz, exilada durante a ditadura Banzer.	Mestiça

Trabalho	Santiago Gálvez Mamani	Ex-dirigente sindical operário	Aimará
Da Água	Abel Mamani	Ex-presidente da Federação de Juntas Vicinais de El Alto (FEJUVE)	Aimará

Fonte: Grebe (org.), “Los actores políticos en la transición boliviana”, 2008, pp. 88.

Na assembléia constituinte eleita em 2006 o MAS obteve 137 dos 255 assembleistas (menos do que os dois terços necessários para aprovar o texto) mas logrou dominar quase que totalmente a diretoria desta instituição, assim como as principais comissões (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – Membros da Comissão Diretora da Assembléia Constituinte 2006-2007

Nome	Cargo	Partido	Origem ideológica e de organização social
Silvia Lazarte	Presidência	MAS	Sindicalismo campesino cocaleiro
Roberto Aguilar	1ª Vice-presidência	MAS	Grupo Comuna (Garcia Linera)
Mauricio Paz	2ª Vice-presidência	Podemos	-
José Cuevas	3ª Vice-presidência	MNR	-
Jorge Lazarte	4ª Vice-presidência	UN	-
Ignacio Mendoza	Primeira secretaria	MAS	Partido Comunista
Svetlana Ortiz	Segunda secretaria	MAS	Chaco. Organização social próxima ao MAS
Pastor Ariste	Terceira secretaria	AS	-
Willy Padilla	Quarta secretaria	CN	-
Miguel Peña	Quinta secretaria	MAS	Organização indígena moxeña
Beymar Becerra	Sexta secretaria	MAS	Organização indígena beniana

Fonte: Grebe (org.), op. cit., pp. 85.

Quadro 3 – Comissões da Assembléia Constituinte (2007)

Comissão	Função	Presidente	Origem ideológica
Visão de país	Caracterizar o Estado e definir traços e componentes eixos da nova Constituição	Félix Cárdenas (Concertación Nacional)	Aimará radical
Cidadania, nacionalidades e nacionalidade	Definir o caráter dos direitos e deveres da nacionalidade	Néstor Torres (Movimiento Originario Popular)	Aimará radical
Organização e estrutura do novo estado	Precisar a estrutura do novo estado	Isabel Dominguez (MAS)	CSUTCB
Autonomias departamentais, provinciais, municipais e indígenas. Descentralização e organização territorial	Precisar o conteúdo do delicado tema da autonomia	Saúl Ávalos (MAS)	CSUTCB
Recursos naturais renováveis, terra, território e meio ambiente	Precisar a propriedade e gestão da terra, território e recursos naturais	Carlos Romero (MAS)	ONG voltada para a causa do território indígena

Desenvolvimento econômico e finanças	Precisar o conceito e a institucionalidade de desenvolvimento econômico	Teodora Tapia (MAS)	Federação Campesina de La Paz e Partido Comunista
--------------------------------------	---	---------------------	---

Fonte: Grebe (org.), op. cit., pp. 86.

A Nova Constituição do Estado (chamada Constituição Plurinacional) teve como característica, além da dominação do MAS em praticamente todas as questões-chave, uma forte presença de militantes indígenas e ex-kataristas ligados a Álvaro Garcia Linera. Tratam-se de intelectuais de grupos radicais minoritários (como a Concertación Nacional de Félix Cárdenas) que se aliam ao MAS após a entrada de Garcia Linera no partido em 2004 e passam a orientar todo o redesenho constitucional de acordo com uma estratégia de contenção do poder da direita autonomista e privatista ligada ao capital econômico de Santa Cruz. Respondendo à mobilização no Oriente e temendo um golpe de Estado, Evo Morales buscou fornecer garantias aos setores liberais do país e afastar o processo constitucional dos extremos do radicalismo indígena expressado por Felipe Quispe. Olhando para a fragmentação presente na sociedade boliviana após o ocaso do sistema político anterior, Garcia Linera, Roberto Aguilar e Félix Cárdenas buscaram adequar diferentes visões de desenvolvimento presentes nas regiões do país em uma mesma Carta Magna. O referendo popular em 2009 aprovou a Constituição por 61,4% e deu ainda mais legitimidade para o MAS como re-organizador do Estado boliviano. Entre inovações na carta aprovada estão a propriedade estatal dos recursos hidrominerais (artigos 349 a 359), a instituição da reeleição (artigo 169) e do segundo turno nas eleições (artigo 167), a proteção da folha de coca como patrimônio cultural (artigo 384) e a limitação do tamanho máximo das propriedades rurais (artigo 398) (Assembléia Constituinte da Bolívia, “Nueva Constitución Política del Estado”, 2007).

A discussão sobre a Constituição entre 2006 e 2007 foi acompanhada por um intenso movimento de oposição contra o governo Evo Morales. Com a tecnocracia neoliberal derrotada nas urnas, a nova oposição terá um perfil conservador regionalista e será portadora de um discurso frequentemente racista e separatista. Sua base política será não mais o Consenso de Washington e as organizações financeiras internacionais, mas uma pouco elaborada celebração do desenvolvimento capitalista nas terras baixas (em oposição

ao modelo indígena do Altiplano) e um número de instituições locais desenhadas de forma *top-down* para formatar a mobilização social em torno de demandas das elites destes departamentos, notadamente a autonomia⁹⁸. Na realidade a emergência de um território político chamado “media luna” (meia-lua) nos departamentos do Oriente dominados por governadores de oposição esconde o fato de que apenas uma parte da população nestes lugares apóia os autonomistas de direita, o que levou a conflitos entre manifestantes pró e contra o governo Morales. Temendo uma Constituição que pudesse romper com os arranjos privatistas no âmbito departamental, os governadores encabeçaram uma luta em todos os planos contra o governo Morales, utilizando repressão para-militar contra a mobilização indígena (como no massacre de El Porvenir, em Pando, com 15 camponeses mortos), ocupação de prédios públicos como correios e aeroportos e ocupação de televisões estatais (Webber, 2011, pp. 84-98). O governo acionou o Exército para proteger os aeroportos e prédios de governo, mas os piores conflitos são entre manifestantes. Em 2008 após fracassar em barrar o processo de Constituinte, o governador de Santa Cruz (Rubén Costas, sem partido) realiza seu próprio referendo sobre a autonomia departamental e “aprova” um estatuto baseado na manutenção do poder das elites locais contra a incursão do governo federal. Outros departamentos do Oriente seguiram o mesmo curso. Evo busca negociar com o movimento dos governadores e cede em diversos pontos na nova Constituição, para decepção de parte dos movimentos sociais (ibidem). A oposição se recusa a abandonar o estatuto autonômico e, contando com maioria no Senado, aprova um referendo popular revogatório, uma medida judicial que interrompe o mandato do Executivo (presidente, vice-presidente e governadores) sempre que o número de votos contra determinado mandatário for maior do que o total de votos conseguido pelo mandatário em sua eleição. A votação é um sucesso absoluto para o MAS, que consegue não só manter o cargo de Morales e Linera com 67,4% dos votos a favor, mas arranca do cargo dois governadores de oposição, Reyes Villa (NFR) de Cochabamba e José Luíz Paredes (CN) de La Paz. A re-eleição de Evo em 2009 com surpreendentes 64,2% dos votos válidos conformou a consolidação do MAS como organizador *por excelência* do novo sistema político boliviano.

⁹⁸ É por este motivo que Claudia Peña Claros difere a mobilização em Santa Cruz como oriunda não dos movimentos sociais, mas sim de uma estrutura elitista de governo local (2010).

Generalização da mobilização

É possível dizer a partir da consolidação do MAS que o partido após derrotar a direita torna-se um ator hegemônico? Se fosse este o caso teríamos uma situação similar a do MNR após a Revolução Nacional: um partido único administrando a pressão de atores sindicais e negociando uma agenda econômica de desenvolvimento estatal com concessões para o empresariado e os trabalhadores. No entanto o atual sistema político boliviano difere do sistema de 1952 precisamente no papel que os atores não-estatais desempenham na reconstrução cotidiana das instituições políticas e econômicas tomadas dos partidos tradicionais. Novamente as palavras do sociólogo René Zavaleta Mercado sobre seu próprio país são valiosas sobre o tipo de mobilização que o MAS apoiou enquanto fazia oposição ao neoliberalismo: “Não se desperta a massa alguma impunemente” (2008, pp. 117). A mobilização popular nas ruas não diminuiu após a vitória do partido em 2005, mas sim aumentou consideravelmente, atingindo um pico em 2007 (ver Gráfico 3 no capítulo 4). Detentores das eficientes ferramentas de mobilização que derrubaram os governos de Losada e Mesa, os movimentos sociais mantiveram em relação ao governo Morales uma postura de apoio crítico voltada para o cumprimento das demandas. Afim de lidar com a heterogeneidade das demandas particulares o governo tenta em primeiro lugar criar a legitimidade de um mandato popular através de grandes “obras” de engenharia política (Constituição, nacionalização do gás). Isto acarretou por um lado na *generalização da demanda* (Pizzorno, 1980, pp. 16) de acordo com um determinado viés partidário; não se trata apenas da nacionalização do gás, mas de um modelo de nacionalização construído pelo MAS e oferecido como uma solução programática para a sociedade como um todo. Esta operação só foi possível porque o MAS institucionalizou-se como um partido de governo capaz de gerar e implementar políticas públicas no âmbito nacional. O partido capitalizou sobre a forma de mobilização presente na Bolívia (voltada para demandas) ao construir uma autonomia relativa em relação aos proponentes da demanda para moldá-la de acordo com suas necessidades – embora em muitos casos este processo tenha sido conflitivo. Nos diversos momentos em que este processo foi bem sucedido houve a transformação do MAS em um *point de capiton*, um objeto simbólico em torno do qual o “povo boliviano” pode ser representado e constituído (Laclau, 2005, pp.103-105). É por isso que o MAS continua a ser um partido popular mesmo após tornar-se um partido de

governo, não apenas porque buscou representar demandas populares mas porque ele próprio é o *locus* deste poder em construção, ele é o co-autor da narrativa cotidiana deste “povo boliviano”. Este povo não existia até a consolidação da rede de demandas que foi sua gênese na virada do século XXI, e não existiria como sujeito democrático sem a representação oferecida por Evo Morales e seu Movimiento al Socialismo. Basta lembrar que o discurso de “não há alternativa” fornecido pelos partidos sistêmicos durante os anos 80 e 90 encontrou bastante aceitação entre a mesma população que se mobilizou nos anos seguintes. A persistência de setores oligárquicos entre as elites do Oriente dotados de um forte discurso *particularista* impeliu ainda mais o MAS a posicionar-se como detentor do discurso universalista, e foi precisamente a formatação deste discurso que o partido buscou após sua entrada no governo.

Voltando a pergunta anterior, caracterizar o MAS como um partido popular é o mesmo que atribuir a ele um caráter hegemônico? A hegemonia é, para Laclau, uma situação contingente quando uma particularidade é tomada por uma significação universal (2005, pp. 70), o que parece se aproximar do grande crescimento que fez aquela federação de cocaleiros transformar-se em um partido nacional em um período relativamente curto de tempo. Entretanto a tese da hegemonia perde poder explicativo quando se olha para o número crescente de conflitos entre o MAS e os movimentos sociais. A característica que torna o caso boliviano diferente de apenas uma disputa hegemônica é que o sistema político que se desenha na Bolívia, ao manter os movimentos sociais como detentores legítimos das demandas, transformou o próprio MAS em um alvo potencial destas demandas. Este conflito transpareceu diversas vezes desde a eleição de 2005. Em 2006 um confronto entre trabalhadores mineiros cooperativistas (ligados a Federação de Cooperativas de Mineração, FENCOMIN) e sindicalizados (ligado a estatal de mineração COMIBOL) na mina de Huanuni terminou com a ocupação militar das minas pelo governo de Evo. Neste caso a tentativa do partido de generalizar uma demanda (a questão do trabalho nas minas) fracassou no sentido de criar um consenso entre os movimentos sociais envolvidos. Isto porque as cooperativas mineiras, pequenas unidades produtivas de cerca de 10 trabalhadores que absorveram parte da mão de obra desempregada da COMIBOL, estão inseridas em condições de trabalho mais precárias do que aqueles trabalhadores ainda ligados a estatal. Mudanças importantes aprovadas pelo MAS como o aumento anual do

salário mínimo pouco fizeram para atingir as demandas deste setor. Com salários menores e parco equipamento de segurança, o setor cooperativista é um exemplo dos efeitos da desestruturação neoliberal sobre o mercado de trabalho mineiro (Stefanoni, 2006b). Por isso sua demanda principal, não contemplada em nenhum discurso anterior do MAS, tratava da recolocação destes trabalhadores na estatal COMIBOL e na renacionalização das minas – uma proposta que bate de frente com a situação econômica desfavorável que esta indústria enfrenta desde os anos 80. Após conflitos com feridos o governo cede às demandas dos cooperativistas, recoloca 4000 destes trabalhadores de volta a COMIBOL e coloca a mina de Huanuni sob controle operário através da FSTMB.

Em 2009 um novo conflito nasce depois que o governo Morales retira o subsídio governamental (vigente desde os anos 70) sobre o diesel, levando a uma grande greve do setor de transporte apoiada pela COB. Com La Paz completamente paralisada pelo chamado *gasolinazo* Morales cede a demanda e anula o cancelamento do subsídio, voltando ao status quo anterior⁹⁹. Solução semelhante (embora a demanda ainda esteja em curso) ocorre nos enfrentamentos iniciados em 2009 em torno da construção de uma estrada no território indígena chamado pelo acrônimo TIPNIS (Território Indígena Parque Nacional Isidoro Secure). Após grande mobilização dos indígenas com marchas e greves de fome o governo volta atrás e cancela o contrato de construção, embora o reinício do processo no ano seguinte tenha causado nova mobilização indígena¹⁰⁰. O governo Morales também enfrenta greves de diversos setores controlados pela COB, notadamente os médicos e professores. Nestes casos a atitude do governo tem sido a de negociar diretamente com os grevistas ao invés de propor mudanças de amplo escopo no sistema.

O que significa a manutenção do sistema de mobilização em torno de demandas com o governo Morales no poder? Em primeiro lugar, que a busca por autonomia que o MAS procurou em relação aos movimentos sociais a partir de sua eleição foi recíproca, isto é, recebeu um tratamento semelhante dos movimentos sociais. A despeito de apoiarem o partido nas eleições contra os partidos de direita, os movimentos voltam às ruas por suas

⁹⁹ Raul Zibechi, “Desafios da crise boliviana”, La Jornada, México, 30 de janeiro de 2009.

¹⁰⁰ Global Voices, “Bolivia: Conflict Over Road Through TIPNIS National Park Continues”, 17 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://globalvoicesonline.org/2012/02/17/bolivia-conflict-over-road-through-tipnis-national-park-continues/>. Acessado em julho de 2012.

demandas tão logo a disputa eleitoral tenha terminado. À exceção dos cocaleiros que permaneceram ligados ao MAS, é possível encontrar esta postura política em praticamente todos os movimentos sociais no país. Em segundo lugar, a generalização da mobilização significa a consolidação desta prática dentro do sistema político boliviano como uma manifestação do *fazer político* tão legítima quanto a ação partidária ou sindical. Na realidade com a desestruturação do sistema partidário e a redução do número de inscritos em sindicatos (uma tendência iniciada no sistema neoliberal) a mobilização popular em torno de demandas tornou-se a **principal característica** do novo sistema político boliviano. A disposição do MAS em reduzir a repressão policial dos protestos e em acatar demandas tornou o partido sensível a esta ferramenta, o que resultou em canais de comunicação mais eficientes entre movimento social e governo.

Quadro 4 – Principais atores nos sistemas políticos bolivianos

Séc. XVIII	Coroa		Republicanos	Indígenas (Katari)
Séc. XIX	Liberais	Conservadores		Indígenas (Willka)
1900-1935	Liberais		Conservadores	Mineiros
1935-1952	Militares	Liberais	MNR	Mineiros (FSTMB)
1952-1964	MNR		COB	
1964-1982	Militares pró-EUA (Bánzer)		Militares nacionalistas (Torres)	MNR/UDP
1982-1985	UDP		MNR	ADN
1985-2002	MNR		ADN	MIR
2002-2005	MNR	MAS	FEJUVE/COR	CONAMAQ/MIP
2005-	MAS		PODEMOS/UN	Movimentos sociais

Fonte: Elaboração própria.

Considerações Finais

O MAS e a América Latina

“Pela sua situação relativa na América do Sul não tem função isoladora, mas, ao contrário, de atração, articulação e soldadura entre os países que a rodeiam. Pela sua configuração, poderia ser comparada a um gigantesco imã que une as peças do conjunto e que se deixasse de atuar desmoronaria desarticulando-se.”

- General chileno Augusto Pinochet, sobre a condição geopolítica boliviana¹⁰¹.

E o que significa para a região o surgimento de um partido como o MAS? O processo histórico de mudança política na Bolívia é freqüentemente destacado por suas características próprias que o tornam específico e único em meio a processos semelhantes da região. De fato tanto autores clássicos da sociologia boliviana como Zavaleta (2008) quanto autores contemporâneos como Xavier Albó (2007) e Garcia Linera (2008) enfatizam o caráter particular da condição social boliviana com seu alto grau de mobilização, sua persistente oligarquia privatista e sua organização popular voltada para valores não-capitalistas, entre o socialismo mineiro e a tradição comunitária quechua-aimará.

No entanto, em que pese as contingências do caso boliviano, a análise política encontra na história e nas instituições evidências de processos regionais de formação de conjunturas políticas interferindo no país andino. Estes processos se aceleram a partir de 1964, tornando a Bolívia não exatamente um país único dentro da América Latina, mas um país extremamente latino-americano em suas instituições e problemas. Naquele ano a insurgência de demandas populares que havia abalado o governo do MNR levou setores conservadores a se voltarem para o Exército e para os Estados Unidos afim de frear a mobilização, inaugurando um período ditatorial bastante análogo a períodos semelhantes no Brasil, na Argentina e no Chile. Este evento é inédito no país pois significa a derrota da heterogeneidade radical de demandas expressada pelos movimentos no contexto da Revolução de 1952 e o início de um processo crescente de homogeneização do fazer político com o cerceamento dos espaços decisórios bolivianos. A tecnocracia ditatorial

¹⁰¹ Citado por Luciano Wexell Severo, “A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul”, artigo publicado na Carta Maior em 12 de Agosto de 2012.

“integrou” de forma perversa a Bolívia ao sistema político regional ao buscar referentes externos para seu próprio processo de modernização política, e os encontrou em abundância em uma região dominada pelos militares financiados pelo capital norte-americano. O general Hugo Bánzer era notório admirador do sistema político ditatorial brasileiro e entrevistou a economia de Santa Cruz de la Sierra como entreposto comercial entre os dois países¹⁰². Por outro lado, tanto o general chileno Augusto Pinochet quanto o general brasileiro Golbery de Couto e Silva se mostraram bastante interessados em uma Bolívia plenamente integrada econômica e politicamente à região, observando atentamente a posição geopolítica que o país desempenha no coração da América Latina¹⁰³. Para os militares, o “maciço boliviano” era um território a ser controlado, ordenado e gerido de acordo com seus próprios interesses geopolíticos e independente das manifestações políticas das populações que ali viviam.

O fim das ditaduras na América Latina frequentemente marcou a criação de um sistema político-partidário que em pouco tempo foi eivado por interesses das elites financeiras. Enfrentados por uma forte instabilidade política (com a ameaça de golpes permanecendo viva na região, especialmente na Bolívia) e econômica (com a presença desestabilizadora da inflação) os partidos majoritários em diversos países se voltaram para a lógica de mercado como única solução possível para uma região repleta de dificuldades, atraindo atores privados com interesses particulares para dentro do sistema político. Com a queda do paradigma de substituição de importações e integração geopolítica e com o surgimento de organismos internacionais voltados para regiões dentro do continente (Mercosul, Comunidade Andina) a Bolívia se voltou para o mercado internacional como fio condutor de sua integração no continente americano. A visão competitiva típica da razão de mercado deu àquele país que já fora o “triângulo estratégico” da América Latina (Travassos, 1978) um papel bastante reduzido de exportador de matéria prima para os mercados regionais e internacionais. A queda brusca no investimento público em infra-estrutura atrapalhou a integração de fato do país, e a maior obra de integração realizada no período foi justamente

¹⁰² Ministério das Relações Exteriores, “Declaração conjunta dos presidentes Ernesto Geisel e Hugo Banzer”, Brasília, 17 de Agosto de 1977. Disponível online em http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1977/b_61/. Acessado em julho de 2012.

¹⁰³ Severo (op.cit.).

voltada para a exportação: o gasoduto Bolívia-Brasil, construído entre 1997 e 1999 nos governos de Fernando Henrique Cardoso (Brasil) e Hugo Banzer (Bolívia).

Na virada do século XXI a pressão das demandas populares se voltou para a insuficiência dos estados nacionais latino-americanos em prover o desenvolvimento de suas populações, assim como em uma aguda crítica ao modelo privatista implementado nos anos antes. Partidos de oposição venceram eleições na Venezuela (Hugo Chávez, 1999), no Brasil (Luís Inácio Lula da Silva, 2003), na Argentina (Nestor Kirchner, 2003), no Uruguai (Tabaré Vazquez, 2005), no Equador (Rafael Correa, 2007) e no Paraguai (Fernando Lugo, 2009). Esta característica do momento político que vive a América Latina deu ao processo boliviano de mudança um potencial de integração inédito naquele país, mas quais as variáveis desta integração? Assim como a lógica diferencial é insuficiente para criar alternativas dentro de um sistema em crise, a simples coadunação dos discursos anti-imperialistas proclamados pelos líderes regionais não pode ser tomada como a maior expressão da integração latino-americana atual. Se modificarmos as variáveis mencionadas anteriormente como centrais para o processo de mudança boliviano (narrativas de resistência, rede de demandas, instituição política) encontraremos indícios de uma interpolação entre as dificuldades encontradas pelos bolivianos e as mesmas dificuldades enfrentadas por latino-americanos às voltas com a desestruturação do neoliberalismo. A análise destes elementos escapa à intenção deste trabalho, mas como estas características ajudam a situar o MAS dentro do contexto político regional elas devem ser ao menos comentadas.

Narrativas de integração, descolonização e as demandas regionais

Quais são as bases sobre as quais pode-se falar de uma contribuição do MAS para a integração latino-americana? De forma caracteristicamente boliviana, trata-se da tessitura de um discurso de integração que funcione como intermediação entre os particularismos expressos pelas lideranças locais, principalmente expressados da Venezuela, do Brasil e da Argentina. A visão programática do MAS é em si a maior expressão desta narrativa, afinal o MAS teve que lidar com os particularismos do discurso radical indígena, com o corporativismo dos sindicatos operários e com o discurso autonomista conservador do Oriente boliviano. Construindo seu programa partidário sobretudo a partir das demandas

populares, o MAS rejeita a idéia de um “destino manifesto” localizado em um passado legendário e problematiza com veemência a extrapolação dos discursos nacionalistas no contexto latino-americano, notadamente expressos por Hugo Chávez e seu bolivarianismo. Evo se aproxima de Lula ao descartar o nacionalismo como narrativa eficiente de integração, se voltando para a inclusão econômica e política das camadas mais pobres como maneira de evitar que novos ataques aos direitos sociais sejam empreendidos pelos partidos conservadores. Esta escolha se reflete no estilo de liderança exercido por Evo Morales, que destaca mais suas qualidades “populares” como representante descritivo das camadas subalternas bolivianas do que sua autoridade simbólica sobre o conjunto de valores que forma a noção de “pátria”. É possível também encontrar analogias entre o estilo de Evo e dos presidentes Kirchner (Néstor entre 2003-2007 e Cristina a partir de 2007) na Argentina pois ambos trabalham com o resgate de um número de *demandas nacional-populares* presentes no imaginário político de seus países: para os argentinos a questão das Malvinas, para os bolivianos a saída para o litoral perdida na Guerra do Pacífico. Ao contrário da vertente bolivariana-chavista de nacionalismo, o nacional-popular boliviano encontra raízes não em um discurso institucionalizado a partir da Academia ou do Exército, mas em situações concretas de desigualdade nascidas do conflito entre Estados e com graves conseqüências para a sociedade como um todo.

A mediterraneidade boliviana mostra a limitação dos discursos anti-imperialistas voltados contra os Estados Unidos na construção de uma narrativa de libertação regional, afinal o principal antagonista nesta questão é um país latino-americano, o Chile. Da mesma maneira o crescimento da interferência brasileira sobre a economia boliviana fez com que um jornalista boliviano comentasse, se referindo à localização das embaixadas brasileira e norte-americana em La Paz: “o poder mudou de um lado da Avenida Arce para outro”¹⁰⁴. O aumento do poder relativo de seus vizinhos em relação a uma Casa Branca cada vez mais reticente em interferir na política regional faz com que o discurso anti-imperialista perca influência na Bolívia pós-2005. Por outro lado o país está em uma posição privilegiada para fundamentar uma narrativa de integração regional baseada não em um nacionalismo de

¹⁰⁴Simon Romero, “Brazil’s rapidly expanding influence worries neighbors”, publicado no New York Times de 4 de novembro de 2011. Disponível online em http://www.nytimes.com/2011/11/05/world/americas/brazils-rapidly-expanding-influence-worries-neighbors.html?_r=1. Acessado em julho de 2012.

verve européia, mas na construção cuidadosa de uma contra-hegemonia verdadeiramente local na forma da *descolonização*. Com influências do pensamento socialista latino-americano (principalmente do peruano Carlos Mariátegui) e reformulada pelos intelectuais kataristas contra um Estado que pouco representava o grosso da sociedade boliviana, a narrativa de descolonização tem o potencial de generalizar precisamente aquela cadeia de demandas que mais se aproxima das populações mais pobres da América Latina. Trata-se da extrapolação do discurso classista tradicional para a inclusão democrática de uma série de demandas insurgentes ligadas aos prejuízos causados pela espoliação colonialista da região: uma estrutura social racista e sexista, a concentração de capital (principalmente na forma de terra) e especialmente grandes populações socialmente excluídas do processo de formação da cidadania como os indígenas na Bolívia, os afro-descendentes no Brasil, etc. O discurso da descolonização tem como virtude a priorização da cosmologia regional na formação de instituições políticas e é por isso mesmo potencialmente estruturante e plural, pois parte do questionamento da homogeneização desencadeada pelos processos anteriores de *state building* na América Latina para buscar a heterogeneidade de noções de desenvolvimento, formas de governo, sistemas políticos, etc. Esta, acredito, é a maior contribuição do processo de mudança boliviano encabeçado pelo MAS para novos arranjos políticos democráticos na América Latina. A importância do MAS para a região está em sua capacidade de reformular sistemas políticos a partir da expressão popular das camadas subalternas cristalizada nas demandas mobilizadas. Não se trata apenas de acatar demandas, mas transformá-las na própria matéria da política cotidiana, afastando do centro do poder a influência dos partidos, sindicatos e até dos movimentos sociais. A Bolívia não é excepcional por ter como cultura política um alto grau de mobilização, mas sim por ter transformado sua mobilização, cuja intensidade não a difere muito de seus vizinhos, em cultura política. E esta mobilização não é o acúmulo natural de uma rica tradição de organização, mas sim conscientemente deflagrada por atores com agendas políticas. A mobilização não existiu durante os anos de ditadura e nem na primeira década de neoliberalismo, mas foi sim construída a partir de uma aproximação de demandas insurgentes contra um poder central. Na América Latina este poder central não possui um *locus* definido e não pode ser categorizado a partir de suas contingências como a ingerência norte-americana ou o neoliberalismo, sob o risco de reproduzir-se dentro de governos

diferentes. Trata-se na realidade da existência de um mesmo discurso anti-democrático de exclusão que opera dentro das instituições e legitima a noção de que o melhor gestor da administração pública é o mercado, o melhor modelo de desenvolvimento agrário é o latifúndio e o melhor representante da coletividade é o político profissional treinado no exterior. Dentre os partidos de oposição eleitos recentemente na América Latina apenas o MAS soube desvelar a complexa relação de subalternidade presente na relação entre instituições e popular para abrir trazer de volta as demandas de forma *inegociável*, mudando definitivamente o horizonte político de seu país. Apenas na Bolívia a direita foi deslegitimada pela população nas ruas e nas urnas e seus partidos desestruturados sem prejuízo para o funcionamento democrático do país, apesar dos conflitos e da aparente hegemonia do MAS no sistema partidário. Este legado não encontra paralelos na região. Através da popularização da política a partir das demandas cotidianas a população boliviana sofreu um intensivo processo de socialização e educação política e soube apontar para as contradições presentes até mesmo no próprio Movimiento al Socialismo. Enquanto o sistema político venezuelano se pautou pela centralização da agenda política nas mãos do grupo ligado a Hugo Chávez, os bolivianos retomaram suas demandas do MAS sempre que necessário e souberam equilibrar apoio crítico nas urnas com mobilização por mudança. Enquanto o sistema político brasileiro buscou a acomodação com atores conservadores afim de prolongar e estender seu projeto de desenvolvimento nacional, os bolivianos expulsaram os privatistas da era neoliberal e prenderam os políticos acusados de golpismo, corrupção ou incitar a violência¹⁰⁵. A análise política não pode prescindir de comparar estes processos de formação dos sistemas políticos sob a pena de ignorar as raízes históricas que aproximam países, populações e territórios em um momento em que estas raízes explodem em todo o continente. Uma das principais questões colocadas pelos latino-americanos neste início de século XXI é sobre a profunda divisão que existe entre a política dos palácios e gabinetes e a organização popular cotidianamente expressada nas cidades e no meio rural por movimentos sociais e sindicatos. Conforme os sistemas políticos se abrem para estas manifestações em busca de legitimar novos governos de esquerda na região, a resposta

¹⁰⁵ Entre os políticos atualmente presos na Bolívia estão o ex-ditador Garcia Mesa, o governador do departamento de Pando acusado de organizar o massacre de El Porvenir Leopoldo Fernández e até mesmo o ex-dirigente do MAS acusado de corrupção na empresa YPFB Santos Ramírez. Por comparação, nenhum ditador ou político de envergadura sofreu tratamento similar no Brasil.

boliviana tem se destacado pela sua preocupação com a elaboração plural de uma rede de demandas capaz de saltar sobre o abismo entre a política do palácio e a política das ruas. A mesma Bolívia que havia chamado a atenção de Pinochet para seu potencial de organizar a integração na região hoje chama a atenção para sua capacidade estratégica de integração dentro de sua própria institucionalidade, e esta talvez seja sua maior contribuição para os novos desafios políticos que a região deve enfrentar daqui para frente.

Bibliografía

Livros

ALBÓ, X.; ROMERO, C. **Autonomías indígenas en la realidad boliviana y su nueva constitución**. La Paz: Congreso Nacional, 2009.

ALBRO, R. **The Culture of Democracy and Bolivia's Indigenous Movements**. In: FELLOWS CONFERENCE OF THE CARNEGIE COUNCIL ON ETHICS AND INTERNATIONAL AFFAIRS. Nova Iorque: The George Washington University, 2005.

ALBRO, R. **Confounding Cultural Citizenship and Constitutional Reform in Bolivia**. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 3, p. 71-90, maio 2010.

ALCÁNTARA, M.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos de América Latina. Países andinos**. México: FCE, 2003.

ALTO, H. D. El MAS-IPSP boliviano, entre la protesta callejera y la política institucional. In: MONASTERIOS, K.; STEFANONI, P., *et al* (Ed.). **Reinventando la nación en Bolivia. Movimientos sociales, Estado y poscolonialidad**. La Paz: Plural, 2008.

ANDRADE, E. D. O. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ANRIA, S. **Informal institutions and party organization: a case study of MAS-IPSP in urban areas in La Paz and El Alto**. Dissertação (Master of Arts) Department of Sociology and Anthropology, Simon Fraser University, Barnaby, Canadá, 2009

ARRUETA RODRÍGUEZ, J. A. **Campesinado, coca y estado : sindicalismo y movilización de productores de coca en torno al plan trienal de lucha contra el narcotráfico : Cochabamba, 1987-1989**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos "Bartolomé de Las Casas", 1994.

ASSAMBLEA CONSTITUYENTE DE BOLÍVIA. **Nueva Constitución Política del Estado**. La Paz: 2009.

- AYERBE, L. F.; GIL, A. D. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo, SP: Editora UNESP , 2008
- BARRAGÁN, R.; LUIS ROCA, J.; DUNKERLEY, J. **Regiones y poder constituyente en Bolivia : una historia de pactos y disputas**. La Paz: PNUD Bolivia, 2005
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CAMARGO, A. J. C. J. D. **Bolívia - A Criação de um Novo País**. Brasília: FUNAG, 2003.
- CÁRDENAS, V. H.; ALBÓ, X. **Los pueblos indígenas y la democracia en Bolivia : algunas reflexiones**. La Paz: Fundación Konrad Adenauer, 2004
- CARPENTER, T. G. **Bad neighbor policy : Washington's futile war on drugs in Latin America**. 1st. New York: Palgrave MacMillan, 2003
- CENTELLAS, M. **Parlamentarized Presidentialism in Decline**. 2007. Documento online em <http://mcentellas.com/> .
- CENTELLAS, M. **Electoral Reform, Regional Cleavages, and Party System Stability in Bolivia**. Journal of Politics in Latin America, v. 1, n. 2, p. 115-131, 2009
- CENTELLAS, M. **Bolivia's Radical Decentralization**. Americas Quarterly, verão 2010. Disponível em: <http://www.americasquarterly.org/node/1686#1700>.
- CHAVES, D.; SÁ, M. D.; ARAÚJO, R. **Bolívia - Passos das Revoluções**. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2009.
- CLAWSON, P.; LEE, R. W. **The Andean cocaine industry**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996
- CONAGHAN, C. M.; MALLOY, J. M. **Unsettling statecraft : democracy and neoliberalism in the central Andes**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994.

CRABTREE, J.; MOLINA, G. G.; WHITEHEAD, L. **Tensiones irresueltas: Bolivia, pasado y presente**. La Paz: Plural Editores, 2009. 301

DANGL, B. **The price of fire : resource wars and social movements in Bolivia**. Oakland: AK Press, 2007

DELGADO, A. C.; LEMGRUBER, S. **Os movimentos indígenas e suas implicações para o processo político na Bolívia e no Peru**. Observador On-Line, v. 1, n. 4, junho 2006.

DUNKERLEY, J. **Rebellion in the veins : political struggle in Bolivia, 1952-82**. Londres: Verso, 1984.

DUNKERLEY, J. **Evo Morales, the 'Two Bolivias and the Third Bolivian Revolution**. Journal of Latin American Studies, n. 39, p. 133-166, 2007.

ESTENSSORO, V. P. **Decreto Supremo nº 21060**. La Paz, 1985.

FEDERACIÓN SINDICAL DE TRABAJADORES MINEROS DE BOLIVIA.; LORA, G.; CENTRAL OBRERA BOLIVIANA. **Tesis de Pulacayo. Tesis política de la Central Obrera Boliviana**. Oruro, 1978.

FILHO, A. B. **A Bolívia de Evo Morales**. São Paulo: Editora Livro Pronto, 2008.

FINNEGAN, W. **“Leasing the Rain”**. The New Yorker. 8 de abril de 2002.

GARCÍA LINERA, Á.; CHÁVEZ LEÓN, M.; COSTAS MONJE, P. **Sociología de los movimientos sociales en Bolivia : estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política**. La Paz: Oxfam, 2004

GARCÍA LINERA, Á.; STEFANONI, P. **La potencia plebeya : acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. Buenos Aires: CLACSO Prometeo Libros, 2008

GEFFROY KOMADINA, C.; SILES NAVIA, G.; SOTO, M. D. C. **La invención de la comunidad : migración de retorno y economía solidaria en Huancarani**. La Paz: Embajada de Francia en Bolivia, Programa de Investigación Estratégica en Bolivia, 2008

GOOTENBERG, P. **Andean cocaine : the making of a global drug**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008.

GRINDLE, M. S.; DOMINGO, P. **Proclaiming revolution : Bolivia in comparative perspective**. Cambridge: Institute of Latin American Studies ;2003

GRISAFFI, T. **We Are Originarios ... 'We Just Aren't from Here': Coca leaf and Identity Politics in the Chapare, Bolivia**. Bulletin of Latin American Research, v. 29, n. 4, p. 425-439, 2010.

GUSTAFSON, B. **When states act like movements: dismantling local power and seating sovereignty in post-neoliberal Bolivia**. Latin American Perspectives, v. 37, n. 4, agosto 2010.

HARNECKER, M.; FUENTES, F. **MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento Político que surge de los movimientos sociales**. Caracas: Centro Internacional Miranda 2009.

JACKSON, R. H. **Regional markets and agrarian transformation in Bolivia : Cochabamba, 1539-1960**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1994.

KAUP, B. Z. **A Neoliberal Nationalization? : The Constraints on Natural-Gas-Led Development in Bolivia**. Latin American Perspectives, v. 37, n. 3, p. 123-138, maio 2010.

KITSCHOLT, H. **Latin American party systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010

KLEIN, H. **Bolivia - The Evolution of a Multi-Ethnic Society**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992

KLEIN, N. **The shock doctrine : the rise of disaster capitalism**. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2007.

KOHL, B. **Bolivia under Morales: A Work in Progress**. Latin American Perspectives, v. 37, n. 3, p. 107-122, maio 2010.

KOHL, B. H.; FARTHING, L. C. **Impasse in Bolivia : neoliberal hegemony and popular resistance**. Nova Iorque: Zed Books, 2006

KOMADINA, J.; GEFFROY KOMADINA, C. **El poder del movimiento político : estrategia, tramas organizativas e identidad del MAS en Cochabamba (1999-2005)**. La Paz: CESU-UMSS, 2007.

LACLAU, E. **On populist reason**. Nova Iorque: Verso, 2005

LASERNA, R. et al. **La trampa del rentismo**. La Paz: Fundación Milenio, 2006.

LÉONS, M. B.; SANABRIA, H. **Coca, cocaine, and the Bolivian reality**. Albany: State University of New York Press, 1997

MAINWARING, S.; SCULLY, T. **Building democratic institutions : party systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MANSBRIDGE, J. **What Does a Representative Do? Descriptive Representation in Communicative Settings of Distrust, Uncrystallized Interests, and Historically Denigrated Status**. In: PRESS, O. U. (Ed.). *Citizenship in Diverse Societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p.112-136.

MARIÁTEGUI, J. C. **The Problem of the Indian**. In: BECKER, M. (Ed.). *Seven Interpretive Essays on Peruvian Reality*. Austin: University of Texas Press, 1928.

MENDEL, W. W. **Counterdrug Strategy - Illusive Victory: From Blast Furnace to Green Sweep**. *Military Review*, dezembro 1992, p. 74-87

MENEGUELLO, R. **PT : a formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MERCADO, R. Z. **Lo nacional-popular en Bolivia**. La Paz: Plural Editores, 2008

MICHARD, J. **Cooperativas Mineras en Bolivia. Formas de Organizacion, Produccion y Comercializacion.** La Paz: Centro de Documentacion e Informacion, 2008.

MICHELS, R. **Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy.** Kitchener: Batoche Books, 2001.

MOLINA BARRIOS, R.; ALBÓ, X. **Gama étnica y lingüística de la población boliviana.** La Paz: Sistema de las Naciones Unidas en Bolivia, 2006

MOLINA, F. **Conversión sin fe : el MAS y la democracia.** La Paz: Eureka Ediciones, 2007.

MORALES, D. M. **Explaining success and failure of indigenous political participation.** In: CONFERÊNCIA DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Rio de Janeiro, 2009.

NIJENHUIS, G. **Decentralisation and popular participation in Bolivia : the link between local governance and local development.** Utrecht: Koninklijk Nederlands Aardrijkskundig, 2002.

OBARRIO, F. O. **Evo Morales and the Altiplano : Notes for an Electoral Geography of the Movimiento al Socialismo, 2002-2008.** Latin American Perspectives, v. 37, n. 3, p. 91-106, maio 2010.

O'DONNELL, G. A.; IAZZETTA, O.; QUIROGA, H. **Democracia delegativa.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011..

OLIVERA, O.; LEWIS, T. **Cochabamba! : water war in Bolivia.** Cambridge: South End Press, 2004.

O'NEILL, K. **Decentralizing the State : elections, parties, and local power in the Andes.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

ORTUÑO, F. S. **De la coca al poder : políticas públicas de sustitución de la economía de la coca y pobreza en Bolivia, 1975-2004.** Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), 2008.

PETRAS, J. F.; VELTMEYER, H. **Social movements and state power : Argentina, Brazil, Bolivia, Ecuador.** Ann Arbor: Pluto Press, 2005.

PIZZORNO, A. **I soggetti del pluralismo : classi, partiti, sindacati.** Bologna: Il Mulino, 1980.

PNUD-BOLIVIA.; INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **El estado de la opinión : los bolivianos, la constitución y la constituyente.** La Paz: PNUD Bolivia, 2007.

POSTERO, N. **Morales' MAS Government: Building Indigenous Popular Hegemony in Bolivia.** Latin American Perspectives, v. 37, n. 3, p. 18-34, maio 2010.

PRZEWORSKI, A. **The Mechanics of Regime Instability in Latin America.** Journal of Politics in Latin America, v. 1, n. 1, p. 5-36, setembro 2009.

REGALSKY, P. **Political Processes and the Reconfiguration of the State in Bolivia.** Latin American Perspectives, v. 37, n. 3, p. 35-50, maio 2010.

RODRIGUEZ, J. A. A. **Campesinado, coca y estado : sindicalismo y movilizacion de productores de coca en torno al plan trienal de lucha contra el narcotrafico: Cochabamba, 1987-1989.** Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolome de Las Casas, 1994

SANTOS, B. D. S. **Los nuevos movimientos sociales.** OSAL, p. 177-188, 2001.

SARTORI, G. **Parties and party systems : a framework for analysis.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 1976

SHIH, T.-A. **Bolivia: Tracing the Roots of a Social Movement State.** Ethnohistory, v. 56, n. 4, p. 733-739, outono 2009.

SINGER, M.; MORRISON, K. **The 2002 presidential and parliamentary elections in Bolivia**. Electoral Studies, v. 23, p. 143-182, 2004.

SOUSA, R. S. D. **Organização Política e Cultivos Ilegais de Coca na Bolívia - Uma abordagem etnográfica**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 73, p. 27-40, abril 2010.

STEFANONI, P. **El Nacionalismo Indígena en el Poder**. OSAL, v. VI, n. 19, p. 37-44, 2006.

STEFANONI, P. **Evo Morales: de la coca al palacio**. Buenos Aires: Capital Editorial, 2006.

STEFANONI, P. **Uma viagem para Huanuni, o coração mineiro da Bolívia**. Agência Carta Maior. São Paulo, 2006.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Reading: Addison-Wesley Pub, 1978.

TILLY, C. **Social movements, 1768-2004**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

TÓRREZ RUBÍN DE CELIS, Y.; ZEGADA, M. T.; CÁMARA, G. **Movimientos sociales en tiempos de poder : articulaciones y campos de conflicto en el gobierno del MAS (2006-2007)**. Cochabamba: Plural Editores, 2008.

TRAVASSOS, M. **Proyección continental del Brasil**. México: El Cid Editor, 1978.

URIOSTE, M. **Bolívia - da recuperação democrática à agonia dos partidos**. Democracia Viva, n. 24, p. 24-33, out./dez. 2004.

VAN COTT, D. L. **From movements to parties in Latin America : the evolution of ethnic politics**. New York: Cambridge University Press, 2005.

VAN COTT, D. L. **Radical democracy in the Andes**. New York: Cambridge University Press, 2009.

VERA, M. **Pobreza, desigualdad y movilidad social en Bolivia: una síntesis de la evidencia empírica reciente.** Equity and Social Mobility: Theory and Methodology with applications to Bolivia, Brazil, Cuba, and South Africa. Brasília, Brasil: International Policy Center for Inclusive Growth 2007.

WEBBER, J. **From Rebellion to Reform in Bolivia: Class Struggle, Indigenous Liberation, and the Politics of Evo Morales.** Chicago: Haymarket Books, 2011.

_____. Carlos Mesa, Evo Morales and a Divided Bolivia (2003-2005). **Latin American Perspectives**, v. 37, n. 3, p. 51-70, Maio 2010.

WEINER, T. **Legacy of ashes : the history of the CIA.** New York: Anchor Books, 2008.

ZIBECHI, R. **Dispersing power : social movements as anti-state forces.** Oakland: AK Press, 2006.

ŽIŽEK, S. **Contra os direitos humanos.** Mediações, v. 15, n. 1, p. 11-29, 2010.

ZUAZO, M. **Como nació el MAS? La ruralización de la política en Bolivia: entrevistas a 85 parlamentarios del partido.** La Paz: Fundación Ebert, 2008.

Jornais e revistas

La Razón, La Paz, Bolívia. <http://www.la-razon.com/>

La Prensa, La Paz, Bolívia. <http://www.laprensa.com.bo/>

Opinión, Cochabamba, Bolívia. <http://www.opinion.com.bo>

El Deber, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. <http://www.eldeber.com.bo/>

La Jornada, México D.F. <http://www.jornada.unam.mx>

New York Times, Nova Iorque, Estados Unidos. <http://www.nytimes.com/>

Agência Carta Maior, São Paulo, Brasil. <http://www.cartamaior.com.br>

Filmes

“Cocalero” de Alejandro Landes. Argentina/Bolívia, 2007.

“La Guerra del Gás” de Carlos Pronzato. Argentina/Bolívia/Brasil, 2005.

“Our Brand is Crisis” de Rachel Boynton. Estados Unidos/Bolívia, 2005.

Websites oficiais

Corte Nacional Electoral de Bolívia. www.cne.org.bo

Instituto Nacional de Estadística de Bolívia. www.ine.org.bo

Anexo

Movimiento al Socialismo: Declaração de Princípios Ideológicos e Estatuto Orgânico

MOVIMIENTO AL SOCIALISMO



Sigla:
MAS

Colores:
Azul cobalto, negro y blanco

Símbolo:
El emblema: está diseñado en un espacio rectangular, compuesto por dos franjas verticales negras a los bordes, a continuación de cada franja negra una franja vertical blanca, quedando en el centro el azul cobalto ocupando el 70% de todo el espacio y al centro de la bandera el sol entero.

Fundación:
23 de julio de 1987

Personalidad jurídica:
Resolución N° 48/87 del 30 de julio de 1987

Máxima autoridad:
Sr. Evo Morales Ayma

Delegados políticos acreditados ante la Corte Nacional Electoral:

Dr. Héctor Arce Zaconeta, titular
Dra. Isabel Chirinos Alanoca, alterno

Domicilio del partido:
La ciudad de La Paz

Declaración de Principios Ideológicos

I. El colonialismo interno ha fracasado en la construcción de un Estado-Nación moderno

Se han cumplido 500 años de la presencia europea y 176 de vida republicana. Durante estos 500 años hemos estado dominados por la cosmología de la cultura occidental, dominación que no ha alcanzado ninguno de sus objetivos.

En la era colonial, con la plata del cerro de Potosí, hemos financiado la revolución industrial en Europa, pero nosotros no nos hemos industrializado.

Con la República hemos fortalecido las economías de Europa y Estados Unidos, nuestro estaño sirvió para eso, pero no para industrializarnos. La goma, la castaña, la quinina sirvieron para aumentar el poder de Europa y Estados Unidos y no para tomar el camino de nuestra propia industrialización.

Hoy esta misma cosmología de la cultura occidental nos ofrece que exportando gas, ingresaremos a la ruta industrialista, es decir, seremos un país moderno. Otra gran mentira, porque no hay indicio de que caminaremos por la ruta industrialista, modernista; al contrario, hemos aumentado nuestra condición de ser simples y exportadores de materias primas.

Para confirmar nuestras aseveraciones, realicemos un breve análisis de nuestra situación al comenzar el tercer milenio.

Desde la vigencia del 21060, nos han calificado como un país en vías de desarrollo, es decir, ya no somos atrasados, ni dependientes, ni exportadores de materias primas: nos están diciendo que hemos tomado el camino de nuestra industrialización y que hemos ingresado a la modernidad.

Que la economía de mercado con capitalización nos conduce a la modernidad, es decir, nos dirige a

alcanzar los objetivos de la cosmología de la cultura occidental.

El resultado de estas ofertas ha sido:

1. Somos el país más pobre de América Latina, el 97% de los hombres, mujeres y niños que viven en el área rural están en la extrema pobreza mientras en las ciudades el 60% de los habitantes están en la misma situación. El promedio de vida en el área rural es de 50 a 55 años. Nuestros niños y niñas están naciendo con menos de 2 kilos, es decir, nacen con deficiencias físicas y mentales. La tasa de desempleo real sobrepasa el 30% de la población económicamente activa. El ingreso per cápita es el más bajo de América Latina, porque más del 50% de la población no conoce los servicios básicos como la electricidad y agua potable. Somos víctimas de enfermedades endémicas previsible como la tuberculosis, leishmaniasis, la malaria, la fiebre amarilla, y por encima tenemos a dos millones de quechuas y aymaras enfermos con mal de Chagas. La tasa de analfabetos supera el 30% y lo más grave, la tasa de analfabetos funcionales supera el 60% de la población, es decir, han aprendido a leer pero no entienden lo que leen, han aprendido a escribir pero no pueden redactar una carta.

2. Nuestras ciudades no fueron ni son centros industriales. Las pocas fábricas con las que contamos no son autorizadas y ninguna de ellas son competitivas y menos aún están dentro la economía de mercado. La denominada agroindustria, si no está subvencionada, entra de inmediato a la quiebra y a la ruina. Ese es el caso presente de la agroindustria cruceña que acaba de declararse enemiga del modelo de la economía de mercado. El denominado desarrollo alternativo, por las mismas razones, fracasó ruidosamente. La tradicional industria minera cayó en ruinas.

La acción de la globalización ha colocado en ruinas a nuestros supuestos empresarios privados. La globalización no es otra cosa que los grandes consorcios de los países del norte, es decir, los industriales

que buscan adueñarse, por el camino de la capitalización o privatización, de las riquezas más apetecidas que estuvieron en manos del Estado y en los países del continente latinoamericano. En el caso nuestro, son las empresas norteamericanas las que se han adueñado del petróleo, del gas y de la electricidad. Estas continúan creciendo a costas de matar de hambre a más de mil millones de seres humanos, y dejar en la miseria a otros 3 mil millones.

Estos son los resultados por haber tomado el camino de copiar y remedar los fundamentos de la cultura occidental. El colonialismo externo e interno en los más de 500 años, nos han mantenido en la extrema pobreza, en la explotación despiadada, en masacres permanentes, en conceptos racistas intolerables. Los conceptos de globalización y economía de mercado se enmarcan en la cosmología occidental, como el viejo concepto de Progreso que se desprendía del paradigma científico de la modernidad. En la era del estaño no alcanzamos a ser un país industrializado. Ahora que llega a su fin el cientificismo de la modernidad, definitivamente no es posible ni siquiera aplicar el concepto de desarrollo.

El concepto de desarrollo ha nacido muerto para Bolivia como para toda la región sur del mundo. La razón fundamental es que el Atomismo Industrialista de occidente ha tocado fondo. El denominado siglo de las luces de occidente ha caducado y ya no es ninguna opción para la humanidad.

El Estado boliviano

Por copiar, por remedar los fundamentos de la cultura occidental, el Estado ha sido siempre controlado por las elites del colonialismo interno, ya sea por el camino de las dictaduras militares o por la denominada democracia representativa, expresada por los partidos políticos neoliberales. No existe realmente la independencia de los poderes. El poder Ejecutivo controla a los poderes Legislativo y Judicial. El Ejército y la Policía están educados en la doctrina de la seguridad nacional. Si ayer el peligro contra la "seguridad nacional" eran los comunistas, en la actualidad tanto la Policía como el Ejército se encargaban de acribillar a los comunistas en nombre del Estado y la libertad. En el presente periodo, la hoja de coca y el "terrorismo" son los enemigos declarados de la doctrina de la seguridad mientras el Ejército y la Policía han tomado el camino de liquidar el movimiento social y cultural de los cocaleros, los indígenas, los hombres y mujeres sin tierra, dizque combatiendo el terrorismo y en defensa de los principios de la cosmología de la cultura occidental.

Todos somos conscientes que cuando se acabó el peligro comunista, aumentó vertiginosamente la extrema pobreza en América Latina, en África y el

Asia donde viven cerca de 4 millones de habitantes. En la lucha contra la hoja de coca y el terrorismo, los bolivianos estamos condenados a morirnos de hambre junto a miles de millones de habitantes del sur del continente. La doctrina de la seguridad de la cultura occidental se nos está imponiendo por el poder bélico, por la trampa de la globalización y la denominada economía de mercado.

Los resultados finales de la cosmología de la cultura occidental

Sólo los países del norte son industrializados y en ellos viven cerca de mil millones de habitantes: "son mil millones de PRIVILEGIADOS que se llevan el 66% de la producción alimentaria del mundo, el 75% de los metales, el 85% de la madera. Utilizan el 90% de los créditos de investigación y desarrollo y el 80% de los gastos en educación. En el norte, 100 millones se desplazan en automóviles, contribuyendo al 14% de las emisiones de gases tóxicos. Los mil millones de norteamericanos obtienen el 40% de sus calorías de las grasas animales. Consumen tres veces más grasas por persona que los 4 mil millones de hombres y mujeres restantes. Consumen el 40% de la cosecha mundial de granos. En cambio tenemos más de mil millones de excluidos que vamos a pie, no tenemos agua potable ni electricidad. No sabemos leer ni escribir, nuestra renta es inferior a un dólar por día y sólo nos llega el 1,4% de la riqueza mundial. Tenemos 600 millones de personas con desnutrición crónica y estamos castigados con el retraso en el crecimiento físico y mental y la muerte prematura. Cien millones no tenemos techo para vivir".

Los otros tres millones de ciudadanos, pertenecientes a las clases medias, viven ya en el desequilibrio y están predestinados a aproximarse a la tragedia de millones de excluidos.

Con la globalización y la economía de mercado, está cerrada definitivamente toda posibilidad que 4 mil millones de excluidos algún día alcancemos el nivel de vida de los mil millones de privilegiados que viven en los países industrializados. Por los datos señalados arriba para alcanzar el nivel de vida de los países industrializados, requerimos de dos planetas Tierra adicionales.

A fin de privilegiar a sus mil millones de habitantes y condenarnos a 4 mil millones a la pobreza y extrema pobreza, las sociedades industrializadas se apoyan en los siguientes paradigmas:

El filósofo Federico Hegel decía que necesariamente en el mundo tenía que haber esclavos y amos, es decir, ricos y pobres. Los ricos siempre son una minoría y los pobres son una mayoría. Sin este andamiaje la sociedad occidental no puede existir. Siguiendo este principio, los teóricos de la economía occidental sentaron las bases de la economía de inter-

cambio y acumulación capitalistas que les ha permitido durante los últimos tres siglos llevarse en promedio el 70% de la producción mundial.

Sobre estos paradigmas o principios se levantó el concepto de Estado para regular la existencia de amos y esclavos, de ricos y pobres, de opresores y oprimidos. Sobre estos mismos conceptos se levantó la idea de que libertad es libertad de comercio, la libertad de escoger entre ser rico o ser pobre, y la libertad de la empresa privada.

Sobre estos mismos principios, la sociedad está dividida entre los malos y los buenos, entre el mal y el bien. El bien lo encarnan los paradigmas de la sociedad occidental y el mal todos los que no estamos de acuerdo con la cultura occidental. También su industrialización que se fundamenta en el principio de que "la primacía del pensar sobre el ser, de la mente sobre el cuerpo" tiene el destino de dominar a la naturaleza con los instrumentos de su propia creación como son la tecnología y la industrialización. Para el pensamiento occidental el crecimiento es infinito, porque tanto las riquezas renovables como las no renovables del planeta son también infinitas.

Para hacer que el crecimiento y la naturaleza sean infinitos, la revolución industrial como signo de modernismo nos arrojó el homo faber (el hombre fabricante) como sinónimo de la era de la máquina, del dominio de ésta sobre la naturaleza. El paradigma mecanicista de la cultura occidental ha conducido a que el hombre sea amo y señor de la creación y que su misión sea dominarla. Considera a la naturaleza como un ente sin vida y sin capacidad de autorregularse, es decir, rompe con la naturaleza para dominarla, para erigirse en su amo y señor.

Los paradigmas de la cultura occidental nos han conducido a que la era de la industrialización perfora la capa de ozono, poniendo en peligro la vida en el planeta tierra. Ha dividido al planeta tierra en un puñado de ricos y miles de millones de pobres. La cosmología occidental ha roto con lo más sagrado del ser humano como es su relación simbiótica (armónica) con su entorno y en consecuencia ha producido su desequilibrio con la naturaleza.

Por lo tanto, los fundamentos económicos de la sociedad occidental de intercambio y acumulación capitalista sólo nos conducen a una mayor pobreza. La globalización es una forma efectiva de adueñarse de nuestras riquezas que, por un lado, sostiene la hegemonía y el crecimiento de los países industrializados y, por el otro lado, aumenta nuestra pobreza: la economía de mercado acentúa el poder de los países industrializados en contra nuestra, para mantenernos atados en la caridad y la limosna a nombre de una supuesta ayuda para el desarrollo.

II. Nuestras raíces culturales: la cultura andina y amazónica han triunfado sobre los fundamentos de la cultura occidental

Nuestra cultura andina y amazónica es fundamentalmente simbiótica y de total equilibrio con la naturaleza: el hombre no es el señor ni el gerente ni el amo del planeta tierra. Somos parte de él, somos parte del todo, somos un colaborador consciente, somos seres que ayudamos a parir la Tierra, somos comunarios que ayudamos a criar la vida.

Para nosotros el planeta tierra tiene vida, es inteligente y autorregulado. A este principio nuestros antepasados le han denominado Pachamama, es decir madre tierra y a ella no podemos violarla a título de dominarla, no podemos venderla ni comprarla, porque somos parte de ella y en ella criamos la vida. Pachamama quiere decir que el ser humano vive con y para la tierra y es lo contrario de la cultura occidental que vive de la tierra y sobre la tierra. Para nuestra cultura, la tierra es vida por eso no sólo le rendimos nuestro tributo, sino que le agradecemos porque es el espacio habitado por los hombres. La Pachamama es nuestra protectora y cuidadora por excelencia. Es una madre que ampara a sus hijos y que les da los alimentos que necesitan para vivir.

Este principio simbiótico del concepto Pachamama, de vivir con y para la tierra, es también el principio del equilibrio con la naturaleza, que es el único camino que nos queda para preservar la vida en el planeta. De lo contrario, los principios o paradigmas de la sociedad occidental continuarán destruyendo la vida en el planeta tierra y se cumplirá la vieja sentencia indígena: "enseñales a tus hijos lo que hemos enseñado a los nuestros: que la tierra es nuestra madre. Todo cuanto hiere a la tierra, hiere a los hijos e hijas de la tierra. Si los hombres escupen en el suelo, escupen sobre sí mismos". "Una cosa sabemos, que la tierra no le pertenece al hombre, es el hombre que le pertenece a la tierra. De eso estamos seguros. Todas las cosas están relacionadas entre sí como la sangre que une a una familia. Todo está relacionado. Lo que hiere a la tierra, hiere también a los hijos e hijas de la tierra. No fue el hombre el que tejó la trama de la vida; él es sólo un hilo de la misma. Todo cuanto haga con la trama se lo hará a sí mismo" (*Un jefe indígena de las pieles rojas en carta dirigida a George Washington, Presidente de los EE UU*).

Tenemos un deber sagrado con la humanidad, el de luchar por retomar el paradigma de una sociedad simbiótica y de total equilibrio con la naturaleza, cuya mayor expresión es el concepto de Pachamama. De lo contrario el industrialismo occidental continuará con su tarea de destruir la vida en el planeta tierra.

Si la economía capitalista de intercambio y acumulación, que supone también el poder de la propiedad

privada, nos han traído la extrema pobreza, no tenemos otra opción que reponer nuestros principios económicos de reciprocidad y redistribución, es decir, producir para el bien común. Para ello es necesario el control vertical y transversal de los pisos ecológicos que nos permitirá crear abundancia y calidad de vida. Por un largo periodo se realizará un *Tink'u* entre la economía capitalista de intercambio y acumulación con la economía de reciprocidad y redistribución. En este marco nuestros municipios deben funcionar bajo la filosofía del *Ayllu*, del *Ayni*, la *Mink'a* y la *Minga*, en ningún caso bajo los principios de la economía de mercado capitalista.

Naturalmente la cultura andina y amazónica tiene una enorme conciencia ecológica, que demuestra que entre el hombre y la naturaleza no sólo hay continuidad sino también interdependencia y complementariedad, y asimismo borra toda enemistad entre el hombre y la naturaleza. Al considerarse su criatura cooperó y cooperará a criar la vida. Por ello mismo nuestro concepto de solidaridad entre los seres humanos y la reciprocidad alumbran el futuro de la humanidad.

Estos fundamentos inquebrantables de nuestras raíces culturales anunciados en el denominado Club de Roma en 1973, planteó la necesidad de poner "límites al crecimiento" y "Detener la industrialización si queremos sobrevivir como humanidad". Reclamó que el denominado "Ajuste estructural se lo debe realizar en los países industrializados y no así en los países del sur del mundo". La respuesta, no obstante, fue una mayor industrialización e incremento de la pobreza para 4 mil millones de personas.

Durante los últimos 10 años, la ONU y el PNUD insistentemente nos han hablado del concepto de Desarrollo Humano (reducido a salud y educación) como el rol primordial del Estado mientras el crecimiento económico y la competitividad estará a cargo de la empresa privada. Este concepto de Desarrollo Humano parte del principio de que el ser humano no es parte de la naturaleza, por eso vuelve a proponer crecimiento y competitividad que nos empujan a continuar hiriendo de muerte a la naturaleza y planeta tierra en general.

III. En nuestras raíces radica el poder ideológico de nuestro movimiento

1. Redefinir nuestras proposiciones ideológicas, con la finalidad de transformarnos en la nueva luz de esperanza para los bolivianos, América Latina y el mundo

En el campo del conocimiento, el universo y el planeta son uno. El ser humano es parte inseparable de la naturaleza, somos adversarios del paradigma newtoniano que el mundo es una máquina inanimada gobernada por las leyes matemáticas eternas. Somos

adversarios del siglo de las luces, encarnados en John Locke, Thomas Hobbes, filósofos y economistas ingleses y de los fundamentos económicos de Adam Smith, todos ellos ideólogos de la actual sociedad industrial, de la llamada sociedad moderna.

La sociedad que queremos

En nuestras raíces sabemos que fuimos una sociedad fraternal de abundancia, que vivimos en democracia de consenso, es decir igualitaria. Lo más importante fue que vivimos en equilibrio y en simbiosis con nuestro entorno y sobre todo fuimos una sociedad de derecho materno y paterno (de unidad hombre y mujer).

La economía de reciprocidad y redistribución estuvieron destinadas a preservar la naturaleza y por ello mismo nuestra economía creó abundancia y vida, porque la producción estaba destinada al bien común, a satisfacer la necesidad del prójimo y del otro. La alimentación estaba asegurada para enfrentar los periodos de sequía, inclusive para alimentar a los ancianos y los huérfanos. En cambio en nuestra economía de reciprocidad lo individual estaba sometido a lo comunitario. Nuestros principios económicos estaban destinados al Ser y no al Tener.

Estamos obligados a reponer nuestros principios étnicos de no robar, no mentir, no ser flojo, no violar, no matar. Estamos obligados a luchar para que la economía esté subordinada a preservar la naturaleza y que la producción esté destinada al bien común y en beneficio de los seres vivientes.

Por lo tanto, rechazamos el Crecimiento Occidental Infinito, porque las riquezas renovables y no renovables del planeta no son infinitas. Tenemos que producir lo necesario para satisfacer nuestras necesidades humanas.

Tenemos que luchar y predicar para que la economía agraria y la producción agrícola estén destinadas a Preservar Nuestro Ecosistema, de lo contrario, nos estamos destruyendo a nosotros mismos. La producción agrícola no debe estar subordinada al principio de que debemos exportar para vivir.

Debemos alertar a los miles de millones del sur del mundo, a los antiglobalizadores del norte, que su actual estilo de vida no sólo que no puede generalizarse, sino que además es insostenible en el tiempo.

Revisemos los datos: "el 18% del mundo consume el 82% de la energía disponible, si el 82% de la población restante tuviese que consumir la misma cantidad de energía que el 18%, no habría futuro para nadie. Por ejemplo, si todos tuviésemos que consumir la misma cantidad del papel que Estados Unidos (que representa el 6% de la población mundial), en dos

años no quedaría un solo árbol sobre el planeta. En 1960 los países industrializados del Norte eran 20 veces más ricos que los del Sur, en 1980 son 46 veces más ricos que nosotros. Esa proporción es la misma al interior de nuestros países entre ricos y pobres".

Estamos obligados a luchar y predicar que el Norte reduzca la carga ambiental y pague la deuda ecológica acumulada por el uso de la biósfera y la contaminación de la misma a partir de la revolución industrial, es decir, desde hace cuatro siglos atrás.

Desde este ángulo, es el Norte el causante del desequilibrio ecológico. Persistir a estas alturas con el crecimiento infinito del Norte, por el camino de la globalización y la economía de mercado, es acelerar los desequilibrios ecológicos actuales. El ajuste ecológico no corresponde al Sur sino totalmente al Norte.

Tiene que abandonar sus actuales niveles de consumo, tiene que abandonar sus actuales paradigmas industrialistas, si de veraz queremos superar la profunda crisis que soporta la naturaleza, nuestro planeta tierra y si de veras queremos superar la profunda crisis de la sociedad humana. "Los ajustes estructurales" que ellos imponen están denunciando que no tienen otra salida que mantener los privilegios de sus mil millones de habitantes y asaltar como un ave de rapiña nuestras riquezas naturales.

Ha llegado la hora de predicar nuestros viejos paradigmas que nos permitirán ganar la inteligencia boliviana, latinoamericana y mundial. Nuestros paradigmas encarnan el futuro de la humanidad, trabajemos incansablemente en nuestra propia perspectiva para convertirnos en un movimiento nacional, americano y mundial.

Estatuto Orgánico o Carta Fundamental

Título I Disposiciones Generales

Introducción. El Movimiento al Socialismo (MAS) ha estado siempre al servicio del pueblo boliviano y de los sectores mayoritarios, al servicio de la soberanía nacional y de los altos intereses de la Patria; por ello el MAS refleja la participación de sectores sociales emergentes en la vida política nacional, representando alternativas nuevas para el desarrollo social, económico, político e institucional del país.

Artículo 1° (Denominación y sigla). Se establece la denominación y sigla del partido como Movimiento al Socialismo (MAS).

Artículo 2° (Colores, símbolo y emblema). Se ratifican los colores, emblema y símbolos del partido. Siendo los colores: el azul cobalto, el negro y el blanco. El emblema: está diseñado en un espacio rectangular, compuesto por dos franjas verticales negras a los bordes, a continuación de cada franja negra una franja vertical blanca, quedando en el centro el azul cobalto ocupando el 70% de todo el espacio y al centro de la bandera el sol entero. Asimismo, a los demás símbolos vigentes, se incorpora el sol entero.

Artículo 3° (Domicilio). Se señala como domicilio del partido la ciudad de La Paz.

Artículo 4° (Constitución). El Movimiento al Socialismo (MAS) es una fuerza democrática nacional y participativa, que reconoce y acata la Constitución Política del Estado y se somete a la estructura jurídica de la República.

Artículo 5°. El partido reconoce todas las formas de organización democrática existentes en la diversidad social y cultural de Bolivia.

Artículo 6° (Fines y objetivos). Los fines y objetivos del Movimiento al Socialismo son los siguientes:

- a) Propugna la unidad de los trabajadores obreros, campesinos, indígenas, pueblos originarios, intelectuales, del campo, de la ciudad y del pueblo boliviano. En observancia al artículo 1ero. de la Constitución Política del Estado, proclama su adhesión a los principios multiétnicos que conforma la raíz de la nacionalidad boliviana.
- b) Propugna el respeto de la identidad, las costumbres y tradiciones de las distintas culturas indígenas y etnias nativas y originarias que conforman nuestro país.
- c) Hacer cumplir la Constitución Política del Estado. Defender y hacer respetar los Derechos Humanos y sociales.
- d) Defensa de los recursos naturales, del patrimonio de la nación, del territorio y el medio ambiente, como factores esenciales de la soberanía nacional.
- e) Defender la Democracia, las organizaciones sindicales, Originarias, Indígenas, Populares y sociales de acuerdo con los intereses de las mayorías nacionales.

Artículo 7°. El MAS fuera de constituir una fuerza organizada, nacional y popular, que además de estar personificada en su programa de principios, en su Programa de Gobierno y en su Estatuto Orgánico, es por sobre todo, una conducta pública de entrega al servicio de Bolivia y de su pueblo.

Título II Estructura Organizativa

Artículo 8°. El MAS se estructura en función a la división Territorial y Político Administrativa de la República. También se estructura en base a la actividad ocupacional de grandes agrupaciones sociales o de identidad cultural.

Artículo 9°. Los militantes y simpatizantes, participan en la vida orgánica del Partido a través de sus organizaciones naturales.

Queda terminantemente prohibido a los militantes del MAS inscribirse, hacer militancia en otro u otros partidos políticos inscritos ante la CNE.

Artículo 10°. El MAS en su estructura orgánica, adopta las siguientes Instancias de Decisión:

- a) Congreso Nacional Ordinario.
- b) Congreso Nacional Extraordinario.
- c) Ampliado Nacional.
- d) Dirección Nacional.
- e) Comité Ejecutivo de la Dirección Nacional.
- f) Congreso Ordinario Departamental, Regional, Provincial, Seccional y Sectorial.
- g) Congreso Extraordinario Departamental, Regional, Provincial, Seccional y Sectorial.
- h) Ampliado Departamental.
- i) Dirección Departamental.
- j) Ampliados Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales.
- k) Direcciones Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales.

Título III Congresos Nacionales

Artículo 11° (Congresos ordinarios). Obligatoria y ordinariamente el MAS se reunirá en Congreso Nacional Ordinario cada dos años y Extraordinariamente, cuantas veces sea necesario y sea convocado por la Dirección Nacional.

Artículo 12°. Se denomina Congreso Nacional Ordinario del MAS a la reunión de Dirigentes Nacionales, Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales, Sectoriales, y de los delegados de base elegidos conforme a convocatoria.

Artículo 13°. Los delegados o delegadas serán elegidos al Congreso por las organizaciones de base del MAS, de acuerdo a convocatoria pública emitida por la Dirección Nacional.

Artículo 14°. Cada delegación deberá estar integrada con la participación de mujeres y varones. Debiendo contar con una participación del 30% o más de las mujeres.

Artículo 15°. El Congreso será convocado públicamente por lo menos 60 días antes de su realización, por la Dirección Nacional de acuerdo a temario.

Artículo 16°. Siendo el Congreso Nacional del MAS la máxima autoridad, contempla entre las atribuciones inherentes a su carácter las siguientes:

- a) De elegir a los miembros de la Dirección Nacional del MAS en los marcos del respeto pleno al ejercicio de la democracia interna, mediante elecciones libres, voto directo y secreto. Su elección requerirá mayoría absoluta de los concurrentes a dicho evento o por consenso de acuerdo a la modalidad que decida el Congreso.
- b) Aprobar, reformar y contemplar la Declaración de Principios, Programas de Gobierno, Estatuto Orgánico y todas las disposiciones y reglamentaciones emanadas del MAS.
- c) Revisar en última instancia las resoluciones de las sanciones impuestas por los organismos competentes internos contra dirigentes y militantes del partido cualquiera sea su jerarquía.
- d) Revisar en última instancia las resoluciones de las sanciones impuestas por el Tribunal de Honor y las Comisiones de Ética y Disciplina contra dirigentes y militantes del partido, cualquiera sea su jerarquía.
- e) Revisar de oficio las alianzas políticas aprobadas por el Ampliado Nacional del MAS para su ratificación o rechazo, en éste último caso la participación del MAS-IPSP en tales alianzas quedará disuelta.
- f) Aprobar por tres cuartas partes de los asistentes, la fusión del MAS con otra u otras organizaciones políticas, que tengan objetivos políticos nacionales históricos y sociales comunes, una conducta al servicio de los desposeídos, del pueblo boliviano y de los intereses de la nación, además de coincidir con los Principios, Programas y Estatuto del MAS.

Artículo 17°. La Dirección del Congreso será encomendada al Presidium elegido de entre los asistentes al mismo. A la elección y posesión del Presidium cesan en sus funciones todos los dirigentes nacionales.

Artículo 18° (Congresos extraordinarios). El Congreso Extraordinario será convocado por la Dirección Nacional ejecutiva del MAS únicamente cuando existan problemas internos urgentes y de carácter Nacional, bajo temario específico y con 15 días de antelación a su realización.

Artículo 19°. La Dirección del Congreso extraordinario estará encomendada a la Dirección Nacional.

Título IV Ampliado Nacional

Artículo 20°. Se denomina Ampliado Nacional a la reunión de la Dirección Nacional, Direcciones Departamentales y Direcciones Municipales.

Artículo 21°. Los ampliados Nacionales se reunirán a convocatoria de la Dirección Nacional cuando

la misma lo considere necesario o a solicitud de 3 Direcciones Departamentales, con un mínimo de 15 días de antelación, bajo temario específico.

Artículo 22°. Los ampliados serán convocados con carácter obligatorio una vez por año.

Artículo 23°. El Ampliado Nacional tiene las siguientes atribuciones:

- a) Aprobar políticas referentes a la coyuntura nacional, en el campo Económico-Administrativo, Político y Social, dentro del marco de los principios y lineamientos político ideológicos, aprobados en Congreso Nacional del Partido.
- b) Aprobar las alianzas político electorales con otros partidos por dos terceras partes de los delegados concurrentes, previo análisis y discusión sobre los puntos programáticos de coincidencia y la plataforma de lucha para encarar las tareas políticas que correspondan.
- c) De aprobarse una alianza electoral, el ampliado definirá las características de dicha Alianza: tiempo, condiciones y formas de trabajo.
- d) De conocer y resolver toda denuncia interna de carácter política, administrativa y de funcionamiento que no fuere resuelta por las direcciones intermedias. Pudiendo derivar los mismos a la Comisión Nacional pertinente, en éste último caso la decisión también estará en manos de dicha Comisión.

Título V Dirección Nacional

Artículo 24°. La elección de la Dirección Nacional se sujetará a los marcos que establece el presente Estatuto Orgánico y la Ley de Partido Políticos.

Artículo 25°. Excepcionalmente en caso de muerte, renuncia, expulsión o ausencia por motivos de fuerza mayor de algún miembro de la Dirección Nacional, se elegirá a su reemplazante en Congreso Extraordinario.

Artículo 26°. Los Dirigentes y Representantes del MAS tienen la obligación de bajar permanentemente a las bases, para mantenerlos informados sobre las actividades y tareas que están realizando.

Artículo 27° (Requisitos para ser dirigente nacional). Para ser miembro de la Dirección Nacional u otros organismos del MAS se requiere estar afiliado al partido y haber prestado al país y a la causa popular relevantes servicios.

Artículo 28°. La Dirección Nacional del Movimiento al Socialismo (MAS) está compuesta por:

1. Presidente.
2. Vicepresidente.
3. Secretaria de Relaciones Internacionales.
4. Comisión Política compuesta por cinco miembros.
5. Comisión Orgánica compuesta por cinco miembros y con las siguientes carteras:
 - a) Secretaría de asuntos de Género y Generacionales.
 - b) Secretaría de Juventudes.
 - c) Secretaría de Asuntos Urbanos.
 - d) Secretaría de Fortalecimiento de Comunidades.
 - e) Secretaría de Comunicación Social.
6. Comisión Económica compuesta por 3 miembros.
7. Comisión de Fiscalización compuesta por 2 miembros.

Artículo 29°. La Dirección Nacional tiene como representante a nivel nacional y como responsable político al Presidente del partido.

Artículo 30°. Si el Presidente quedará imposibilitado temporalmente de ejercer sus funciones por motivo de enfermedad grave, será suplido eventualmente, por el Vicepresidente del MAS por el tiempo que sea necesario.

Artículo 31°. En caso de impedimento definitivo del Presidente, el Vicepresidente asumirá sus funciones interinamente y convocará de inmediato al Congreso Extraordinario, que deberá reunirse dentro de los 30 días siguientes para la elección del nuevo presidente de acuerdo al artículo 25 del presente Estatuto Orgánico.

Artículo 32° (Funciones y atribuciones de la dirección nacional). Son funciones y atribuciones de la Dirección Nacional:

- a) Generar propuestas, planes, proyectos, programas y definir objetivos y metas para el accionar dentro de los principios del MAS.
- b) Analizar y considerar los aspectos económicos, sociales, políticos, internacionales, institucionales del país y todas aquellas cuestiones que se consideren de importancia para la marcha y conducción del MAS.
- c) Disponer la creación de nuevas organizaciones para la mejor marcha del MAS.
- d) Llenar los vacíos no previstos en el presente Estatuto Orgánico o carta fundamental, en consulta con los organismos Departamentales y Municipios.
- e) Conceder condecoraciones y otras distinciones especiales a los militares o dirigentes del MAS o de la patria previa resolución del Tribunal de Honor.
- f) Decretar la aprobación de las listas de los candidatos que el Partido presentará para cargos públicos electivos, previamente designados por los organismos Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales.

- g) Orientar la acción parlamentaria y municipal de los representantes nacionales del MAS, en consulta con las diferentes Direcciones.

Artículo 33° (Atribuciones del Presidente).

Son funciones y atribuciones del Presidente del MAS las siguientes:

- a) El Presidente del MAS representa a la Dirección Nacional y al partido en todos los eventos públicos, así como aquellos que convengan al interés del MAS.
- b) Convocar y Constituir el Presidium en los Congresos Ordinarios y Presidir los Congresos Extraordinarios, Ampliados Nacionales y la reunión de la Dirección Nacional.
- c) Cumplir las Resoluciones y Disposiciones de los Congresos Nacionales y Ampliados Nacionales, de acuerdo a las necesidades internas y del interés nacional.
- d) Rendir informe de la labor cumplida por la Dirección Nacional a los Congresos Nacionales y Departamentales, así como a los ampliados Nacionales.
- e) Suscribir acuerdos políticos previa consulta con la dirección Nacional y las Direcciones Departamentales, los que obligatoriamente deberán ser ratificados en ampliado Nacional para su plena vigencia.
- f) Hacer Declaraciones de carácter público, individual o conjuntamente con otros dirigentes de la Dirección Nacional y Departamentales.
El presidente será juzgado por su labor partidaria en única instancia en Congreso Nacional Ordinario, o extraordinario convocados para el efecto las decisiones del Congreso sobre este asunto deberán adoptarse por dos tercios de votos.

Artículo 34° (Funciones y atribuciones del Vicepresidente nacional). El Vicepresidente tiene como función específica coordinar la labor de los Secretarios y Consejos Nacionales y Departamentales. Representa al MAS en asuntos expresamente encomendados por el Comité Ejecutivo a cuya instancia está obligado a elevar informe de sus tareas periódicamente, representa al Presidente de acuerdo a los Art. 30° y 31° del presente Estatuto Orgánico.

Artículo 35° (Atribuciones de la Secretaría de Relaciones Exteriores). La Secretaría de Relaciones Exteriores tiene las siguientes funciones:

- a) Definir y ejercer la Política internacional del MAS.
- b) Mantener Relaciones con los Gobiernos y Organizaciones de todo el Planeta que tengan afinidad con nuestra ideología.
- c) Delinear la propuesta referente a Derecho Internacional Público del gobierno de Bolivia para con los distintos países del mundo.

Artículo 36° (Comisión Política). La Comisión Política tiene entre las siguientes atribuciones:

- a) Aplicar los planes, propuestas proyectos y programas delineados por la Dirección Nacional y su Comisión.
- b) Operativizar el trabajo nacional para alcanzar los fines y objetivos trazados por los Congresos, Ampliados y la Dirección Nacional.
- c) Realizar un permanente análisis de coyuntura y dirigir el accionar del Partido en función del mencionado análisis
- d) Activar el relacionamiento con los partidos y organizaciones políticas nacionales.
- e) Delinear la formación política e ideológica del partido.
- f) Desarrollar la formación de los militantes y simpatizantes en el campo político e ideológico.
- g) Velar porque la educación política no sólo llegue a los miembros del partido sino a los simpatizantes y al pueblo en general.

Artículo 37° (Comisión Orgánica). Entre otros la comisión orgánica tiene las siguientes atribuciones:

- a) Hacer cumplir el funcionamiento de las distintas instancias partidarias.
- b) Coordinar la labor orgánica de la dirección Nacional con las Direcciones Departamentales, Regionales, Provincial, Seccional y Sectorial.
- c) Velar por el crecimiento y fortalecimiento del partido, permitiendo que este llega a todas las instancias vivas de nuestra sociedad.
- d) Definir y aplicar la política de comunicación social del partido.
- e) Difundir el pensamiento político e ideológico del partido.
- f) Mantener informado de las actividades partidarias a todos los militantes del partido.
- g) Adoptar políticas de publicidad para las campañas de Elecciones Nacionales y Municipales, en consulta con la Dirección Nacional y Direcciones Departamentales.
- h) Difundir el Boletín Informativo Nacional con actividades del partido y de nuestros parlamentarios y autoridades electas.
- i) Impulsar la mayor participación de la mujer en las diferentes actividades y decisiones del partido. Haciendo que se respete el 30 por ciento de la participación de la mujer en todas las instancias partidarias y la integración efectiva de los jóvenes mayores de 16 años y menores de 18 años, reconociéndoles una categoría especial para desarrollar en ellos principios de civismo, de defensa de nuestros recursos naturales y la soberanía del país, con el fin de forjar nuevos dirigentes para el bien de la Patria.
- j) Velar y defender la participación de las compañeras en todas las instancias de decisión partidaria.
- k) Incentivar la camaradería y el respeto, entre hombres y mujeres, para el desarrollo del MAS a nivel nacional.
- l) Realizar campañas contra la discriminación y la represión que sufre la mujer en su vida cotidiana.

- ll) Denunciar todo acto del Estado o de particulares que atente el desarrollo normal de las mujeres en nuestra sociedad.
- m) Desarrollar el crecimiento del partido en las diferentes ciudades de nuestro país.
- n) Incentivar la creación de locales y oficinas del partido en las diferentes zonas de cada ciudad.
- ñ) Velar para que se mantenga una fluida relación entre los militantes y dirigentes de la ciudad y del campo.
- o) Impulsar la mayor participación de las diferentes etnias, comunidades indígenas y originarias en las actividades y decisiones del partido.
- p) Incentivar la camaradería y el respeto, entre las etnias, comunidades originarias e indígenas, para el desarrollo del MAS a nivel nacional.
- q) Realizar campañas contra toda clase de discriminación racial y segregación.
- r) Denunciar todo acto del Estado o de particulares, que atente el desarrollo normal de las etnias, comunidades originarias e indígenas en nuestra sociedad.
- s) Los Parlamentarios y Concejales en ejercicio de sus funciones, coordinarán sus actividades con cada uno de los Consejos y Secretarías que conforman la Dirección Nacional.

Artículo 38° (Comisión Económica y Administrativa). La Comisión económica, tiene las siguientes funciones:

- a) Administrar el patrimonio del partido.
- b) Proponer formas y montos de aportes económicos de los militantes del partido y otras formas de canalización de recursos económicos.
- c) Fiscalizar el manejo económico de las Direcciones Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales.
- d) Adoptar Políticas y reglamentos para la obtención de recursos económicos así como para su disposición y gasto en actividades del partido.
- e) Hacer cumplir las disposiciones de la Ley Electoral y su reglamento en cuanto al manejo económico y financiero del patrimonio del partido.

Artículo 39° (Comisión de Fiscalización). La Comisión de Fiscalización tiene entre otras las siguientes atribuciones:

- a) Fiscalizar el buen uso y manejo de sus recursos económicos, de su patrimonio y demás bienes del partido.
- b) Fiscalizar la labor de la Comisión Económica y Administrativo. A este efecto tendrá acceso irrestricto a toda la documentación inherente al manejo económico y al patrimonio del partido.
- c) Solicitar informes a la Comisión Económica y Administrativo y a las direcciones partidarias sobre manejos y administración de los recursos económicos.
- d) En caso de existir indicios de irregularidades, solicitar auditorías sobre la gestión económica del Consejo Económico y Administrativo.

Título VI Del Comité Ejecutivo de la Dirección Nacional

Artículo 40°. El Comité Ejecutivo de la Dirección Nacional está conformada por siete miembros constituidos por el Presidente, Vicepresidente, Secretario de Relaciones Internacionales, un miembro de la Comisión Política acreditada por su Comisión, un miembro de la Comisión Orgánica acreditada por su Comisión y un Miembro de la Comisión de Fiscalización acreditada por su Comisión.

Artículo 41°. Sus atribuciones entre otras son las siguientes:

- a) Operativizar las Resoluciones y conclusiones adoptadas por la Dirección Nacional y su propia instancia.
- b) Aplicar y ejecutar las políticas nacionales del partido.

Título VII De los candidatos para las Elecciones Nacionales y Municipales

Artículo 42°. Los candidatos para las elecciones nacionales y Municipales serán elegidos por las bases a través del voto directo, en Ampliados, Asambleas, Cabildos o formas democráticas que cada sector considere adecuado, en los marcos que establece la Ley y el presente Estatuto. Debiendo estar compuesto por hombres y mujeres que cumplan con el Art. 77° del presente Estatuto Orgánico. La participación de la mujer deberá ser igual o superior al 30 por ciento del total de las listas.

Artículo 43°. Los candidatos no deberán estar comprometidos con hechos y acciones contrarias a los principios y programas del MAS, ni tener faltas contra la organización que le postule.

Título VIII De las bancadas parlamentarias y municipales

Artículo 44°. Tiene carácter obligatorio la conformación de las bancadas Parlamentarias y Municipales. Cada bancada elegirá por simple mayoría, mediante voto directo y secreto a su jefe, quien ejercerá la representación de la bancada por el período de un año.

Artículo 45°. La Bancada Parlamentaria del MAS está compuesta por todos los Senadores y Diputados Nacionales, elegidos en las listas del MAS o los propuestos por el MAS cuando se participe en alianzas electorales, quienes debatirán y coordinarán con la Dirección Nacional del MAS, para desarrollar políticas unitarias al servicio del interés público.

Artículo 46°. Los Concejales y Alcaldes elegidos en las listas del MAS o, los propuestos por el MAS cuando se participe en alianzas, acuerdos o pactos electorales. Deberán conformar su Bancada Municipal, que debatirá y coordinará con la dirección Departamental, Regional o Seccional de cada Municipio.

Artículo 47°. Se realizarán reuniones de las Bancadas del MAS de todos los Municipios del país de manera conjunta, una vez al año o cuando la Dirección Nacional crea necesario, con el fin de delimitar políticas conjuntas a nivel nacional, respetando las particularidades y características de cada Región y Municipio.

Artículo 48°. Las bancadas Parlamentarias y Municipales para el mejor cumplimiento de sus responsabilidades, previa consulta con la Dirección y con sus bases, podrán acordar en el campo de su jurisdicción, compromisos para una acción conjunta en mejor servicio de los intereses nacionales y comunales.

Título IX Congresos Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales

Artículo 49° (Congresos ordinarios). Obligatoria y ordinariamente el MAS-IPSP, se reunirá en Congresos Departamentales, Regionales, Urbanos, Provinciales y Seccionales, cada dos años debiendo ser convocados por su Propia Dirección o a solicitud de una parte de la militancia organizada por la dirección Nacional.

Artículo 50°. Los delegados serán elegidos al Congreso por las organizaciones de base del MAS, de acuerdo a convocatoria pública emitida por la dirección que suscribe la Convocatoria.

Artículo 51°. Cada delegación deberá estar integrada por la participación de mujeres y varones. Debiendo contar con la participación de las mujeres igual o superior al 30 por ciento.

Artículo 52°. El Congreso será convocado públicamente por lo menos con 30 días de antelación.

Artículo 53°. El Congreso Ordinario es la máxima autoridad del MAS-IPSP dentro de la instancia o jurisdicción a la que representa. Y contempla entre las atribuciones inherentes a su carácter la siguiente:

- a) De elegir a los miembros de la Dirección Departamental Regional, Provincial, Seccional o Sectorial del MAS, en los marcos del respeto pleno al ejercicio de la democracia interna, mediante elecciones libres, voto directo y secreto. Su elección requerirá mayoría absoluta de los concurrentes a dicho evento o consenso, bajo la modalidad que elija el Congreso.

Artículo 54°. La Dirección del Congreso será encomendada al Presidium elegido de entre los asistentes al Congreso. A la elección y posesión cesan en sus funciones todos los dirigentes de dicha jurisdicción.

Artículo 55° (Congresos extraordinarios).
Los Congresos Extraordinarios serán convocados por la Dirección Nacional del MAS únicamente cuando existan problemas internos y en su jurisdicción o instancia, bajo temario específico y con 30 días de antelación.

Artículo 56°. La Dirección del Congreso extraordinario estará encomendada a la respectiva Dirección de acuerdo a su jurisdicción o instancia.

Título X De los Ampliados Departamental, Regional, Provincial, Seccional y Sectorial

Artículo 57°. Se denomina Ampliado a la reunión de la Dirección en su jurisdicción o instancia, donde participarán las Direcciones correspondientes y los delegados de base.

Artículo 58°. Los ampliados se realizarán a convocatoria de la Dirección Correspondiente, cuando la misma lo considere necesario o a solicitud de 3 Direcciones Medias o de base con un mínimo de 15 días de antelación, bajo temario específico.

Artículo 59°. Los ampliados serán convocados con carácter obligatorio una vez por año.

Artículo 60°. El Ampliado tiene la atribución de aprobar políticas referentes a la coyuntura, en el campo Económico-Administrativo, Político y Social, dentro del marco de los principios y lineamientos políticos ideológicos, aprobados en Congreso Nacional y de su jurisdicción correspondiente.

Título XI

De la Dirección Departamental, Regional, Provincial, Seccional y Sectorial

Artículo 61°. Los miembros de las Direcciones Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales serán elegidos en congreso Ordinario, por voto directo y secreto de la militancia del partido legalmente registrada en los libros oficiales del MAS, en los marcos que establece la Ley de Partidos Políticos y el presente Estatuto Orgánico.

Artículo 62°. Excepcionalmente en caso de muerte, renuncia, expulsión o ausencia por motivos de fuerza mayor, de algún miembro de la Dirección, se elegirá a su reemplazante en Congreso Extraordinario.

Artículo 63°. Los dirigentes y Representantes del MAS tienen la obligación de bajar permanentemente a las bases, para mantenerlos informados sobre las actividades y tareas que están realizando.

Artículo 64° (Requisitos para ser dirigente). Para ser miembro de la Dirección u otros organismos medios del MAS se requiere estar afiliado al partido y haber prestado a su sector y a la causa popular, relevantes servicios.

Artículo 65°. La elección de las Direcciones Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales se sujetará a los marcos que establecen el presente Estatuto Orgánico y la Ley de Partidos Políticos.

Artículo 66° (Funciones y atribuciones de las direcciones). Son funciones y atribuciones de las Direcciones Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales:

- a) Generar propuestas, programas y definir objetivos y metas para el accionar dentro de los principios del MAS.
- b) Analizar y considerar los aspectos económicos, sociales, políticos, internacionales, institucionales del país y todas aquellas cuestiones que se consideren de importancia para la marcha y conducción del MAS.
- c) Orientar la acción parlamentaria y municipal de los representantes nacionales y municipales del MAS, dentro de su respectivo sector o jurisdicción.
- d) Recibir las denuncias presentadas por los afiliados al partido, al existir controversias entre los militantes, entre éstos con los dirigentes o entre éstos últimos, o cuando un militante sin importar su jerarquía, se considerara restringido en el ejercicio de sus derechos como miembro del partido.

- e) Aplicar y ejecutar las Resoluciones adoptadas en su instancia

Título XII

De los militantes y de los simpatizantes

Artículo 67°. El MAS adopta para su estructura interna la democracia participativa, todos sus militantes gozan de iguales derechos, responsabilidades y prerrogativas.

Artículo 68°. A los militantes del MAS les asisten los siguientes derechos:

- a) A participar dentro de su propia organización, en las decisiones y determinaciones.
- b) A expresar libremente sus opiniones y criterios sobre la problemática nacional y sobre los asuntos internos.
- c) A elegir y ser elegido para cargos representativos del MAS conforme a lo determinado por este Estatuto y demás normas orgánicas.
- d) A sugerir métodos de acción para la mejor labor y un mayor servicio a los intereses de la Nación y de los pueblos.
- e) A renunciar a su militancia partidaria.
- f) A fiscalizar el manejo económico patrimonial y el accionar político de los dirigentes y sus organismos. Teniendo el derecho de hacer denuncias fundadas y con pruebas, ante la Comisión Fiscalizadora, la Comisión de Ética y Disciplina y al Tribunal de Honor Nacional.
- g) A presentar recurso de queja ante la CNE, una vez que se hubiera agotado todos los mecanismos internos del partido en los casos de violación de sus derechos como militante o a sus derechos políticos contemplados en la ley y el presente estatuto, sobre la organización, funcionamiento o resoluciones del partido. De conformidad con el inciso 19 del artículo 15° de la ley de Partidos Políticos, sujetándose al procedimiento establecido por la Corte Nacional Electoral en lo referente al Recurso de Queja.
- h) Los militantes de base que sean acreditados a los Ampliados, Congresos Ordinarios y Extraordinarios del partido serán elegidos por simple mayoría de votos de los militantes, en comicios; y deberán estar registrados en los libros oficiales del MAS.

Artículo 69°. Todo militante del MAS, tiene las siguientes responsabilidades:

- a) Acatar disciplinadamente las instrucciones de sus dirigentes, guardar lealtad, solidaridad, hermandad, amistad, reciprocidad y camaradería a sus compañeros, cualquiera sea la jerarquía que estos tengan.

- b) A guardar fidelidad a los principios, programa de gobierno, a la estructura orgánica y al Estatuto del MAS.
- c) A defender los derechos y la justicia social, de las grandes mayorías de desposeídos y marginados; a defender los derechos históricos de la nación.
- d) Aportar voluntariamente una cuota, que será establecida por la Comisión Económica Nacional o Departamental del MAS.
- e) A cooperar en las tareas cuando lo soliciten los organismos competentes del MAS.
- f) De asistir a las reuniones, asambleas concentraciones y congresos que convoque el MAS, de acuerdo a lo determinado en el presente Estatuto Orgánico o Carta Fundamental.

Artículo 70°. Se considera simpatizante a la persona física que coincida con el Programa, Principios y Estatuto del MAS, y exprese ante los organismos de base del MAS su voluntad de cooperar con el partido en sus diferentes tareas, condición previa para su posterior ingreso si así lo pidiera.

Título XIII De la formación de Institutos Técnicos Funcionales

Artículo 71°. Los Institutos de Estudios Internacionales e Integración; Agroindustrial y Ganadero; Minero Metalúrgico; de Hidrocarburos; Siderúrgico; de la Industria Fabril, Artesanal y otros, son organismos especializados del MAS y se manejan bajo la responsabilidad de la Dirección Nacional, con un número de miembros de acuerdo con sus específicas funciones y particulares necesidades.

Artículo 72°. Los dirigentes Nacionales al igual que los dirigentes Departamentales, Regionales, Provinciales, Seccionales y Sectoriales, tienen la Obligación de Promover cursos seminarios y actividades, destinadas a concienciar a los compañeros de base en los lugares donde se quiera su desarrollo.

Título XIV Del Tribunal de Honor

Artículo 73°. Para juzgar las faltas y delitos en que incurrieran los militantes y dirigentes del MAS establece un Tribunal de Honor compuesto por cinco miembros Titulares y dos suplentes, elegidos en congreso Nacional Ordinario. Durarán en sus funciones dos años calendario, pudiendo ser reelegidos en sus funciones sin límite de periodo alguno.

Artículo 74° (Atribuciones). El Tribunal de Honor tiene las siguientes atribuciones:

- a) Es una instancia independiente y autónoma de la estructura jerárquica partidaria.
- b) Tiene potestad para juzgar a petición de partes o por determinación propia, los problemas internos del partido, relativos a problemas de moral, de ética o de comportamiento.
- c) Se reunirán cuantas veces crean conveniente o ante alguna denuncia que estén en los marcos de su competencia.
- d) Conocer en carácter de revisión las resoluciones emanadas de las Comisiones Departamentales de Ética y Disciplina.
- e) A separar del partido al militante o dirigente cualquiera sea su jerarquía por la comisión de faltas o delitos establecidos en el presente Estatuto Orgánico y demás disposiciones partidarias, previo proceso interno, excepto al Presidente del MAS.

Artículo 75° (Limitaciones). No tendrá competencia en problemas políticos, administrativos, de funcionamiento o que sean de competencia de las Direcciones del partido.

Artículo 76° (De las sanciones). Existen las siguientes sanciones dentro del MAS:

- 1) Llamada de atención.
- 2) Suspensión de su cargo o de su militancia temporalmente.
- 3) Expulsión definitiva del MAS.

Artículo 77°. Todo militante o dirigente sin importar su jerarquía, que se encontrará comprometido con actos de corrupción, o comisión de delitos económicos contra el Estado, fondos públicos o de bienes y recursos nacionales, será expulsado del partido con ignominia previo proceso interno, y su caso se pasará al Ministerio Público.

Artículo 78°. Podrá ser revocado el mandato de los dirigentes cualquiera sea su jerarquía, previo proceso interno por las siguientes causales:

- a) Traición a la patria.
- b) Deslealtad partidaria.
- c) Abandono de sus funciones por un término superior a los 90 días.
- d) Incurrir en la prohibición del segundo párrafo del Art. 9°.

Artículo 79°. La instancia encargada para aplicar las sanciones será la Organización de la que forme parte el sancionado.

Artículo 80° (De las apelaciones). Los fallos del Tribunal de Honor son apelables únicamente ante el Congreso Nacional del MAS.

Título XV Del Patrimonio

Artículo 81°. El patrimonio del partido está constituido por:

- a) Los aportes de los militantes, simpatizantes y personas u organismos allegados.
- b) Los dineros asignados al partido conforme establece la Ley Electoral y de Partidos Políticos.
- c) Los dineros obtenidos como fruto de colectas y otro tipo de actividades legales destinados a recaudar mayores recursos económicos.
- d) Todo tipo de donaciones a favor del MAS.

Artículo 82°. Los dirigentes del MAS están autorizados a:

- a) Comprar bienes muebles e inmuebles con los recursos del MAS bajo el Registro de la Comisión Económica y Administrativa Nacional del MAS.
- b) Recibir donaciones procedentes de fuentes lícitas, siempre y cuando lo inscriban a nombre del MAS bajo el Registro de la Comisión Económica y Administrativa Nacional del MAS.

Título XVI Carné, insignia y condecoración

Artículo 83°. Se establece el carné de militante del MAS como documento de afiliación para uso interno.

Artículo 84°. La insignia del MAS será una miniatura del sol entero labrada en metal.

Artículo 85° (Condecoración). Para premiar la labor distinguida de los militantes del MAS que hubieran tenido labor destacada en el servicio a la causa y de los ciudadanos bolivianos que hubieran prestado servicios eminentes a la patria, se crea la condecoración al mérito, consistente en la insignia del sol gravada en metal.

Título XVII Disposición especial

Artículo 86°. Se reconoce la Presidencia Vitalicia del Jefe Fundador al compañero David Añez Pedraza, a quien la Dirección Nacional recurrirá cuando sea necesario. Este es un cargo de significado honorífico.

Título XVIII Disposiciones Finales

Artículo 87°. El proceso interno a seguirse en caso de denuncias contra un militante o dirigente sin importar su jerarquía, será regido por lo establecido en el Código de Honor y Ética Partidaria a ser elaborado por la Dirección Nacional del MAS.

Artículo 88°. El MAS, se extinguirá voluntariamente por la siguiente causa:

- a) Por determinación de un congreso nacional convocado expresamente para tal efecto, para lo cual se requerirá el voto afirmativo de tres cuartas partes de los delegados concurrentes.
- b) Por fusión con otro partido de acuerdo a las disposiciones de la Ley de Partidos Políticos.

Artículo 89°. Queda abrogado el anterior Estatuto Orgánico del MAS.

Título XIX Disposiciones transitorias

Artículo Primero. Por única vez la Dirección Nacional queda facultada, para modificar el Estatuto, Programa y Principios en caso de que los documentos aprobados sean observados por la Corte Nacional Electoral.

Artículo Segundo. Por única vez el Ampliado Nacional queda facultado para elegir al reemplazante en caso de que cualquiera de los miembros de la Dirección Nacional elegido en Congreso Nacional Ordinario, sea observado o rechazado por la Corte Nacional Electoral.

Artículo Tercero. El Tribunal de Honor será elegido por esta vez en Ampliado Nacional.

Artículo Cuarto. Entre tanto no se dicte la correspondiente reglamentación para que la Honorable CNE presida las elecciones internas de la Dirección Nacional, y las Honorables Cortes Departamentales Electorales presidan las elecciones internas de los Congresos Departamentales, Regionales y Seccionales; o se evidencie la inasistencia de dichas H. Cortes por causas ajenas al MAS, queda facultado el Presidium de cada uno de dichos congresos a presidir la elección en la jurisdicción establecida por la convocatoria

Programa de Gobierno 50 propuestas concretas para encarar la crisis

Introducción

El Movimiento al Socialismo (MAS) a través de sus actuales dirigentes y desde el Parlamento Nacional, ha expuesto sus planteamientos en la búsqueda de soluciones concretas para encarar la crisis con sentido nacional, sin sometimiento, dependencia ni vasallaje a poderes externos, ni a políticas financieras extraviadas de la realidad boliviana como las que imponen al Gobierno el Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional, el BID, USAID y la banca transnacional, el pago de la deuda externa que no contrajo el pueblo, que sirvió en su momento para imponer y sostener dictaduras delincuenciales y corruptas, caracterizadas por negociados y todas las formas de peculado.

Aspectos generales

Los gobiernos han fracasado ante el problema social y económico de los bolivianos. Con una política de corte monetarista se ha frenado la hiperinflación a un alto costo social. Se ha impuesto una política económica en la que el hombre fue convertido en mercancía, con atropello de los derechos humanos, sociales y de todas las prerrogativas legales que garantizaban el valor de sus salarios y la permanencia en sus fuentes de trabajo.

Se mantiene la transitoria estabilidad de la moneda con un bajo nivel inflacionario, pero al caro costo de privarle al pueblo de sus servicios esenciales. Los trabajadores y el pueblo boliviano están subvencionando la frágil estabilidad monetaria a cambio de sus salarios y su salud. No hay inversión en los servicios de salud; la atención hospitalaria es insuficiente y deficiente, los remedios y fármacos tienen un alto costo, los trabajadores del campo de la salud son los peor pagados y este hecho mantienen al sector, en estado de conflicto permanente. Actualmente se tiene la clara pretensión de privatizar el servicio de salud, a lo que nosotros nos oponemos rotundamente.

La educación está sumida en una insalvable problemática no solamente pedagógica y económica sino en una inestabilidad devastadora, por falta de políticas adecuadas y coordinadas. La educación y la instrucción se han convertido en privilegio.

La inestabilidad y limitaciones de la educación Fiscal están determinando la proliferación de colegios particulares, privatizando la educación, obligando a familias de escasos recursos económicos hacer mayores sacrificios en busca de una mejor educación para sus hijos. En el área rural la Educación fiscal está virtualmente destruida por la política educativa del Gobierno (Reforma Educativa).

La juventud boliviana tiene cerrado el camino a su realización, los índices de deserción escolar y universitaria son los más elevados de América Latina.

El problema de la vivienda social y popular, junto con la tierra urbana, se ha convertido en un medio de especulación en contra de los sectores más necesitados. El problema habitacional del país no cuenta con una política unitaria, global y diversificada para atender las necesidades de todas las regiones, ciudades y pueblos. Una variedad de entidades promotoras, sin el capital suficiente ni los medios de pago para hacerlas sujeto de crédito, entraban todo plan o programa para la construcción de unidades de vivienda de interés social que requieren los sectores pobres y desposeídos que viven en tugurios expuestos a las pestes de contaminación mortal.

Las carreteras y caminos de todas las regiones del país se encuentran destruidos o en mal estado, con pésimo mantenimiento y su inconexión, entre las vías troncales y secundarias, muestra la falta de políticas y de una estrategia en materia de comunicaciones. El mal estado de los caminos y carreteras eleva desmedidamente el costo del transporte. En el área rural sólo el transporte encarece el costo de producción en un 65%. Tenemos los bolivianos el transporte más caro de América Latina por tonelada de carga, esto

nos saca de toda competencia en el mercado internacional, pese a contar con la mano de obra más barata de todo el continente. La superación de la situación expuesta deberá tomar en cuenta la participación del pueblo en la planificación.

En lo que hace a los ferrocarriles, su desconexión entre la red Oriental y Occidental, constituye el punto débil de la política ferroviaria, su mejora es la tarea de la empresa del ferrocarril para el servicio del pueblo.

El transporte aéreo, referido principalmente a Lloyd Aéreo Boliviano (LAB), padece una grave crisis. Las empresas tienen la misión de recuperar las necesidades del pueblo y constituyen el servicio óptimo del país.

La reestructuración técnica, económica, financiera y operativa del LAB es una impostergable necesidad de carácter público para elevar su rendimiento y eficiencia y, de esta manera, otorgarle al usuario un mínimo de garantía y seguridad.

Por otro lado, en la navegación, es un contrasentido que un país con una hidrografía que atraviesa de un extremo a otro más de las dos terceras partes de su territorio, no tenga una política definida, programa para promover, impulsar y desarrollar la navegación.

Las embarcaciones de la flota mercante civil, que surcan nuestros ríos son insuficientes, carecen de las mínimas condiciones técnicas, lo que encarece los costos del transporte fluvial que, para muchos pueblos, es su único vínculo. Además, no existe un organismo especializado en mantenimiento, limpieza y dragado de vías acuáticas.

En cuanto al sector de comunicaciones, ENTEL y DITER, han sufrido su privatización por lo que se propone la administración por el gobierno central al servicio del pueblo.

El déficit energético urbano y rural, industrial y doméstico, marca el alto grado de atraso, la ausencia de políticas de industrialización, de diversificación económica, de avance y cambio tecnológico.

Bolivia no cuenta con una política económica que encare el aprovechamiento de las fuentes múltiples que tiene potencialmente el país, como la hidroeléctrica y una planificación puntual sobre los hidrocarburos, petróleo y gas, como fuentes básicas para la industrialización de nuestras materias primas y del sector agropecuario. Sin energía no hay desarrollo, sin inversión no hay industrialización. La energía es el puntal del desarrollo, por su importancia debe ser nacionalizada y administrada por el pueblo y sus autoridades.

Otros problemas de la crisis

Los términos del intercambio

El 75% de la población del mundo corresponde a los países atrasados, que también detentan el 75% de las riquezas naturales del planeta hasta ahora comprobadas. El 70% de las naciones del Tercer Mundo. Estuvieron hasta inmediatamente pasada la Segunda Guerra Mundial bajo la férula del colonialismo de las potencias desarrolladas.

El permanente deterioro en los términos del intercambio entre el mundo desarrollado cuyo poder económico, científico, financiero y tecnológico lo manejan las grandes empresas transnacionales y el mundo subdesarrollado, cuya miseria se extiende cada vez más, es creciente y descontrolado en algunas áreas.

Los pueblos pobres tienen que producir cada vez más materias primas para comprar, cada vez menos maquinarias, insumos, transferencia de tecnología, patentes y otros bienes. Esto coloca a los pueblos del Tercer Mundo en la espiral sin solución del endeudamiento permanente, cuyas cifras crecientes por concepto de intereses, amortizaciones y otros servicios constituyen el moderno expediente de denominación colonial, que en esta ahora tiene al mundo bajo la amenaza del terrorismo financiero y de la guerra económica. Los pobres son cada vez más pobres, porque los ricos son cada vez más ricos.

Los términos del intercambio son manejados desde los grandes centros del poder financiero, donde los monopolios pagan cotizaciones deprimidas por debajo del costo de producción a las naciones del Tercer Mundo, mientras que por otro lado venden productos acabados a precio constante y persistentes alzas. Desde el esclavismo la denominación ha tomado diferentes formas, todas antihumanas, denigradoras del hombre y explotadoras de su capacidad de producción, de su fuerza moral y de sus valores éticos.

El problema agrario

Sin una infraestructura caminera, ferroviaria, fluvial, aérea, es decir de transporte y de comunicaciones, sin un sistema energético integrado, sin centro de acopio, almacenes, sin un sistema de riegos, sin granjas productoras de semillas seleccionadas y de sementales, sin mecanización y tecnología moderna, créditos de fomento, sin garantía de precios justos y remunerativos al productor, sin un sistema de comercialización para llegar a los mercados internos y externos, sin las condiciones esenciales para levantar una competitiva agroindustria, sin un Estado nacional impulsor protector del desarrollo nacional con sentido liberador, no hay, no puede haber, ni habrá Poder rural. El campo, la región rural de Bolivia seguirá sumido en el atraso, la ignorancia y la pobreza, continuará aprisionado en una economía de limitado y primitivo autoabastecimiento.

Un país con mercado interno deprimido, sin capacidad de consumo por los bajos sueldos y salarios, con un contingente de más de cuatro millones de brazos desocupados por falta de fuentes de trabajo. Con el 75% de su fuerza laboral dedicada al sector terciario y de servicios, invadido por el contrabando y la importación legalizada de bienes y mercancías de consumo que abarrotan su mercado, sin ninguna política protectora de la industria nacional, no podrá jamás impulsar un desarrollo agroindustrial sostenido y competitivo. La Ley INRA no beneficia a los pobres y es entreguista al monopolio.

Mientras el Gobierno de Bolivia ortodoxamente impone una política libre cambista sin protección, las naciones o potencias altamente desarrolladas practican celosamente políticas de protección a su agroindustria, principalmente como el caso de la carne en el Mercado Común Europeo, del arroz y del azúcar en los Estados Unidos de Norte América, fuera de los productores alimenticios enlatados o en conserva de variada naturaleza con que deprimen la producción del Tercer Mundo, esencialmente de economía agrícola y ganadera. Debe incentivarse la producción agrícola, no se puede alentar a tal grado la importación de productos agrícolas al extremo que hasta la cebolla que consume nuestro pueblo sea importada.

Sin una política nacional liberadora, sin un fortalecimiento de la economía de las empresas del Estado, sin una administración pública moderna, depurada y racionalizada en su burocracia, el Desarrollo Rural que proclama el Gobierno es un engaño, una estafa y una burla que costará grandes pérdidas de capital y esfuerzo a los campesinos y a los empresarios agrícolas animados a una patriótica voluntad de producir. ¿Cuál es el mercado que ofrece el Gobierno a nuestros productores del sector agropecuario? ¿Cuál es la política de precios mínimos garantizados, a través de que sistema de seguros? Ninguno, campea la improvisación.

Se carece de un organismo rector, impulsor y ejecutor de una política agropecuaria que aliente al sector privado, que dirija el desarrollo tecnológico, que facilite la mecanización y el mejoramiento genético, que controle el crédito, que asegure la comercialización en términos rentables y que adquiera la producción en tiempo oportuno.

El poder financiero

Los recursos financieros estatales, los créditos captados con aval estatal en el exterior, el ahorro interno, están concentrados por la Banca Privada que opera como un súper Estado financiero, regulando las inversiones, con un alto costo administrativo en sus operaciones, elevados intereses, usara ilegal con absoluta tendencia a la especulación, dedicada a la función comercial y escasa o ninguna disponibilidad para créditos de fomento industrial a largo plazo y

que otorgan a bajos intereses, tiempos de gracia y moras por percances naturales o contingencias propias de las características del trabajo.

Se requiere estructurar una Banca que responda en lo inmediato a una política de reactivación económica alentando las industrias con mayor empleo de mano de obra y de materia prima nacional MAS y a este propósito, la creación de entidades financiera cooperativas para atender la capitalización de los diferentes sectores productivos, adecuando el crédito a las modalidades propias y especiales de acuerdo a la naturaleza de su producción.

Problema de las tierras y el territorio

Seguros de haber culminado el proceso de "capitalización" de las empresas estatales con la entrega de YPFB al capital privado extranjero, fracciones hegemónicas de la clase dominante encaramadas en el gobierno se preparan a dar un nuevo golpe: liberalizar la tenencia de la tierra. La burguesía se prepara a ampliar las relaciones de producción capitalista de la ciudad al campo, con el supuesto objetivo de ensanchar las potencialidades exportadoras y elevar la capacidad competitiva del país en el escenario internacional. Los economistas partidarios de esta objetivo señalan que la tierra, en cuanto tenencia y aprovechamiento, no puede escapar a los fundamentos del mercado, por lo cual es urgente sentar en Bolivia las bases para una potencial economía agraria de exportación.

De este proceso, es obvio, no podrán dejar de participar los organismos multilaterales. En el marco de una estrategia de alcance continental, el Banco Mundial viene exigiendo a los gobiernos latinoamericanos reformular su política de distribución de tierra abandonando los enfoques populistas y asumiendo los retos planteados por la modernidad. De ahí que no sea casual el escaso apoyo para el "Saneamiento" de la tierra por parte del Estado. Organismos Internacionales como el BM, el BID y la CAF opinan: otorgar "seguridad jurídica" es la tendencia que permitirá atraer capitales privados para diversificar la producción agrícola.

El salto de una economía agraria superior a una de carácter industrial es la condición fundamental para ingresar al siglo XXI en condiciones de competitividad, afirman los partidarios de la mercantilización de la tierra, Alvin Toffler de por medio. Esos "futurólogos" sostienen además, que mantener el territorio de un determinado país con relación de producción semicapitalistas e, incluso (robótica y cibernética) brindados por las naciones altamente desarrolladas.

En los más de 175 años de vida republicana, Bolivia se ha caracterizado por tener una economía dependiente y atrasada, y una producción de materias primas dirigida, por efecto de la división internacional del trabajo, hacia el mercado exterior. Sin embar-

go, los bajos precios de los productos de exportación tradicional en el mercado internacional, debido en parte a la proliferación de los productores sintéticos y al vertiginoso desarrollo de la cibernética, han determinado que no pocos economistas sugieran la ampliación de la oferta exportadora del país por la vía de diversificar la producción agrícola.

Empero, no podemos perder de vista un hecho indiscutible: el campesino boliviano está incorporado al capitalismo por la vía del mercado antes que por las relaciones sociales de producción, lo que representa un obstáculo para las pretensiones "modernizadoras" de los sectores hegemónicos de la clase dominante y sobre todo una barrera para la producción ampliada del campesinado boliviano a un proceso de subsunción real por parte del capital, como un paso "obligatorio y necesario" para sentar las bases del crecimiento económico.

La estructura de la propiedad de la tierra en Bolivia refleja una contradicción con los postulados de la Revolución Nacional de 1952 y con los objetivos de la Reforma Agraria. De acuerdo a estudios, 4'100.000 hectáreas están en manos de 550.000 campesinos minifundistas, mientras que 32.300.300 hectáreas están controladas por no más de 40.000 unidades medianas y grandes. Estos datos no consideran al sector de los colonizadores, con lo cual la brecha entre campesinos y empresarios es mucho más grande. De acuerdo a un estudio de UNICEF, considerando sólo las tierras cultivables, la superficie se reduce a 2'235.00 has para los campesinos minifundistas y a 26'715.000 has para las empresas medianas y grandes.

La revolución de 1952 no resolvió el problema de la tenencia de la tierra. Antes de la revolución del 52, no más del 4,5% de la población (los latifundistas) era propietaria del 70% de tierra cultivable y el 90% de campesinos e indígenas solo tenía acceso al 30% de tierra cultivable. Ahora, el 89% de la tierra está en manos del 7% de grandes empresarios privados nacionales y extranjeros, y sólo el 11% en manos de campesinos e indígenas.

Lo curioso, en un país lleno de paradojas, es que mientras los campesinos utilizan 1'217.000 has para sus cultivos, es decir cerca del 70%. Los empresarios, en cambio, apenas llegan a las 83.000 has, es decir, menos del 25%.

A diferencia de lo que persigue la Ley INRA, en su afán de consolidar el derecho propietario de los grandes empresarios y latifundista en la tenencia de la tierra, propugnamos una Ley de Territorio para devolver a las naciones y pueblos originarios la propiedad sobre sus territorios donde habitan.

Por eso proponemos la abrogatoria de la Ley INRA y la promulgación de la Ley de Tierra y Territorio que garantice:

- a) Revertir la tierra improductiva de los nuevos latifundistas.
- b) Dotar las tierras fiscales disponibles y las revertidas a las comunidades campesinas, indígenas y originarias.
- c) Reconstitución de los territorios históricos de los pueblos y naciones originarias.
- d) Reconocimiento del derecho de los pueblos originarios al aprovechamiento de los recursos naturales renovables y no renovables.
- e) Impulsar proyectos de desarrollo rural integral.
- f) Dejar de adjudicar (vender) la tierra en por lo menos los siguientes 10 años.
- g) Fomentar y facilitar, con apoyo técnico y financiero, la constitución de asociaciones productoras, microempresas y cooperativas.
- h) Organizar el gran movimiento de los campesinos sin tierra.

La construcción

Un país sin escuelas; sin hospitales, postas sanitarias; carente de carreteras y otras vías, con un alto y creciente déficit en el sector de la vivienda de interés social, con establecimientos y locales públicos en ruinas, con ciudades circundadas por villas miserias populosas en permanente expansión sin servicios sanitarios esenciales como agua potable y alcantarillado. Un país así requiere prioritariamente activar su industria de la construcción.

Se debe impulsar una política de construcción de obras públicas y privadas, liberando de todo gravamen impositivo a los materiales de construcción como el cemento, el hierro, ladrillos, madera, cerámica, maquinaria y herramientas utilizadas en el trabajo de la construcción. Los efectos multiplicadores de la industria de la construcción, tanto directos como indirectos, activarán el mercado nacional para el impulso del desarrollo urbano y rural de las diferentes regiones geográficas y estratos demográficos de la República.

El Estado boliviano requiere recuperar las empresas públicas del sector estratégico de la economía y de servicios, para ponerlas a disposición de las mayorías nacionales.

No requiere Bolivia controlar estatalmente todo su escaso complejo productivo, únicamente el área estratégica. Para los países altamente desarrollados, para la súper potencia económica, su área estratégica está en la cibernética, el control y la energía atómica, la tecnología, la investigación y la ciencia aplicada al desarrollo de los factores de denominación sobre las naciones dependientes.

Para los bolivianos, los sectores económicos estratégicos continúan siendo el control de las comunicaciones, los ferrocarriles, la explotación de los

minerales de valor especial y metales preciosos, los hidrocarburos y el gas, el control aeroportuario, la ejecución de un plan y una política energética puntual, la mecanización en la explotación del agro y el aprovechamiento de la biodiversidad.

Fundición de nuestros minerales

Un país tradicionalmente minero, sólo exportador de mineral en bruto sin beneficiar ni fundir, es siempre dependiente de los centros que manipulan las cotizaciones. Está sometido a un mercado reducido y a los consorcios comercializadores, y, a su vez, exporta impurezas sin ningún valor, encareciendo de esta manera sus costos de producción y sus fletes por transportes, fuera de que en la generalidad de los casos pierde por el contenido de otros minerales de alto valor no tomados en cuenta en las operaciones de comercialización.

La Empresa Nacional de Fundiciones (ENAF) constituye una necesidad estratégica para el desarrollo de nuestra industria minera, su transformación, su expansión y, en algunos casos, reconversión para producir otros metales, después de los lingotes de estaño, como el bronce, oro, plata. Es una necesidad para la diversificación de la economía minera.

MÁS dentro de su política minero-metalúrgica encarará la transformación, fortalecimiento de ENAF, hasta convertir Vinto en un Complejo Minero-metalúrgico Integrado, asegurándole la provisión de insumo, materia prima, repuestos para la rehabilitación de su maquinaria, así como una financiación adecuada, que capitalice sus operaciones tanto para la compra de materia prima mineral como para la comercialización de sus barrillas metálicas.

Se recuperarán los bienes, los dineros y recursos económicos estafados a ENAF por comercializadores inescrupulosos y por operaciones dolosas en transacciones y adquisiciones sobrevaluadas. Se impondrá en ENAF en sus altos ejecutivos, una férrea moralización, se extirpará la corrupción y la inmoralidad con participación directa de los trabajadores. Se hará de ENAF una empresa técnicamente productiva, económicamente rentable y socialmente en expansión permanente.

Los desocupados

Durante los últimos 35 años el Estado en Bolivia fue el mayor empleador tanto directamente, a través de sus empresas y la administración pública, como indirectamente, por el volumen de sus adquisiciones de bienes de uso, consumo e insumos industriales.

El único campo en el que Bolivia ha estado compitiendo ventajosamente con los países desarrollados es el constante e irracional aumento de su buro-

cracia. La que en determinadas Empresas Públicas se convirtió en un súper Estado que facilitó los argumentos de la burguesía económica de la derecha y la reacción para concebir y ejecutar una política económica desnacionalizadora, desestatizante y privatizadora. Política que está transfiriendo los bienes y recursos naturales a la Empresa Privada, promoviendo condiciones privilegiadas, monopolizadoras e hipertrofiadas de enriquecimiento ilícito a costa de los bienes públicos.

La llamada relocalización fue un eufemismo. Se denomina relocalizados a los trabajadores que han sido despedidos de sus fuentes de trabajo y ahora deambulan de un extremo a otro del territorio nacional sin encontrar un lugar donde asentarse y producir, malgastando su escasa indemnización, sumidos en la incertidumbre económica, la inseguridad social y el abandono de sus familias.

No sólo se trata de un contingente de veinticinco mil trabajadores mineros lanzados a la calle ni de setenta y cinco mil niños parias sin escuelas, educación, atención sanitaria, vivienda ni recreación. Se trata de otros tantos miles de trabajadores fabriles, bancarios, constructores, ferroviarios, de la industria, el comercio, de profesionales, de funcionarios parados que constituyen el contingente de desamparados sin porvenir ni oportunidades de realización que, además, llevan una insoponible carga de frustración, desesperanza, angustia, hambre y miseria. Son miles de miles de familias que transitan los caminos de la Patria carentes de futuro.

Es una estafa, una maniobra grosera del Gobierno cuando ofrece a toda una inmensa masa humana desplazada, echada de sus fuentes tradicionales de ocupación, ser absorbida por el sector agropecuario. La zona rural no cuenta con ninguna clase de infraestructura para acoger a una población habituada a determinadas condiciones de existencia, con el mayor déficit habitacional, sin infraestructura educacional, de salubridad, energética ni medios para incrementar la producción y la productividad. La zona rural no está en condiciones de atraer asentamientos humanos masivos.

Lo cierto es que los contingentes de desocupados están poblando (en condiciones precarias de vivienda y de servicios públicos) los cinturones de miseria de las ciudades y pueblos de todo el país, provocando un agudo déficit en los servicios de energía eléctrica, de agua, alcantarillado, educación y salud, fuera de que su asentamiento, en la generalidad de los casos, ha creado un problema social con referencia a la tierra urbana lo que alienta una especulación generada por la falta de una legislación adecuada que impida que la propiedad de la tierra sea un medio de enriquecimiento ilegítimo.

La presencia de las grandes masas de desocupados, de hambrientos, de gentes que llevan el futuro incierto, es un factor explosivo, que al estallar social-

mente sacudirá las estructuras institucionales, administrativas y políticas en las que se asienta el poder dominador de una sociedad corrupta e injusta. Sin una política estatal de empleo no habrá paz, social y Bolivia tomará, más temprano que tarde, el sendero del cambio.

Sistema de la universidad boliviana

Las universidades del país desde los tiempos de la colonia, debido a las estructuras económicas prevalecientes en las relaciones de producción de la sociedad boliviana, más que un papel científico técnico o cultural, han jugado siempre preponderantemente un rol político de elevado valor revolucionario.

Las tendencias ideológicas, planteos programáticos, y partidos políticos asentados sobre la realidad estructural y social del país, han surgido del pluralismo prevaleciente en los debates del ámbito y las aulas universitarias. Es un hecho que la Universidad, como todas las instituciones nacionales, se halla fuertemente inmersa en la corriente de la actual crisis que sacude y conmueve a toda la realidad nacional.

La crisis de la Universidad no es simplemente de orden financiero, económico, administrativo, pedagógico, de sus sistemas, métodos o programas de enseñanza, tiene orígenes al interior de nuestra sociedad, en la decadencia de la cúpula de poder y en factores importados de los centros de dominación, realidad a la que no podemos escapar como país dependiente, periférico, atrasado, que sufre un múltiple saqueo tanto de sus riquezas naturales como de sus recursos humanos.

Nuestra Universidad, formadora de profesionales a un alto costo económico en relación a la situación de pobreza del pueblo, sufre limitaciones para retener en su seno a sus mejores contingentes formados y nutre con aporte humano, como todos los países del Tercer Mundo, a los centros de elevado producción científica, cultural y tecnológica.

Los gobiernos dictatoriales han intervenido violentamente las universidades con el fin de someter el espíritu rebelde del universitario, cercenar sus elevadas funciones y saquear su patrimonio. La Universidad con relación a su rol, a sus crecientes obligaciones, ha ido empobreciéndose, y cada vez su patrimonio es disminuido a cantidades menores que las necesarias para cumplir sus reales obligaciones.

Hay insuficiencia de infraestructura, de material de investigación, de gabinetes científicos, los haberes de docentes y administrativos, los montos económicos que se otorgan a las becas son problemas permanentes del Sistema Universitario Boliviano por los recortes del presupuesto, que como presión para controlar y debilitar a la Universidad ejercitan los gobiernos, sean estos de facto o constitucionales.

Estados Unidos de Norteamérica, con la complicidad de intelectuales renegados, ha declarado la guerra a la Universidad Pública creando un "Fondo de las Américas" para sobornar a algunas universidades privadas de América Latina, que ellos llaman "independientes". Frente a esta agresión nos corresponde defender la Universidad Estatal e impedir que la Universidad Privada se convierta en instrumento del colonialismo intelectual. Es imperativo ahora defender el desarrollo e independencia cultural, económica y social de los pueblos oprimidos.

El MAS considera que la Universidad, como institución generadora del conocimiento debe encarar, junto con una transformación estructural, un cambio en la concepción de sus responsabilidades como fuerza impulsora y defensora del movimiento popular boliviano.

Hoy la Universidad está en crisis por la acción que el neoliberalismo ejerce en su interior y sufre los males que en general aquejan la administración pública. Una Universidad Autónoma no puede ni debe ser una universidad aislada. La función de la Universidad está conjugada entre la misión de hacer ciencia y plasmar la conciencia de los valores nacionales y sociales. La Universidad debe ser recuperada para el proyecto histórico de las mayorías nacionales.

Movimiento obrero popular

El movimiento obrero y popular fuertemente cohesionado en la Central Obrera Boliviana (COB), ha venido jugando un doble papel en el proceso de los acontecimientos nacionales. Por una parte, ha tenido un acentuado protagonismo social, consiguiendo significativos avances e importantes logros en el campo de los derechos y las reivindicaciones de orden legal, económico y social.

El movimiento obrero organizado en la COB, en determinados momentos ha tenido un fuerte poder decisorio en acontecimientos que han herido profundamente la realidad nacional como la Nacionalización de las Minas, la Reforma Agraria y la co-gestión obrera en empresas del Estado.

Desde 1985 la COB, ente aglutinar de los trabajadores del campo y de la ciudad, ha recibido los golpes más crueles por parte del neoliberalismo. La mal llamada "relocalización" ha destruido el pilar sindical de los mineros y los fabriles. A partir de entonces sin importar el nombre del gobierno de turno, los trabajadores de todos los sectores de igual manera han sido debilitados y destruidos como los ferroviarios, los de servicio de caminos, los constructores, entre otros, que son las víctimas directas del nuevo liberalismo.

Corresponde ahora a la gloriosa COB dar una respuesta, ya no sólo de tipo sindical como hasta ahora ha mostrado contra el gobierno. Es hora que se

den respuestas y propuestas de carácter político como única forma de encarar y resolver el hambre, el desempleo y la miseria en la que nos quieren enterrar los gobiernos del capital.

El poder de las regiones

Somos un país empobrecido, saqueado en sus riquezas naturales, especialmente estratégicas, por la acción de empresas transnacionales con la complicidad del grupo económico detentador del poder político, que nunca entendió ni supo tener un rol conductor y constructor del Estado nacional, soberano, con poderes de decisión para defender los intereses nacionales y determinar políticas para encarar con soberanía la problemática del desarrollo de los distritos, regiones y pueblos de la República.

Bolivia, presa de una geografía desvertebrada, con escasa y dispersa población heterogénea, industrial, económica, financiera y productivamente deficitaria, sin mercado interno significativo y mercados externos controlados por monopolios que deterioran y manipulan negativamente la cotización de las materias primas y de exportación, no le ha permitido estructurar una política global e integradora de sus diferentes y dispersas regiones.

Un Estado débil, un país postergado, fatalmente tiene regiones desigualmente desarrolladas. Bolivia está formada por dos países marcadamente caracterizados y también diferenciados, el país urbano y el país rural. En el urbano se desenvuelve el sistema capitalista de vida, con una sociedad en ascenso y en el rural persisten formas atrasadas y medios precarios de subsistencia, con instrumentos de producción de escaso rendimiento, donde la economía se asienta más en la explotación de la fuerza humana que la de los recursos naturales.

Siendo este un factor fundamentalmente deformante de la realidad boliviana, tiene por consecuencia que, dentro de una misma región, se encuentren y coexistan las más opuestas realidades sociales, económicas y culturales. Hay estratos de una región que están, por su realidad, más ligados a los de otras regiones que a sus propios centros administrativos de decisión.

El centralismo con decisiones dispares y siempre ajenas a la realidad contribuyó a deformar el tratamiento del desarrollo de las regiones. Facilitó a la concentración del poder económico y político como instrumento ejecutor de las políticas de dependencia, de entreguismo y de sumisión. Quitó a las regiones toda la participación directa en la explotación y manejo de sus recursos y las redujo a una especie de colonias internas.

Las regiones, reducidas a simples espectadores de la explotación irracional y desmedida de sus rique-

zas naturales y de su fuerza humana de trabajo, no han tenido ningún poder para exigir se les reconozca una justa proporción de participación en la distribución de los ingresos, producto de su riqueza, para invertirlos en mejorar sus medios de existencia.

Hoy, las regiones, se rebelan buscando defender y dar un mejor aprovechamiento a sus recursos que el poder central no supo o no atinó a defender dentro de su propia concepción y de sus reglas de juego social y económico, como actuaron las burguesías y gobiernos de otros países también dependientes.

El poder regional aún insurgente, no debe convertirse en un nuevo refugio de la clase y del sistema que acaban de fracasar en el manejo del centralismo. El poder regional debe constituirse en un factor de renovación y de cambio, en un instrumento de participación popular, que lleve al país a la democracia económica, pluralista, participativa y comunitaria.

Desde el accionar planificado del desarrollo económico y social de las regiones, por efecto de una rigurosa complementación de factores naturales y humanos, se debe llegar al Estado descentralizado, política y administrativamente, el ejercicio del poder y la distribución de la riqueza.

La descentralización administrativa y política, no constituyen un fin en sí mismos, son un medio en el conjunto de un sistema que busca llevar el poder de decisión al lugar donde se generan los problemas y donde también deben darse y encontrarse las soluciones.

El MAS impulsor e ideólogo, desde su fundación, de una política de descentralización administrativa y de regionalización del país, declara que luchará por un sistema en el cual la región sea el núcleo rector de un desarrollo liberador, donde la producción de las riquezas nacionales y el trabajo benefician a la colectividad entera y no sea propiedad de grupos oligárquicos sin conciencia ni contenido nacional.

La lucha de las regiones no debe empantanarse en un simple reclamo de regalías, no debe quedarse de espaldas a la problemática social, ni limitar su horizonte al campo de un desarrollismo dependiente, fosilizado, que nuevamente tomó el camino de la deformación. La lucha regional sólo se justifica por su accionar popular y por su pasión liberadora del atraso, la miseria, las lacras de la impostura, la claudicación, la corrupción, la inmoralidad y todas las formas de estafa, de apropiación ilícita de la cosa pública y del fariseísmo político. Hay que pasar del centralismo antinacional al poder de la región de elevado contenido cívico, de responsabilidad patriótica y social.

Las naciones oprimidas

Las naciones originarias y los pueblos indígenas, asentadas desde siempre en lo que constituye la

geografía boliviana, sufren los rigores de una acentuada discriminación y están oprimidas en lo económico, social, político, cultural.

Las naciones quechua, aymara y los pueblos del oriente, Chaco y Amazonia sufren las injusticias de un colonialismo interno. Este colonialismo execrable pretende alinear los valores humanos de las mayorías nativas herederas de milenarias culturas, portadoras de una fuerte energía nacional y de una fuerte mística por la tierra y el territorio para conservar su capacidad y voluntad liberadoras. El opresor entiende que Bolivia será dependiente mientras no se derrote el colonialismo interno. El sistema educativo, militar, religioso, judicial, moral y ético; el lenguaje y la propia concepción de la vida que se le impone, son ajenos a los pueblos y comunidades originarias e indígenas.

Para las nacionalidades nativas no tiene sentido ni valor un papel con múltiples firma y sellos que acredita el derecho de propiedad sobre una superficie de tierra, porque, para ellas, la naturaleza y el hombre constituyen una unidad fuertemente asentada por el trabajo de cada día y expresaba en el territorio. Los pueblos originarios indígenas han sufrido permanentemente el despojo de sus tierras y de sus territorios.

La construcción de un nuevo país debe partir de la identidad, valores y concepciones de las naciones originarias y pueblos indígenas.

Las Fuerzas Armadas

Para el MAS las Fuerzas Armadas de la Nación constituyen una institución que debe responder a las necesidades de cambio, de transformación y de justicia social que necesita y reclama el pueblo para liberarse de los extremos de la dependencia, del neocolonialismo político y económico, la miseria, el atraso, la ignorancia, el hambre y el despojo sistemático de sus riquezas y recursos naturales.

Las Fuerzas Armadas no deben prestarse, ni dejarse utilizar en tareas de opresión, represión o intimidación contra su pueblo, al servicio de castas, de grupos o de clases que controlan el poder de la Nación, para ejercitar explotación y dominación social contra los desvalidos, los desposeídos, los que cargan su pobreza para que otros ostenten riqueza y opulencia.

No puede haber pundonor militar en una patria saqueada en sus riquezas, estafada en sus derechos, humillada en su soberanía y en su dignidad. Un ejército que masacra a su pueblo, que lo aprisa, encarcela y atropella los derechos humanos, las libertades ciudadanas, es una fuerza de ocupación que castra el coraje y el espíritu rebelde de su pueblo.

La iglesia como factor de poder

La iglesia fue siempre un factor de poder político directo o indirecto. En la colonia constituyó una fuerza coercitiva contra las naciones nativas y colocó su autoridad del lado de la opresión autoritaria y latifundista, sobre todo la cúpula eclesial, el bajo clero en relación directa con las capas explotadas formó en la filas de la protesta, del reclamo, de la denuncia y por último en las trincheras de la revolución.

Hoy la Iglesia, en el Tercer Mundo, juega un papel liberador dentro de sus propias orientaciones y circunstancias así como de las crecientes presiones de los intereses en juego, en pugna. En un mundo amenazado por la destrucción, la violencia, las contradicciones sociales, la opresión racial y cada vez más corta distancia geográfica que separa a unas naciones de otra debido a los rápidos medios de transporte y comunicación, la Iglesia se ha convertido en un poder moral con decisión en los problemas internacionales.

La Iglesia o Iglesias, juegan hoy papel cada vez más importante, papel político-social por su relación directa con la problemática de los pueblos y en lo particular en Bolivia, adonde su intervención es fundamental no sólo por su interés destacado en la búsqueda de solución a problemas concretos, sino por la posición orientadora, militante y actuante que asume con su predica liberadora. La teología de la Salvación está íntimamente ligada a la teología de la Liberación, el pecado individual está en relación con el pecado social, la persona y la sociedad conforman una unidad para la acción y prédica de la iglesia en su papel evangelizador que conlleva un papel liberador con relación a los problemas de la opresión y la injusticia.

La Iglesia tiene la responsabilidad de cumplir un verdadero de papel mediador para evitar que se incremente la represión estatal, además de defender a los explotados y oprimidos del país.

El MAS ratifica su compromiso en la defensa de los derechos humanos. Ratifica su posición junto a los enunciados de la Teología de la Liberación que busca un mundo sin explotación ni explotadores, sin pueblos esclavizados por la ignorancia y la miseria y sin naciones sumergidas en la corrupción y la miseria moral por la desmedida acumulación de riqueza a costa del esfuerzo estafando a otros pueblos.

En nuestra patria, como parte de la Iglesia, somos también parte de sus luchas por el cambio. La revolución moral que pasa por la revolución social, por la transformación y la humanización de un nuevo sistema económico y social, participativo, comunitario y pluralista, en el que el hombre sin temores, sin las angustias del hambre y sin la desesperación de un presente en un futuro incierto, pueda adorar a su Dios en su casa o en su templo en Libertad y a plena conciencia.

Para el MAS la fe es parte de la revolución. Es el combustible que moviliza la conciencia rebelde de quienes estamos por forjar una sociedad con justicia y libertad. Estamos con la iglesia de Helder Cámara, de Camilo Torrez y de Luis Espinal, que reclama paz en medio de un mundo de violencia provocada por el privilegio que siembra el terror de la explotación contra hombre, pueblos y naciones.

El narcotráfico

Para el MAS, el narcotráfico es un crimen de lesa humanidad. Bolivia debe encarar el problema del narcotráfico con soberanía, respetando y haciendo respetar el interés nacional y particular de los bolivianos, protegiendo su imagen, cuidando el prestigio y el buen nombre de la República en la comunidad internacional.

La presión ejercida con abierta intervención económica, política, diplomática y militar por parte de los Estados Unidos de Norteamérica y de las potencias con mercados altamente consumidores, con amplios sectores adictos a la drogadicción, convierten al narcotráfico en un medio de dominación y sometimiento contra Bolivia y otros países del Tercer Mundo, víctimas de la producción de la droga, fomentada por el mercado consumidor y las transnacionales del narcotráfico de estas potencias.

Preocupa la desproporción entre la presión y exigencias a las naciones del Tercer Mundo, empujadas por la dependencia, para la represión del cultivo de la coca y lucha contra el narcotráfico frente acciones poco efectivas que realizan las potencias consumidoras para la reducción de sus mercados.

La represión contra la hoja de coca no tiene sentido sin la reducción del mercado de consumo. Sin demanda no habrá producción. La transnacional del crimen organizado tiene su centro de mayor gravitación en los Estados Unidos de Norteamérica, convertido en el supermercado de la droga.

El cultivo de la hoja de coca puede tener varias alternativas. El gobierno y los sectores productivos tienen la obligación de realizar la diversificación e industrialización de la hoja de coca al servicio de la ciencia y la medicina.

El problema del narcotráfico no solamente atenta contra los valores morales, jurídicos, sociales y humanos, sino también al orden económico y financiero. En este delito están involucrados de una u otra manera los más diversos campos de la actividad productiva e industrial de los países desarrollados, sobre todo aquellas actividades cuya motivación principal es el lucro. La banca, el comercio, la bolsa de valores, el mercado de comercio, los seguros, el mercado de cotizaciones, están influenciados por el poder económico del narcotráfico.

La descomposición del sistema

La corrupción y la crisis moral del sistema dominante en todas sus formas constituye el signo fatal de la descomposición no sólo del gobierno sino del sistema corrupto e injusto que ha fracasado ante el problema social, político y económico del pueblo boliviano.

Empresas del Estado demolidas, masas de trabajadores en huelga en todos los sectores y regiones del país, el narcotráfico convertido en importante actividad productiva de la clase dominante, el poder financiero dominado por la especulación, la deuda externa convertida en cadalso donde se ejecuta la capacidad de pago del pueblo comprometiendo sus pocos medios de subsistencia, caracterizan el estado de caos que impera en el país en sus regiones y capas demográficas.

El área rural atrasado y postergado, la política económica del gobierno, ahoga a las regiones más pobres y asfixia a los trabajadores que perciben salarios o rentas fijas. En fin, por todas partes se perciben los síntomas del dolor de la patria vencida por la VENALIDAD, la frustración, los desfalcos, la entrega de grandes e importantes áreas a los sectores dominantes internos y externos.

La presencia interna de grupos militares extranjeros que se arrojan derecho de ocupación de facto de nuestro territorio, definen nuestra política de defensa y pisotean nuestra soberanía. Todo este cúmulo de problemas ya no podrá encontrar respuesta y solución nacional en el viejo orden, sino en el campo de nuevas formas políticas y de propuestas que condigan con nuestras leyes.

Movimiento al Socialismo (MAS) propone:

1. Nacionalización del Gobierno para ejecutar un programa de desarrollo independiente, no sólo para explotar nuestros recursos naturales sino para que el producto de ese trabajo sea de los bolivianos y en beneficio de los bolivianos.
2. Movilización de las energías nacionales a través de un nuevo modelo económico participativo. Los trabajadores deben tener participación y decisión en la administración y en las ganancias de las empresas, sean estas públicas o privadas.
3. Recuperación nacional y fortalecimiento de las Empresas estratégicas del Estado, dentro de una planificación global e integradora de la economía nacional, con participación popular dentro de un sistema comunitario de explotación.
4. Predistribución y racionalización del ingreso nacional para aumentar la capacidad adquisitiva de los sectores populares.
5. Postergación del pago de la deuda externa, de sus intereses y amortizaciones hasta acordar

- nuevos convenios, tazas de interés, términos de moratoria y financiamiento bajo formas de fomento para la explotación de recursos naturales no tradicionales, los que deben contar con un mercado de trato preferencial y de cotizaciones rentables.
6. Solidaridad internacional con los países y gobiernos que adopten medidas compatibles con su soberanía nacional y con el interés de sus pueblos, en relación al rechazo o postergación del pago de la deuda externa.
 7. Rechazo al neoliberalismo que impone al pueblo condiciones y sacrificios insostenibles de miseria, de desocupación, de salarios insuficientes, contribuciones impositivas injustas, así como una grave cuota de privaciones, desesperanzas e incertidumbre.
 8. Política internacional de línea definida y consentida por las fuerzas sociales y políticas de tendencia democrática y popular, planteo puntual y programado, dentro de una posición multilateral para encarar las negociaciones de la reintegración marítima a través de una costa en el Océano Pacífico sin compensación territorial.
 9. Creación de un sistema latinoamericano que unifique y defienda los intereses del área dentro de los lineamientos de una política internacional soberana e independiente de todo poder económico imperialista.
 10. Solidaridad con los pueblos y movimientos del mundo que luchan por su liberación o por la reivindicación de sus territorios cautivos, usurpados por la fuerza.
 11. Mantener, dentro de un gobierno nacional, popular, relaciones diplomáticas económicas, comerciales y de cooperación científica, tecnológica y cultural, con todos los países soberanos del mundo, sin discriminación de tendencias políticas e independientemente de sus sistemas sociales de gobierno.
 12. Política definida de fronteras para promover el asentamiento humano, el desarrollo económico, la preservación de la soberanía y la integridad territorial de la república en las regiones periféricas y fronterizas.
 13. Aumento general de sueldos, salarios, rentas de jubilación y pensiones, a través de una escala de aplicación porcentual para favorecer a los sectores de menores ingresos. Por el respeto a los principios de la Seguridad Social enumerados en la Constitución Política del Estado. Rechazo al Seguro Individual y a la administración de la AFP en usurpación de la soberanía nacional y en desconocimiento de los principios constitucionales.
 14. Que los excombatientes y héroes de la Guerra del Chaco, cuando su salud así lo requiera, sean atendidos, a sola solicitud e identificación del interesado en cualquier hospital, clínica o posta sanitaria, sean estos privado o públicos, o de las empresas del Estado. El Tesoro General de la Nación y la Caja Nacional de Social cubrirán los gastos que demande esta atención en los nosocomios privados.
 15. Por el restablecimiento del Servicio Nacional de Caminos, inversión estatal preferente en el campo de la construcción de infraestructura física caminos, carreteras, edificios públicos, hospitales, establecimientos escolares; alcantarillado, aguas potables, acueductos, aeropuertos, y servicios de comunicaciones, para abrir fuentes de ocupación.
 16. Extensión de la Seguridad social en los servicios esenciales de salud a todos los sectores de la población boliviana y atención preferente a los habitantes de las zonas periféricas y deprimidas.
 17. Estabilidad y seguridad en el trabajo. El MAS considera que después de más de treinta años de frustraciones y manipulaciones múltiples, el país está frente al experimento de un sistema que pretende llevar a la gente a privatizar sus dolores y sus sentimientos, haciéndonos creer que para nuestros problemas debemos encontrar soluciones aisladas cada cual por su lado. El 75% de los bolivianos preferirían abandonar el país por la inseguridad en sus fuentes de ocupación y de trabajo. Hoy en Bolivia lo más vulnerable es la estabilidad del empleo y hay un sentimiento generalizado de inseguridad.
 18. Reactivación de la industria nacional, aprovechamiento de toda su capacidad instalada y adquisición obligatoria de los bienes y productos de la industria nacional por las instituciones, empresas estatales descentralizadas, sector público y empresas privadas que explotan recursos naturales no renovables.
 19. Trato especial a las exportaciones nacionales de productos semielaborados y terminados, así como para la adquisición de maquinaria, herramientas de trabajo e insumo.
 20. Severa supervisión del crédito de fomento y su planificación para ser utilizado en los sectores y renglones de producción de bienes requeridos para mejorar las condiciones de vida del pueblo y acrecentar el poder adquisitivo de los salarios e ingresos de los trabajadores menos favorecidos.
 21. Reagrupamiento de la tierra, reversión al Estado de los latifundios y parcelas improductivas, dotación de tierra y territorio a los pueblos y comunidades indígenas originarias y campesinas para satisfacer sus necesidades y requerimientos y apoyo productivo del agro en sus aspectos de producción, crédito, insumos, comercialización, almacenamiento, tecnificación, transporte, seguro de precios y otros para impulsar el desarrollo y la modernización de las áreas rurales.
 22. Regionalización del desarrollo, zonificación de polo con específicos renglones de producción. Polo frutícola de Camargo, Polo múltiple Agropecuario y Agroindustrial Hernando Siles

- y Luis Calvo, Polo agroindustrial y agropecuario de Quillacollo, Independencia y Tapacará. Polo Especial de Vaca Díez, Federico Román y Madre de Dios; Polo Económico y Estratégico de los Lípez y los Chichas y otros en las diferentes regiones zonificada del territorio nacional.
23. Defensa de la educación fiscal pública y gratuita, lucha por la dignificación docente, Revolución Educativa, aumento de haberes a los maestros y transformación del actual sistema para mejorar el grado de instrucción en Bolivia, que debe estar dirigido al logro de la Liberación Nacional y sus objetivos culturales. Mejoramiento de la infraestructura educativa nacional en todas las regiones del país. Nos declaramos en contra de la política del Neoliberal que pretende sojuzgar ideológicamente al pueblo a través de su llamada Reforma Educativa.
 24. Lucha contra toda forma de opresión y contra la agresión económica del gobierno, que pretende clausurar las Universidades del Sistema boliviano, ahogándolas en la iliquidez financiera y la insolvencia económica. Defensa de la Autonomía Universitaria.
 25. Apoyo especial a la investigación científica tecnológica y cultural. La academia nacional de Ciencias elaborará con independencia un presupuesto general de la Nación, para su manejo por esta importante Institución.
 26. No se permitirá ni admitirá la injerencia de organismos, entidades o poderes extranjeros dentro de las responsabilidades que competen a la Policía Boliviana. Se cuidará celosamente que no se subordine a los Jefes y Oficiales de la Policía Boliviana a mandos de agentes extranjeros como la DEA y otros organismos de represión.
 27. La policía no debe ser utilizada en la represión política, en actos sucios de tortura, vejámenes y persecuciones. Su ámbito de acción está en su lucha contra el delito común. Se elevará la eficiencia profesional de Jefes y Oficiales de la Policía, con capacitación especializada en Universidades, Academias e Institutos de fuera del país. Los actos de corrupción están relacionados a agentes externos del país, que al pretender subvencionar buscan corromper a los gobiernos de turno.
 28. Se determinará una contribución obligatoria de la Empresa Privada, que explota recursos naturales no renovables, para el desarrollo de una amplia política deportiva.
 29. La creación del Instituto Nacional de la mujer, con atribuciones, medios y responsabilidades para promover mayores oportunidades de realización de los sectores postergados de la mujer boliviana, así como su dignificación y el respeto a sus derechos sociales, económicos, políticos y humanos. Igualdad de derechos y de oportunidades en la actividad nacional para la mujer en todas sus clases.
 30. Conformación de una Comisión Especial para la recuperación de los bienes, recursos económicos y riquezas del Estado y de las Entidades públicas de las que se hubieran apropiado indebidamente personas particulares, naturales y jurídicas. Los delitos contra el Estado no prescriben.
 31. Investigación de las cuentas corrientes, de ahorro y depósitos a plazo fijo y en dólares americanos, que hubieran sido abiertos por ciudadanos bolivianos o empresas en bancos extranjeros de los Estados Unidos de América, Panamá, Bahamas, Suiza u otros países.
 32. Investigación de los bienes, riquezas, propiedades y rentas de los ciudadanos que hubieran obtenido bienes por un valor o cuantía desproporcionado a la renta que perciben en sus actividades normales. En caso de encontrarse dolo, corrupción u orden delictivo en la adquisición de los bienes investigados, estos pasarán a propiedad del Estado y los responsables serán juzgados.
 33. Creación de centros de acopio, de maquinarias, herramientas y vituallas esenciales para atender a las poblaciones cuando se produzcan desastres naturales. Estos centros, estarán asentados donde las necesidades lo demanden.
 34. Reposición de los impuestos sectoriales de fondos destinados, que les corresponden a los diferentes sectores fabriles, ferroviarios, empleados de comercio y demás que tienen obras en construcción y que han adquirido compromisos económicos.
 35. Todos los bolivianos contribuirán con una jornada de trabajo anual, destinado a desarrollo de las zonas fronterizas, priorizando las regiones de condición deprimida, escasa población, desvertebradas físicamente de los principales centros del país.
 36. Preferente atención a los barrios marginales, villas miseria formadas en los cinturones periféricos de nuestras ciudades. Compromiso de dotarlas de los servicios públicos esenciales.
 37. Lucha contra la oligarquía detentadora del poder económico y político del país. La división, los constantes enfrentamientos, la anarquía, las disensiones, las dictaduras, la multiplicidad de siglas sin valor político ni histórico, la debilidad y la dependencia creciente de los bolivianos, son efectos de la contradicción en la distribución de los bienes y de los ingresos nacionales, que a su vez crea condiciones discriminatorias de oportunidades para la participación de unos y la exclusión de otros en el desenvolvimiento de la vida nacional.
 38. Desprendimiento y servicio a los intereses nacionales y sociales. En esta hora de agresión, de ataques a la economía a los derechos sociales y humanos de los sectores débiles y desposeídos, para conformar una alternativa cierta que despierte fe, credibilidad y esperanzas en el pueblo dentro del marco del juego democrático.
 39. Tomar conciencia de que el hambre, la enfermedad, la falta de vivienda y vestimenta, la ignorancia, la miseria física y moral, la violencia, el

- subdesarrollo, la dependencia nos obliga a adoptar actitudes aglutinantes y concertadoras de las energías y fuerzas populares, políticas y sociales para acabar con la dispersión antes de que la crisis nos derrote u nos disperse a todos.
40. Defender las libertades democráticas, los derechos sociales y las organizaciones sindicales del movimiento obrero y popular boliviano.
 41. Buscar coincidencias liberadoras para la conformación de un gran Instrumento Político, que agrupe a los partidos, fuerzas sociales, entidades e instituciones de tendencia popular de acuerdo de un programa puntual de realizaciones políticas.
 42. Asumir hoy, ahora mismo, nuestra responsabilidad con actitudes desprendidas y patrióticas o terminaremos viviendo en un creciente estado de desazón, en una crisis que pone en peligro la esencia misma de la voluntad y de la identidad nacionales.
 43. Alertamos, que de continuar acentuándose las actuales condiciones del déficit social, en el inmediato futuro, millones de personas vivirán en la incultura, estarán desempleadas, morarán en viviendas que no reunirán las debidas condiciones y no tendrán acceso a los servicios médicos, sociales y de saneamiento básico.
 44. El MAS, expresa el espíritu pacifista del pueblo boliviano y se declara contrario a toda forma de agresión bélica de una naciones contra otras, asimismo, reafirma que las controversias cualquiera sea su naturaleza o materia, deben encontrar fórmulas político-diplomáticas de solución, dentro de los principios del respeto a los derechos de los pueblos.
 45. El MAS denuncia, que más de 1.500 millones de personas en el mundo, disponen de menos de un dólar por día para satisfacer sus necesidades. La Salud, una alimentación adecuada, la educación y el desarrollo, son derechos humanos que nada tienen que ver con la beneficencia ni con la limosna, por tanto, deben ser atendidos por el Estado y la sociedad civil como obligaciones ineludibles.
 46. El MAS declara en defensas de la libertad de expresión, que la persecución, acoso, amedrentamiento a periodistas, asalto a medios de comunicación, ingresan en el campo del derecho penal internacional, constituyendo delitos imprescriptibles que pueden ser demandados y penados por los tribunales jurisdiccionales de cualquier país de la comunidad internacional, sin que estos puedan eludir su competencia que tiene el carácter de indeclinable.
 47. El MAS condena la labor obstruccionista y de desafío que en su tiempo realizaron las dictaduras globalizadas por el "Plan Cóndor", contra las libertades individuales y el derecho de libre expresión. Reafirma asimismo, su voluntad de que los crímenes cometidos así como las desapariciones forzosas de personas sean conocidos y juzgados por los Tribunales Internacionales competentes.
 48. El MAS plantea que la globalización si bien constituye un medio para el desarrollo del comercio internacional; se ha convertido para los países atrasados y subdesarrollados en una forma más de dependencia, debido a que no existen políticas dirigidas a globalizar las condiciones sociales, culturales financieras, científicas y tecnológicas, con la finalidad de acortar la fosa que separa a los pueblos altamente industrializados de las naciones del Tercer Mundo.
 49. El MAS se adhiere a los procesos de integración subregionales como el MERCOSUR y la Comunidad Andina de Naciones, en los que participa Bolivia y aboga por el derrumbe de las barreras que permiten la subsistencia de mecanismos restrictivos del comercio intrarregional, como los subsidios y otras formas que generan crisis entre los Estado miembros.
 50. Plantea el MAS la creación de la Universidad Pública Técnica del Estado, con carreras, facultades, escuelas e institutos descentralizados, con su sede central en la localidad del Chapare de Cochabamba y dependencias académicas en otras regiones del Altiplano, Valles, Zona Subandina, Llanos y Trópico.
- Ahora, como lo hará siempre, el Movimiento al Socialismo (MAS), le dice a Bolivia, a su pueblo, su mensaje de coraje. Le expresa su decisión de contribuir, junto a quienes coinciden con nosotros, en la tarea de reconstruir la Patria para que cada boliviano de hoy y de mañana, viva en un sistema de libertad, bienestar y justicia social, y que sea el constructor de su propio destino en solidaridad, en un plano de igualdad y respeto a los derechos y a la soberanía de cada pueblo.